

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES



ANTI-DIMITROV

1935 / 1985 - meio século
de derrotas da revolução

DINOSSAURO

A.B.C. EDITORA

2.ed.

459/IFCH

ANTI-DIMITROV
1935-1985 – MEIO SÉCULO
DE DERROTAS DA REVOLUÇÃO

Título: Anti-Dimitrov - 1935/1985, meio século de derrotas da revolução

Autor: Francisco Martins Rodrigues

Capa: António Barata

Composição e paginação: Edições Dinossauro

Impressão e acabamento: Neograf Artes Gráficas, Lda.

© Edições Dinossauro

Apartado 1483

1013-001 Lisboa

dinopress@sapo.pt

Abrente Editora

Rua Costa do Vedor, 47 r/c

15703 Compostela - Galiza

Data da 2ª Edição: Outubro de 2008

Data da 1ª Edição: Março de 1985

Depósito Legal n° 284134/08

ISBN: 978-972-8165-51-2

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

ANTI-DIMITROV
1935-1985 – MEIO SÉCULO
DE DERROTAS DA REVOLUÇÃO

DINOSAURO

ABRENTE EDITORA

LISBOA, 2008

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

2011 50347

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Quando, em 1985, este trabalho foi pela primeira vez editado, ele procurava encontrar respostas para o fracasso sucessivo das revoluções russa e chinesa e a correspondente deriva oportunista que descaracterizou o movimento comunista ao ponto de transformar partidos que visavam a subversão do capitalismo em partidos do sistema de dominação burguês.

Surgido em contracorrente – o “comunismo” chinês já começara a promover o capitalismo abertamente; a corrente marxista-leninista, falida e em profunda crise de identidade, refugiava-se num dogmatismo serôdio e acéfalo; o “campo socialista” entrava em desagregação; por todo o lado se anunciava o fim do comunismo e da história e o triunfo da ordem capitalista e tornou-se moda os revolucionários em crise descobrirem encantados as “vantagens” da democracia burguesa, da liberdade de mercado e a abjurar as “utopias totalitárias” – este trabalho foi recebido com curiosidade. Conquistou uns e desiludiu outros, que esperavam a conversão do autor ao coro anticomunista e anti-estalinista. Mas, para a maioria dos que o leram, permanece incômodo, pelo que reclama de reflexão.

Esta segunda edição de *Anti Dimitrov – 1935-1985, meio século de derrotas da revolução* vem acrescida de um texto posterior. Como Francisco Martins Rodrigues nunca considerou *Anti-Dimitrov* um trabalho definitivo, mas um ponto de partida necessariamente modesto e limitado para o debate sobre a regeneração do comunismo, foram evoluindo as suas opiniões sobre a marcha dos regimes, partidos e movimentos comunistas e o papel das personagens. A “questão Staline” foi uma daquelas sobre as quais o seu pensamento se aprofundou após a escrita do livro, e disso deu conta, entre outros, em texto publicado na revista *Política Operária* nº 7. Com a publicação de *Notas sobre Staline*, pretendemos registar essa evolução.

Setembro de 2008

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

“Há sábios que julgam entrever em tudo isto um recuo das nossas posições de princípio, uma certa viragem à direita no que diz respeito à linha do bolchevismo.”

DIMITROV

“Unidade a todo o preço para barrar o caminho ao fascismo, à guerra, ao imperialismo!” O apelo lançado por Jorge Dimitrov em 1935 para a unidade de todas as forças operárias, populares e democráticas, faz agora 50 anos. É boa altura para um balanço.

Hoje quase esquecido esse relatório de Dimitrov ao 7º congresso da Internacional Comunista, haverá quem lhe atribua um interesse meramente histórico. A verdade, contudo, é que, neste meio século, a ideia da unidade democrática e anti-imperialista se incorporou como património, não só dos partidos comunistas, mas de uma vasta corrente progressista internacional. Pode dizer-se que todos os que se situam para a esquerda da social-democracia são hoje dimitrovianos sem o saber – os sandinistas da Nicarágua como os guerrilheiros peruanos, os pacifistas alemães e os deslavados “comunistas” portugueses.

O laço que une estas forças tão diversas é a noção de um campo popular, cujos interesses comuns face ao impe-

rialismo envolveriam o proletariado e a pequena burguesia numa mesma estratégia fundamental, aproximariam, fundiriam as suas trajectórias. Esta noção, estranha ao leninismo, foi pela primeira vez teorizada em termos “marxistas” por Dimitrov.

Tão forte é o seu poder de convicção, que tem sobrevivido aos reveses que a História não cessou de lhe infligir, desde as Frentes Populares de 1936 à Unidade Popular no Chile e ao 25 de Abril em Portugal. E com esta particularidade curiosa: de cada vez que fracassa uma destas experiências democráticas e populares, os seus promotores podem atribuir sempre a derrota à insuficiência da Unidade, não à fórmula em si mesma. O dimitrovismo goza assim do privilégio raro de “provar” a sua justeza à custa dos seus próprios fracassos.

Porquê esta vitalidade singular? Porque o dimitrovismo vai ao encontro do bom-senso político elementar das massas nesta época do horroros do imperialismo. Não necessita de demonstração. Ninguém no campo popular sente qualquer dificuldade em admitir espontaneamente que “a unidade da esquerda é a melhor arma contra a direita”. Ninguém duvida que Lenine foi um génio da revolução proletária mas parece absurdo transferir para a nossa época a sua perspectiva sobre a luta de classes. Querer aplicar agora o leninismo “tal e qual” seria doutrinário antileninista; só sectários incuráveis podem contestar a necessidade de uma frente unida contra a reacção e o imperialismo, etc., etc. De forma mais ou menos elaborada, mais ou menos explícita, são estes os argumentos que se podem ouvir em toda a área da “grande esquerda”.

É sem dúvida louvável este desejo de ver todas as forças antifascistas e anti-imperialistas unidas numa frente comum. Mas os bons desejos em política não são nada. Que objectivos fixar, que relações estabelecer entre as classes populares para tornar possível uma luta eficaz, vitoriosa, contra a reacção e o imperialismo? Esta é a única forma séria de pôr a questão em termos de marxismo.

Raspemos a casca do bom-senso unitário, para lhe procurar o miolo de classe. “Unidade a todo o preço em torno de objectivos comuns”, “valorizar aquilo que une, pôr de lado tudo o que divide”, “democracia, paz, independência, primeiro, a revolução virá depois”, “democracia popular, um degrau para o socialismo” – o que significa? Significa procurar, em cada situação, o máximo divisor comum das forças populares. Ou seja, alinhar o povo pelo nível mais moderado, comum a todos. Ou seja, pôr de lado os objectivos revolucionários da classe operária, que, obviamente, não são comuns.

Pode objectar-se que a perspectiva unitária de Cunhal em 1975, com a “batalha da produção pelo socialismo”, era de qualquer modo muito mais avançada do que a “Unidade dos portugueses honrados” de 1949. É certo. O unitarismo democrático e popular não é rígido. Pelo contrário, é extremamente flexível, elástico, criador, o que lhe permite acompanhar as grandes convulsões de massas. É esse outro segredo da sua vitalidade. Mas, por mais elástico que seja, há um limite ideal para que ele parece tender mas que nunca atingiu e que, pelo contrário, bloqueia: a revolução proletária.

O apelo para a “unidade a todo o preço contra a reacção, a guerra e o imperialismo” veicula pois a exigência, não da Unidade, mas de uma certa unidade: unidade em

torno das reivindicações limitadas da pequena burguesia, comuns a todo o povo, sacrificando para tal as reivindicações revolucionárias da classe operária. É este o sumo de classe do pensamento dimitroviano. É esta a fonte da sua fácil popularidade, que lhe assegura uma reprodução espontânea e diária em larga escala.

Assim, a lógica unitária que funciona hoje automaticamente em todos os campos da luta de classes, política, económica ou ideológica é fácil de resumir: “Os operários que sacrifiquem (só por agora, claro!) uma parte das suas exigências, se não querem ficar isolados”. É um ultimato.

Que está presente, sem precisar de ser mencionado, nas manifestações pela liberdade como na negociação de um contrato colectivo, nas marchas da paz como na abstenção tácita de toda a crítica à religião, à família, à nação, à propriedade privada.

Unidade pelo fim dos monopólios, do fascismo, da guerra, pela independência da nação, por uma democracia popular. Unidade até mesmo pelo socialismo, desde que seja “popular”. A revolução proletária é que não tem aí lugar. Como poderia tê-lo, se não é uma questão comum ao povo?

No tempo de Lenine, é sabido, a revolução russa fez-se com uma outra lógica. O povo, enquanto colectivo, não tem solução para os flagelos do capitalismo e do imperialismo, da guerra, porque é um aglomerado de classes com interesses diversos. O povo precisa do socialismo mas só pode encontrá-lo se for arrastado pela dinâmica revolucionária da classe operária. E a classe operária só pode encontrar a via do socialismo e arrastar consigo o povo se for arrastada pela dinâmica revolucionária da sua vanguarda, capaz de

assimilar o marxismo. A minoria, avançando para o seu alvo consciente, ganhará a maioria. Os objectivos gerais da luta não têm que ser fixados pelo máximo denominador comum mas pelo conhecimento das tarefas objectivas que se colocam à sociedade. Cada luta particular, imediata, comum a todo o povo, em si mesma nada vale se não servir para acelerar o alinhamento das forças antagónicas dispostas a bater-se pela direcção da sociedade. Por isso, o proletariado tem que se demarcar da pequena burguesia, a revolução tem que crescer à custa do reformismo, etc., etc.

Porque deixou esta lógica, aparentemente, de servir? Porque “o mundo mudou”, ou porque a classe operária foi submergida pela ideologia pequeno-burguesa? A ideia leninista de hegemonia do proletariado foi de facto ultrapassada pela História, ou está soterrada sob uma avalanche de democratismos reformistas? Vivemos hoje uma etapa superior, de luta mais vasta contra o imperialismo, ou recuámos para uma plataforma mais estreita, cega, impotente? Há alguma esperança para o combate democrático unitário, ou ele é só um alçapão por onde se escoam continuamente as potencialidades revolucionárias do movimento operário?

Para todos aqueles que já se libertaram dos “dogmas” marxistas (e que servem alegremente a ditadura “democrática” da burguesia), estas perguntas não passam de extravagâncias doutrinárias, que nem merecem refutação. Mas é instrutivo observar como os ditos “marxistas-leninistas” (revisionistas e anti-revisionistas) resolvem a dificuldade de associar Dimitrov com Lenine.

Por estranho que pareça, a divisão do movimento comunista em campos antagónicos desde os anos 60 não

beliscou o dimitrovismo. Revisionistas da escola soviética e “ortodoxos” da linha chinesa-albanesa, embora travando batalha furiosa em torno de Staline e do “stalinismo”, renegado por uns, exaltado pelos outros, mantiveram-se de acordo quanto às ideias políticas de Dimitrov.

Uns e outros coincidem na opinião de que o 7º congresso da Internacional Comunista fez uma aplicação criadora do leninismo nas novas condições históricas, deu nova vitalidade ao movimento comunista e proporcionou grandes êxitos aos povos. Uns e outros defendem a política das Frentes Populares, divergindo, quando muito, no que toca à sua aplicação. Uns e outros atacam como “dogmáticas”, “sectárias” e “trotskistas” as objecções que eventualmente se manifestam a essa política.

Existe de facto uma guerra entre revisionistas e anti-revisionistas acerca de Dimitrov, mas apenas para saber a quem pertence de direito a sua herança.

Para o Partido do Trabalho da Albânia, a coincidência das duas correntes na defesa do 7º congresso é apenas aparente e resulta de uma deturpação descarada de Dimitrov por parte dos revisionistas. Num longo artigo há três anos publicado na sua revista teórica*, considera-se pura especulação revisionista a afirmação de que “o 7º congresso teria colocado a colaboração dos partidos comunistas com os partidos social-democratas na base de uma nova estratégia global do comunismo internacional”. Esse congresso teria estado na linha de continuidade dos anteriores, tendo apenas procedido a uma “simples flexão táctica na luta contra o

* *Rruga i Partise*, n.º 1/82, edição de Tirana em francês.

perigo fascista e de guerra imperialista”. “As orientações do 7º congresso para que cada partido comunista colocasse na ordem do dia, como tarefa imediata, a luta pela paz e contra o perigo fascista não quer dizer de forma alguma que a IC tivesse adiado para as calendas gregas a preparação da revolução proletária”, nem que “a luta pela paz e contra o perigo fascista passasse a ser encarada como uma etapa especial do movimento revolucionário, indispensável para cada país”. É ainda invenção revisionista, segundo o artigo, a afirmação de que “Staline não teria concordado com as decisões do 7º congresso” e de que “o 7º congresso tivesse apresentado de forma embrionária as ideias fundamentais do 20º congresso do PCUS”. Todas estas opiniões não passariam de uma “interpretação oportunista, revisionista, das decisões do 7º congresso da IC”, o qual não teria deixado “nenhum campo para hesitações ou equívocos”. “A Comintern – conclui – permaneceu fiel até ao fim à sua linha política geral, sem se desviar um milímetro da sua estratégia global de luta pela revolução proletária e pela instauração da ditadura do proletariado.”

Este apanhado de pontos polémicos feito pela *Rruga i Partise* pareceu-me uma boa introdução ao tema. Decidi por isso pô-lo à prova, confrontando-o com uma análise do relatório de Dimitrov, das circunstâncias em que foi escrito e dos desenvolvimentos a que deu origem neste meio século.

Surgiu assim este *Anti-Dimitrov*, em que procuro:

- 1) demonstrar que a viragem “táctica” do 7º congresso para as frentes populares envolveu na realidade uma viragem estratégica, como justamente afirmam os revisionistas;

- 2) provar que essa viragem fez uma ruptura completa, embora disfarçada, com a linha leninista da revolução proletária, a que substituiu a ideologia da fusão “popular” operário-pequeno-burguesa;
- 3) desmistificar a lenda dos “grandes êxitos” conseguidos pelo movimento comunista a partir de 1935, apontando o rasto de derrotas e fracassos que nos trouxe à situação actual, de ofensiva em toda a linha do imperialismo;
- 4) e finalmente, enquadrar as ideias políticas de Dimitrov na vasta corrente centrista internacional que nos anos 30 tomou de assalto o marxismo revolucionário, tanto na União Soviética como na China e no mundo capitalista.

O leitor julgará se a prova feita lhe parece suficiente.

A esta luz, torna-se perfeitamente compreensível a unidade e luta entre revisionistas e anti-revisionistas em torno das ideias de Dimitrov. Unidade, porque o dimitrovismo é essencial a ambos, como teoria de colaboração “democrática e popular” de classes, sob as vestes respeitáveis do leninismo. Luta, porque o dimitrovismo conheceu ritmos de maturação diferentes, de acordo com as particularidades nacionais da luta de classes: enquanto o seu ramo principal desabrochou no revisionismo, da escola soviética e europeia, o ramo maoísta, relativamente autónomo, veio a dar, vinte anos mais tarde, o revisionismo chinês, e um ramo centrista fossilizado persiste ainda hoje no “stalinismo” albanês, preparando-se para seguir o caminho dos restantes.

Assim, os caminhos, que pareciam inconciliáveis, das correntes rivais do “marxismo” oficial, acabam por se voltar

a juntar, porque brotaram do mesmo tronco comum. O revisionismo é o produto universal do centrismo. Daí, a importância de conhecer a natureza do dimitrovismo para entender o sentido da luta actual no campo “marxista” e o seu desenlace previsível.

O centrismo é pois o tema deste trabalho. O centrismo, como forma original do oportunismo “comunista” do século XX, produto típico da era do imperialismo, que teve em Bukarine, Dimitrov, Estaline, Mao, Gramsci, os seus ideólogos e chefes políticos de maior projecção. O centrismo, como expressão de uma corrente intermédia operário-pequeno-burguesa e por isso obrigada a proteger a sua incoerência política e ideológica com uma armadura “fêrrea”: despotismo “revolucionário”, “para defender a ditadura do proletariado”, organização monolítica, “para defender a unidade do Partido”, paralisia ideológica, “para defender a pureza da doutrina”. O centrismo, como artífice do revisionismo que mais tarde veio a tomar o comando do movimento operário. O centrismo, enfim, como parteiro de um regime social novo na História, o capitalismo de Estado, último reduto da burguesia, à qual permite renascer das cinzas sob uma nova forma “socialista”.

Não faltará quem ponha em causa esta tentativa de crítica àquilo que usualmente se designa como o “stalinismo”. Para uns, será uma descoberta serôdia, que vem arrombar portas há muito abertas. Para outros, será “um frete ao revisionismo e ao imperialismo”. Quero crer que não será uma coisa nem outra. Porque, se o centrismo tem sido alvo de uma crítica sistemática desde há vários decénios, essa crítica tem partido invariavelmente da direita (revisionistas, social-demo-

cratas e, entre ambos, os trotskistas). A crítica pela esquerda ao centrismo está por fazer.

Resta saber se uma tal crítica tem lugar no mundo de hoje. A nossa “esquerda” engravatada, farta de “superar” o leninismo, acha naturalmente que não. Mas as enfezadas análises que até agora deu à luz não lhe dão grande autoridade na matéria. É tão triste o espectáculo das suas deduções elegantes, visando escamotear a luta de classes e banir a ideia de ditadura do proletariado, que tudo o que se faça na via do leninismo fica justificado à partida.

Naturalmente, fazer a crítica do centrismo é já prever a sua morte. Há todas as razões para esperar que o poder demolidor do marxismo acabe por pulverizar a crosta de preconceitos pequeno-burgueses que o recobrem. Nesse dia veremos talvez surgir experiências novas de autêntica unidade popular, poderosas, capazes de derrotar o imperialismo e avançar ininterruptamente para o socialismo, porque baseadas no alicerce que há meio século lhes foi roubado: a direcção da classe operária sobre a pequena burguesia.

Atrevo-me a pensar que este trabalho será um estímulo, no desértico panorama do marxismo em Portugal, para despertar a crítica revolucionária de classe, sem a qual não se pode falar sequer em Partido Comunista e muito menos em esperanças de revolução e de socialismo. Veremos se os resultados correspondem às minhas ambições.

Março de 1985

ABREVIATURAS

- AFL - Federação Americana do Trabalho
CEIC - Comité Executivo da Internacional Comunista
CGTU - Confederação Geral do Trabalho Unificada
CIS - Comissão Intersindical
CSR - Corrente Sindical Revolucionária
FSI - Federação Sindical Internacional
IC - Internacional Comunista
ICJ - Internacional Comunista da Juventude
IOS - Internacional Operária Socialista
ISV - Internacional Sindical Vermelha
KPD - Partido Comunista Alemão
OSR - Oposição Sindical Revolucionária
PC(b) URSS - Partido Comunista (bolchevique) da URSS
PC(R) - Partido Comunista (Reconstruído)
POS DR - Partido Operário Social-Democrata da Rússia
PSD - Partido Social-Democrata
PSOE - Partido Socialista Operário Espanhol
SA - Destacamentos de Assalto Nazis
SDN - Sociedade das Nações
SFIO - Secção Francesa da Internacional Operária
(Partido Socialista Francês)
SPD - Partido Social-Democrata Alemão

1. FRENTE POPULAR

Os Comunistas ao serviço da Democracia Burguesa

"O proletariado só conquistará aliados na medida em que demonstre a sua força e a da sua vanguarda, o Partido Comunista. A pequena burguesia está habituada a respeitar a força."

MANUILSKI, 1931⁽¹⁾

A política de frente popular foi a grande criação histórica do 7º congresso da IC. Surpreendentemente, apenas três páginas do relatório de Dimitrov lhe são dedicadas⁽²⁾. Mais estranho ainda, nelas não se encontra qualquer justificação de princípio para a viragem que levou os partidos comunistas a alterar tão radicalmente a sua atitude face ao reformismo e ao democratismo burguês.

Isto não significa contudo que Dimitrov não tenha justificado à sua maneira a nova política. Ao longo do relatório foi introduzindo, como se se tratasse de evidências indiscutíveis, uma série de pontos de vista novos acerca das relações entre as classes na época do fascismo, as quais conduziam indirectamente à conclusão de que já não tinha validade o conceito leninista de hegemonia do proletariado.

A nossa tarefa consiste portanto, antes de mais, em pôr a descoberto os pressupostos de classe em que assenta

a política dimitrovista de frente popular, para lhes medir a solidez, à luz do leninismo. Pressupostos de classe que só se encontram se passarmos para além da aparência exterior da argumentação, recheada de expressões marxistas-leninistas e de testemunhos de fidelidade aos interesses da classe operária e da revolução, para a lógica interna do raciocínio. Só então estaremos em condições de descobrir porque é que as profissões de fé “bolcheviques”, “leninistas-stalinistas” de Dimitrov se saldaram em soluções políticas tão abertamente oportunistas como os pactos com os partidos burgueses, os governos de coligação, a dissolução da corrente sindical revolucionária, a fusão do partido comunista com a social-democracia, o encerramento da luta de classe do proletariado nos limites da democracia burguesa.

Povo e fascismo

“A Europa e o mundo inteiro, inquietos perante o horror da ditadura fascista que tinha mostrado o seu verdadeiro carácter na Alemanha, Itália, Bulgária e Polónia, apercebiam-se dos primeiros passos de uma funesta agressão. Uma grande inquietação apoderou-se das mentes e dos corações dos povos: ‘Para onde caminhamos? Que devemos fazer?’ A resposta a estas perguntas de excepcional importância deu-as o histórico 7º Congresso da IC.”

É assim que um redactor revisionista de serviço introduz, em estilo já tornado clássico, um resumo popular do relatório de Dimitrov⁽³⁾. E não há dúvida de que retrata fielmente a nova perspectiva que inspirou esse relatório, o **salto de classe** que ele contém: o povo como uma entidade face ao fascismo, os comunistas como os servidores do povo na luta comum contra o fascismo, a luta povo-fascismo a tomar

o lugar da luta proletariado-burguesia. É este o miolo da política dimitroviana de frente popular, que permite classificá-la como antileninista.

Desfaçamos antes de mais um equívoco que o oportunismo cuida em alimentar, porque é essencial à sua sobrevivência. Aquilo que se põe em causa em Dimitrov não é ter chamado os comunistas a encabeçar a luta antifascista. Nenhum marxista põe em dúvida que o surgimento dessa forma nova e virulenta de reacção burguesa que é o fascismo impunha uma mudança radical na táctica dos partidos comunistas. Não se podia pôr no mesmo plano democracia burguesa e fascismo. O proletariado era forçado a passar à defensiva e a aceitar compromissos temporários para fazer frente ao inimigo temível que se levantara no campo da burguesia. Tinham que se explorar minuciosamente as contradições que opunham as camadas democrático-burguesas ao Estado terrorista do capital financeiro. Uma política nova, que ampliasse o leque de alianças do proletariado e fizesse convergir o maior número de forças naquilo que tinham de comum contra o fascismo, era uma exigência real da época, que o 7º congresso era chamado a resolver.

As declamações abstractas contra o “frentismo antifascista” não passam de inépcias anarquistas, úteis à reacção. A luta contra o fascismo tornara-se a direcção determinante da luta revolucionária do proletariado.

Mas essa nova orientação táctica não podia passar por cima da linha estratégica de **diferenciação e antagonismo** do proletariado face à sociedade burguesa no seu conjunto. A política de aliança antifascista só serviria os interesses revolucionários do proletariado, e portanto os de

todo o povo trabalhador, na medida em que se inserisse como um instrumento tático auxiliar na sua luta geral e invariável pela independência e hegemonia face a todas as correntes burguesas. Tudo continuava a depender da afirmação do proletariado como classe “para si própria”. E isto porque o fascismo, com todo o seu cortejo de tenebrosas inovações, não era mais do que uma forma nova assumida pela mesma ditadura de classe da burguesia. A luta de classes sob o capitalismo sofrera uma agudização e uma polarização brutal – o seu quadro geral continuava o mesmo.

Ora, Dimitrov, não podendo contestar frontalmente esta posição de princípio que a IC estabelecera desde o seu 5º congresso e referindo-se a ela em diversas passagens do relatório, combinou-a com uma perspectiva que lhe era contrária – a luta contra o fascismo como a **fusão** das posições de classe contraditórias numa corrente democrática comum.

Esta perspectiva, não assumida de forma expressa em ponto nenhum do relatório, está no entanto perfeitamente delineada nas **cinco teses novas** , que formam a sua estrutura política.

Primeira, a unidade de acção com a social-democracia, a pretexto de que esta estaria a deslocar-se num sentido revolucionário.

Segunda, o apoio político do proletariado à pequena burguesia, a fim de “elevar a sua consciênciã revolucionária”.

Terceira, a identidade de interesses da nação perante o fascismo.

Quarta, os governos de coligação com a burguesia democrática como alternativa ao fascismo.

Quinta, e como remate, a criação do “partido operário único” pela fusão entre o PC e o PSD.

Este conjunto de posições, que adiante analisamos, definiu um **novo quadro geral**, não-confessado, da luta de classes na época do fascismo. Quadro geral que Dimitrov introduziu a coberto da crítica... aos “esquemas gerais”.

Com efeito, as cinco novas teses de Dimitrov pressupunham uma mudança de fundo nas relações entre as classes. Era como se o conflito proletariado-burguesia que define o regime capitalista tivesse diminuído de intensidade perante o fenómeno novo do fascismo. Certamente, as contradições de classe não tinham desaparecido, subsistiam as vacilações da pequena burguesia, as diferenças entre partidos, etc. Era impossível negá-lo sem renegar abertamente o marxismo. Mas todo esse universo passara a mover-se **dentro** de um universo novo, mais vasto – o grande combate histórico dos povos contra o fascismo. Daí, a necessidade de impor uma **pausa** à luta revolucionária do proletariado, para eliminar o obstáculo que se interpusera na luta “normal” das classes. É esta a lógica interna da nova política, que Dimitrov procurou transmitir mais do que formular.

Mas esta lógica “intuitiva” que presidiu ao nascimento da frente popular não era mais, afinal, do que um condensado das teses direitistas, bukarinistas, social-democratas, cuja penetração nas fileiras comunistas a IC viera combatendo no período anterior.

A IC não subestimara até aí a ameaça fascista, como geralmente se afirma. Simplesmente, denunciava “a construção liberal de uma contradição entre fascismo e democracia burguesa, bem como entre as formas parlamentares e as abertamente fascistas de ditadura da burguesia”, como “um reflexo da influência social-democrata nos partidos comunistas”⁽⁴⁾. A IC criticava o “contrabando” daqueles que apre-

sentavam o fascismo como “um novo sistema” de relações entre as classes e não simplesmente como uma nova forma de domínio da burguesia⁽⁵⁾.

Foi esse contrabando que Dimitrov introduziu de forma subtil, como vamos ver.

Democracia e fascismo

Aparentemente, Dimitrov não negava que o fascismo era uma nova forma de ditadura da burguesia. O fascismo, disse, era a agressão terrorista da burguesia, que procurava no assalto contra o movimento operário e na preparação da guerra salvar-se da crise. Se manifestava a fraqueza do movimento operário, retratava também a fraqueza da própria burguesia, incapaz de manter a sua ditadura sobre as massas pelos velhos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo, como observara Staline⁽⁶⁾.

Pago, porém, este testemunho de fidelidade aos princípios, deu de imediato uma abordagem nova à questão. Antes, a IC acentuava sobretudo os **pontos comuns**, a **ligação orgânica** entre fascismo e democracia burguesa, porque só isso permitia entender as raízes sociais do fascismo, que a social-democracia se empenhava em mistificar como um banditismo gratuito, uma espécie de praga estranha à sociedade.

Dimitrov passou a pôr a tónica precisamente na diferença entre os dois regimes. “A chegada do fascismo ao poder não é a vulgar substituição de um governo burguês por outro, mas a substituição de uma forma estatal de dominação de classe da burguesia – a democracia burguesa – por uma outra forma desta dominação, a ditadura terrorista

declarada”⁽⁷⁾. E partiu desta distinção evidente para apagar o essencial, isto é, que o fascismo brotava por todos os poros da sociedade democrática burguesa em crise, como a solução necessária para a burguesia assegurar a continuidade da sua ditadura de classe. Ao concentrar as atenções sobre a diferença entre democracia burguesa e fascismo, diferença tão gritante que a ninguém fazia dúvidas, escamoteou aquilo que era mais necessário mostrar: os laços entre elas.

Como se chegara ao fascismo? A responsabilidade, assinalou Dimitrov, cabia em primeiro lugar aos governos burgueses, cujas medidas reaccionárias tinham aberto o caminho e servido de etapas preparatórias ao advento da ditadura. Também os chefes social-democratas eram responsáveis, na medida em que tinham escondido o carácter sanguinário do fascismo, não tinham apelado à luta contra ele, não tinham preparado as massas para reconhecer nele o seu inimigo⁽⁸⁾. Eram ainda responsáveis, por último, os partidos comunistas, pela subestimação inadmissível dada ao perigo fascista, entravando a mobilização do proletariado para a luta⁽⁹⁾.

Há quem veja neste balanço uma elevada combinação de intransigência crítica e de autocritica comunista. Ora, o que Dimitrov **ocultou** com esta distribuição imparcial de responsabilidades foi o processo de crescimento gradual das forças fascistas no seio da democracia, amamentadas por ela. Ocultou a continuidade e o entrelaçamento entre os dois regimes. Misturando a falta de vigilância assacada aos comunistas com a viragem contra-revolucionária de largos sectores democrático-burgueses, transformou numa banal questão de falta de coerência “democrática” o pro-

cesso profundo de luta de classes que levava os democratas a **fazer-se fascistas**. Traçou na realidade, embora tivesse o cuidado de não o dizer, uma linha de separação absoluta entre democracia burguesa e fascismo, para mais facilmente conduzir os comunistas à opção já programada: alistar os comunistas ao serviço do liberalismo.

Usando uma imagem sugestiva, quando ainda era revolucionário, Kuusinen comentara no 13º Pleno do CEIC, em resposta às objecções direitistas: “Nós não dizemos que a democracia burguesa é o mesmo que o fascismo; também o ovo não é o mesmo que a galinha.”⁽¹⁰⁾. Foi esta relação orgânica entre os dois regimes precisamente o que Dimitrov fez desaparecer. Nele, o fascismo surge como uma degeneração monstruosa, um cancro que devorava o organismo democrático, devido à falta de vigilância dos “democratas”, de todos eles: liberais, socialistas e comunistas.

Cancro tão alheio ao tecido social que nem sequer representava, afinal, os interesses do capital financeiro, mas apenas os de um punhado ínfimo, dos “**elementos** mais reaccionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro”, apenas dos “**ultra-imperialistas**”; regime tão estranho à sociedade burguesa que era uma “**barbárie medieval**”⁽¹¹⁾.

Esta visão mecanicista, empobrecida, da luta de classes não foi casual. Ela era indispensável a Dimitrov para alicerçar a nova perspectiva da unidade essencial das forças democráticas face ao fascismo, da **frente popular como uma alavanca para meter o proletariado no campo democrático-burguês**.

Pequena burguesia e fascismo

Toda a política dimitrovista de frente popular repousa sobre uma avaliação nova do alinhamento da pequena burguesia perante o fascismo, a servir de justificação para uma atitude nova também do proletariado face à pequena burguesia. É este o esqueleto de classe oculto que sustenta toda a sua ideologia unitária antifascista.

O fascismo, venceu Dimitrov, não era uma ditadura da pequena burguesia em revolta que se apoderara da máquina do Estado, mas o poder terrorista do próprio capital financeiro⁽¹²⁾. Esta tese, indiscutivelmente justa, pareceria à primeira vista uma mera reafirmação das análises que a IC viera fazendo em polémica com Trotski, Talheimer, Bauer e outros, que viam no fascismo uma contra-revolução da pequena burguesia. Ao retomar a fórmula da IC, Dimitrov inflectiu-a porém num sentido novo, que lhe modificou o alcance.

Até então, a IC sublinhara a natureza social do fascismo como regime do grande capital, mas **simultaneamente** o papel activo que nele desempenhava a pequena burguesia e que fazia a sua tremenda força de massas. O fascismo, concluíra o 6º congresso, era a “ofensiva da reacção burguesa-imperialista”, “a ditadura terrorista do grande capital”, que se apoiava no desespero das camadas pequeno-burguesas e dos intelectuais, assim como de certos sectores operários, aos quais tratava de corromper⁽¹³⁾. O esqueleto de massas do fascismo, dissera o 11º Pleno, estava nas camadas arruinadas e desclassificadas e na “pequena burguesia urbana, camponeses ricos, uma grande parte dos estudantes, do clero, dos militares, etc.”⁽¹⁴⁾. Como também já fora acentuado

no 5º congresso, “sem dúvida, a pequena burguesia constituiu a matéria com que se forjou a ferramenta do fascismo. Mas o decisivo não é a matéria de que é feita a ferramenta e sim os fins que esta serve. Ora, o fascismo está exclusivamente ao serviço da conservação e segurança do domínio de classe da burguesia”⁽¹⁵⁾.

Esta ideia de que a pequena burguesia não era a causa última nem o beneficiário do fascismo, mas era sem dúvida a sua matéria, foi eclipsada no relatório de Dimitrov. A pequena burguesia aparece aí apenas como **vítima** do fascismo, não como seu detonador activo.

A pequena burguesia, disse, deixara-se levar a reboque dos fascistas, desorientada pela crise. Nunca os teria seguido se tivesse compreendido o seu real carácter de classe⁽¹⁶⁾. O fascismo prometera a salvação da nação, jogara com o “sentimento de justiça das massas”, com as suas tradições revolucionárias, com tudo o que havia de “sublime e heróico” no passado dos povos⁽¹⁷⁾. Quem não absolveria as massas pequeno-burguesas e os seus partidos do engano em que se tinham deixado cair?

O caso é, porém, que este quadro não tem nada a ver com a realidade. Dimitrov omitiu deliberadamente o papel da pequena burguesia da Alemanha, Itália, Áustria, Polónia, etc., como **motor de arranque e força de choque aguerrida da escalada fascista, fanatizada pelo desejo rancoroso de meter na ordem a todo o preço o movimento operário ameaçador, de se vingar nos operários das frustrações da crise, de banir o espectro do bolchevismo**. Procurou fazer esquecer que o fascismo nascera como movimento pequeno-burguês, só depois capitalizado pela grande burguesia, como era inevitável. Transformou o mo-

vimento **contra-revolucionário** da pequena burguesia numa ingénua aspiração de justiça que a levava a cair na esparrela armada pelos fascistas (como se os fascistas não fossem eles próprios militantes pequeno-burgueses, mais tarde assoldados pelos grupos financeiros). Esvaziou todo o rico processo social que dera nascimento ao fascismo, para poder apresentar a pequena burguesia ilibada de culpas, do lado do proletariado e apenas vítima da sua boa-fé.

Assim branqueada a pequena burguesia quanto a responsabilidades no surgimento do fascismo, Dimitrov passou à operação seguinte, que consistiu em estabelecer o carácter revolucionário da oposição pequeno-burguesa, carácter revolucionário que competiria ao proletariado fazer vir ao de cima, mediante o seu apoio político.

“Essas massas (do campesinato e da pequena burguesia urbana) é preciso aceitá-las tal como são e não como gostaríamos que fossem. É apenas no decorrer da luta que ultrapassarão as suas dúvidas e hesitações; só se tomarmos uma atitude de paciência face às suas inevitáveis hesitações e se o proletariado lhes der o seu apoio político é que se elevarão a um grau superior de consciência revolucionária e de actividade.”⁽¹⁸⁾

Com esta posição, Dimitrov escamoteou o facto de que a oposição pequeno-burguesa ao fascismo, que se começava a levantar à medida que ela era marginalizada do novo poder e que sobre ela recaía uma parte da pilhagem e do terror da ditadura, era essencialmente diferente da do proletariado, porque apontava para outros objectivos. Era a oposição inconsistente das camadas burguesas intermédias, arrependidas da aventura em que se tinham metido, temerosas

dos demónios que tinham libertado, mas de nenhum modo interessadas em abrir as portas à “aventura”, pior ainda, que seria a insurreição revolucionária antifascista.

Dispondo-se a lutar contra o fascismo, na medida em que ele a encostava à parede e não lhe deixava outra alternativa, a pequena burguesia visava apenas o retorno ao liberalismo. Fazia parte da sua lógica de classe atrelar o proletariado a esse objectivo com promessas difusas de maior justiça social e mais democracia, e sobretudo com muitas exigências de Unidade. Os chefes mais clarividentes da democracia burguesa podiam já entrever, para lá da queda controlada do regime fascista, uma nova época de esplendor da democracia, com os operários mais dóceis no acatamento das regras do jogo liberal, depois de terem feito a experiência do chicote impiedoso do fascismo. Há males que vêm por bem...

Era precisamente esta **dualidade de vias antifascistas** que se impunha desvendar perante a classe operária, para a elevar à compreensão das suas tarefas de classe e lhe permitir fazer um uso revolucionário da aliança antifascista. Só se os operários, e em primeiro lugar os comunistas, fossem prevenidos acerca da diferença entre o seu antifascismo e o antifascismo da burguesia democrática, poderiam intervir com independência neste novo terreno de luta, manobrar e fazer compromissos, de forma a utilizarem e não serem utilizados, e poderem fazer desembocar o movimento antifascista numa insurreição revolucionária contra o poder do capital e não numa miserável reedição “melhorada” do liberalismo.

Dimitrov, porém, em vez de se ocupar da elevação da consciência revolucionária dos operários, preferiu pôr estes a tratar de “elevar a consciência revolucionária” da

pequena burguesia, ou seja, porem-se a reboque dela e ganhar-lhe as boas graças. Citemos:

- 1 - *"explicar-lhe pacientemente de que lado estão os seus interesses";*
- 2 - *desenvolver "uma acção resoluta do proletariado revolucionário pela defesa das: reivindicações destas camadas sociais";*
- 3 - *"acabar com o desdém e a atitude de indiferença" para com os partidos da pequena burguesia e "abordá-los de maneira justa"⁽¹⁹⁾.*

Apoio político do proletariado à pequena burguesia, defesa das suas reivindicações, cooperação com os seus partidos – eis, em termos crus de classe, a essência do projecto dimitrovista de frente popular. Justificava-se plenamente a objecção então levantada de que se tratava de um “bloco sem princípios com as organizações pequeno-burguesas”⁽²⁰⁾.

Nação e fascismo

A mesma lógica que levava Dimitrov a contrapor a democracia (burguesa) ao fascismo, para ganhar maior base unitária, levou-o a tentar servir-se do conceito de Nação para isolar o fascismo. Era obviamente mais fácil agrupar forças para combate ao chauvinismo brutal e agressivo dos fascistas a partir das posições do nacionalismo “democrático” do que a partir da plataforma internacionalista revolucionária do proletariado.

Mas como isto não podia ser dito, tomou ainda aqui a precaução de se defender com uma argumentação flutuante e ecléctica, sugerindo por rodeios aquilo que não podia assumir abertamente sem romper com o marxismo.

O fascismo tinha uma grande “força de contágio ideológico” porque sabia arvorar-se em defensor da nação e

herdeiro dos feitos “sublimes e heróicos” do passado. Logo, os comunistas deviam saber disputar-lhe estes valores, ter em conta a “psicologia nacional particular das massas populares”, “ligar a luta actual da classe operária às suas tradições e ao passado revolucionário”, em suma, saber “aclimatar” o internacionalismo aos ares da nação.

Assim Dimitrov arranjou uma justificação para se aproximar obliquamente do nacionalismo, numa manobra tortuosa que é um verdadeiro tratado sobre a alma do centrismo.

Atente-se na ambiguidade desta argumentação: defendemos o internacionalismo, **mas** não cuspimos sobre os sentimentos nacionais das massas trabalhadoras; somos “irreconciliáveis adversários” do princípio do nacionalismo burguês sob todas as formas, **mas** não somos partidários do nihilismo nacional; denunciemos o chauvinismo da burguesia, **mas** também mostramos que a revolução socialista significará a **salvação da nação** e abrir-lhe-á a via de um maior progresso⁽²¹⁾.

Conclusão: somos internacionalistas mas isso não impede de sermos os mais abnegados servidores da nação...

E, para escorar a argumentação cambaleante, socorreu-se de uma longa citação de Lenine, a provar que este sentia grande orgulho na sua nacionalidade russa. E se Lenine já era patriota, porque não podia Dimitrov sê-lo também?

Que esta manipulação tenha podido sobreviver meio século sem denúncia, dá bem a medida do pântano centrista em que se afundou o marxismo. Porque Lenine falava nesse artigo do orgulho dos “proletários conscientes” da Rússia por terem no seu país uma classe operária que fora capaz de criar “um poderoso partido revolucionário de massas”⁽²²⁾.

Não falava da “honra nacional do povo em luta contra os bárbaros e selvagens fascistas”, como fez Dimitrov⁽²³⁾. Mais: Lenine abria esse artigo fazendo chacota dos liberais, dos “progressistas” e até “marxistas” que “exaltavam de mil maneiras a liberdade e a independência da ‘pátria’, a grandeza do princípio da independência nacional”⁽²⁴⁾.

Lenine indicou repetidamente aos comunistas russos o dever de “combater da forma mais rigorosa, no nosso meio, **as menores manifestações do nacionalismo grande-russo**, porque essas manifestações, sendo em geral uma **verdadeira traição** ao comunismo, são extremamente prejudiciais, pois nos separam dos nossos camaradas ucranianos”⁽²⁵⁾. Os sentimentos patrióticos, que tanto faziam vibrar Dimitrov, classificava-os Lenine justamente como “os sentimentos mais vivos **da pequena burguesia**”⁽²⁶⁾.

O rigor com que Lenine definira a posição comunista perante a questão nacional não deixava margem para as interpretações liberais de Dimitrov. Tomemos dois exemplos:

“Os marxistas devem defender o democratismo mais resolutivo e consequente em todos os aspectos da questão nacional. Mas esta é uma tarefa sobretudo negativa. O proletariado não pode ir muito longe no apoio ao nacionalismo porque mais além começa a actividade ‘positiva’ da burguesia que visa reforçar o nacionalismo. ... Ajudar o nacionalismo burguês para lá deste âmbito estritamente limitado e situado num contexto histórico bem determinado é traír o proletariado e pôr-se do lado da burguesia. ... A luta contra qualquer jugo nacional? Sim, sem dúvida. A luta a favor de qualquer desenvolvimento nacional, a favor da ‘cultura nacional’ em geral? Certamente que não.”⁽²⁷⁾

A questão nacional não pode ser tratada de forma abstracta e formal, mas deve assentar:

“1º) numa apreciação exacta da situação histórica concreta, sobretudo a económica; 2º) numa distinção muito nítida entre os interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, dos explorados, e a ideia geral dos interesses populares em geral, que não passa de uma expressão dos interesses das classes dominantes; 3º) numa distinção igualmente nítida entre as nações oprimidas, dependentes, que não beneficiam da igualdade de direitos, e as nações opressoras, exploradoras, que beneficiam de todos os direitos.”⁽²⁸⁾

O que Dimitrov introduziu, ao traçar à classe operária a tarefa de lutar pela “salvação e progresso da nação”, pela “salvaguarda da cultura nacional”, pelo “orgulho nacional” contra o “nihilismo nacional”, foi substituir a divisão marxista da nação – o campo do internacionalismo proletário contra o campo do nacionalismo burguês – por uma divisão nova – o campo do nacionalismo “popular” contra o campo do chauvinismo fascista.

Porquê Dimitrov foi assim levado a abandonar o marxismo-leninismo na questão nacional? Porque a ofensiva histórica do chauvinismo fascista, a sua campanha contra o “comunismo sem pátria”, despertava ecos profundos na pequena burguesia. Para atrair as forças pequeno-burguesas a uma frente comum com o proletariado havia que **tranquilizá-la**, recuando para posições que lhe fossem aceitáveis.

Incapaz de pôr a claro, pelos seus compromissos de classe, que “a força de contágio ideológico” do fascismo provinha da colaboração que lhe dava a pequena burguesia, ao transportar para as massas trabalhadoras a mentalidade nacionalista, Dimitrov não encontrou outra arma para contrapor ao chauvinismo racista e paranóico dos fascistas senão a recuperação “progressista” dos valores do nacionalismo.

Nisto, como em tudo o mais, em vez de apontar para um corte mais resolutivo entre a ideologia proletária e a ideologia pequeno-burguesa, apontou para a fusão “popular” entre uma e outra. Abriu assim caminho para a integração do proletariado no campo da nação, ou seja, da burguesia.

Proletariado e pequena burguesia

O povo revolucionário, operário-pequeno-burguês, unido na luta pela democracia e pela salvação da nação — é esta a argamassa ideológica com que Dimitrov construiu a sua política de frente popular antifascista. Argamassa estranha ao princípio marxista da luta de classe proletariado-burguesia.

— Mas como? — dirão aqueles que se agarram à aparência das palavras para fugir ao encadeamento dos raciocínios. — Não disse Dimitrov com toda a clareza que “só a actividade revolucionária **da classe operária** ajudará a utilizar os conflitos que surgem inevitavelmente no campo **da burguesia** para minar a ditadura fascista e a derrubar”⁽²⁹⁾? Não insistiu ele incansavelmente na necessidade de agrupar o proletariado num “exército combativo único lutando contra a ofensiva do Capital e do fascismo”⁽³⁰⁾?

Sem dúvida. Mas aquilo que deu com uma mão, tirou com a outra. Uma actividade realmente revolucionária do proletariado contra o fascismo tinha como único suporte a crítica às outras classes antifascistas, a demarcação face a elas, a independência política — justamente aquilo que Dimitrov lhe retirou. O que Dimitrov chamava de “actividade revolucionária da classe operária”, e desde então passou a ser entendido pelos partidos comunistas como tal, é a ocupa-

ção das primeiras linhas da luta **comum** antifascista, é o papel de **servente e força de choque** do movimento geral (isto é: burguês) antifascista.

“Cabe ao proletariado desempenhar o principal papel na luta do povo” – esta fórmula “avançada” que, desde há meio século, centristas e revisionistas repetem à boca cheia como prova do seu leninismo, é talvez a sua maior falsificação do leninismo, na medida em que, sob uma aparência radical, ilude a questão da **hegemonia**. Hegemonia do proletariado, a palavra incómoda que Dimitrov se “esqueceu” de usar, uma só vez que fosse, no seu relatório.

Lenine não se cansara de denunciar como os mencheviques, sob frases sonoras acerca da “acção revolucionária do proletariado”, negavam a este o papel de **condutor** do processo revolucionário e lhe reservavam um papel vistoso mas subalterno de **motor** ao serviço da burguesia liberal, uma vez que o punham a lutar “na vanguarda” das reivindicações políticas dessa burguesia.

Preparar a revolução, dissera Lenine, é em última análise levar o proletariado a **diferenciar-se como classe** face a todos os partidos burgueses. A independência política do proletariado não depende apenas da existência de um partido operário. Ela depende da capacidade de o seu partido “lhe revelar, pela teoria e pela prática, todas as facetas da burguesia e da pequena burguesia”⁽³¹⁾.

Era justamente essa revelação das “facetas da burguesia e da pequena burguesia” que Dimitrov suprimia quando calava o papel contra-revolucionário por elas desempenhado no ascenso do fascismo, quando inventava um alinhamento revolucionário da social-democracia e dos partidos pequeno-burgueses para justificar um bloco com essas forças, quando

recuperava os valores da Democracia e da Nação. A pretexto de melhor isolar o fascismo, comprometia de facto toda a possibilidade de diferenciação do proletariado como classe e retirava toda a capacidade revolucionária à política de frente popular. Não são as frases sobre a “actividade revolucionária da classe operária” que podem anular este facto.

“Somos um partido da classe”, “um partido revolucionário”, **mas** estamos prontos às acções comuns com as outras classes e os outros partidos; temos um objectivo final revolucionário, **mas** estamos prontos a lutar em comum pelas tarefas imediatas; temos métodos revolucionários de luta, **mas** estamos dispostos a apoiar os métodos de luta dos outros partidos⁽³²⁾.

Com esta formulação, tipicamente centrista, do discurso de encerramento do congresso, Dimitrov tentou fazer crer que o proletariado podia pôr-se ao serviço das reivindicações da pequena burguesia sem renunciar à defesa dos seus próprios interesses revolucionários, adoptar os métodos reformistas de acção das outras classes sem desistir dos seus próprios métodos revolucionários de luta, apoiar a liberalização do regime burguês sem abandonar a luta pela revolução.

Isto era uma falsificação completa do leninismo. Lenine considerava necessários todos os compromissos e manobras tácticas, lutas por reformas, etc., **apenas desde que** favorecessem em cada momento a elevação da consciência revolucionária do proletariado, a sua preparação para o combate decisivo. Lenine não tinha dúvida sobre “a necessidade, a necessidade absoluta de a vanguarda do proletariado, de a sua parte consciente, do partido comunista, manobrar, fazer

acordos e compromissos com os diversos grupos de proletários, os diversos partidos de operários e pequenos empresários”. Mas, acentuava, “a questão está em **saber** aplicar esta tática de modo a **elevantar** e não baixar o nível da consciência geral do proletariado, o seu espírito revolucionário, a sua capacidade de lutar e de vencer”⁽³³⁾.

O que Dimitrov fez foi quebrar a unidade leninista entre tática e estratégia. A um lado ficou, empalhada, a fidelidade aos princípios, a outro lado, a política do possível em tempos de fascismo. Somos revolucionários, mas enquanto não há condições para a revolução, vamos sendo reformistas...

A vida iria comprovar o fracasso desta política. Ao rebaixar a intervenção política do proletariado ao nível aceitável para a pequena burguesia, no âmbito da frente popular, os partidos comunistas aprisionaram o movimento operário, e com ele todo o movimento popular, nos limites do democratismo burguês, castraram-no, impediram-no de se voltar a levantar. Quando a política de frente popular foi levada às suas últimas consequências, descobriu-se que o proletariado perdera pelo caminho o seu bem mais precioso, a consciência dos seus interesses próprios, a independência política.

E assim, a política de Dimitrov não só bloqueou a passagem à luta revolucionária, que prometera para depois da queda do fascismo, como inclusive comprometeu por toda a parte esse próprio movimento antifascista que tanto ansiava por reforçar.

Ainda o proletariado e a pequena burguesia

Se a pequena burguesia não vem ter connosco, que remédio senão irmos ter com ela, para evitar o “fatal isolamento” do proletariado diante do fascismo? Este é na realidade o argumento último que inspira secretamente todos os raciocínios de Dimitrov e que até hoje se continua a fazer ouvir, de forma mais ingénua ou mais elaborada, como base da política unitária antifascista (ou antimonopolista, anti-imperialista, antibélica, etc.). “Vivemos na época em que o proletariado tem que se fundir politicamente com a pequena burguesia para não se isolar e para melhor a conduzir à luta” — é assim que se pensa, ainda que nem sempre se diga.

É aqui, em torno deste ponto, que podemos descobrir a linha de demarcação entre uma política revolucionária de alianças, no espírito do leninismo, e a política centrista, oportunista e capitulacionista de Dimitrov.

Lenine não deixou dúvida nenhuma de que toda a política do proletariado, para ser revolucionária, tem que assentar na luta pela hegemonia, pela demarcação, pela diferenciação, pela independência. Denunciando “o medo indecente de isolar o proletariado do povo pequeno-burguês”, explicava que o proletariado tem que **aprender justamente a isolar-se** das flutuações da pequena burguesia, para a educar e não ser arrastado por ela⁽³⁴⁾. A um menchevique, que se preocupava com a necessidade de pôr o partido ao nível da “consciência das largas massas populares”, contestava Lenine: “O que são as largas massas populares? São os proletários não evoluídos e os pequenos-burgueses, cheios de preconceitos conformistas, nacionalistas, reaccionários,

clericais, etc.". Pormo-nos ao seu nível inutilizar-nos-ia como partido da revolução. É certo, admitia, que a pressão destas massas pode impor limitações à nossa acção por considerações de oportunidade. Não poderemos fazer tudo o que desejaríamos. "Mas não vamos respeitar essa consciência atrasada: combatê-la-emos por todos os meios da persuasão, da propaganda e da agitação."⁽³⁵⁾

Este ponto de vista, que põe em causa toda a política e a ideologia unitárias populares a que os partidos comunistas aderiram desde o 7º congresso da IC, parte de uma constatação: a pequena burguesia, como ramo auxiliar do sistema capitalista de exploração do proletariado e semiproletariado, tem com esse sistema contradições que devem ser exploradas, **mas não tem interesses revolucionários.**

Daí a ideia leninista de que a única pedagogia que produz frutos na escola da luta de classes é colocar a pequena burguesia perante o **facto consumado** da luta revolucionária independente do proletariado. As vacilações pequeno-burguesas nunca se venceram com "apoio político" nem com "explicações pacientes", como queria Dimitrov, mas **pela força.** A pequena burguesia sempre cairá, em última análise, para o **lado do mais forte.**

Estas não eram ideias "sectárias", como depois fez crer Dimitrov. Assentavam no princípio leninista de que, **antes de o proletariado tomar o poder,** todas as alianças, acordos ou compromissos com a pequena burguesia teriam forçosamente um carácter limitado, temporário, contingente. Lenine insistiu exaustivamente sobre esta ideia, por altura do 2º congresso da IC, precisamente para combater as ilusões oportunistas que nasciam nos jovens partidos comunistas.

"Não se pode pensar sequer que a massa laboriosa pequeno-burguesa ou semipequeno-burguesa possa resolver antecipadamente este problema político extremamente complicado – estar com a classe operária ou com a burguesia. As hesitações das camadas trabalhadoras não proletárias são inevitáveis; é inevitável que façam por si próprias a experiência das coisas para poderem comparar a direcção da burguesia com a do proletariado."⁽³⁶⁾

"Em todos os países capitalistas existem, ao lado do proletariado (ou da sua parte avançada que tomou consciência das suas tarefas revolucionárias e é capaz de lutar por elas), numerosas camadas de trabalhadores inconscientes da sua condição proletária, semiproletária, semipequeno-burguesa, que seguem a burguesia e a democracia burguesa (inclusive os 'socialistas' da II Internacional); enganadas pela burguesia, essas camadas não acreditam nas suas próprias forças nem nas forças do proletariado, não têm consciência de que podem satisfazer as suas necessidades essenciais expropriando os exploradores.

Estas camadas de trabalhadores e de explorados fornecem aliados à vanguarda do proletariado, asseguram-lhe uma maioria estável na população; mas o proletariado só pode ganhar estes aliados por meio do instrumento do poder do Estado, isto é, depois de ter derrubado a burguesia e demolido o seu aparelho de Estado."⁽³⁷⁾

"O proletariado só ganhará a si essas camadas da população (semiproletários e pequenos camponeses) depois de ter vencido, depois de ter conquistado o poder estatal, isto é, depois de ter derrubado a burguesia, libertado todos os trabalhadores da canga do Capital e mostrado na prática os benefícios concedidos pelo poder proletário (os benefícios da emancipação do jugo dos exploradores."⁽³⁸⁾

A conclusão é óbvia. Se a pequena burguesia e as camadas que se situam entre ela e o proletariado só podem ser ganhas para o lado deste **depois** da burguesia ter sido derrubada – isso indica o carácter limitado que forçosamente

terão as alianças do proletariado com essas camadas **antes** de conquistar o poder. O que deita por terra toda a lógica dimitroviana de frente popular.

Mas não é verdade que o mesmo Lenine já salientara no *Esquerdismo* a capacidade dos bolcheviques “para se ligarem, se aproximarem, digamos mesmo, para se fundirem até certo ponto com as largas massas trabalhadoras, antes de mais com a massa proletária, **mas também** com a massa dos trabalhadores não proletários”⁽³⁹⁾? Não era a política de frente popular afinal uma mera aplicação nova desta ideia da **fusão até certo ponto** do proletariado com as massas não proletárias?

Esta objecção, infalível na boca daqueles que vêem a obra de Lenine como um mosaico pragmático ou uma espécie de chapéu de prestigeador, donde se pode tirar tudo o que se quiser, só mostra a incapacidade de os oportunistas raciocinarem em termos leninistas.

Lenine nunca se desviava do objectivo da independência e hegemonia do proletariado. Ao salientar como um dos alicerces da disciplina dos bolcheviques a sua capacidade para se fundirem até certo ponto com as mais largas massas, não estava a advogar qualquer fusão da política revolucionária com a política reformista, como se apressam a deduzir em alvoroço os seus falsificadores. Não tinha em vista nenhuma política “mista” de frente popular, à Dimitrov, de que não se encontram quaisquer traços em toda a sua obra e a sua acção.

O significado da citação do *Esquerdismo* não se presta a dúvidas: actuando diariamente dentro das massas proletárias e semiproletárias, inclusive das massas pequeno-burguesas trabalhadoras, em torno das reivindicações ime-

diatas que podem mobilizá-las contra o poder do Capital, o partido comunista deve abordar as questões sempre e só pelo ângulo que mais favoreça a libertação do proletariado **para fora** da ideologia reformista dominante. Nem isolar-se do movimento político real das massas, nem subordinar-se à sua dinâmica reformista espontânea, mas penetrar nele para fazer vir ao de cima a linha do proletariado e conduzi-lo através dos ziguezagues da luta de classes, no caminho da revolução.

Foi esta linha geral leninista que o 7º congresso rejeitou, sem se atrever a dizê-lo abertamente. É essa rejeição que hoje assumem de forma mais clara os revisionistas soviéticos, ao saírem em defesa de Dimitrov:

“O congresso rejeitou a posição largamente sustentada de que em todas as etapas da revolução era necessário assestar o golpe principal nas forças políticas intermédias. Este preceito demonstrara ser inconsistente, de todos os pontos de vista. Os comunistas declararam explicitamente que as forças e camadas intermédias podiam desempenhar um papel muito útil na luta contra o fascismo e pela democracia.”⁽⁴⁰⁾

Ora, a questão nunca estivera em reconhecer ou negar às forças intermédias um papel “muito útil” na luta contra o fascismo. A questão estava em saber se a utilização dessas forças como **reservas** do proletariado exigia ou não a paralisação da sua natural instabilidade. A questão estava em saber se, ao desistir da crítica, da demarcação, da luta pela hegemonia, para dar mostras de boa-vontade unitária, o proletariado não passava automaticamente a **reserva** da burguesia, a servente na guerra dos outros.

Foi este simples facto que Dimitrov tratou de embrulhar com as suas exortações unitárias.

Falsa alternativa

Mas persistir na demarcação da política proletária revolucionária face ao reformismo não era inviabilizar de facto qualquer hipótese de luta unida contra o fascismo e a guerra? Não era uma posição utópica, desfasada no tempo, sectária, inoperante nas novas condições?

Trata-se de uma falsa questão, que só influencia aqueles que, como Dimitrov, vêem a luta contra o fascismo como uma **excepção** à luta de classes “normal” e abdicam, em pânico, do marxismo.

Não era pelo facto de a vanguarda do proletariado continuar a declarar abertamente a sua decisão de derrubar o regime capitalista e persistir numa oposição inconciliável ao reformismo e à social-democracia, que afastaria da frente de luta comum as largas massas operárias, semiproletárias e pequeno-burguesas. Essas massas eram conduzidas necessariamente a opor-se ao fascismo, porque este as atingia brutalmente nos seus interesses económicos e na sua liberdade. Não lhes restava outra alternativa senão resistir. Só lhes faltava a vontade revolucionária para o fazer.

Ao modificar a sua tática, concentrando a luta na resistência ao ascenso do fascismo (ou no derrube da sua ditadura, caso já estivesse instaurada), o proletariado comunista criava, só com isso, a base política para uma ampla frente de luta por objectivos comuns.

Mas a luta comum contra o fascismo não queria dizer que o proletariado tivesse que encerrar-se no quadro da democracia burguesa e dos seus valores para ir ao encontro da pequena burguesia. Pelo contrário. Era só na medida em que o proletariado estivesse à altura de assumir a luta antifas-

cista como a expressão concentrada da sua luta de classe, era só na medida em que ele desfraldasse contra o fascismo as suas bandeiras revolucionárias, integrais, não truncadas, que podiam ser despertadas todas as suas energias combativas. Só assim ele assumiria plenamente o lugar de vanguarda que lhe estava destinado e faria **vir ao seu encontro** a democracia pequeno-burguesa, hesitante, cobarde e calculista, arrastando-a na sua esteira.

A escolha para o proletariado não se punha pois, ao contrário do que disse Dimitrov, entre democracia burguesa ou fascismo, mas entre luta revolucionária ou luta reformista contra o fascismo. A falsa alternativa a que amarrou os comunistas – “se não querem o nazismo, aceitem a democracia burguesa” – foi a forma de fazer desaparecer a verdadeira alternativa que estava posta: antifascismo revolucionário, para acabar com o capitalismo, ou antifascismo reformista, para o remendar.

Com a sua concepção de frente popular, Dimitrov não fez mais afinal do que exprimir o sentimento profundo das massas pequeno-burguesas, acicatadas e aterradas pelo fascismo, reivindicando com mais energia do que nos períodos de “normalidade democrática”, a **subordinação política integral** do proletariado aos seus objectivos estreitos, impotentes, egoístas. A capitulação face ao reformismo é a essência da política de frente popular do 7º congresso da Internacional.

2. O PACTO COM A SOCIAL-DEMOCRACIA

"Quanto maior for a influência da social-democracia, mais grave é o perigo do fascismo. Para obter êxitos na luta contra o fascismo e a guerra, é necessário que todas as secções da Internacional intensifiquem a actividade no sentido de arrancar os trabalhadores à influência dos partidos social-democratas."

O. KUUSINEN, 1933⁽¹⁾

No centro do relatório de Dimitrov e da política nova do 7º congresso da IC está a ideia de que seria possível unir de imediato os diversos partidos de base operária para a luta contra o fascismo e a guerra e de que toda a actividade política dos comunistas devia passar a ser subordinada a esse objectivo. Recordemos como Dimitrov colocou a questão:

"Uma única coisa falta ainda à classe operária dos países capitalistas: a unidade das suas próprias fileiras." "É possível realizar esta unidade de acção do proletariado nos diferentes países e no mundo inteiro? Sim, é possível. E imediatamente." "O estabelecimento da unidade de acção de todos os destacamentos da classe operária na luta contra o fascismo" é "a tarefa central imediata do movimento internacional do proletariado"⁽²⁾.

Como se ia realizar essa unidade de acção imediata de todos os destacamentos operários? O que é que a tornara possível?

Acordos de cúpula

A perspectiva da unidade de acção imediata de “todos os destacamentos operários” era algo de inteiramente novo em relação à política de frente única até então seguida pela Internacional. A IC sempre orientara a frente única no sentido de unir contingentes cada vez mais vastos do proletariado sob a direcção da sua vanguarda comunista, libertando-os da influência social-democrata, combatendo e desagregando a social-democracia e as outras correntes pequeno-burguesas no movimento operário.

Dimitrov abordou a questão da frente única de uma **maneira nova**, como ele próprio sublinhou. Tomou a compartimentação dos operários em comunistas, social-democratas, católicos, etc., como um dado que havia que aceitar nesse momento, por força das circunstâncias; partiu da ideia de que o partido comunista era um entre vários “destacamentos operários” e passou portanto a encarar a unidade de acção na base de **acordos**, como uma **coligação** de forças partidárias.

Por isso, embora reafirmando o princípio de que a unidade se conseguia, antes de mais, na base e pela acção, acrescentou-lhe uma ideia nova que veio modificar por completo a tática da frente única:

“É necessário trabalhar para realizar acordos, tanto a curto como a longo prazo, sobre as acções a praticar em comum com os partidos social-democratas, os sindicatos reformistas e as outras organizações dos trabalhadores.”

E indicou a necessidade de assinar “**pactos**” e criar “**comissões de contacto entre as direcções dos partidos comunista e socialista**”, seguindo o exemplo que já vigorava em França⁽³⁾.

É inegável que esta política dos pactos e acordos com as cúpulas social-democratas introduziu uma inversão na política de frente única que vinha sendo seguida desde o congresso anterior. Staline e Molotov, no auge da luta contra o oportunismo de Bukarine, tinham indicado à IC a via da frente única pela base como a forma de enfrentar a traição da social-democracia. A sua tática não excluía as propostas de acção comum às estruturas de base e intermédias dos PSD e dos sindicatos reformistas mas **só depois** de as confrontar com uma corrente unitária nas massas e como **meio auxiliar** para engrossar essa corrente. Recorria aos desafios às direcções social-democratas mas só como forma de melhor as **desmascarar** face a um movimento em marcha. **Excluía** por princípio qualquer entendimento com os chefes amarelos dos PSD e dos sindicatos.

Admitindo os pactos e acordos por cima, e isto no momento em que as direcções social-democratas acabavam de se confirmar como gerentes do capital imperialista e cúmplices do fascismo, Dimitrov varreu toda a política anterior e privou de sentido a palavra de ordem da unidade pela base e na acção.

Na nova dinâmica criada pela busca de acordos, compreende-se facilmente que as suas garantias de que a política de frente única conservava o objectivo de “fazer passar as massas das posições do reformismo para o lado da revolução” e continuaria a assentar numa “luta irreconciliável contra o social-democratismo enquanto ideologia e prática de conciliação com a burguesia”, tinham que esvaziar-se de todo o conteúdo e tornar-se garantias meramente verbais, declarações inócuas de princípios. A “maneira nova” de entender a frente única veio subordinar de facto toda a política

de frente única à negociação e à busca de um entendimento com os inimigos de classe. Transformou a política de frente única, de elemento da tática revolucionária, em elemento de uma tática oportunista de coligação de partidos “operários”.

Esta ideia de que o “realismo” era procurar a frente única pela negociação de cúpula com os partidos pequeno-burgueses, já Dimitrov a manifestara e aplicara na Bulgária (o que o levava a ser criticado e afastado da direcção do partido em 1929). Foi a mesma ideia que ele manifestou com toda a nitidez desde que começou a trabalhar na redacção das teses para o 7º congresso, em Junho de 1934: **“Deve deixar de se considerar oportunista todo e qualquer gesto voltado para os órgãos directivos do partido social-democrata.”** “Convém não deitar tudo para as costas dos chefes social-democratas, mas indicar também a responsabilidade dos operários social-democratas” (no avanço do fascismo)⁽⁴⁾.

A busca de acordos com as direcções social-democratas – eis a “maneira nova” com que Dimitrov encarou a política de frente única.

Apoio aos governos social-democratas

A nova atitude face à social-democracia foi estendida por Dimitrov mesmo aos países onde os PSD estavam no governo. Embora assegurando que os comunistas continuariam a manter uma posição “absolutamente negativa” face a esses governos, Dimitrov afirmou que isto não devia ser visto como um obstáculo inultrapassável para a frente única e que “também neste caso a frente única é perfeitamente possível e indispensável”⁽⁵⁾.

Em que consistiria? Os partidos comunistas não deveriam de futuro limitar-se a denunciar a política antioperária dos governos social-democratas, mas passar a exigir-lhes que levassem à prática a **parte positiva** dos seus programas. Assim criariam um ponto de partida para em seguida alargar a campanha pela frente única entre as massas social-democratas.

Na Bélgica, por exemplo, deveriam dizer: “Ministro Vandervelde, apoiamos as reivindicações a favor dos operários contidas na sua plataforma, mas tomamo-las a sério, queremos actos e não palavras vãs”... (Vandervelde era um chefe da II Internacional que se passara para o campo da burguesia imperialista desde a I Guerra Mundial, pelo que fora denunciado por Lenine.) Do mesmo modo, na Suécia, na Noruega, na Checoslováquia, os PC tinham campo de acção na luta pela realização das promessas feitas pelos PSD⁽⁶⁾.

Na Inglaterra, onde os trabalhistas tinham perdido o governo a favor dos conservadores, depois de traições sucessivas à classe operária, o PC deveria dizer aos operários: “Querem um governo trabalhista? Seja... Estamos prontos a apoiar a vossa luta pela formação de um novo governo trabalhista. Mas exigimos dele que defenda os interesses económicos e políticos mais urgentes da classe operária e de todos os trabalhadores.” “Os comunistas ingleses estão prontos a apresentar-se em comum com as organizações do Partido Trabalhista às próximas eleições parlamentares contra o ‘governo nacional’.”⁽⁷⁾ Esta seria a maneira mais frutuosa de libertar os operários de ilusões, na linha do que já vinha sendo aplicado em França.

Neste caso também, como no anterior, em nome da flexibilidade táctica, Dimitrov introduziu uma política intei-

ramente nova face à social-democracia. A IC nunca defendera que os comunistas se devessem limitar à simples propaganda contra os governos social-democratas. Sempre orientara os PC no sentido de porem em confronto perante a classe a contradição entre as promessas da social-democracia enquanto era oposição e os seus actos quando chegava ao governo. Mas sempre utilizara isso como **uma parte** no seu trabalho de agitação e propaganda, que visava encaminhar as massas na via das palavras de ordem revolucionárias do partido comunista e emancipá-las das esperanças reformistas. A IC sempre mantivera claro que a tática dos comunistas assumirem como suas as promessas social-democratas só tinha aplicação revolucionária quando as massas operárias **em ascenso** estavam em condições de arrancar aos chefes amarelos promessas **irrealizáveis** no quadro do capitalismo, estreitando assim cada vez mais o campo de manobra da social-democracia e amadurecendo condições para uma crise revolucionária.

Ora, Dimitrov, ao rebaixar o campo das reivindicações comunistas à “parte positiva” dos programas de governo social-democratas, ao fazer dos PC os lutadores mais consequentes pela realização das promessas social-democratas, empurrava os partidos para o papel de **apêndices de esquerda** da social-democracia. Em nome de uma agitação “mais eficaz” junto das massas social-democratas, os PC iriam amarrá-las às palavras de ordem truncadas, ilusórias, dos PSD, incapazes, mesmo no melhor dos casos, de sair dos limites da ordem burguesa. Seriam os PC a fechar as massas no mesquinho horizonte reformista em que eram metidas pela social-democracia. Seriam os comunistas, em nome do falso radicalismo do “queremos actos”, a activar

nas massas atrasadas a expectativa de que finalmente iriam obter de um governo “socialista” as reformas prometidas.

Apoio crítico e pressão positiva sobre os governos social-democratas – eis o segundo elemento da nova tática de frente única de Dimitrov.

Liquidação da corrente sindical revolucionária

A acção sindical, que sempre constituíra o terreno mais fértil para a aplicação da política de frente única operária, só mereceu umas escassas cinco páginas no relatório. Nelas Dimitrov expôs a mesma tese que atravessa todo o relatório: embora no passado os chefes reformistas tivessem criado a divisão, com a sua política de colaboração com a burguesia e de discriminação contra os comunistas, estes deveriam fazer uma viragem para a unidade sindical à escala nacional e internacional. Sindicatos de classe únicos em cada país e Internacional Sindical Única com base na luta de classe seria o seu objectivo, a atingir peja **unificação das organizações sindicais existentes**⁽⁸⁾.

Esta ideia da unificação das organizações sindicais existentes constituía uma inversão completa da linha sindical que fora seguida pela ISV a partir do 10º Pleno do CEIC, de Julho de 1929. De facto, esse pleno impulsionara, na linha das resoluções do 6º congresso da IC, a **disputa directa** do movimento sindical aos reformistas, acabando com a expectativa seguidista que se viera infiltrando na acção sindical comunista. Fora aí colocada na ordem do dia a tarefa de “afirmar a influência directa do Partido Comunista sobre

a maioria da classe operária por meio das suas correias de transmissão: sindicatos, comités de empresa, comités de greve, etc.”, fazendo “apelo directo à classe operária, aos operários social-democratas e sem partido, aos operários organizados e desorganizados”⁽⁹⁾. A tática passiva de pressionar os caciques sindicais e esperar pela gradual transformação dos sindicatos por dentro fizera o seu tempo. Impunha-se apontar a actividade da corrente sindical revolucionária para a conquista das massas sindicalizadas, a fim de correr com os chefes amarelos e romper com o legalismo sindical, que se confundia cada vez mais com a legalidade burguesa⁽¹⁰⁾.

Vitalizada por esta política, a ISV decidira no seu 5º congresso, de Agosto de 1930, fortalecer a oposição sindical revolucionária como núcleo potencial de uma nova estrutura sindical, criar núcleos sindicais revolucionários a nível das fábricas, concorrer com listas próprias às eleições sindicais, responder às perseguições dos caciques sindicais amarelos com a criação de sindicatos vermelhos, lá onde, e apenas onde, a oposição sindical revolucionária já dispunha de uma forte implantação de massas⁽¹¹⁾.

Foi a aplicação desta linha de disputa aberta com a social-democracia que permitiu à ISV durante os anos da grande crise, sobretudo em 1932, conduzir grandes greves, manifestações de desempregados e actos de rebelião aberta, através dos quais a parte mais activa do proletariado se passou dos velhos sindicatos reformistas para sindicatos revolucionários.

Dimitrov nada disse no seu relatório sobre esta rica experiência no terreno sindical, que abria largas perspectivas de desagregação da corrente sindical reformista. E isto por-

que toda a sua nova política de frente única exigia um acordo geral com a social-democracia. Foi por isso que no 7º congresso, em vez de dar novo impulso à ISV, corrigindo audaciosamente as vacilações e manifestações de passividade e estreiteza que ainda a limitavam, veio criticar a “presunção sectária” dos comunistas que insistiam em levar por diante a corrente sindical revolucionária em confronto com os reformistas, veio assegurar aos reformistas que “os comunistas não defendem a todo o preço a existência independente de sindicatos vermelhos”⁽¹²⁾, veio condenar a experiência alemã, com o argumento de que “tudo se concentrava em volta da Oposição sindical revolucionária que visava de facto substituir os sindicatos”⁽¹³⁾, veio exaltar a experiência francesa de compromisso com o sindicalismo social-democrata.

Dimitrov condenou, pelo silêncio ou pela crítica explícita, toda a orientação anterior da ISV, que visava a derrota do reformismo como condição para a unidade sindical. E, em lugar dela, propôs uma outra, a via da unificação sindical pelo acordo com a social-democracia. Quando declarou que a viragem para a unificação sindical seria “**a etapa essencial na consolidação da frente única**”⁽¹⁴⁾, ele estava chamando a atenção do congresso para a necessidade de **fazer concessões à social-democracia na questão sindical como contrapartida para tornar possível a negociação de um acordo político global entre PC e PSD.**

Com efeito, a frente sindical era o ponto mais sensível nas relações entre PC e PSD, porque nela se jogava a disputa da influência directa, diária, sobre as grandes massas proletárias. Os social-democratas, que viam a sua hegemonia sindical ameaçada pelo avanço dos comunistas, exigiam, como condição para qualquer acordo, a **dissolução da ISV e da cor-**

rente sindical independente. E foi isso que Dimitrov e o 7º congresso lhes deram. A partir do 7º congresso, a IC jogou toda a sua política sindical na negociação com a IOS e as cúpulas social-democratas, com vistas à fusão numa organização sindical única. Desmantelou-se a corrente sindical de classe, integraram-se os sindicatos vermelhos existentes nos sindicatos reformistas, e por fim **dissolveu-se a ISV (1937).**

As “condições” enunciadas por Dimitrov para a unificação – luta contra o capital, luta contra o fascismo, democracia no interior dos sindicatos – tinham só um valor de regateio. O que interessava isso se a unificação estava à partida decidida no sentido exigido pelos social-democratas, isto é, pela capitulação da política sindical independente dos comunistas?

Com a “viragem” do 7º congresso, cumpriu-se a ameaça entrevista pelo 12º Pleno do CEIC, ao alertar que “o perigo principal na actual etapa” é “a capitulação oportunista perante a burocracia sindical reformista, **na ânsia de obter a unidade a todo o custo**”⁽¹⁵⁾.

O “ascenso revolucionário” da social-democracia – uma invenção

Como iam os PC chamar os PSD à unidade de acção contra o fascismo e a ameaça de guerra? Porque se tornara de repente possível aquilo que até então fora impossível? Isso acontecia, afirmou Dimitrov, porque na social-democracia teria surgido “um campo de elementos revolucionários... partidário da realização da frente única com os comunistas e começando, cada vez em maior número, a passar para as posições da luta revolucionária de classe”, “um campo de social-

-democratas de esquerda (sem aspas), de operários em vias de se tornar revolucionários”⁽¹⁶⁾.

Esta ideia, apresentada de forma ainda pouco desenvolvida no relatório, podia passar como uma mera reafirmação mais enfática da diferença que sempre a IC fizera entre as cúpulas social-democratas e a sua base operária. Mas ela tomou contornos precisos no discurso de encerramento do debate, como uma apreciação globalmente nova do papel da social-democracia.

A situação e a atitude da social-democracia em relação à burguesia, sustentou Dimitrov, “modificaram-se ou estão a modificar-se”, porque, devido à crise, “as camadas mais abastadas da classe operária, a que se chama a aristocracia operária... estão a rever cada vez mais as suas antigas opiniões sobre a utilidade da política de colaboração de classe com a burguesia”; “há um processo de ascenso revolucionário que se está verificando no seio dos partidos social-democratas de todos os países”; “torna-se mais difícil, e em certos países completamente impossível para a social-democracia a continuação do seu antigo papel de sustentáculo da burguesia”⁽¹⁷⁾.

Não é demais insistir sobre o enorme alcance político desta tese (que Dimitrov não tentou sequer documentar com qualquer exemplo). Se toda a camada superior da classe operária renunciava à colaboração de classe, se a social-democracia entrava em ascenso revolucionário em todos os países e tendia a deixar de ser o sustentáculo da burguesia – isso significava que era preciso substituir a política de desagregação da social-democracia pela aliança com ela, a começar pela sua ala esquerda. **Para justificar a nova política de aliança com a social-democracia, Dimitrov teve de inventar um “ascenso revolucionário” inexistente.**

A verdade, que a história comprovou sem lugar para dúvidas, é que não se estava a dar nenhum ascenso revolucionário da social-democracia, nem qualquer mudança fundamental no alinhamento da aristocracia operária. Mantinha-se actual a observação do 6º congresso de que “a aristocracia da classe operária, comprada e corrompida pelo imperialismo, que constitui os quadros dirigentes dos partidos social-democratas... colocou-se, no momento das batalhas de classe decisivas, ao lado do inimigo de classe do proletariado”⁽¹⁸⁾.

O que havia de novo – e Dimitrov não podia ignorá-lo – era uma pressão crescente na massa operária dos PSD para se chegar a um acordo unitário com os comunistas, **numa base democrático-reformista**, na esperança de que assim se evitassem novas vitórias do fascismo semelhantes às da Alemanha e da Áustria. Longe de ser um “ascenso revolucionário”, tratava-se de uma reacção puramente defensiva, que visava reforçar o campo do reformismo com o concurso dos comunistas. Não se tratava de nenhuma renúncia por parte da aristocracia operária à colaboração com a burguesia, mas de um reforço **da corrente** democrático-burguesa nas massas intermédias, atemorizadas pelo avanço do fascismo.

Sem dúvida, os PC deviam utilizar esta deslocação, na medida em que ela favorecia a frente unida de resistência ao fascismo. Mas só poderiam fazê-lo se tivessem clara consciência dos seus limites. Isto significava que deviam manter a iniciativa política e a decisão revolucionária, redobrar nas propostas de acção unida aos operários social-democratas, redobrando ao mesmo tempo na denúncia implacável da atitude sabotadora dos dirigentes e aparelhos da social-democracia. Só esta ofensiva combinada teria acelerado a

evolução das bases social-democratas **vacilantes e não revolucionárias**, transformando-a numa larga deslocação para a esquerda, teria agravado as discórdias nas esferas superiores da social-democracia (como de resto previra o 13º Pleno)⁽¹⁹⁾, e teria consumado a ruptura que se desenhava no campo social-democrata.

Com a tese inventada do “ascenso revolucionário” da social-democracia e a conseqüente viragem para a coligação com ela, os PC incapacitaram-se para aprofundar a brecha nos PSD e, pelo contrário, ajudaram a colmatá-la. Obtiveram êxitos imediatos e aparentes à custa do reforço da social-democracia, do reforço das ilusões democrático-reformistas nas massas operárias e do conseqüente enfraquecimento da corrente operária revolucionária.

Crítica de compromisso

Mas não é verdade que, ao dirigir-se aos PSD para tentar a todo o custo um acordo de acção contra o fascismo, Dimitrov não abdicou da crítica de princípios que a IC sempre fizera à social-democracia? Não reafirmou ele claramente que “a social-democracia abriu ao fascismo o caminho do poder... desorganizando e dividindo as fileiras da classe operária”? Não condenou com vigor o “papel cisionista reaccionário dos chefes da social-democracia” e a “política social-democrata de colaboração de classe com a burguesia”⁽²⁰⁾?

Examinemos esta objecção, que costuma ser invocada em defesa de Dimitrov. É certo que não faltam, ao longo do seu relatório, as críticas à social-democracia. Era impossível omiti-las, no momento em que as sucessivas traições dessa

corrente faziam sentir os seus resultados no avanço do fascismo. O que é significativo é que Dimitrov, forçado a criticar a social-democracia, neutralizou essa crítica sob uma avalanche de argumentos conciliatórios, que funcionaram como uma oferta de compromisso.

Veja-se a crítica aos partidos social-democratas por não terem aproveitado a sua passagem pelo governo (na Alemanha, na Áustria, na Espanha) para dissolverem as forças reaccionárias, depurar o exército, expropriar os latifundiários, etc., etc.⁽²¹⁾. Parecerá aos comunistas inexperientes ou desprevenidos uma crítica de princípio. Mas discutir aquilo que a social-democracia devia ou não devia ter feito, do ponto de vista revolucionário, era já tratá-la como um partido operário vacilante e não como um partido burguês. Em vez de mostrar que os sucessivos serviços prestados à burguesia contra o proletariado é que tinham dado acesso aos lugares de ministros para os chefes amarelos, para **irem continuar a traír** a classe, num plano mais elevado, Dimitrov argumentou como se fosse possível esperar outra coisa desses governos. Criticando os maus governos social-democratas, deixava implícita a ideia de que poderiam vir outros **melhores**.

Vejam-se, por outro lado, as garantias prodigalizadas por Dimitrov à social-democracia, de que os comunistas só querem alargar a sua influência, não “por estreito interesse de partido”, mas porque anseiam por reforçar a frente unida; de que os comunistas não atacam a social-democracia como tal mas apenas criticam os inimigos da unidade; de que os comunistas **convêm mais à social-democracia como aliados do que os partidos democrático-burgueses(!)**; de que os comunistas não representam qualquer ameaça para

a pequena burguesia, não pretendem para já a ditadura do proletariado mas apenas defender as liberdades, de que não são ditadores nem querem comandar nada, etc., etc.⁽²²⁾.

Toda esta confrangedora série de explicações à social-democracia, para tentar ganhá-la para um acordo, retirava os PC do seu terreno revolucionário próprio e deslocava-os para o terreno democrático-burguês. Implicava um compromisso de que os operários iriam deixar de lutar para si próprios, para passar a pôr-se ao serviço da coligação antifascista, isto é, da democracia burguesa. Formalmente dirigida às bases do PSD, ela continha na realidade uma transparente oferta de tréguas e de compromisso aos chefes social-democratas para um consórcio antifascista mediante um recuo estratégico dos PC.

Constatando que “o proletariado internacional sofreu demasiado com as consequências da cisão do movimento operário”, Dimitrov perguntava: “Não é claro que a acção comum dos aderentes dos partidos e organizações das duas Internacionais – da IC e da II Internacional – facilitaria a resposta de massas ao impulso fascista e aumentaria o peso político da classe operária?”⁽²³⁾

Ora, as vantagens da unidade nunca ofereceram dúvidas a ninguém. O que importava era mostrar donde tinham partido os obstáculos à unidade de acção, explicar as causas sociais que tornavam **impossível** a unidade das duas Internacionais. O apelo unitário de Dimitrov não conseguiu mudar a natureza de classe da social-democracia. A única coisa que conseguiu, ao prender os comunistas à miragem da unidade, foi arrastá-los para o abandono das suas próprias posições revolucionárias.

A batalha anti-sectária

Um dos principais méritos de Dimitrov, diz-se desde há 50 anos, foi a coragem com que declarou guerra ao sectarismo que entorpecia as fileiras comunistas e as incapacitava para uma audaciosa política de frente única contra o fascismo. É altura de situarmos politicamente esta campanha contra o sectarismo, que desde então nunca mais deixou de estar no centro da vida dos partidos.

“Na situação actual — afirmou Dimitrov — é o sectarismo, o sectarismo auto-suficiente, como o qualificamos no projecto de resolução, que entrava antes de tudo a nossa luta pela realização da frente única.”⁽²⁴⁾ A tarefa central dos comunistas era pois “extirpar todos os vestígios do sectarismo” esse “vício enraizado”, que vinha bloqueando a sua influência política e que “representa no momento actual o maior obstáculo à aplicação da verdadeira política bolchevique de massas dos partidos comunistas”⁽²⁵⁾. Havia que acabar com o “isolamento da vida real das massas”, meter-se na “escola das massas”, “pôr fim ao esquematismo e ao limitado espírito doutrinário”, não tomar os desejos por realidades, conformar-se com a situação objectiva, etc.

Com razão se vê nesta campanha anti-sectária lançada por Dimitrov uma autêntica revolução na vida da IC, uma linha de separação entre duas épocas distintas. Só que o sentido dessa “revolução” não foi o que normalmente se lhe atribui. O que ela trazia de novo era que, ao exigir que se derrubasse como “sectário” tudo o que entravava a imediata realização da frente única, Dimitrov privava os comunistas dos seus próprios critérios revolucionários e subordinava-os à pressão espontânea do movimento, que ia toda

no sentido da coligação entre comunistas e socialistas. A batalha “anti-sectária” do 7º congresso teve assim um papel decisivo na preparação dos comunistas para aceitarem como bom aquilo que antes criticavam, baseados em posições de princípio.

Ao “descobrir” no movimento comunista internacional o “vício enraizado do sectarismo”, Dimitrov falseou todos os fundamentos da linha de massas até aí praticada. Na realidade, os comunistas já sabiam que era preciso unir-se às massas, evitar o isolamento da vanguarda, traçar as tarefas correspondentes a cada etapa da revolução, escolher as formas de luta adequadas ao estado do movimento, etc. Mas também sabiam que a união às massas não podia ser absolutizada: a denúncia da colaboração de classe da social-democracia forçosamente pareceria “sectária” às massas operárias atrasadas, mas nem por isso podia deixar de ser feita; a denúncia dos conluíus da burguesia liberal e da Igreja com o fascismo não podia ser calada, embora parecesse necessariamente “sectária” às grandes massas dominadas por preconceitos democrático-reformistas e religiosos; nem se podia desistir da crítica ao pacifismo, ainda que ela parecesse “sectária” e mesmo “insensata” a milhões de trabalhadores atemorizados pela ameaça de guerra, etc.

Numa palavra: era inevitável que uma política de defesa dos interesses revolucionários do proletariado aparecesse em certas alturas como “rígida”, “sectária”, “estreita”, aos olhos de grandes massas que só seriam instruídas nas batalhas de classe. Os comunistas tinham de procurar as palavras de ordem, as formas de acção, as iniciativas que melhor contribuíssem para deslocar as massas **em direcção às tarefas que a vida delas exigia**. Não podiam, em nome

do combate ao sectarismo, pôs-se a reboque da consciência espontânea do movimento.

Mas foi esta adaptação que Dimitrov lhes veio exigir. Condenar o “sectarismo” como o mal supremo dos PC num momento em que sobre as massas se exercia a pressão avassaladora do reformismo e do pacifismo equivalia a nivelar o movimento pelas posições mais recuadas. Isto explica a popularidade fácil que a partir de então a “luta contra o sectarismo” obteve como tarefa central permanente no movimento comunista. Em nome da “ligação às massas” dissolveram-se os critérios de princípio, justificaram-se todas as cedências e adaptações oportunistas.

Lenine e a unidade operária

A ideia de que a política de frente única consistiria em tudo subordinar à conquista da maioria da classe operária foi apresentada por Dimitrov e pelas teses do CEIC para o 7º congresso como se correspondesse às posições defendidas por Lenine no 2º congresso da Internacional.

Ora, Lenine pusera aí a questão de forma muito diferente, que não é demais recordar. A tarefa, para alcançar a vitória do socialismo – dissera Lenine – consistia em “arrastar e conduzir atrás da vanguarda revolucionária do proletariado, do seu partido comunista, não apenas todo o proletariado ou a sua esmagadora maioria, mas também toda a massa dos trabalhadores e dos explorados pelo capital”⁽²⁶⁾.

E porquê se tornava necessário **arrastar e conduzir atrás?** Lenine não deixara dúvidas:

“Supor que a maioria dos trabalhadores e dos explorados poderia, nas condições da escravidão imperialista, sob o

jugo da burguesia, ganhar uma consciência, convicções, um carácter socialista absolutamente claro e a toda a prova" é "idealizar o capitalismo e a democracia burguesa".

"Só depois de a vanguarda do proletariado, apoiada por toda a classe que é a única revolucionária, ou pela sua maioria, ter derrubado os exploradores, os ter esmagado, ter libertado os explorados da escravidão e melhorado de imediato as suas condições de existência à custa dos capitalistas expropriados, só após uma áspera luta de classe e no próprio decurso dela, será possível realizar a instrução, a educação e a organização das mais largas massas trabalhadoras e exploradas em torno do proletariado, sob a sua influência e direcção."⁽²⁷⁾

Lenine falava pois na conquista da maioria, mas como um processo que depende da coerência revolucionária **da minoria**. Combatendo a ideia de que o partido comunista, como minoria, não deveria tomar a direcção da revolução, disse Lenine também nesse congresso:

"Na época do capitalismo, quando as massas operárias estão submetidas a uma exploração contínua que impede o desenvolvimento das suas capacidades humanas, o traço mais característico dos partidos políticos operários reside precisamente no facto de só poderem atingir uma minoria da sua classe. O partido político agrupa apenas uma minoria da classe, do mesmo modo que em qualquer sociedade capitalista os operários realmente conscientes não passam de uma minoria dos operários. É forçoso pois reconhecer que só esta minoria consciente pode dirigir as largas massas operárias e arrastá-las consigo."⁽²⁸⁾

Estão aqui, como se vê, duas concepções antagónicas de frente única operária. Para Lenine, a chave da unidade operária está em elevar a consciência e capacidade revolucionária da vanguarda, para que ela se torne capaz de **arrastar** consigo a maioria da classe, e atrás dela, as grandes massas

trabalhadoras. Por isso mesmo, Lenine nunca perdeu tempo a explicar as vantagens da unidade, nem espalhou sonhos numa ampla unidade geral dos operários. Trabalhando pela **hegemonia** do proletariado, sob a condução da sua vanguarda, estava a trabalhar pela unidade. A unidade viria (como se comprovou no Verão de 1917 com a conquista da maioria dos soviets para o lado dos bolcheviques) como produto da hegemonia.

Para Dimitrov, o problema pôs-se de modo inverso. Alegando que a ameaça do fascismo e da guerra exigia um caminho mais rápido para a unidade operária, sacrificou o princípio da hegemonia e fez recuar a vanguarda comunista para o terreno mais aceitável para a massa. É esse o significado da sua batalha contra o “sectarismo”.

Condenação da linha de “classe contra classe”

Para fazer aceitar pelos partidos esta “maneira nova” de entender a frente única operária, era necessário rejeitar a política seguida pela IC desde o congresso anterior. Mas como isso implicaria um ataque directo a Staline, principal responsável por essa política, Dimitrov optou por desacreditá-la indirectamente, em nome da denúncia do sectarismo.

A linha aprovada pelo 6º congresso, afirmou, fora justa, mas a sua aplicação fora distorcida devido a que a luta contra o sectarismo “não fora sequer iniciada”⁽²⁹⁾. E estendeu um verdadeiro rosário de erros que teriam sido cometidos:

“...o sectarismo travava em notável medida o crescimento dos partidos comunistas, entravava a realização de uma verdadeira política de massas, impedia a utilização das difi-

culdades do inimigo de classe para reforçar as posições do movimento revolucionário, dificultava os esforços para fazer passar as grandes massas proletárias para o lado dos partidos comunistas.” Sobrestimava-se a maturação revolucionária das massas, tentava-se queimar etapas, substituía-se com frequência a direcção das massas pela direcção de um estreito grupo do partido, subestimava-se a força de ligação tradicional das massas com as suas organizações, estandardizava-se a táctica e as palavras de ordem para todos os países, menosprezava-se o esforço para conquistar a confiança das massas, desdenhava-se a luta pelas reivindicações parciais dos operários, etc., etc.⁽³⁰⁾

Aquilo que Dimitrov enumerou como práticas sectárias foram na realidade outras tantas acusações veladas de **esquerdismo** que dirigiu à política de “classe contra classe”. Só insinuando essa ideia podia fazer passar a sua viragem sem incorrer na acusação de direito.

Não sendo aqui o lugar para dar o balanço à política de “classe contra classe” e aos erros que eventualmente tenha comportado, é preciso dizer que esta imagem de um movimento afogado no sectarismo e paralisado pelo esquerdismo é uma deturpação grosseira da realidade.

Se isso tivesse sido assim, como se compreenderiam as grandes lutas, greves, etc., envolvendo milhões de trabalhadores, conduzidas nos anos da grande crise pelos PC da Alemanha, EUA, Checoslováquia, França, Polónia, Roménia, Espanha? Como se explicaria o aumento incessante da influência de massas do KPD antes do golpe nazi (de 10,6 para 16,8 % dos votos entre 1928 e 1932)? Como teria sido possível que os PC, quase por toda a parte sujeitos a férrea clandestinidade (havia apenas 16 partidos legais), tivessem passado de 65 para 76 e o número de comunistas (sem contar o partido soviético) tivesse aumentado em 300 mil⁽³¹⁾?

Dimitrov não disse, porque isso enfraqueceria o crédito da sua campanha anti-sectária, que o CEIC mantivera desde 1928 uma luta perseverante em duas frentes, em primeiro lugar contra o oportunismo de direita, **mas também** contra as tendências esquerdistas e sectárias suscitadas nos partidos pela radicalização da luta de classes e pelas traições da social-democracia.

O 6º congresso e os plenos do CEIC fizeram uma crítica enérgica aos comunistas que resistiam à tática de frente única operária, que se recusavam a trabalhar nos sindicatos reformistas e tendiam a encerrar-se em pequenos sindicatos vermelhos sem base de massas, que identificavam a social-democracia com o fascismo e confundiam as massas social-democratas com os seus chefes amarelos, que substituíam as palavras de ordem parciais pela propaganda abstracta da revolução, ou que se deixavam arrastar para o aventureirismo putchista⁽³²⁾.

Se predominaram durante este período tendências esquerdistas e aventureiras em certos partidos, como foi o caso do PC da China, essa não foi de forma alguma a característica geral do movimento.

O que se passara nesse período, e devia ter sido realçado por Dimitrov para se entender a orientação geral da política de “classe contra classe”, fora uma **brutal guinada à direita da social-democracia**, a reboque da burguesia reacçãoária. Como justamente observara a reunião do Presidium do CEIC, de Fevereiro de 1930, “quanto mais aguda a crise do sistema capitalista, tanto mais rapidamente os dirigentes da social-democracia se transformam num elemento acessório da oligarquia financeira, tanto mais activo e directo se torna o papel da social-democracia na defesa do sistema

capitalista, na repressão do movimento revolucionário das massas operárias e dos povos coloniais, assim como na preparação da guerra contra a União Soviética”⁽³³⁾.

Esta situação objectiva não só justificava como exigia da IC uma intensificação da luta contra a social-democracia. O argumento, insinuado por Dimitrov e mais tarde repetido em coro por todos os revisionistas, de que a “rigidez” dos comunistas em 1928-1934 acentuara a divisão do movimento operário e favorecera o ascenso do fascismo, põe a questão de pernas para o ar para ilibar a social-democracia.

Staline e a esquerda da IC viram justo quando denunciaram a social-democracia alemã, polaca, austríaca, inglesa, como social-fascista, quando alertaram os comunistas contra a tentação de uma aliança com as alas “esquerda” social-democratas, que funcionavam como cavalos de Tróia da capitulação junto dos PC, quando insistiram em que, nas condições existentes, a frente única só podia ser obtida pela união na base e na acção.

Staline tivera razão ao centrar o fogo da luta interna na IC sobre as tendências direitistas e conciliadoras que obstruíam a disputa directa do movimento operário e tentavam impor uma negociação com a social-democracia. Se as tendências vacilantes e capituladoras de Bukarine, Droz, Tascá, Ewert, Togliatti, e do próprio Dimitrov, que tinham afinidades com as posições então defendidas por Trotski, não tivessem sido denunciadas e batidas em 1929-1933, toda a capacidade de luta dos comunistas contra o fascismo e a guerra teria sido esvaziada e o assalto imperialista contra a União Soviética teria sido desencadeado muito mais cedo.

Foi essa resistência inquebrantável à ofensiva reaccionária e aos seus servidores social-democratas que Dimitrov condenou sob a bandeira do “anti-sectarismo”.

Quem deu a vitória ao nazismo?

Para abrir espaço à nova política de entendimento com a social-democracia, Dimitrov teve que adoçar e diluir o balanço às causas da vitória do nazismo. Aquilo que era a **principal tarefa política do 7º congresso** – analisar o processo de luta de classes que conduziu o fascismo ao poder no país de mais forte movimento operário e onde se vivera a mais profunda crise revolucionária da Europa – ficou reduzido no relatório a algumas críticas dispersas ao “papel cisionista reaccionário dos chefes da social-democracia alemã”, atenuadas inclusive pela crítica paralela aos comunistas, que também teriam sido culpados de sectarismo e de falta de vigilância contra o nazismo⁽³⁴⁾.

Com esta discrição e esta partilha das responsabilidades a meias, Dimitrov abriu as portas à campanha mistificadora com que a social-democracia desde então procurou fazer esquecer a sua traição histórica e lançar sobre a “cegueira sectária” dos comunistas a principal responsabilidade no advento do nazismo.

O que o 7º congresso deveria ter analisado frontalmente para tirar lições era a **política de classe** que levava o SPD no poder a massacrar os manifestantes do 1º de Maio de 1929 em Berlim, a pôr o reaccionário Hindenburg na presidência, a rejeitar o apelo à frente única operária lançado pelos comunistas quando da queda do governo Brüning em Maio de 1932, a capitular sem um tiro perante o golpe de von Papen, apesar de dispor de uma força de 90 mil homens armados, a rejeitar as propostas comunistas de greve geral quando Hitler subiu ao poder, contrapondo-lhes apelos “à calma e ao bom-senso”, a declarar obediência a Hitler

quando milhares de operários eram presos e massacrados, a participar nos festejos nazis do 1º de Maio, a expulsar por fim os judeus do SPD... numa espantosa sucessão de traições, para tentar salvar, mesmo de rastos, a legalidade, os postos parlamentares, sindicais e administrativos.

A Dimitrov não convinha remexer demasiado neste passado “doloroso”, porque isso obrigaria a reafirmar a linha de demarcação antagónica entre comunismo e social-democracia. Por isso recorreu ao subterfúgio de pôr o passado para trás das costas com brandas censuras e lamentações. Para Dimitrov era “pouco táctico” reconhecer que a social-democracia alemã se transformara num partido abertamente contra-revolucionário depois da repressão sangrenta que exercera sobre os operários durante os acontecimentos revolucionários de 1918 e 1923 e que o qualificativo de “social-fascista” que lhe fora dado pelo KPD era inteiramente merecido e o único apropriado.

Dimitrov precisava de fazer esquecer a apreciação do 12º Pleno do CEIC, que pusera o dedo na ferida ao sublinhar que, “para a social-democracia, a questão do ‘mal menor’ põe-se, não como a escolha entre democracia ou fascismo, mas como a escolha entre fascismo ou revolução proletária. **A social-democracia escolhe a ditadura fascista como mal menor face à ditadura do proletariado**”⁽³⁵⁾.

Mas fora isto precisamente que se passara. Perante a deslocação de milhões de operários para o campo do comunismo durante os anos da grande crise e perante a perspectiva de uma confrontação entre comunismo e nazismo, a social-democracia alemã optara pelo apoio deliberado ao nazismo, como barreira à ameaça da revolução.

Só neste quadro poderia o 7º congresso ter feito uma

análise correcta aos erros dos comunistas alemães. Erros tácticos pontuais, como a participação no plebiscito na Prússia (exigido pelos nazis para tentar derrubar o governo social-democrata), não podiam obscurecer o facto de que os comunistas tinham sido **os únicos** a ocupar a ponta da luta contra o ascenso do nazismo, a dar a vida desde 1930 nos combates de rua contra os bandos das SA, a lançar, apesar da sabotagem do SPD, acções antifascistas de massa e acções unitárias, como o Congresso de Unidade Antifascista, de Julho de 1932 em Berlim, a multiplicar as propostas de acção comum, sempre rejeitadas.

Uma análise de princípio à acção do KPD teria revelado que o seu erro principal não fora a “arrogância” que Dimitrov lhe censurou, mas, pelo contrário, fora a **insuficiente decisão** para assumir as suas responsabilidades revolucionárias, desagregar mais audaciosamente a influência social-democrata na classe operária, ganhar um apoio sólido no campesinato desorientado pela demagogia nazi e preparar-se a tempo para enfrentar pelas armas o assalto nazi, contando com as próprias forças. O erro essencial do KPD fora ainda a dependência da social-democracia, uma certa ilusão no comportamento dos chefes social-democratas.

A experiência alemã provara que, na nova época de ascenso da reacção e de marcha acelerada para a guerra imperialista, não havia terreno para qualquer política de coligação com a social-democracia e que se impunha mais do que nunca combatê-la e isolá-la, como condição para libertar as forças revolucionárias do proletariado. Ao apresentar a questão de pernas para o ar, Dimitrov tirou aos comunistas toda a clareza para enfrentarem as tarefas que os esperavam, abriu as portas dos partidos à penetração do oportunismo.

Em defesa do oportunismo

Nunca os defensores de Dimitrov e do 7º congresso puderam explicar satisfatoriamente a omissão quase total que aí foi feita da luta contra o oportunismo de direita, e isto num momento em que a pressão reaccionária e reformista se exercia sobre os partidos com uma intensidade extrema.

Perante o alastrar do terror fascista, que nada parecia capaz de deter, era inevitável que o desencorajamento, a busca da protecção democrático-burguesa, a tendência para o compromisso e a capitulação inundassem os PC. Sintomas desses multiplicavam-se nas tomadas de posição dos dirigentes dos PC de França, de Espanha, dos Estados Unidos, um pouco por todo o movimento comunista.

O 7º congresso era chamado a lançar **uma grande batalha contra o oportunismo**, como condição para preservar a integridade revolucionária da IC. O essencial era armar os comunistas para estarem à altura da prova histórica que lhes era imposta pela maior crise do sistema capitalista.

No relatório de Dimitrov não se encontram porém nem traços dessa batalha. O perigo do oportunismo desaparece, submergido na campanha obsessiva contra o "sectarismo". Não interessa, diz Dimitrov, saber qual dos dois perigos, sectarismo ou oportunismo, é, "em geral", o mais importante. Há perigos de oportunismo, concede, que tenderão a crescer à medida que se aplicar a nova política de frente única, mas há sobretudo sectarismo enraizado e este é o maior obstáculo à unidade operária. Conclusão: "em geral", não interessa saber qual dos dois é mais perigoso; no concreto, o que interessa é combater o sectarismo e deixar por agora o oportunismo... Acabe-se, reclamou Dimitrov, com

“o desporto de dar caça aos desvios e desviacionistas imaginários”⁽³⁶⁾. Era o que melhor podiam ouvir os oportunistas, ansiosos por abrir espaço nos partidos à sua tendência de conciliação e capitulação.

Em 1920, numa situação inteiramente oposta, quando o ascenso revolucionário subsequente à guerra e à revolução de Outubro alimentava no jovem movimento comunista uma explosão de esquerdismo, Lenine, saindo a dar combate a essa “doença infantil do comunismo”, não se esquecera de sublinhar:

“Sem preparar da maneira mais séria e aprofundada a parte revolucionária do proletariado para expulsar e aniquilar o oportunismo, seria absurdo pensar sequer na ditadura do proletariado.”

“O bolchevismo desenvolveu-se, fortaleceu-se e temperou-se combatendo, sobretudo e antes de mais, o oportunismo.”

“Foi este, naturalmente, o inimigo principal do bolchevismo, no seio do movimento operário. É ele ainda o inimigo principal à escala internacional.”⁽³⁷⁾

Pelo contrário, em 1935, às vésperas de uma nova guerra imperialista, quando as tendências para a capitulação eram mais fortes ainda do que as que tinham precedido a I Guerra Mundial, Dimitrov vinha reclamar que se acabasse com a caça aos “desviacionistas imaginários” e que se pensasse sobretudo em eliminar o “sectarismo auto-suficiente” e a “arrogância comunista”... Neste contraste está exemplarmente condensado o abismo que separa o dimitrovismo do leninismo.

Mas não podia ser de outro modo. Se a tarefa que se traçava aos partidos era unir “todos os destacamentos da classe operária, numa mesma luta comum contra o fascis-

mo”, esquecendo a natureza do reformismo pequeno-burguês, era inevitável que a luta contra o oportunismo aparecesse a Dimitrov como um empecilho à unidade e um desporto inútil. O perigo do oportunismo tinha que desaparecer do campo de visão de Dimitrov no momento em que ele empreendia uma deslocação da política comunista para a direita, para o campo do democratismo antifascista pequeno-burguês. Nada mais difícil para um oportunista do que divisar o oportunismo...

A luta contra o oportunismo desapareceu do relatório de Dimitrov porque a sua nova frente única pela coligação com a social-democracia era a expressão mesma do oportunismo que avassalava o movimento comunista.

Velha tendência de capitulação

O que significava a defesa dos pactos e acordos com a social-democracia, a dissolução da corrente sindical revolucionária, a autocritica pelo “sectarismo” anterior, o abandono do combate ao oportunismo? Significava que a IC renunciava à guerra aberta para arrancar os operários à influência social-democrata, reconhecia à social-democracia o seu “território” próprio e propunha-lhe um pacto de assistência mútua contra o fascismo. A política de frente única fora até aí uma política de **guerra** contra a social-democracia; passava a ser uma política de **paz e cooperação**.

Esta grande viragem estratégica, que punha o leninismo de pernas para o ar (Lenine consentira tréguas ocasionais, nunca admitira a paz com o oportunismo) vinha culminar uma velha tendência para fazer da frente única uma política de aliança com a social-democracia, tendência que a direcção

da IC denunciara repetidamente como uma **ameaça de degeneração oportunista**.

Tornam-se necessárias algumas citações dos documentos da IC, para deixar a nu as raízes do pensamento de Dimitrov:

"Uma degeneração oportunista ameaça directamente no momento actual alguns partidos da IC. A justa palavra de ordem do 3º congresso 'Às massas!' foi aplicada durante dois anos em muitos países de maneira tão falsa que corremos o perigo de substituir a tática independente do comunismo por uma política de conciliação com a social-democracia contra-revolucionária." (Tese sobre bolchevização do 5º Pleno Ampliado do CEIC, Julho de 1924.)⁽³⁸⁾

"Em alguns dos países mais importantes para o movimento operário, os representantes da direita tentaram deformar a tática de frente única e do Governo Operário e Camponês, interpretando-a como uma estreita aliança política, como uma coligação orgânica de "todos os partidos operários", isto é, como uma união dos comunistas com a social-democracia. Para a IC, a tática da frente única tinha como objectivo principal combater os chefes da social-democracia contra-revolucionária e libertar os operários social-democratas da sua influência; a direita interpretou-a como o equivalente da união política com a social-democracia". Assim, a tática da frente única "ameaça transformar-se, de método, bolchevique e revolucionário, em tática oportunista e fonte de revisionismo", o que "pode conduzir à degeneração dos partidos comunistas". (Resolução sobre tática do 5º congresso da IC.)⁽³⁹⁾

"A IC não vê qualquer motivo para rever a sua apreciação sobre o papel objectivo da social-democracia e em especial dos dirigentes social-democratas, inclusive os de 'esquerda'... Não duvida de que, no futuro como até aqui, a maioria deles sabotará a frente única"... "Hoje como ontem, a IC considera que a tática de frente única não é mais do que

um método para levar a cabo a agitação revolucionária entre as massas, para as mobilizar e conquistar a maioria dos trabalhadores para a causa da IC.” (6º pleno do CEIC, Março de 1926.)⁽⁴⁰⁾

Ainda nas vésperas do 7º congresso, o CEIC verificava, em balanço ao período anterior, que os oportunistas de direita tinham perdido cada vez mais de vista, no quadro da estabilização capitalista, a perspectiva revolucionária e tentavam **“substituir a tática de frente única por uma política capituladora face aos partidos social-democratas”** e **“formar um bloco indiferenciado com os chefes traidores da social-democracia”**.⁽⁴¹⁾

Essa tendência de capitulação, que não deixara de crescer nos partidos durante o período de estabilização do capitalismo, transformou-se, com a subida de Hitler ao poder, em verdadeiro pânico capitulador. Mandar pela borda fora todas as veleidades de conquistar a classe à social-democracia, concluir com ela um acordo defensivo por qualquer preço – esta foi a palavra de ordem frenética da ala direita da IC, que Dimitrov se encarregou de argumentar politicamente com cores atraentes na tribuna do 7º congresso. A “maneira nova” de encarar a frente única foi afinal a adoção das teses oportunistas que a IC vinha combatendo e que acabaram por submergir todas as resistências, jogando no pânico causado pelo ascenso do fascismo.

O perigo que rondava o movimento comunista fora divisado por Staline desde 1928, em palavras proféticas:

“Quando alguns dos nossos meios comunistas negam a utilidade da palavra de ordem de ‘classe contra classe’ na campanha eleitoral (em França), ou se afirmam contra a apresentação de uma lista independente pelo partido co-

munista (na Inglaterra), ou não querem avivar a luta contra a 'ala esquerda' da social-democracia (na Alemanha), etc., etc., isto significa que no interior dos partidos comunistas há pessoas que se esforçam por adaptar o comunismo ao social-democratismo"... "A vitória do desvio de direita nos partidos comunistas dos países capitalistas significaria a derrocada ideológica dos partidos comunistas e um reforço enorme do social-democratismo."⁽⁴²⁾

Foi sem dúvida esse o resultado da política nova de Dimitrov, aprovada pelo 7º congresso da IC.

3. NEM FASCISMO NEM REVOLUÇÃO

“Não existe meio termo entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado. Todos os sonhos de uma solução intermédia não passam de lamentações reaccionárias de pequeno-burgueses.”

LENINE ⁽¹⁾

Aparentemente, a questão da estratégia foi deixada de parte no relatório de Dimitrov e nos debates do congresso. Concentrando-se nas questões políticas imediatas, Dimitrov não poupou críticas aos “apelos sem futuro a favor da luta pela ditadura do proletariado”, às “frases gerais e às palavras de ordem gerais sobre a saída revolucionária da crise”, às “fórmulas gerais que não dizem nada”⁽²⁾. “Eliminemos – disse no discurso de encerramento – as frases sonoras sobre as perspectivas revolucionárias”, a fim de “desembaraçar os nossos partidos de qualquer tendência para substituir a actividade bolchevique por frases revolucionárias ou discussões estéreis sobre a apreciação da perspectiva”⁽³⁾.

Na realidade, esta preocupação de eficácia política encobria um propósito deliberado de desacreditar como “doutrinária” a perspectiva da revolução proletária, porque ela era inconciliável com a política de Frente Popular.

O oportunismo na tática impunha o abandono da estratégia. E, no lugar onde antes estava a meta da conquista revolucionária do poder, surgiu uma espécie de semiestratégia, o governo de frente única proletária ou de frente popular, como “etapa intermédia” entre a ditadura fascista e a ditadura do proletariado. Este foi o embrião da teoria da “revolução democrático-popular”, lançada no ano seguinte por Dimitrov, a propósito da guerra de Espanha. Aos “apelos sem futuro a favor da ditadura do proletariado” iria suceder a luta “realista” pela semi-revolução operário-pequeno-burguesa.

Um governo de novo tipo

Que espécie de governo era o governo de frente única proposto por Dimitrov como coroamento da política de Frente Popular?

A sua posição acerca do assunto apresenta, como todo o relatório, **duas faces**: de um lado, irrepreensíveis garantias de princípio; do outro lado, soluções políticas concretas, que as comprometem e anulam. Só pondo em confronto estas duas faces compreenderemos como o reformismo e a retórica revolucionária se casam como um todo em Dimitrov, num típico jogo centrista.

Os comunistas, disse Dimitrov, deviam estar preparados sem hesitação para a formação de um governo de frente única proletária ou de frente popular, de luta contra a reacção e o fascismo, governo que não tinha que se manter no quadro da democracia burguesa mas devia adoptar “medidas resolutas contra os magnates contra-revolucionários da finança e os seus agentes fascistas”. “**Exigimos** de cada

governo de frente única... que realize reivindicações radicais"... "por exemplo, o controlo da produção, o controlo dos bancos, a dissolução da polícia, a sua substituição pela milícia operária armada, etc.". O erro dos comunistas alemães ao entrar no governo de Saxe em 1923 fora justamente não terem utilizado as suas posições "antes de tudo para armar o proletariado".

O governo de frente única era, pois, muito claramente um governo a formar quando o aparelho de Estado da burguesia estivesse "suficientemente desorganizado e paralisado", "na véspera da vitória da revolução soviética". Era "no fundo, uma questão quase análoga" à palavra de ordem de Governo Operário e Camponês defendida pelo 4º e 5º congressos da IC⁽⁴⁾.

Esta a face revolucionária. Passemos agora à concretização.

A formação do governo de frente única dependia da existência de uma "crise política". Esta expressão, que Dimitrov, não por acaso, usou insistentemente⁽⁵⁾, significava uma alteração radical em relação ao passado, cujo alcance é necessário sublinhar, antes de irmos mais longe.

Até aí, a IC considerara como condição para se poder encarar o apoio ou participação dos comunistas em qualquer governo a existência de uma crise **revolucionária**, isto é, de uma situação em que o **regime burguês no seu conjunto** se encontrasse à beira do descalabro. O papel do Governo Operário e Camponês seria precisamente precipitar o colapso do **poder burguês**, acelerar a instauração do poder soviético.

Ao substituir, de forma aparentemente casual, "crise revolucionária" por "crise política", Dimitrov deslocava a questão do governo para um terreno inteiramente novo.

A entrada dos comunistas para o governo passava a ser admissível e necessária numa situação em que os trabalhadores e os seus sindicatos “se insurjam impetuosamente contra o fascismo e a reacção, mas sem estarem ainda prontos a sublevarem-se para lutar sob a direcção do partido comunista pela conquista do poder soviético”, quando as forças aliadas exigissem “medidas implacáveis **contra os fascistas e os outros reaccionários**”⁽⁶⁾.

Quer dizer: Onde antes se tinha em vista um governo para acabar com o **capitalismo**, agora tratava-se de um governo para acabar com o fascismo. Por isso mesmo, seria “um organismo de **colaboração da vanguarda revolucionária do proletariado com os outros partidos antifascistas**, no interesse de todo o povo trabalhador, um governo de luta contra a reacção e o fascismo”, tendo como base uma “plataforma anti-fascista”. Um tal governo, avisou Dimitrov, “não pode trazer a salvação definitiva”, porque “**não está à altura de derrubar a dominação de classe dos exploradores**”⁽⁷⁾. Destinava-se a “esmagar ou derrubar o fascismo, **sem passar imediatamente à liquidação da ditadura da burguesia**”⁽⁸⁾.

Vemos agora porque falou Dimitrov em “crise política” em vez de “crise revolucionária”. Porque estava a introduzir um princípio novo, até então considerado inadmissível: a aceitação das responsabilidades de governo pelos comunistas **sem sair do quadro do capitalismo**.

O Governo de Frente Popular surge-nos assim em dois cenários inteiramente opostos. O primeiro é o de um governo revolucionário, formado em situação de crise revolucionária (o aparelho de Estado desorganizado e paralisado), que se apoia nos operários armados, expropria os

magnates, estabelece o controlo da produção e dos bancos, etc. O segundo é o de um governo **antifascista mas não revolucionário**, formado em situação de crise política, que se apoia na coligação do partido comunista com os partidos democrático-burgueses e cujo objectivo não é passar à liquidação da ditadura da burguesia.

A contradição entre as duas perspectivas é flagrante. Como é que um governo de “colaboração” do PC com o PS e outros partidos burgueses, que não estaria “à altura de derrubar a dominação dos exploradores”, iria tomar “medidas resolutas” contra os magnates da finança e os fascistas? Como é que os operários armados, de posse do controlo da produção, se iriam manter nos limites de uma mera plataforma antifascista? E se o aparelho de Estado estaria “paralisado e desorganizado” e os operários armados, o que impediria então os comunistas de conduzirem o proletariado à conquista do poder?

Dimitrov deu duas versões antagónicas do governo de Frente Popular, uma revolucionária e outra meramente “democrática”. E, das duas, a que ficava a valer na prática era a segunda. Porque, ao tomar a coligação com os partidos democrático-burgueses como a base do governo, os comunistas transformavam automaticamente em declarações inócuas de intenções todas as “exigências” sobre milícias operárias e controlo da produção. Uma via excluía a outra. Ou se apontava a luta antifascista operária e popular para a conquista de um governo revolucionário, capaz de levar de vencida as resistências, vacilações e traições da democracia burguesa, governo que seria, esse sim, o primeiro passo na conquista integral do poder pelo proletariado. Ou se metia à partida a luta antifascista no quadro de um governo de

coligação com a democracia burguesa e, para atingir esse objectivo, teria que se ir renunciando inevitavelmente, passo a passo, a todas as pretensões revolucionárias.

Dizer que o governo de Frente Única estaria garantido contra uma possível degenerescência pelo facto de se apoiar num movimento combativo de massas contra a reacção e o fascismo⁽⁹⁾ era apenas uma forma de iludir a questão. Os movimentos antifascistas de massas, por muito combativos que fossem, teriam (e tiveram) as pernas cortadas se girassem na órbita de um governo de colaboração proletariado-pequena burguesia, formado para combater só a reacção fascista e não o capitalismo.

A pergunta que se coloca é portanto a seguinte: o governo de frente única era um governo popular revolucionário ou um governo democrático-burguês? Tinha como função ser a “véspera da revolução soviética” ou **promover a restauração da democracia burguesa com a cooperação do proletariado?**

E aqui pomos o dedo na ferida das contradições dimitrovianas. O que Dimitrov tentou, com a palavra de ordem de governo de frente única, foi ganhar a social-democracia e as forças democrático-burguesas em geral para a colaboração com os comunistas contra o fascismo, mas sem romper declaradamente com a anterior linha revolucionária da IC. As duas faces contraditórias do seu governo resultam da mistura de dois discursos: “colaboração dos partidos antifascistas sem derrubar a burguesia”, quando falava para a democracia burguesa; “operários armados e controlo da produção”, quando se dirigia aos operários. Para uns, plataforma antifascista; para os outros, “véspera da revolução soviética”.

Deste modo, a garantia de Dimitrov de que o governo de frente única seria “fundamentalmente diferente”, “diferente em princípio” de qualquer governo social-democrata⁽¹⁰⁾ (garantia que E. Hoxha repete como um eco sem lhe juntar um único argumento⁽¹¹⁾) surge-nos na sua verdadeira dimensão. O governo de frente única seria efectivamente diferente dos habituais governos social-democratas porque podia contar agora com o apoio e participação dos comunistas. A diferença consistia em que seria um governo “progressista”, **mas também de colaboração de classe, também no quadro do capitalismo.** Seria um governo burguês “de novo tipo”, a tapar o caminho à revolução proletária, no preciso momento em que as convulsões do fascismo podiam pôr em risco a própria sobrevivência da sociedade burguesa.

A História pregou uma partida cruel a Dimitrov ao alinhar os seus governos de Frente Popular em duas tristes categorias: todos os que foram formados em período de ascenso da reacção **fracassaram** na tarefa de deter o fascismo e a guerra (Espanha, França, Chile); todos os que foram formados em período de ascenso da revolução (no fim da guerra mundial, na Europa oriental) **fracassaram** na tarefa de fazer a passagem ao socialismo e não conseguiram mais do que instaurar o capitalismo de Estado.

Analogia ou quase...

Vejamos agora brevemente o que tinham dito o 4º e 5º congressos acerca do Governo Operário e do Governo Operário e Camponês, para ver se encontramos as tais analogias com o governo de Frente Única, de que falou Dimitrov.

O 4º congresso admitira efectivamente a perspectiva de um governo operário, não apenas como palavra de ordem de agitação e propaganda, mas como possibilidade real antes da conquista do poder, em países onde o regime burguês atravessasse uma crise profunda.

“O programa mais elementar de um governo operário – dissera a resolução do congresso sobre tática – deve consistir em armar o proletariado, desarmar as organizações burguesas contra-revolucionárias, instaurar o controlo da produção, lançar sobre os ricos o principal fardo dos impostos e vencer a resistência da burguesia contra-revolucionária.”
“Um governo deste tipo – prosseguia – só é possível se nascer na luta das próprias massas, se se apoiar sobre órgãos operários aptos ao combate e criados pelas mais vastas massas oprimidas”, o que daria lugar “à luta mais encarnçada e eventualmente à guerra civil contra a burguesia”⁽¹²⁾.

Este era verdadeiramente um governo de “véspera da revolução soviética”. Contudo, a experiência da crise revolucionária alemã do ano seguinte (1923) demonstrou que, embora o congresso tivesse alertado para o perigo de desnaturação oportunista dessa palavra de ordem, ele abriu-lhe de facto as portas ao pôr a tónica na **“coligação política e económica de todos os partidos operários** contra o poder burguês, pelo derrubamento definitivo deste”⁽¹³⁾.

Isto não podia deixar de deslocar a tática dos comunistas para a busca a todo o preço de uma coligação com a ala esquerda da social-democracia, colocando-os à mercê da traição desta no momento decisivo, conforme se verificara nos governos do Saxe e da Turíngia, no Outono desse ano. O “governo operário”, que Radek celebrara como “forma original de transição entre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado”⁽¹⁴⁾, servira na realidade de ratoeira

aos comunistas, ao impedir que se deslindassem campos entre revolução e contra-revolução.

Essa experiência desastrosa levou o CEIC a assinalar, em carta ao PC Alemão:

"Encarámos a entrada dos comunistas no governo de Saxe apenas como uma manobra estratégico-militar. Mas vós transformaste-a num bloco político com os social-democratas 'de esquerda', ficando assim de mãos amarradas. Pensávamos na vossa entrada no governo de Saxe como um modo de conquistar terreno de manobra para pôr em acção as forças do nosso exército. Vós transformastes a participação no governo numa banal coligação parlamentar com os social-democratas."⁽¹⁵⁾

Foi forçoso concluir portanto que a participação dos comunistas no governo, mesmo em situação revolucionária, acarretava grandes riscos de degenerar, de manobra estratégica detonadora da revolução proletária, em desculpa para amarrar o partido comunista aos reformistas no momento crítico da revolução. Não servia de nada fazer previsões sobre eventuais situações de transição se os partidos não estivessem preparados para lutar pelo poder.

Daí que o 5º congresso tivesse inflectido a posição da IC em sentido oposto ao anterior, passando a criticar as tendências para iludir a conquista revolucionária do poder atrás da expectativa num governo de coligação com a extrema-esquerda dos reformistas.

"O Comité Executivo rejeitou energicamente como interpretação oportunista toda a tentativa de pôr a palavra de ordem do governo operário e camponês ao serviço, não de uma agitação a favor da ditadura do proletariado, mas de uma coligação com a democracia burguesa." "Para formar um governo verdadeiramente operário, ou operário-camponês, é necessário, antes de mais, derrubar a burguesia."

"Os elementos oportunistas da IC procuraram distorcer esta palavra de ordem, interpretando-a no sentido de um governo dentro do quadro democrático-burguês e de aliança política com a social-democracia. O 5º congresso da IC rejeita categoricamente esta interpretação. Para a IC, a palavra de ordem do governo operário e camponês é a palavra de ordem da ditadura do proletariado traduzida na linguagem popular, na linguagem da revolução. A expressão 'governo operário e camponês', à luz da experiência da revolução russa, não é nem pode ser outra coisa que um método de agitação e de mobilização das massas para o derrubamento revolucionário da burguesia e para a instauração do poder soviético." "Para os comunistas, a palavra de ordem do governo operário e camponês não pode em caso algum designar a tática dos acordos e coligações parlamentares com a social-democracia."⁽¹⁶⁾

Resumindo: o 4º congresso admitiu, em situação de crise revolucionária, a coligação dos comunistas com os social-democratas ou outros partidos de base operária, para pôr em prática um programa revolucionário e acelerar o derrubamento da burguesia. O 5º congresso, verificando a abertura ao oportunismo proporcionada por esta tática, limitou a palavra de ordem do governo operário e camponês a uma função de agitação e propaganda da ditadura do proletariado.

Havia, pois, sem dúvida uma flutuação na IC em torno dos governos de transição. Mas dizer, como fez Dimitrov, que esses congressos tinham admitido uma tática, "no fundo, quase análoga" à do seu governo de frente única é uma falsificação completa. Porque nem mesmo o 4º congresso admitira nada que se assemelhasse ao governo de frente única do 7º congresso — um governo formado com a social-democracia, fora de uma crise revolucionária e que não tinha como objectivo o derrubamento do capitalismo.

Ao adaptar a perspectiva do governo a uma situação nova, em que a luta política tendia a polarizar-se em torno do choque entre as duas alas da burguesia – democrática e fascista – Dimitrov transformou-a numa palavra de ordem **reformista**.

No fundo, a “quase analogia” que ele quis ver entre o governo operário e camponês e o governo de frente única traduziu-se neste salto gigantesco: onde antes se falava de crise revolucionária, passou a falar-se de crise política; onde se tratava de arrastar a ala esquerda da social-democracia na via da revolução, passou a tratar-se de empurrar os partidos burgueses na via da democracia; onde havia o objectivo de derrubar a burguesia, passou a estar o objectivo de estabilizar o capitalismo.

Quando o historiador revisionista checo M. Hajek afirma que, na questão do governo de frente popular, o 7º congresso, sem o dizer abertamente, reviu as decisões do 5º congresso e “deu um notável passo em frente” ao abandonar a ideia de que todo o governo operário tinha de ser sinónimo de ditadura do proletariado, ao admitir que um governo com a participação da social-democracia podia não ser forçosamente imperialista, ao deixar de excluir a presença dos comunistas no governo, mesmo no âmbito do capitalismo – só temos que lhe dar razão⁽¹⁷⁾. Tratou-se de facto de um “notável passo em frente”... na via do reformismo e do revisionismo. E não apenas em relação ao 5º congresso, como também em relação ao 4º e a todo o passado da IC.

Lenine de novo à baila

Justamente porque o governo de frente popular materializava uma “semiestatégia” de derrubamento do fascismo sem derrubar o capitalismo, ele já não era, como o governo operário e camponês, uma manobra excepcional a que os comunistas poderiam deitar mão para acelerar o desenlace de uma crise revolucionária, mas **tornava-se o próprio objectivo da luta**. Foi o que disse claramente Dimitrov ao sublinhar que “não estando excluída semelhante possibilidade em nenhum dos países capitalistas, devemos tê-la em conta, e não apenas orientarmo-nos e prepararmo-nos para ela, mas orientarmos também, conseqüentemente, a classe operária”⁽¹⁸⁾.

Exigir que os PC e a classe operária se orientassem em todos os países capitalistas para a perspectiva do governo de frente popular era porém demasiado forte se tal exigência não aparecesse coberta por qualquer forma com a autoridade de Lenine. Foi assim que Dimitrov não teve escrúpulo em invocar Lenine em apoio da sua tese, falsificando-o deliberadamente. Vejamos como:

“Há quinze anos, Lenine chamava-nos a concentrar toda a nossa atenção na ‘busca de formas de transição ou de aproximação que conduzam à revolução proletária’. O governo de frente única virá talvez a ser reconhecido numa série de países como uma das principais formas de transição. Os doutrinários de ‘esquerda’ passaram sempre à margem desta indicação de Lenine. Como propagandistas limitados, falavam só do ‘objectivo’ sem nunca se preocuparem com as ‘formas de transição’.”⁽¹⁹⁾

Daqui partiu Dimitrov para uma longa digressão sobre a “importância tão considerável” que Lenine atribuía

“à forma de transição conducente à revolução proletária”, pressupondo que Lenine se referia à necessidade de um governo intermédio e que o governo de frente popular seria justamente esse tipo de governo.

Ora bem: na frase citada por Dimitrov, Lenine não dizia nem dava a entender fosse o que fosse sobre governos de transição. Chamava apenas a atenção dos jovens partidos comunistas para a necessidade de não se limitarem à conquista da vanguarda do proletariado pela propaganda e agitação e de levarem as grandes massas trabalhadoras a fazerem a sua própria experiência política. Experiência que, como Lenine explicou exaustivamente nessa obra (*O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*), exige o aproveitamento minucioso de todas as frentes de luta, sindical, parlamentar, etc.

Isto disse Lenine e não o que Dimitrov lhe quis pôr na boca. Como há ainda hoje quem teime em construir interpretações rebuscadas para salvar Dimitrov do flagrante delito de falsificação, torna-se necessário transcrever na íntegra a célebre frase de Lenine sobre as “formas de transição”:

“Está já feito o essencial – não tudo, evidentemente, nem nada que se pareça, mas mesmo assim o essencial – para atrair a vanguarda da classe operária e fazê-la passar para o lado do poder dos soviets, contra o parlamentarismo, para o lado da ditadura do proletariado contra a democracia burguesa. Agora é preciso concentrar todas as forças, toda a atenção, sobre a etapa seguinte, que parece, e é de facto em certo sentido menos fundamental, mas em contrapartida mais próxima da solução prática do problema. A saber, a procura das formas para passar à revolução proletária ou para a abordar.

A vanguarda proletária está ideologicamente conquistada. É o principal. Sem isso, seria impossível dar um passo só que fosse para a vitória. Mas daqui até à vitória vai ainda

um longo caminho. Não se pode vencer só com a vanguarda. Lançar a vanguarda sozinha na batalha decisiva enquanto o conjunto da classe e as grandes massas não tomaram ainda uma atitude de apoio directo à vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade benevolente que impossibilite por completo o apoio ao seu adversário, seria não apenas uma estupidez mas um crime. Ora, para que verdadeiramente toda a classe, verdadeiramente as grandes massas de trabalhadores e de oprimidos pelo Capital cheguem a tomar essa posição, não basta só a propaganda nem só a agitação. Para isso, é necessária a própria experiência política dessas massas. Tal é a lei fundamental de todas as grandes revoluções, agora confirmada com vigor e relevo notáveis, não apenas pela Rússia mas também pela Alemanha."⁽²⁰⁾

Como se vê, Lenine pensava aqui em tudo menos em governos de transição. Dimitrov isolou algumas palavras do contexto para fazer passar Lenine por um precursor do governo de frente popular. E depois de falsificar Lenine, passou a censurar os "doutrinários de esquerda" por não terem dado atenção... àquilo que Lenine não escrevera!

Aquilo que Lenine dissera de facto acerca da participação dos comunistas no governo antes da conquista do poder pelo proletariado, teve Dimitrov o cuidado de não citar. E compreende-se bem porquê.

Em 1905, durante a primeira revolução **democrático-burguesa** à russa, Lenine considerara admissível em princípio a participação do POSDR num governo **revolucionário** provisório. Tratava-se de saber se os frutos da queda do czarismo seriam apropriados pelo proletariado e campesinato ou pela burguesia liberal. Por isso Lenine dizia que, se viesse a criar-se uma correlação de forças favorável, com o proletariado armado, poderia ser conveniente a participação dos bolcheviques num governo provisório, para

assegurar que daria luta impiedosa à contra-revolução, consolidaria e ampliaria as conquistas revolucionárias e criaria as condições para transformar a revolução democrático-burguesa em revolução socialista⁽²¹⁾.

Isto escrevera Lenine em 1905. Desde a participação num governo revolucionário para roubar a direcção da revolução democrático-burguesa à burguesia liberal, até à participação num governo “progressista” para amortecer a queda do fascismo, vai um abismo que só Dimitrov teve o arrojo de transpor.

A luta pela democracia

As justificações “bolcheviques” e “leninistas” em torno do governo de frente única destinavam-se apenas a dou-rar a pílula amarga. A essência da nova política era a retirada para as trincheiras da democracia burguesa.

“Hoje, numa série de países capitalistas – disse Dimitrov, naquela que é a frase-chave do seu relatório – as massas trabalhadoras têm que escolher concretamente e para já, não entre a ditadura do proletariado e a democracia burguesa, mas entre a democracia burguesa e o fascismo.”⁽²²⁾

Assim, dando como inexistente sequer a terceira alternativa – porque não escolher entre fascismo e ditadura do proletariado? – Dimitrov amarrou os partidos à inevitabilidade da defesa reformista da democracia.

O argumento último desta lógica, não confessado mas insinuado, era a impotência do proletariado para fazer a revolução:

“O fundo da questão reduz-se a saber se o proletariado se encontra preparado no momento decisivo para derrubar

imediatamente a burguesia e instaurar o seu poder, e se consegue nesse caso conquistar o apoio dos seus aliados, ou se apenas o movimento de frente única se encontrará à altura, na etapa dada, de esmagar ou derrubar o fascismo, sem passar imediatamente à liquidação da ditadura da burguesia."⁽²³⁾

E como o proletariado podia não estar preparado no momento decisivo; e como, mesmo se o estivesse, podia não conquistar o apoio dos seus aliados – o mais seguro era optar pela frente única, para derrubar o fascismo sem se meter a querer derrubar a burguesia.

Esta lógica capitulacionista ignorava deliberadamente o **fundo de classe** de toda a questão. Os objectivos de luta do proletariado não podiam ser escolhidos segundo a sua maior ou menor preparação. Não havia dois caminhos, um revolucionário e outro democrático. A própria natureza social do fascismo, como forma extrema de ditadura burguesa, determinava o carácter revolucionário da luta antifascista do proletariado. Era só na medida em que o proletariado trilhasse esse caminho que se capacitaria para arrancar, na melhor das hipóteses, uma grande vitória revolucionária ou, pelo menos, para estreitar o espaço de recuperação da burguesia democrática após a queda do fascismo. Escolher a luta "mais fácil" pela democracia burguesa era **mutilar** a própria luta contra o fascismo e enveredar pelo caminho **mais difícil** de todos – o da subordinação política do proletariado à burguesia – esse sim, caminho de derrota certa, como se verificou na prática.

Naturalmente, a luta pela liberdade tinha que estar no centro do combate proletário ao fascismo. Não era isso que estava em causa. O que estava em causa era saber se essa luta se devia inscrever no conjunto das reivindicações

revolucionárias do proletariado contra a sociedade burguesa, ou se devia cingir-se docilmente ao objectivo de defender e restaurar a forma mais branda de ditadura, a democracia burguesa.

Foi essa opção histórica que Dimitrov mais uma vez ocultou ao alegar que a luta pelos “direitos democráticos” não desviaria os operários da luta pela ditadura do proletariado. O caso é que não se tratava de uma luta independente pelos direitos democráticos dos trabalhadores, o que exigia a liquidação total e radical do fascismo, mas da luta pela **democracia burguesa**. Luta pela democracia burguesa que Dimitrov cobriu com as habituais flores revolucionárias: “Somos partidários **irredutíveis** da democracia soviética.” Mas **hoje** o problema é escolher entre democracia burguesa e fascismo, “porque não somos anarquistas”⁽²⁴⁾... Em França, “os comunistas, ainda que **permanecendo inimigos irreconciliáveis** de qualquer governo burguês e partidários do poder dos soviets, estão prontos **no entanto**, em face do crescente perigo fascista, a apoiar um tal governo” (de Frente Popular)⁽²⁵⁾.

“Inimigos irreconciliáveis”, mas, para já apoiantes... porque, pelos vistos, não havia outra alternativa para opor ao fascismo. Era isso que Dimitrov dizia expressamente ao PC Francês, numa carta do CEIC, de Junho do ano anterior, em que insistia na necessidade de uma “mudança de atitude para com a democracia burguesa”. Os comunistas deveriam deixar de declarar na sua imprensa ou nos seus discursos a sua oposição à democracia burguesa, “porquanto essas declarações são politicamente erróneas”. Deveriam lutar, não só contra a limitação ou abolição das liberdades democráticas, mas também pela sua “ampliação”⁽²⁶⁾.

Esta tática de recuo para as trincheiras da democracia burguesa como única alternativa viável ao fascismo era, além do mais, contraditória com a afirmação feita no relatório de que o fascismo “destrói as ilusões democráticas e o prestígio da legalidade aos olhos das massas”, “provoca o ódio profundo e a indignação das massas, contribui para o desenvolvimento do espírito revolucionário no seu seio”⁽²⁷⁾.

Afinal o fascismo abria caminho ao retrocesso para a democracia parlamentar ou ao avanço para a revolução?

A realidade, que Dimitrov cuidou de manter oculta, era que a ditadura fascista, ao desdobrar em ondas de terror toda a ferocidade inata do regime capitalista, activava **dois movimentos divergentes**. Elevava por um lado o espírito revolucionário no **proletariado**, ao demonstrar-lhe que não podia amparar-se à legalidade burguesa e que só pelo aniquilamento definitivo do poder burguês criaria condições para uma verdadeira democracia, a democracia soviética. Mas também dava um poderoso impulso ao espírito reformista nas massas **pequeno-burguesas**, que se agarravam com desespero à esperança numa “renovação” da democracia burguesa e tudo faziam para afastarem o dilema atarrador — fascismo ou revolução proletária.

Só denunciando a incoerência e a força paralisante deste movimento reformista pequeno-burguês podia o proletariado defender-se dele e conduzir a luta antifascista a um desenlace revolucionário. Dimitrov preferiu ver só o “desenvolvimento do espírito revolucionário nas massas”, tal como quisera ver uma “deslocação à esquerda” na social-democracia, para fazer crer que a corrente antifascista pequeno-burguesa era **igual** à proletária, que não havia necessidade de demarcação e que ambas em comum podiam en-

contrar uma saída para o fascismo. Com frases radicais sobre o “desenvolvimento do espírito revolucionário nas massas”, misturou as duas correntes na mesma dinâmica reformista: o governo de Frente Popular.

Lenine democrata

Aqui, mais uma vez, Dimitrov recorreu à inevitável citação de Lenine, destinada como sempre a tapar com a sua autoridade os buracos na argumentação. Não tinham razão, disse, os comunistas que receavam “formular reivindicações democráticas positivas”, porque já Lenine observara que “é um erro radical julgar que a luta pela democracia pode desviar o proletariado da revolução socialista” e que “o proletariado não se pode preparar para vencer a burguesia sem conduzir uma luta detalhada, conseqüente e revolucionária pela democracia”⁽²⁸⁾. Isto significaria que a luta antifascista deveria ser orientada para a conquista da democracia política, como condição prévia para se poder passar em seguida à luta pela revolução socialista.

Ora bem: esta citação de Lenine foi extraída das **teses “A revolução socialista e o direito de autodeterminação das nações”**, em polémica com Bukarine, o qual contestava o apoio dos marxistas ao direito de livre separação política das nações oprimidas, sob o argumento de que se tratava de uma luta meramente democrática, não socialista.

A frase citada por Dimitrov situava a questão da libertação nacional **na perspectiva internacional da revolução socialista**. Reproduzamo-la por inteiro:

“A revolução socialista não é um acto único, uma única batalha numa só frente. É toda uma época de conflitos de

classes agudos, uma longa sucessão de batalhas em todas as frentes, ou seja, em todas as questões de economia e política, batalhas que só podem terminar pela expropriação da burguesia. Seria um erro capital julgar que a luta pela democracia possa desviar o proletariado da revolução socialista ou eclipsá-la, esbatê-la, etc. Pelo contrário, do mesmo modo que é inconcebível um socialismo vitorioso que não realizasse a democracia integral, também o proletariado não pode preparar-se para a vitória sobre a burguesia se não levar a cabo uma luta geral, sistemática e revolucionária pela democracia."⁽²⁹⁾

E sublinhava mais adiante que, na luta pela autodeterminação das nações, o proletariado não deveria perder de vista "a necessidade de subordinar a luta por esta reivindicação, como por todas as reivindicações fundamentais da democracia política, à luta revolucionária de massa **directamente orientada** para o derrubamento dos governos burgueses e a realização do socialismo"⁽³⁰⁾.

Lenine referia-se aqui, portanto, ao papel da luta democrática nos países coloniais e semicoloniais, como parte integrante da revolução socialista mundial. Não defendia, ao contrário do que Dimitrov deu a entender, que o proletariado dos países capitalistas-imperialistas devesse empenhar-se na luta pela democracia como preparação necessária para poder passar à luta pelo socialismo. A frase "quase esquecida" de Lenine que Dimitrov tivera o mérito de "descobrir", como escreve um historiador reformista italiano⁽³¹⁾, não dizia afinal nada do que se pretendia tirar dela.

A verdade é que Lenine sempre defendeu a importância da luta pela democracia, não apenas nas nações oprimidas, mas em todos os países onde a revolução democrático-burguesa não fora realizada ou não fora levada até ao fim. **Mas apenas nesses casos e não no dos países capi-**

talistas que já tinham realizado a revolução burguesa. Citemos mais uma vez:

"Quando se trata de um movimento libertador democrático-burguês que não foi levado até ao fim – escreveu em 1907 – o proletariado vê-se obrigado a dedicar muito mais esforços, não aos seus objectivos de classe, isto é, socialistas, mas às tarefas democráticas gerais, isto é, democrático-burguesas." "É só graças a esse esforço de demolição democrática total da velha sociedade semifeudal que o proletariado pode ganhar força como classe independente, demarcar plenamente as suas tarefas próprias, isto é, as tarefas socialistas, do conjunto das tarefas democráticas comuns a 'todo o povo oprimido' e assegurar-se das melhores condições para uma luta realmente livre, a mais ampla e mais intensa, pela conquista do socialismo."⁽³²⁾

Neste sentido, e só neste, escrevera Lenine também que "quem quiser ir ao socialismo por outro caminho que não seja o do democratismo político chegará infalivelmente a conclusões absurdas e reaccionárias, tanto no sentido económico como no político"⁽³³⁾.

Revolução nacional-libertadora, revolução democrático-burguesa que não foi levada até ao fim, demolição dos restos da sociedade semifeudal – neste quadro muito preciso situara Lenine a luta do proletariado pela democracia. O que não tem nenhum ponto de contacto com a tese dimitroviana da passagem do fascismo à democracia burguesa como "preparação" para a luta pelo socialismo.

Se Dimitrov quisesse saber a opinião de Lenine acerca da atitude do proletariado face à burguesia "democrática" dos países capitalistas, não teria dificuldade em encontrá-la, por exemplo, num artigo escrito poucos meses antes daquele que citou. Retiro algumas passagens:

Marx punha o problema "Qual a burguesia cujo êxito é para nós preferível?" numa época em que havia movimentos burgueses progressistas nos principais Estados europeus. De facto, o traço comum a toda a primeira época de dominação da burguesia (da Revolução Francesa à Comuna de Paris) "era precisamente o carácter progressista da burguesia, ou seja, o facto de que ainda não concluíra, não consumara a sua luta contra o feudalismo". "Os marxistas nunca negaram o progresso que constituem os movimentos burgueses de libertação nacional contra as forças do feudalismo e do absolutismo." Mas "seria absolutamente ridículo querer falar hoje de uma burguesia progressista, de um movimento burguês progressista", a propósito, por exemplo, do conflito que opunha a Inglaterra à Alemanha, porque a antiga democracia burguesa desses países "tornou-se reaccionária". "O método de Marx – acrescentava – consiste antes de mais em considerar o conteúdo objectivo do processo histórico num momento dado e em circunstâncias dadas, a fim de compreender antes de mais que classe, pelo seu movimento, é a principal força motriz do progresso nessa situação concreta."

O proletariado, portanto, só seria fiel a si próprio "se não se aliar a nenhuma burguesia imperialista, se declarar que 'ambas são piores' se desejar em cada país a derrota da burguesia imperialista". E comentava ainda, numa crítica que parece talhada por medida para Dimitrov: "Adoptar o ponto de vista de outra classe, ainda para mais de uma classe antiga, que já fez a sua época, é oportunismo do mais puro."⁽³⁴⁾

Conclusão: Lenine não pode ser invocado em apoio da tese dimitrovista da luta meramente democrática contra o fascismo. Quando Lenine fala em luta pela democracia trata-se de conquistar o direito à independência política ou de proceder à demolição da velha sociedade semifeudal. Em Dimitrov, trata-se de fazer com que o regime democrático-burguês que apodreceu no fascismo regresse à forma parlamentar.

Em Lenine trata-se de chamar o proletariado a romper pela força o compromisso que amarra a burguesia vacilante à velha sociedade, para impor o completamento da revolução burguesa. Em Dimitrov, pelo contrário, trata-se de arrastar o proletariado a um compromisso com a ala “democrática” da burguesia, para tirar o regime capitalista do vulcão fascista, para devolver a estabilidade ao capitalismo. Em Lenine, as tarefas democráticas gerais do proletariado têm um conteúdo **revolucionário**. Em Dimitrov têm um conteúdo **reformista**.

A etapa democrática

Para que a escolha “obrigatória” entre fascismo e democracia burguesa não aparecesse às claras como aquilo que realmente era – uma rendição incondicional face aos democratas burgueses – havia que dar mais um passo e elevá-la à categoria de **nova etapa** surgida no caminho da revolução socialista. Esse passo deu-o Dimitrov ao defender explicitamente a probabilidade de uma “**etapa intermédia**” entre queda da ditadura fascista e o triunfo da ditadura do proletariado. Etapa intermédia que nascera pelo próprio facto de se ter dado a “**contra-revolução fascista**”⁽³⁵⁾.

À luz desta ideia nova, lançada no discurso de encerramento do debate, entende-se melhor o alcance das ambiguidades com que Dimitrov rodeara a caracterização social do fascismo no início do relatório. O objectivo era chegar à conclusão de que o fascismo era uma “contra-revolução”, um passo **atrás** na marcha da sociedade. Logo, a saída do fascismo já não estaria na revolução proletária, mas numa nova etapa democrática anterior a ela. Assim nasceu no

7º congresso, embora não fosse aí mencionada, a teoria da “revolução democrático-popular”.

E ainda desta vez, Dimitrov cuidou de cobrir a cedência oportunista com um ataque de diversão ao oportunismo. Os oportunistas de direita, denunciou ele vigorosamente, tinham deturpado Lenine ao “estabelecer um certo ‘estádio democrático intermédio’ entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado, para inculcar nos operários a ilusão de uma agradável passeata parlamentar de uma ditadura à outra”⁽³⁶⁾.

Denúncia justíssima! Mas acaso a previsão de uma “etapa intermédia” entre o fascismo e a ditadura do proletariado não equivalia a inculcar nos operários a **mesmíssima** ilusão oportunista? Pois se à ditadura fascista, forma extrema da ditadura de classe da burguesia, podia suceder a etapa intermédia do governo de Frente Popular, o que era isto senão admitir precisamente o tal estádio democrático intermédio entre a ditadura burguesa e a ditadura proletária?

— Mas — dir-se-á — ninguém podia garantir que à queda do fascismo sucederia inevitavelmente a vitória da revolução proletária. Claro que não. Mas só por um sofisma mal amanhado se podia transformar esta incerteza numa “etapa intermédia”.

Na luta pelo derrubamento da ditadura fascista, o proletariado poderia **não ter força** para completar uma verdadeira revolução. Nesse caso, naturalmente, o fascismo derribado cederia o lugar à **restauração** da democracia burguesa. Não passaria a haver por isso nenhuma etapa intermédia no caminho da ditadura do proletariado, mas o **retorno** ao ponto de partida. À ditadura burguesa terrorista sucederia de novo a ditadura burguesa “democrática”, por incapacida-

de do proletariado para fazer a revolução. Mas se o fascismo caísse por via revolucionária, essa revolução, em qualquer país capitalista, só poderia ser, “obrigatoriamente” e “directamente”, a revolução proletária!

E como essa era a **única** revolução que se encontrava para além do fascismo, era **a essa perspectiva estratégica e só a ela** que o proletariado tinha que subordinar a sua tática. A disputa da hegemonia no combate antifascista à burguesia liberal, a neutralização das vacilações da pequena burguesia, o isolamento do oportunismo, a preparação do proletariado para uma insurreição revolucionária e para o poder soviético, não resultavam de qualquer preferência “esquerdista” da IC mas decorriam do próprio carácter da revolução.

Foi assim, baralhando esta questão elementar, que Dimitrov introduziu a ideia da etapa intermédia, que lhe era necessária para justificar o governo de compromisso da Frente Popular. E isto ao mesmo tempo que se demarcava soberanamente dos oportunistas!

Desde então, a invenção da “etapa democrática” tornou-se, como não podia deixar de ser, a filha querida do oportunismo internacional, que assim descobriu a justificação “teórica” de que precisava para se descartar da revolução proletária, socialista, atirando-a uma vez mais para um futuro nebuloso.

Veja-se como os revisionistas soviéticos captaram bem a importância decisiva do contributo que lhes foi dado por Dimitrov:

“A tese (de Dimitrov) tinha em conta que o processo revolucionário nos países capitalistas não avançaria imediata e directamente através da revolução socialista, mas que se

aproximaria dela através da etapa da luta democrática geral contra o fascismo." "Assim foi amadurecendo a ideia da inevitabilidade da fase democrática geral, antifascista, da luta." O objectivo do 7º congresso fora traçar "uma nova estratégia que permitisse unificar todas as forças revolucionárias e democráticas com vistas à derrota do fascismo" e "seguir a via do progresso social". Tratava-se de "cumprir as tarefas antifascistas de carácter democrático geral, o que abria novas perspectivas ao avanço para a etapa socialista da luta revolucionária. Não se tratava unicamente de mudança de tática, mas também da adopção de uma linha estratégica nova, ditada pela nova correlação de forças de classe no mundo e pelo aumento das contradições do capitalismo monopolista, cada vez mais hostil a vastos sectores da população". A linha do 7º congresso "abriu aos trabalhadores dos países capitalistas a perspectiva de avançar para o socialismo através da luta pela democracia"⁽³⁷⁾.

Como também não podia deixar de ser, é nesta questão que vêm enfeixar-se todas as contradições do centrismo moderno, ao tentar defender a todo o custo o património dimitroviano. Como é que se pode denunciar a traição revisionista à revolução proletária e defender ao mesmo tempo a "etapa intermédia" de Dimitrov? É esta dificuldade que leva o Partido do Trabalho da Albânia a oscilar entre posições opostas. Tão depressa classifica de "invenção revisionista" a afirmação de que o 7º congresso teria traçado "uma nova estratégia global do comunismo internacional", pretendendo que se tratou de "uma simples flexão tática na luta contra o perigo fascista e de guerra imperialista"⁽³⁸⁾, como, poucos meses depois, admite que "Dimitrov chegou à conclusão de que, na nova situação criada, o mundo capitalista estava no limiar da etapa antifascista, democrática quanto ao conteúdo do desenvolvimento da revolução, que possibilita a passagem à revolução socialista", e reco-

nhece a Dimitrov “o grande mérito de ter elaborado a política, a estratégia e a tática do movimento comunista”⁽³⁹⁾.

Esta incerteza do PTA, que o leva a defender num artigo aquilo que meses antes classificara como “invenção revisionista”, retrata bem as contradições que dilaceram o pensamento centrista actual. E não deixam dúvida da escolha que há para fazer: ou com o 7º congresso, com Dimitrov, com a “etapa intermédia” – e nesse caso, aproximar-se cada vez mais, fatalmente, do revisionismo; ou com o marxismo-leninismo, com a revolução – e nesse caso, contra Dimitrov e o 7º congresso.

Nascimento da “revolução democrático-popular”

Para que a descoberta da nova “etapa intermédia” nos países capitalistas não assumisse um carácter declaradamente reformista, bernsteiniano, havia que teorizar uma revolução de novo tipo, anterior à revolução socialista. Assim nasceu a “revolução democrático-popular”, elaborada por Dimitrov e pelos dimitrovistas no processo do 7º congresso, embora não fosse lá defendida explicitamente. A análise da teoria e prática desta nova “revolução” não cabe no âmbito deste trabalho, mas é preciso traçar aqui o curso da sua geração.

Os primeiros elementos da “revolução intermédia” nos países capitalistas encontram-se talvez em Gramsci, que foi, com Bukarine, um dos mais eminentes teóricos do centrismo moderno. Procurando uma solução para o problema da crescente influência pequeno-burguesa na sociedade moderna, Gramsci defendera nos seus escritos a necessidade de a van-

guarda revolucionária saber apontar uma série de objectivos intermédios, capazes de conquistar a adesão das camadas pequeno-burguesas. As suas nebulosas teorizações sobre a luta pela “hegemonia ideológica” do proletariado para poder tomar o poder acabaram por servir de pretexto para virar de pernas para o ar a noção leninista de hegemonia: o proletariado deveria ceder uma parte das suas reivindicações revolucionárias socialistas para conseguir ganhar a aliança da pequena burguesia e deslocar a correlação de forças a seu favor.

A ideia foi trabalhada por Tasca e Togliatti, os quais avançaram no 6º congresso da IC o conceito de uma “revolução popular” em Itália, como fase intermédia entre o derube do fascismo e a ditadura do proletariado. Para assegurar o seu papel hegemónico na revolução antifascista, diziam, o proletariado deveria cingir-se ao objectivo de uma Assembleia republicana apoiada em comités operários e camponeses. Assim se mobilizariam os estratos sociais intermédios, tendo em conta a “gradualidade do processo revolucionário”⁽⁴⁰⁾. Estava formado o embrião donde iria sair a “revolução democrático-popular”.

Contudo, o CEIC, que no seu 10º pleno derrotara as posições de Bukarine, abriu fogo de imediato contra a nova tese do PCI. A concepção gradualista de Togliatti e Tasca, alegou, dissolvia a própria perspectiva da revolução e desviava o partido para o reformismo, como aliás ficava patente no abuso pelos camaradas italianos de palavras de ordem transitórias fora de uma situação revolucionária.

Em resultado da luta que se travou, Tasca veio a ser expulso do partido sob a acusação de oportunismo. Togliatti, sempre prudente, renunciou provisoriamente à defesa da “revolução popular”, aguardando melhores dias.

Esses dias melhores acabaram por chegar porque a nova ideia “salvadora” de uma exceção à revolução proletária já não seria mais abandonada pelas tendências oportunistas dentro da IC. Em 1931, no auge da política de “classe contra classe”, era a vez de o PC Alemão introduzir, de forma muito ambígua, a expressão “revolução popular” em lugar de “revolução proletária”, causando forte polêmica no partido, que Manuilski tentou acalmar assegurando que se tratava apenas de um “sinónimo de revolução proletária”⁽⁴¹⁾.

Em 1934 reuniram-se finalmente as condições propícias para o desabrochar da nova “revolução”. Empurrada pelas exigências da política unitária antifascista, a “revolução popular” do malogrado Tasca recomeçou a abrir caminho, agora baptizada de “democrático-popular”. E como era arriscado tentar impor de chofre no 7º congresso esta revisão declarada da estratégia comunista, Dimitrov recorreu à manobra de não discutir as questões estratégicas no congresso, desacreditar de passagem toda a perspectiva estratégica como “doutrinarismo” e “frases sonoras que não dizem nada” e **lançar sub-repticiamente através dos órgãos de frente popular a ideia de uma nova categoria de revolução.**

Foi sintomaticamente o programa da Liga contra a Guerra e o Fascismo, organização unitária inspirada por Dimitrov, talvez um dos primeiros documentos a mencionar, em 1934, a “revolução democrático-popular” como **“a primeira etapa a atingir na luta contra a guerra e o fascismo”**⁽⁴²⁾. A partir daí, o novo conceito começou a surgir na imprensa comunista, sem qualquer tentativa de fundamentação teórica, como substituto da revolução socialista. Nem era

preciso provar; a política de Frente Popular, ao amarrar os partidos à burguesia democrática, tirara todo o valor à perspectiva revolucionária.

A situação revolucionária em **Espanha** no início da guerra civil proporcionou à direcção da IC a primeira oportunidade para fazer o lançamento da “revolução democrático-popular”. As tomadas de posição iniciais dos comunistas colocavam ainda a luta contra a sublevação fascista no âmbito da defesa do regime democrático-burguês, como de resto fora preconizado por Dimitrov no 7º congresso. “O povo espanhol só tem um objectivo: a defesa da ordem republicana no respeito pela propriedade”, declarava José Diaz. Qualquer tentativa para estabelecer uma ditadura proletária “restringiria a base social da luta do povo espanhol e facilitaria à reacção internacional o objectivo de destruir o movimento revolucionário em Espanha”. Tratava-se de “completar a revolução democrático-burguesa”⁽⁴³⁾. André Marty escrevia no *Humanité* em 4 de Agosto: “A luta actual em Espanha não é entre capitalismo e socialismo mas entre fascismo e democracia.” “O único objectivo possível não é realizar a revolução socialista, mas defender, consolidar, desenvolver a revolução democrático-burguesa.”⁽⁴⁴⁾

Esta palavra de ordem era contudo nitidamente ultrapassada pelo ímpeto do movimento operário e popular, que procedia à ocupação de terras e fábricas, à formação de milícias e tribunais populares, ao controle da produção, etc. Surgiu assim a resolução do CEIC de 19 de Setembro de 1936, com a perspectiva da “revolução democrático-popular”, como uma solução intermédia que desse satisfação simultaneamente ao proletariado, ao campesinato, à pequena

burguesia e à média burguesia republicana. “A república democrática espanhola por cujo triunfo luta o povo – escreveu então Dimitrov – não será uma república democrática de tipo antigo, mas **um Estado peculiar de autêntica democracia popular. Não será ainda um Estado soviético**, mas será antifascista, de esquerda, com a participação do sector autenticamente de esquerda da burguesia.” Pronunciando-se contra a velha tese de que, pelo seu conteúdo, o Estado é sempre capitalista ou socialista, Dimitrov anunciou que estava a nascer um Estado democrático, no qual “a Frente Popular exerce uma influência decisiva”. “Aqui põe-se o problema da organização da produção sem suprimir definitivamente a propriedade privada capitalista”⁽⁴⁵⁾.

E, como era de esperar, também Togliatti saiu de imediato em apoio desta tese. Na *Internacional Comunista* nº 16, desse ano, escrevia que “a república democrática que se está a estabelecer em Espanha é **um novo tipo de república democrática, uma democracia nova**”⁽⁴⁶⁾. “Democracia nova” que era adoptada na mesma altura por Mao na China...

Não é aqui o lugar para traçar o percurso desastroso dessa primeira experiência de “democracia popular”. O que se pode dizer, porque hoje está patente, apesar de todos os descendentes de Dimitrov – revisionistas e centristas – tentarem ocultá-lo, é que a luta heróica dos comunistas, dos operários e do povo espanhol foi esmagada não apenas pela superioridade militar do campo fascista, mas sobretudo pelas contradições internas de um regime que aprisionava o movimento revolucionário em limites aceitáveis para a burguesia republicana.

Lenine e a revolução popular

Como aplicar aos países capitalistas este conceito de uma revolução que não é ainda a revolução socialista, mas também já não pode ser a revolução burguesa, visto que ela foi há muito realizada, com mais ou menos compromissos?

Saindo em socorro de Dimitrov, os revisionistas modernos tentaram escorar a fragilidade teórica da “revolução democrático-popular” com a autoridade de Lenine. Com efeito, Lenine “dissera nas vésperas da Grande Revolução Socialista de Outubro que toda a variedade de revoluções não podia reduzir-se à antítese entre revolução burguesa e revolução proletária”⁽⁴⁷⁾. O que queria dizer, obviamente, que, para além das duas, Lenine admitia a existência de variedades intermédias. A “revolução democrático-popular” seria justamente uma delas.

Procuremos esta estranha opinião de Lenine acerca de toda uma gama de revoluções que não seriam nem burguesas nem proletárias. Encontramo-la em *O Estado e a Revolução*⁽⁴⁸⁾. Mas não diz nada daquilo que pretendem os seus falsificadores.

Criticando a atitude dos oportunistas, que cobriam a sua passividade e seguidismo perante a revolução democrático-burguesa com o argumento de que só quando chegasse a revolução socialista poderia o proletariado intervir com independência, Lenine sublinhava que a revolução **burguesa** pode ter desenvolvimentos muito diferentes conforme nela intervenham ou não de forma activa e independente as massas populares. E dava como exemplos opostos a revolução republicana de 1910 em Portugal, que ficou limitada nas suas transformações por as massas terem agido sob a

direcção da burguesia, e a revolução russa de 1905 que, por ter sido uma revolução autenticamente popular, comprometeu irremediavelmente a estabilização do regime burguês e serviu de “ensaio geral” à revolução proletária.

Como se vê, para Lenine, como para Marx, a designação de “popular” não indica uma categoria própria de revolução. A revolução burguesa pode ter ou não um carácter popular, conforme as massas intervenham ou não activamente na demolição das estruturas feudais, ultrapassando a burguesia. Quanto à revolução proletária, essa é por natureza uma revolução popular, porque faz apelo como nenhuma outra no passado à energia demolidora dos milhões de explorados, sem a qual é impossível varrer o capitalismo. Dizer que uma revolução é popular indica a profundidade com que revolve o regime caduco, mas não define as suas tarefas nem as suas forças motrizes. Falar de revolução popular como alternativa intermédia à revolução burguesa e à revolução proletária é falsificar o marxismo-leninismo da forma mais grosseira.

Falsificação tanto mais escandalosa porquanto Lenine já pusera a nu, nessa oportunidade como noutras, a noção de “Estado popular” como uma “palavra de ordem **desprovida** de qualquer conteúdo político e que apenas contém uma tradução pequeno-burguesa enfática do conceito de democracia” (49).

Pelas mesmas razões, é também abusiva qualquer tentativa de fazer passar a “ditadura democrático-popular” como uma **actualização** da ditadura democrático-revolucionária dos operários e camponeses, defendida por Lenine.

Em Lenine, essa era a forma de o proletariado poder impor as transformações democráticas gerais, isto é,

não-socialistas (como, por exemplo, a confiscação da terra senhorial em benefício dos camponeses), que a burguesia se recusava a realizar, colocando-se assim nas melhores condições para depois passar ininterruptamente à revolução socialista.

Ora, em Dimitrov, a “ditadura democrático-popular”, alargada à pequena burguesia, aos intelectuais, aos patriotas, etc., é concebida com a missão verdadeiramente original e nunca vista de **suprimir metade do capitalismo e edificar metade do socialismo**. Nacionaliza os monopólios, expropria os latifúndios, democratiza o Estado. Mas não instaura o poder soviético, não arrasa toda a máquina do Estado e contém as convulsões revolucionárias em limites aceitáveis para a pequena e média burguesia.

Como não podia deixar de ser, esta “esperteza” de querer fazer a revolução socialista por etapas, comendo as papas na cabeça à pequena burguesia, impediu a instauração da ditadura do proletariado, impediu a destruição do capitalismo e permitiu-lhe sobreviver sob a forma original de capitalismo de Estado.

4. A LIQUIDAÇÃO DO PARTIDO

"Na época da revolução social, a unidade do proletariado só pode ser realizada pelo partido verdadeiramente revolucionário do marxismo, pela luta implacável contra todos os outros partidos."

LENINE ⁽¹⁾

Levando até ao fim a lógica de tudo subordinar à frente única com a social-democracia, Dimitrov chegou à conclusão de que seria preciso criar "o partido político de massas único da classe operária", o que seria facilitado pela "tendência crescente dos operários para a unificação dos partidos social-democratas com os partidos comunistas"⁽²⁾.

"O movimento operário" – afirmou – "entra no período de liquidação da cisão." "É necessário que haja em cada país um partido único do proletariado." "A IC e as suas secções estão prontas a entrar em negociações com a II Internacional e as suas secções com vistas a estabelecer a unidade da classe operária." E, no discurso de encerramento do congresso: "Neste congresso adoptámos a orientação para a criação do partido político único de massa da classe operária, para a abolição da cisão política do proletariado."⁽³⁾

Este projecto insólito de fusão da corrente comunista com a corrente social-democrata contradiz o leninismo de forma tão flagrante que os defensores actuais de Dimitrov, comprometidos, procuram descartar-se dele. Ou silencian-

do-o pura e simplesmente, como se nunca tivesse existido – é o que faz, entre outros, o PC(R). Ou atacando a ideia do “partido único da classe operária” como se ela tivesse sido inventada pelos revisionistas e não pelo 7º congresso – é o que faz o PTA⁽⁴⁾. Ou ainda alegando que se trataria de uma manobra tática, admissível nas condições da luta contra o fascismo, mas que hoje estaria ultrapassada e portanto não valeria a pena discutir.

Não vamos fazer a vontade a estes dimitrovistas envergonhados. A ideia da fusão do PC com o PSD não é uma bagatela que se possa meter na gaveta quando se torna inconveniente. Aqueles que insistem em defender a todo o preço o relatório Dimitrov têm que se definir sobre esta questão: a fusão com a social-democracia equivale ou não à **liquidação** do partido comunista?

O ABC do marxismo-leninismo

Nesta questão, como em tantas outras, Dimitrov fez uma viragem de 180º em relação à linha até então seguida pela Internacional, a qual sempre considerara a defesa da integridade do partido como pedra de toque da atitude revolucionária marxista.

Recordemos os termos em que o Comité Executivo se pronunciara em 1926 acerca de posições vacilantes introduzidas por Zinoviev quanto à possibilidade de fusão com os social-democratas :

“A IC e as suas secções devem dar provas de honestidade e firmeza ao ir ao encontro da aspiração sincera de unidade existente nos trabalhadores social-democratas. Naturalmente, está fora de questão a fusão dos PC com os PSD. Isso

representaria uma traição aberta à causa da revolução proletária, o abandono do papel histórico de guia que o proletariado é chamado a desempenhar. Reconhecer a necessidade da existência de um partido comunista independente faz parte do ABC do marxismo-leninismo. A conquista mais preciosa da classe operária no passado recente foi justamente a formação em cada país, vencendo todos os obstáculos, de partidos comunistas independentes, que denunciam abertamente a traição perpetrada pelos dirigentes social-democratas, difundem abertamente a ideia da revolução proletária e trabalham para a preparar. Só sob a bandeira do partido comunista pode o proletariado unir-se numa única frente em filas cerradas.”⁽⁵⁾

É em confronto com esta clara posição de princípio que é necessário apreciar a proposta de Dimitrov para os comunistas negociarem com a social-democracia a fusão dos partidos.

As cinco condições

Alegam os defensores de Dimitrov que a sua proposta não envolvia qualquer cedência, uma vez que era apoiada em “cinco condições de princípio” bem claras. A saber: 1) ruptura total da social-democracia com a burguesia, 2) prévia unidade de acção dos comunistas com os social-democratas, 3) reconhecimento pelos social-democratas do derrube revolucionário da burguesia e da ditadura do proletariado, sob a forma dos soviets, 4) recusa do apoio à guerra imperialista e 5) aceitação do centralismo democrático⁽⁶⁾.

Se estas extraordinárias condições fossem aceites pela social-democracia em qualquer país do mundo, nenhum comunista teria certamente nada a objectar à fusão num partido único. A questão, porém, está em saber se os comu-

nistas poderão alguma vez levar um partido social-democrata a transformar-se no **contrário** de si próprio – porque é isso que de facto implicam as cinco condições.

A IC nunca se dera ao trabalho de pôr tais condições à social-democracia porque as considerava obviamente absurdas.

Mas Dimitrov “descobriu” que a situação se transformara, com base em duas ordens de razões :

- 1ª a deslocação à esquerda que se estaria a dar na social-democracia, instruída pelas duras lições do terror fascista;
- 2ª a influência crescente dos comunistas no movimento operário, a sua solidez e poder de atracção.

Examinemos cada um destes argumentos.

A pretensa deslocação à esquerda da social-democracia, que foi um dos alicerces centrais da nova táctica de Dimitrov, não passou de lenda, como já vimos num dos capítulos precedentes e como documentarei com mais factos adiante. Deslocavam-se à esquerda certos sectores da base dos PSD, não os seus dirigentes, nem os seus quadros, nem os partidos como um todo. Ou seja: surgiam condições favoráveis para chamar **ao partido comunista** muitos operários social-democratas; era imperioso um grande esforço para os ganhar; mas isto nada tinha a ver com uma proposta de **fusão** ao partido social-democrata.

Segundo argumento: a fusão seria agora possível sem abandono dos princípios porque os comunistas se tinham tornado uma força coesa, capaz de assegurar a sua hegemonia no seio do “partido único”. Foi o que disse por exemplo Manuilski nos activos do partido bolchevique realizados em Moscovo e Leninegrado logo após o 7º congresso. A fusão

não acarretava perigos, alegou ele, a rebater objecções que se levantavam, “porque os partidos comunistas se temperaram na luta, se libertaram de desvios e podem agora avançar sem receio para a unidade... Formou-se uma guarda bolchevique stalinista”⁽⁷⁾.

É um argumento que se volta contra os seus defensores. Se os PC se tinham tornado destacamentos poderosos e nalguns países já roubavam a direcção do movimento operário aos PSD, isso só provava que as condições eram mais favoráveis para acelerar a desagregação da corrente social-democrata. Porquê, nesse caso, dirigir-lhe propostas de fusão, que significariam inevitavelmente um **compromisso**, a introdução nas fileiras do partido, na sua direcção, na sua política e na sua ideologia, das posições social-democratas?

De facto, o que há de novo nas cinco condições de Dimitrov é elas sugerirem que a corrente social-democrata e a cisão política do proletariado na sociedade capitalista não seriam um produto **inevitável** da influência burguesa e pequeno-burguesa sobre a classe operária, mas seriam uma simples questão de pontos de vista errados que se poderiam corrigir através da experiência da luta de classes. A social-democracia fora caracterizada por Lenine e pela Internacional como a **ala esquerda da burguesia**, com a missão de envolver o proletariado. Dimitrov passou a encará-la como a **ala direita do movimento operário**, que era necessário chamar ao bom caminho.

Encarar um partido político, que nasceu para servir certos interesses de classe, da mesma forma que se encara um indivíduo, susceptível de reeducação, é deslizar do terreno do marxismo para o terreno da moral idealista vulgar. É passar da clareza do proletariado revolucionário acerca

das classes que o rodeiam, para as ilusões da pequena burguesia, ansiosa por esclarecer e ganhar os inimigos, na esperança de tornar mais suaves as tarefas da revolução e do socialismo. Foi este salto que Dimitrov deu, com a sua reabilitação da social-democracia.

A atitude de fundo dos comunistas perante a social-democracia nunca foi uma questão de correlação de forças. Ela resulta do antagonismo irreductível entre duas correntes de classe opostas – a política operária revolucionária contra a política burguesa para operários.

A questão só pode pôr-se assim: ou a força que impele as massas operárias para a revolução é tal que obriga os chefes da social-democracia a fazerem juras “revolucionárias”, para assim prosseguirem a sua defesa do regime burguês – e nesse caso ainda mais se impõe desmascará-los, fechar-lhes as portas do partido; ou o assalto reaccionário da burguesia obriga o movimento operário a passar à defensiva – e nesse caso é necessário não deixar dissolver a resistência comunista na influência capituladora da social-democracia. Num caso como no outro, as necessárias variações tácticas nunca justificam qualquer ilusão numa reeducação da social-democracia e na possibilidade de fundir os dois partidos inimigos. Esquecendo este princípio básico, Dimitrov colocou-se contra o espírito do leninismo.

A opinião de Lenine

A ideia de que o movimento operário se possa reforçar pela unificação dos diversos partidos com influência na classe operária é uma ilusão oportunista que surge espontaneamente nos sectores intermédios e atrasados do proletariado,

os quais confundem a ampla unidade necessária na luta diária com a estrita coesão política vital à vanguarda para poder exercer o seu papel dirigente.

Lenine mostrou que esta ilusão das massas pode tornar-se uma arma temível nas mãos da burguesia e da pequena burguesia para desintegrar a vanguarda revolucionária e bloquear ou esmagar a revolução.

Não é preciso lembrar aqui a intransigência “sectária” com que Lenine lutou para **separar** bolcheviques de mencheviques, para construir a Internacional Comunista e os novos partidos comunistas em corte antagónico com a social-democracia. Basta citar um exemplo hoje talvez esquecido. Em 1907, os mencheviques aproveitaram a desmoralização causada pela derrota da revolução de 1905 para lançar a proposta de um “congresso operário” que procedesse à “unificação política dos operários russos”. Como esta proposta despertasse ecos favoráveis, inclusive nas fileiras bolcheviques, Lenine fez campanha encarniçada contra ela até a derrotar. Perguntava Lenine:

“Um operário politicamente consciente pode não estar no partido? Se há fora do partido operários com tendências revolucionárias, porque não alargar as nossas fileiras para os incluir dentro do partido?” E precisava o fundo da questão: *“Que significa unificação política dos operários? Se os autores não inventaram uma terminologia nova, especial para a referida resolução, essa expressão designa a união em torno de um programa e de uma tática política precisa. Quais ao certo?”* *“O que vocês pretendem de facto – concluía Lenine – é a desorganização do proletariado pela integração de ideólogos não proletários, confundindo a verdadeira independência (social-democrata), com a dependência, com a sujeição à ideologia e à política burguesa (socialista-revolucionária).”*⁽⁸⁾

Isto põe a questão nos devidos termos: o Partido só existe nos limites de um programa e de uma tática bem definidas, marxistas. Querer passar para além desses limites, quer seja a pretexto de “unir a classe operária”, ou “fazer frente ao fascismo”, ou “defender a paz”, etc., resulta sempre na desorganização da vanguarda do proletariado, na **entrega** do proletariado à direcção política da burguesia.

As 21 condições

Diz-se por vezes que as cinco condições de Dimitrov não seriam mais do que uma versão actualizada das 21 condições para a adesão à IC, estabelecidas por Lenine em 1920. Isto declarou, por exemplo, Manuïlski nos já citados activos do partido Bolchevique. Mas há neste argumento uma confusão inadmissível entre duas situações e duas táticas completamente diferentes.

As 21 condições foram fixadas pela IC no momento em que o movimento operário, até aí organizado sob a bandeira da social-democracia, se deslocava impetuosamente para a linha da revolução russa e dos soviets. Para não perder a influência sobre as massas operárias, muitos dirigentes social-democratas dispunham-se a aderir à nova Internacional transportando para dentro dela a sua bagagem reformista, para aí poderem prosseguir a mesma política oportunista. A IC encontrava-se pois “ameaçada de amolecimento por grupos indecisos e híbridos que ainda não tinham rompido com a ideologia da II Internacional”⁽⁹⁾.

Para frustrar essa **ameaça de invasão** do jovem e débil movimento comunista por parte da social-democracia, Lenine formulou as 21 condições para qualquer partido ser

admitido como membro da IC: mudar o seu nome para "Partido Comunista", defender incondicionalmente o poder dos soviets, fazer uma ruptura completa com o reformismo e o centrismo, destituir os reformistas e centristas de cargos de responsabilidade, adoptar um novo programa comunista, organizar-se na base do centralismo democrático, etc.

Foi graças a esta atitude vigilante que a IC levantou uma barreira ao contrabando social-democrata (que mesmo assim ainda conseguiu infiltrar-se em força em vários partidos, caso do PC Francês, etc.) e pôde afirmar-se como o centro da corrente proletária revolucionária internacional, em corte inconciliável com o reformismo social-democrata.

Ora, as cinco condições de Dimitrov foram apresentadas 15 anos mais tarde, quando o movimento comunista consolidado já disputava com êxito à social-democracia a condução do movimento operário na maioria dos países e já lhe roubara a influência sobre a vanguarda operária. Não visavam afirmar a existência de uma nova corrente comunista fechando as portas à infiltração social-democrata, como fora o caso em 1920, mas pelo contrário, abrir-lhe as portas para a fusão.

A situação é pois inversa. As 21 condições de Lenine serviram para coesionar a corrente comunista e desmascarar a social-democracia; as cinco condições de Dimitrov serviram para cobrir a aproximação com a social-democracia e o desarmamento ideológico e político do proletariado. São duas tácticas opostas.

Fusão na Hungria

É sintomático que Dimitrov não tenha dito uma palavra sobre a experiência concreta de fusão entre o PC e o PSD, já levada a cabo durante a revolução soviética húngara de 1919. E não é difícil perceber a razão deste silêncio. Eis como Matias Rakosi, dirigente da IC e do PC Húngaro, analisou esse processo de fusão, durante o 2º congresso da IC, em 1920:

“O ponto fraco da ditadura (do proletariado) consistia em ter sido instituída e realizada por um partido sem força nem experiência bastantes. O PC dispunha de não poucas forças revolucionárias, mas como organização era excessivamente fraco. O partido poderia certamente ter tomado a direcção dos acontecimentos se não tivesse cometido o grave erro de se fundir com o PSD. O PSD pronunciou-se pela ditadura do proletariado, adoptou sem reservas o programa comunista e excluiu os seus chefes de ‘extrema-direita’... Não tardou, porém, a perceber-se que, apesar da fusão os social-democratas procuravam aproveitar todas as ocasiões para minar a ditadura. A fusão não impediu os dirigentes social-democratas de participar nas negociações secretas com os representantes da Entente (Inglaterra-França), com vistas ao esmagamento do poder soviético e à formação de um governo social-democrata.”⁽¹⁰⁾

Aqui temos pois um exemplo elucidativo de como a social-democracia pode ir até ao ponto de aceitar as mais rigorosas “condições de princípio” para conseguir tomar por dentro o partido comunista em momentos de crise geral do poder burguês. Porque esqueceu Dimitrov este exemplo?

A derrota sangrenta da revolução húngara de 1919 instruiu definitivamente o movimento comunista sobre o crédito que se pode dar à “conversão” dos chefes social-

-democratas aos princípios revolucionários. É uma última manobra desesperada para sabotar a revolução. Como assinalou Lenine nas condições de admissão à Internacional, “nenhum comunista deve esquecer as lições da República Húngara dos Sovietes. A união dos comunistas com os reformistas custou demasiado cara ao proletariado húngaro”⁽¹¹⁾.

Trotsky

Alega-se por vezes que a proposta de Dimitrov não seria tão absurda, uma vez que Lenine também promovera em Julho de 1917 a integração no partido Bolchevique do grupo de Trotsky. As concepções leninistas acerca da integridade do partido seriam pois mais “elásticas” do que pretendem os críticos “dogmáticos” de Dimitrov. É mais um argumento viciado, como vamos ver.

No Verão decisivo de 1917, o movimento operário russo era disputado entre o caminho revolucionário dos bolcheviques e o caminho reformista dos mencheviques (e dos socialistas revolucionários). O grupo dos “interdistritos”, formado por Trotsky com dissidentes das duas alas da social-democracia russa, era uma força muito minoritária, oscilante, que nesse momento se deslocava para a esquerda e aceitava o programa e a tática bolchevique. A força deste grupo vinha do prestígio de Trotsky em certos sectores operários, seduzidos pelos seus talentos de demagogo “apartidário” e “unitário”.

Nestas condições, Lenine e o CC bolchevique consideraram que a **absorção** dos “interdistritos”, mesmo à custa de certas concessões, ajudaria a acelerar a corrente de polarização dos operários em torno do partido bolchevique, a

decompor a influência menchevique e a abordar a tarefa da insurreição armada, que surgia como iminente. Os acontecimentos demonstraram a justeza desta tática.

Posteriormente, a acção centrista, aventureira e desagregadora de Trotski no CC do partido, até à sua expulsão dez anos mais tarde, mostrou como foi caro o preço pago pelo partido para conseguir a sua neutralização no momento da tomada do poder e alertou para a necessidade de uma vigilância extrema na constituição do órgão dirigente do partido.

O que é certo é que esta experiência nada tem de comum com a ideia "luminosa" da abolição da cisão política do proletariado, lançada por Dimitrov no 7º congresso. Lenine admitiu a absorção pelo partido de um grupo minoritário intermédio para melhor derrotar o inimigo social-democrata. Dimitrov defendeu a fusão com esse inimigo.

Lenine e os trabalhistas

Os defensores de Dimitrov trazem também periodicamente à baila o célebre conselho de Lenine aos comunistas ingleses para se integrarem no Partido Trabalhista, procurando assim mais uma vez sugerir que o princípio da independência do partido admitiria excepções táticas. A melhor resposta para este argumento está na transcrição das principais opiniões de Lenine a esse respeito.

"O 2º congresso da III Internacional deve pronunciar-se pela filiação dos grupos ou organizações comunistas ou simpatizantes da Grã-Bretanha no 'Partido Trabalhista' (Labour Party), embora este pertença à II Internacional. E isto porque, enquanto esse partido assegurar às organizações que

o compõem a actual liberdade de crítica e a possibilidade de desenvolver nas suas fileiras um trabalho de propaganda, agitação e organização a favor da ditadura do proletariado e do poder dos soviets, enquanto o Labour Party conservar o carácter de união de todas as organizações profissionais da classe operária, os comunistas devem fazer tudo, aceitar mesmo certos compromissos, para poder exercer a sua influência sobre as mais amplas massas operárias, desmascarar os seus chefes do alto de uma tribuna mais elevada e mais visível às massas." (12)

"Não devemos esquecer que o Labour Party inglês está colocado em condições muito especiais: é um partido muito original, ou mais exactamente, não é um partido no sentido habitual da palavra. Composto por trabalhadores de todas as organizações profissionais, agrupa hoje cerca de quatro milhões de membros e dá total liberdade a todos os partidos políticos que o compõem... O Labour Party tolera na suas fileiras o Partido Socialista Britânico e permite que este tenha os seus próprios jornais, nos quais os próprios membros deste mesmo Labour Party podem declarar abertamente e com toda a liberdade que os chefes do partido são social-traidores."(13)

"O Partido Comunista só poderá integrar-se no Labour Party na condição de conservar completa liberdade de crítica e de poder levar a cabo a sua própria política. Isto é o mais importante."(14)

Assim, mais uma vez, vemos que nada há de comum entre as opiniões de Dimitrov e as de Lenine acerca das relações entre o PC e o PSD. Lenine aconselhou em 1920 o PC da Grã-Bretanha, ainda em fase de formação, extremamente fraco e isolado do movimento operário, a que se filiasse numa vasta organização operária, que não era ainda um partido político no verdadeiro sentido do termo, para aí, com total liberdade de crítica e autonomia organizativa, levar a influência comunista às massas operárias. Dimitrov

indicou, quinze anos mais tarde, ao PC da Grã-Bretanha, então já afirmado como vanguarda do proletariado, o caminho da fusão com o PT, então já transformado em partido em toda a acepção da palavra, sem direito de organizações autónomas no seu interior, e, o que é mais, partido burguês para operários, já inteiramente corrompido pelo exercício do poder na maior metrópole do imperialismo⁽¹⁵⁾. Entre a posição de Lenine e a de Dimitrov há um abismo.

Manobra táctica?

Quando se esgotam todas as desculpas, há ainda quem argumente que Dimitrov sabia muito bem que a sua proposta de fusão ia ser rejeitada e contava com isso mesmo para demonstrar aos operários social-democratas que eram os seus dirigentes os responsáveis por não haver unificação. A sua proposta não seria mais do que uma hábil manobra táctica para canalizar o desejo de unidade das bases social-democratas no sentido de uma deslocação à esquerda.

É uma desculpa coxa. A deslocação dos operários social-democratas (hoje a questão põe-se sobretudo em relação ao revisionismo moderno) para as posições do comunismo exige que eles sejam ganhos pela corrente revolucionária de classe e descubram na social-democracia um produto corrompido da ditadura da burguesia, um partido que deve ser abandonado porque não muda de natureza. Ora, isso não se consegue alimentando-lhes ilusões sobre o “partido operário único” e sobre a fusão das duas correntes antagónicas no movimento operário.

A táctica leninista para desligar os operários social-democratas da linha da colaboração de classes era a política

de frente única que até aí vinha sendo aplicada pela IC. Só combinando a unidade pela base e na acção com a denúncia intransigente da política social-democrata conseguiram os PC criar, entre 1920 e 1935, uma forte corrente revolucionária e expulsar os PSD de posições-chave no movimento operário. Se havia rectificações a fazer a esta política, elas não tocavam na sua orientação de fundo.

Ao alargar a tática de frente única à colaboração e à unidade **entre direcções, entre partidos**, o 7º congresso deu novo alento aos PSD para se apresentarem aos olhos da classe como interlocutores válidos, como representantes legítimos de uma parte do proletariado. Pôs em causa implicitamente a justeza do corte operado cerca de 1920 pela corrente comunista, abrindo espaço à acusação social-democrata de que a criação da IC teria sido uma cisão “inútil” e enfraquecedora do movimento operário. Alimentou nos comunistas a esperança numa impossível regeneração da social-democracia e amarrou-os à preocupação oportunista de não afugentar os PSD.

Assim, se a proposta unificadora de Dimitrov ganhou de facto muitos operários social-democratas para as fileiras dos PC, não foi por os deslocar para a esquerda, mas por **deslocar os comunistas para a direita**. Em vez de ajudar a desintegrar a corrente social-democrata, ajudou a desintegrar a corrente comunista.

A verdade inegável é que Dimitrov tinha em vista com a sua proposta a fusão efectiva dos PC com os PSD. Como ele próprio tornou claro no 7º congresso, “a unidade política da classe operária não é para nós uma manobra mas a questão do destino futuro de todo o movimento operá-

rio”⁽¹⁶⁾. Que assim era, provam-no as tentativas de fusão que desde logo começaram a ser feitas (França, Alemanha, Áustria, Filipinas, etc.) e a fusão real que acabou por ser levada à prática no fim da II Guerra Mundial, na Polónia, Alemanha Oriental, Hungria, etc., com os resultados que se conhecem.

Significativamente, o PTA, que condena a tolerância do PC da China para com a persistência de partidos burgueses após a tomada do poder, não se pronuncia sobre a experiência desastrosa das fusões dos PC com os PSD nesses países de democracia popular. O receio de pôr em causa o 7º congresso leva-o, também neste ponto, a silenciar as posições de princípio e a desculpar o oportunismo na sua forma extrema – a liquidação do partido.

A liquidação do partido

Estamos agora em condições de concluir, sem lugar para dúvidas, que a proposta de Dimitrov para a fusão com a social-democracia rompe com toda a linha do leninismo e da IC, aponta para a liquidação do partido comunista enquanto vanguarda única da revolução.

Como pôde Dimitrov chegar a esta oferta de rendição que é a proposta do “partido operário único”? Esta era a consequência lógica da **ideia nova** que percorre todo o seu relatório: a ideia de que o fascismo teria vindo apagar o antagonismo entre comunismo e social-democracia e irmanar ambos os partidos no mesmo campo democrático. Se os comunistas passavam a ser apenas os defensores mais consequentes da **mesma** causa democrática que os social-democratas defendiam de forma vacilante, deixava de haver

barreiras insuperáveis à sua fusão e, pelo contrário, ela tornava-se a única solução lógica e eficaz. Tudo se resumia a insuflar no partido operário unificado a combatividade antifascista dos comunistas.

Mas isto significa que a “abertura tática” do 7º congresso encobre na realidade, como já vimos antes, a desistência da revolução e da ditadura do proletariado. **Para assegurar a defesa ou a restauração da democracia burguesa, o partido leninista deixava de ter sentido, o combate à social-democracia tornava-se prejudicial e “sectário”, era imperioso criar um “partido operário único”.**

Propondo à social-democracia a fusão num partido único, justamente quando o pânico perante o fascismo fazia vir ao de cima tendências para “rebaixar” e “depreciar” o papel do partido comunista⁽¹⁷⁾ e quando aumentava a pressão dos operários social-democratas para que os comunistas se juntassem a eles, Dimitrov não podia ignorar que abria as portas ao liquidacionismo. Mas era obrigado a fazê-lo para dar à social-democracia o penhor de boa-fé indispensável para abater a barreira de desconfiança perante a subversão comunista da ordem. Oferecia-lhes a melhor garantia de que os comunistas estavam dispostos a tornar-se combatentes leais pela democracia burguesa.

Naturalmente, essa oferta de capitulação tinha que ser disfarçada por “condições de princípio” tão rigorosas como irrealizáveis. Elas eram a necessária cortina “de princípio” para convencer os comunistas a aceitar a ideia, desarmar a vigilância, dispor-se a negociar a existência autónoma do partido comunista. O resto viria por si.

Essa mesma lógica capituladora transparece no apelo de Dimitrov para a “formação de centenas e de milhares de

bolcheviques sem partido nos países capitalistas”⁽¹⁸⁾. A expressão, à primeira vista atraente e “ampla”, carrega um enorme significado político. Admitir que se podiam formar milhares de “bolcheviques sem partido” era dar a entender que já não era preciso ser-se membro do partido comunista para se ser revolucionário conseqüente; era admitir que os bolcheviques pudessem surgir naturalmente na luta de classes, era avisar que os comunistas não deveriam “sectariamente” considerar-se a única vanguarda revolucionária do proletariado.

E justamente porque se tratava de uma oferta de capitulação, não é de estranhar que a burguesia rejeitasse unanimemente a proposta de fusão avançada por Dimitrov e se dedicasse a minar cada vez mais os partidos comunistas por dentro. “Se eles nos oferecem a unidade é porque estão à beira de capitular: vamos apertá-los mais um pouco.”

Só mais tarde, nos países da Europa Oriental, após a guerra, tiveram os social-democratas que aceitar a fusão com os comunistas, porque não lhes foi deixada outra alternativa. Mas ainda aí a fusão imposta pela força serviu para acelerar a decomposição do partido comunista, como veremos adiante.

A proposta de Dimitrov contém em germe todos os argumentos que Kruchov avançou vinte anos mais tarde, no 20º congresso do PCUS: “Os comunistas são cada vez mais fortes, os social-democratas já aprenderam a dura lição do fascismo e da guerra imperialista, todos queremos a Democracia, a Paz e a Independência – nada impede que nos unamos, acabando com a cisão política no movimento operário e possibilitando finalmente a passagem pacífica ao so-

cialismo.” É a lógica da nova burguesia revisionista, aparentemente ansiosa pela Unidade, na realidade ansiosa por dissolver a vanguarda comunista para se descartar do pesadelo da revolução proletária.

Essa lógica acabou por levar Dimitrov a defender mesmo, em Fevereiro de 1948, a dissolução do PC Búlgaro no seio da Frente da Pátria, para a “criação de um partido político unitário do nosso povo que assuma a direcção do Estado e da sociedade”⁽¹⁹⁾. Como se vê, a ideia do “partido de todo o povo”, atribuída a Kruchoy, fora já descoberta quinze anos antes por Dimitrov... É preciso que os defensores actuais de Dimitrov, que tanta aversão exibem pelo revisionismo, deixem de fazer esquivas à questão do “partido operário único” e digam o que pensam desta semente da traição revisionista.

5. PEQUENA HISTÓRIA DE UMA VIRAGEM HISTÓRICA

"A vitória do desvio de direita nos partidos comunistas dos países capitalistas significaria a derrocada ideológica dos partidos comunistas e um reforço enorme do social-democratismo."

STALINE, 1928 ⁽¹⁾

Os factos deitam por terra a tese a que se agarra o Partido do Trabalho da Albânia, de que a política de Frente Popular aprovada no 7º congresso seria uma mera flexão táctica, na linha de continuidade da política anterior da IC. Essa foi a forma que Dimitrov lhe deu, justamente porque precisava de ocultar a ruptura política e ideológica de fundo que representava a política de Frente Popular em relação à política de "classe contra classe", o 7º congresso em relação ao 6º.

A verdade é que a viragem do 7º congresso, estratégica e não apenas táctica, foi a resultante de uma luta subterrânea de tendências na Internacional, paralela à luta que se desenvolava no interior do partido Bolchevique, e tendo como protagonistas Staline, Dimitrov e Bukarine. A IC morreu no 7º congresso. Eis o que tenta ainda hoje ocultar a corrente centrista internacional, sob a tese da "continuidade".

“Classe contra classe” - o canto do cisne

Apenas 18 meses antes de Dimitrov ler o seu relatório na tribuna do 7º congresso, o 13º Pleno do Comité Executivo, de Dezembro de 1933, aprovara as teses “**Sobre o fascismo, o perigo de guerra e as tarefas dos partidos comunistas**”, que deveriam servir de plataforma ao congresso⁽²⁾. Importa recordar aqui o essencial dessas teses, para medir a profundidade da reviravolta operada na IC em 1934-1935.

“O mundo capitalista passa agora do fim da estabilização capitalista para a crise revolucionária” (tese I, 5). “Seria um erro oportunista de direita não ver hoje as tendências objectivas que conduzem a uma rápida maturação da crise revolucionária no mundo capitalista” (I, 6). “A situação internacional recorda pelo seu carácter a véspera de nova guerra mundial.” “A revolução soviética na China tornou-se um poderoso factor da revolução mundial” (II, 1).

“A burguesia quer retardar a derrocada do capitalismo desencadeando uma criminosa guerra imperialista e uma cruzada contra-revolucionária contra o país do socialismo vitorioso. A grande tarefa histórica do comunismo internacional é mobilizar as mais largas massas contra a guerra antes que ela seja declarada, acelerando assim a queda do capitalismo. Só a luta bolchevique antes da guerra, pela vitória da revolução, pode garantir a vitória da revolução em caso de guerra” (II, 4). “Lutando contra a guerra, os comunistas, enquanto preparam desde agora a transformação da guerra imperialista em guerra civil, devem concentrar esforços em todos os países contra os objectivos fundamentais da máquina de guerra do imperialismo” (III, b).

“A social-democracia continua a desempenhar a função de principal apoio social da burguesia, mesmo nos países de

ditadura fascista aberta, porque luta contra a unidade revolucionária do proletariado e contra a URSS" (I, 3).

"Na luta contra a social-democracia, os comunistas devem mostrar aos operários que a nova falência da social-democracia e da II Internacional era historicamente inevitável. Desmascarando e refutando minuciosamente perante as massas todos os sofismas hipócritas e traidores da social-democracia, os comunistas devem chamar os operários à luta revolucionária activa sob a direcção do partido comunista." "O 13º Pleno convida todas as secções da IC a lutar com a maior tenacidade, apesar e contra os chefes traidores da social-democracia, para realizar a frente única de luta com os operários social-democratas" (III, c).

"O 13º Pleno apela a todas as secções da IC para que extirpem sem piedade o oportunismo sob todas as formas e antes de mais o oportunismo de direita." "Sem isso, os partidos comunistas não conseguirão conduzir as massas operárias a batalhas vitoriosas pelo poder dos soviets" (III, d).

"Os partidos comunistas devem colocar resolutamente perante as massas o problema da saída revolucionária da crise do capitalismo", "demonstrar que os males do capitalismo são incuráveis." "Não, há saída para a crise geral do capitalismo fora da que aponta a revolução de Outubro." "Os partidos comunistas devem colocar com insistência, no seu trabalho de massa, a questão do poder. A principal palavra de ordem da Internacional Comunista é o poder dos soviets" (III, e, 1 e 3).

Tratava-se, como se vê, de uma linha inteiramente oposta à que veio a ser aprovada. Nela não havia lugar para os acordos com a social-democracia e os arranjos de frente popular, para o governo de "frente única", a "democracia popular" ou o "partido operário único". A questão que se coloca é assim a de saber como pôde nascer todo o arsenal de ideias dimitrovianas, apenas no intervalo de 18 meses.

A desforra de Bukarine

Em 1933, com o triunfo do nazismo na Alemanha, a política de “classe contra classe” entrara na agonia. Sobrevivia ainda nas resoluções oficiais mas era já letra morta para a maioria dos núcleos dirigentes da IC e dos partidos comunistas.

A brusca viragem na situação internacional, com o ascenso agressivo da Alemanha e do Japão, a aproximação a passos largos de nova guerra mundial, a passagem do movimento operário à defensiva, pareciam encerrar definitivamente a perspectiva de auge revolucionário que servira de fundamento à política preconizada por Staline desde 1928.

Fora com base nessa previsão de um auge revolucionário que Staline dera corpo à política de “classe contra classe”, por ele resumida em cinco direcções principais: “intensificar a luta contra a social-democracia e, antes de mais, contra a sua ala ‘esquerda’, apoio social do capitalismo”; “intensificar nos partidos comunistas a luta contra os elementos de direita, agentes da influência social-democrata”; “intensificar a luta contra esse último refúgio do oportunismo nos partidos comunistas que é o espírito de conciliação face ao desvio de direita”; “depurar os partidos comunistas das tradições social-democratas”; “levar à prática a nova táctica do comunismo nos sindicatos” (ou seja, a organização da corrente sindical revolucionária)⁽³⁾.

Essa política, a que Bukarine fizera oposição activa, alegando que conduziria à “desagregação” da Internacional, deparara também com a resistência encarniçada dos elementos oportunistas que se haviam anichado na direcção dos partidos e que se tinham habituado a interpretar a política

de frente única como a marcha a reboque da social-democracia e a conciliação com o parlamentarismo e o reformismo. Em 1929-1930, essa resistência de direita dera lugar a sucessivas crises de direcção nos partidos comunistas dos Estados Unidos, Alemanha, Checoslováquia, Itália, Polónia, Bulgária, Grã-Bretanha, Índia, Suécia, etc. A aplicação da linha do 6º congresso só fora possível com o afastamento dos principais adeptos do bukarinismo: Tasca, Groz, Ewert, Lovestone, Dimitrov...

Durante os anos da grande crise mundial, a radicalização das massas operárias tirara espaço de manobra à corrente oportunista e dera certa vitalidade à política de "classe contra classe". A social-democracia revelava-se como uma agência degenerada do imperialismo, um inimigo implacável da luta operária e da ditadura do proletariado na União Soviética. As teses bukarinistas sobre a estabilização do sistema capitalista eram desmentidas pela derrocada de Wall Street, que Staline previra certeira a um ano de distância. A política revolucionária independente conduzida pelos comunistas afirmava-se como a única que correspondia às necessidades da classe operária nos países capitalistas, flagelada pela fome, o desemprego e a repressão. Os êxitos espectaculares da "segunda revolução" da União Soviética, com o fim da NEP, a industrialização e a colectivização da agricultura, alimentavam a confiança nas forças do campo revolucionário.

Todavia, a política de "classe contra classe" não conseguiu um triunfo decisivo em nenhum partido da IC. A sua aplicação era minada por uma resistência tenaz, que renascia continuamente no interior dos partidos, e só podia manter-se à custa de uma radicalização extrema dos conflitos e da

limitação drástica da democracia interna. Era um avanço contra a corrente, que só conseguia impor-se através dos métodos da “guerra civil”.

Esta particularidade, que os historiadores social-democratas e revisionistas atribuem ao carácter “brutal” de Staline, retrata de facto **a fraqueza da corrente de esquerda** por ele chefiada. Staline pretendia manter-se fiel à herança do leninismo, mas não sabia como combater as enormes reservas de oportunismo acumuladas nos partidos comunistas pelo período da estabilização do capitalismo, pelo crescimento impetuoso da nova pequena burguesia assalariada, pelo desdobramento envolvente dos aparelhos militares, políticos, económicos, ideológicos de ditadura da burguesia.

Não se podia fazer uma política revolucionária sem reconhecer que a correlação das forças de classe mudava aceleradamente. Staline afirmara no 16º congresso do partido Bolchevique, em 1930, que havia “uma viragem das massas para o comunismo” e renovara o apoio aos partidos comunistas “que mantêm uma luta irreconciliável contra a social-democracia, agente do Capital na classe operária, e que romperam definitivamente com todos os desvios do leninismo que levavam a água ao moinho da social-democracia”⁽⁴⁾. Faltara-lhe assinalar que este deslocamento à esquerda das massas inferiores do proletariado e campesinato, instruídas pela crise do capitalismo, **era superado de longe pelo deslocamento à direita das suas camadas superiores, na esteira do imperialismo, em proporções nunca antes vistas.**

Só a compreensão deste fenómeno novo, que Lenine entrevira já em 1916, teria armado os comunistas com as respostas novas que a situação exigia para dar continuidade a uma política de hegemonia do proletariado. Essas respostas

não chegaram porém a ser dadas — nem quanto à neutralização do envolvimento pequeno-burguês, nem quanto à política de alianças, nem quanto à preparação da insurreição armada, nem quanto às novas perspectivas das revoluções de libertação nacional.

Por este vazio passava justamente a reanimação obstinada das posições de direita que se entrincheiravam nas direcções dos partidos e, à sombra do acatamento formal da linha de “classe contra classe”, a transformavam com frequência numa caricatura rígida e paralisante.

De modo que, quando em 1933 se dissiparam as esperanças num auge revolucionário que abrisse caminho a novas revoluções proletárias, o oportunismo lançou-se ao contra-ataque em força, pondo de novo tudo em causa: a “classe contra classe” não só não dera nenhuma vitória revolucionária como deveria ser responsabilizada pela derrocada do partido alemão, pelo aventureirismo putchista reinante no partido chinês, pela falta de entusiasmo que minava a maioria dos partidos; com os seus ataques inconsiderados à social-democracia, os comunistas tinham-se isolado perigosamente das forças intermédias e facilitado o avanço do fascismo; havia que pôr de lado os apelos à revolução proletária e estabelecer um compromisso a qualquer preço com a social-democracia e os partidos democrático-burgueses para evitar desastres maiores; nos países coloniais, havia que pôr termo à política “suicida” de demarcação e crítica face à burguesia nacional ascendente; o perigo para os partidos comunistas não vinha do oportunismo de direita mas do sectarismo, do aventureirismo e do “esquerdismo”.

Era afinal a polémica de 1929 entre Staline e Bukarine que voltava a primeiro plano. Agora já não com o argumento

da estabilização do capitalismo, **mas precisamente com o argumento contrário.** Porque não havia estabilização e crescia a ameaça fascista e o perigo de guerra, era necessário desistir do “doutrinarismo” de uma política revolucionária independente e conformar-se ao objectivo, mais modesto mas mais viável, da defesa das liberdades e da paz, em aliança com a democracia burguesa.

A necessidade premente de uma viragem na tática da IC atirava para a frente as propostas de direita, e com tanto maior energia quanto mais resistia a corrente de esquerda a reconhecer a mudança na situação internacional. A inferioridade política e ideológica em que se encontravam as forças de esquerda reduzia-as com efeito a tentar deter a avalanche do oportunismo reforçando os diques das suas velhas posições, em vez de partir audaciosamente em busca de posições novas. As teses do 13º Pleno, atrás citadas, ainda insistiam em anunciar, por exemplo, o início de novo ascenso revolucionário na Alemanha...

Não foi assim difícil formar-se na IC um terreno propício ao retorno do bukarinismo sem Bukarine. Aqueles que durante cinco anos haviam sido combatidos como oportunistas e capituladores desforravam-se agora ao aparecer como os únicos detentores de soluções políticas adequadas à situação difícil a que se chegara. A IC estava madura para a viragem à direita.

Essa viragem tornou-se inevitável quando a corrente de direita nos partidos comunistas recebeu o reforço inesperado de uma corrente semelhante que viera formando-se no interior do partido bolchevique e na sociedade soviética. **Em 1934, o oportunismo europeu e soviético soldaram-se numa corrente única, determinando a viragem à**

direita no 17º congresso do PC(b) da URSS e a viragem subsequente no 7º congresso da IC, consagrada no relatório de Dimitrov.

Isto obriga a fazer aqui uma referência, embora breve, a um acontecimento que não pertence ao âmbito deste trabalho e que a corrente centrista moderna se obstina em decretar tabu – a luta de tendências no 17º congresso do partido bolchevique e o papel nela desempenhado por Staline.

Quem venceu no “congresso dos vencedores”?

É um facto hoje reconhecido que a reviravolta na assembleia mundial do comunismo foi tornada possível pela brusca inflexão da política soviética no 17º congresso do PC(b) da URSS, no ano anterior. Esse congresso, que passou à história como o “congresso dos vencedores”, pelos êxitos que assinalou na realização do I Plano Quinquenal, saldou-se por um indiscutível revés para a linha que Staline viera promovendo na União Soviética e na Internacional.

Na aparência, o congresso decorreu em ambiente de harmonia eufórica. O I Plano Quinquenal transformara a face económica e social da URSS, que se afirmava na cena internacional como o bastião poderoso do socialismo, em vias de industrialização acelerada e apoiada na primeira agricultura colectivizada da História. Os *kulaks* e os *nepmen* (comerciantes, industriais, especuladores) tinham sido liquidados como classe. A oposição trotskista afundara-se no descrédito pela passagem do seu chefe a apoiante da social-democracia. Os opositoristas de direita admitiam os seus erros e ofereciam colaboração leal ao partido.

Ninguém discutia já a justeza da linha geral traçada por Staline em 1930: "Levar até ao fim a ofensiva em todas as frentes contra os elementos capitalistas."⁽⁵⁾ A perspicácia e firmeza com que Staline vencera as ameaças de aniquilamento ou de restauração capitalista e conduzira o regime a marchas forçadas para o socialismo eram unanimemente celebradas.

Sob esta apoteose, lavrava porém o fogo de uma **nova luta de classes**. O crescimento explosivo da indústria, da técnica, da ciência e do aparelho económico projectara para primeiro plano uma camada compacta de **quadros**, que começavam a intervir na cena política em defesa dos seus interesses próprios, disputando posições e influência no seio do partido dos soviets e das instituições.

A burguesia soviética da fase de transição (*kulaks*, *nepmen*, velha intelectualidade) fora destroçada, apenas para ceder o lugar a uma nova burguesia, embrionária ainda, mas muito mais poderosa porque, em vez de resíduo da velha sociedade, dominava as alavancas do novo sistema, e muito mais disfarçada porque não carregava os estigmas da propriedade privada e do capital e, pelo contrário, se fazia acreditar como a elite do poder soviético e do socialismo.

O regime de ditadura do proletariado, extremamente fraco e instável pela pequenez da classe operária (que ainda por cima sofrera a tremenda sangria da guerra civil) enfrentava sérias ameaças de desnaturação. Ao cancro da burocracia, em crescimento desmesurado, somava-se agora o núcleo social muito mais dinâmico e poderoso, dos quadros. Assim, as transformações operadas pelo plano quinquenal, parecendo trazer um reforço prodigioso à ditadura do proletariado, na realidade ameaçavam acabar de destruí-la.

O velho dilema leninista a que Staline procurara manter-se fiel nos anos difíceis — quem vencerá a quem? — tomava nova acuidade na hora do triunfo, no justo momento em que parecia ter-se extinguido. Por entre os hinos ao socialismo vitorioso, decidia-se a questão de saber se o poder reverteria definitivamente para os operários e camponeses ou para a camada ascendente dos quadros.

O significado histórico do 17º congresso foi justamente ter consagrado a vitória da segunda via sobre a primeira.

A linha “moderada” que viera despontando no partido em torno de Kirov, Ordjonikidze, etc. e que parecia nada ter a ver com a antiga linha de Bukarine, era na realidade a sua herdeira. Reclamava que se pusesse de parte a tese de Staline sobre a tendência para a exasperação da luta de classes, que se reconhecesse a legitimidade dos privilégios materiais e da autoridade dos quadros, que se decretasse uma nova Constituição consagrando a limitação dos sovietes e funções administrativas, que se instaurasse no partido e no Estado um novo clima de convivência tolerante, de “humanismo socialista”.

Agora, que os elementos capitalistas tinham desaparecido, alegavam os moderados, desaparecera a razão da luta dos anos anteriores, dessa tensão de esforços, dessa vigilância de classe. **Declarar abolidos os conflitos de classe era logicamente a questão mais vital para a nova burguesia em ascenso.**

Os moderados obtiveram desde logo vitórias significativas no congresso: concessão de parcelas individuais aos kolkozianos, desaceleração do ritmo da industrialização e revisão do 2º Plano Quinquenal para incentivar a produção de bens de consumo, reabilitação dos antigos opositoristas de direita.

A força da corrente moderada reflectiu-se na ascensão meteórica de Kirov, eleito para o novo Comité Central pela prática unanimidade do congresso e eleito secretário do CC, enquanto Staline sofria a humilhação de 270 votos contrários⁽⁶⁾. Bukarine, atacado durante anos como “O Bernstein soviético”, discursou no plenário do congresso, defendendo a “unidade a todo o preço para enfrentar o fascismo” e “o novo papel da ciência na produção” (ou seja, dos quadros na sociedade)⁽⁷⁾. Ouvido com “aplausos prolongados”, segundo noticiava o *Pravda* voltou a ser eleito para o CC e designado para cargos responsáveis (director do *Izvestia*, redactor da nova Constituição). Zinoviev e Kamenev, readmitidos no partido, também falaram no congresso. Tem pois pleno fundamento a conclusão de que “foram evidentes no 17º congresso o êxito político e a popularidade dos moderados”⁽⁸⁾.

É forçoso concluir que o poder de Staline sobre o partido não era em 1934 tão absoluto como tradicionalmente fez crer a crítica trotskista e social-democrata, forçada por isso a minimizar a reacção, para ela inexplicável, surgida no 17º congresso.

O “culto da personalidade”

Como explicar então a autêntica apoteose que envolveu Staline no congresso? Porque precisavam os moderados de o incensar, em vez de tentar derrubá-lo? E porque desembocou a “harmonia” de 1934 nas convulsões do terror de 1936-39?

O partido bolchevique e o regime soviético chegavam ao congresso já mergulhados na crise. Não por efeito da luta de Staline contra Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bukarine,

como pretende a crítica burguesa, mas pela estreiteza política com que fora conduzida essa luta. Staline tentara a partir de 1926 deter o crescimento das correntes de direita no partido pelo recurso a um despotismo “revolucionário” que se afastava rapidamente das concepções leninistas sobre a ditadura do proletariado. O combate de classe, que só podia ser assumido por uma democracia operária cada vez mais ampla e poderosa, fora transferido para as mãos de um aparelho partidário e estatal “monolítico”.

A luta contra a direita mergulhara assim o regime e o partido, não na vitalização revolucionária que seria de esperar, mas numa espiral repressiva insolúvel. Quanto mais se reforçava o “monolitismo” do partido e a autoridade do Estado em nome da defesa do socialismo, mais definhava a ditadura real do proletariado, maior espaço se abria ao crescimento da burguesia, mais inevitável se tornava o reforço constante do aparelho repressivo.

Staline entrava pois no 17º congresso numa situação contraditória. Ganhara enorme popularidade junto da classe operária e do povo, que viam nele o continuador audacioso da grande revolução iniciada por Lenine, mas essa popularidade reflectia já um apoio politicamente **passivo**. E as aclamações que lhe dirigiam os representantes da direita, para se ilibarem de suspeitas aos olhos do povo e da polícia, eram ao mesmo tempo uma forma de o manietar. Não seriam poucos os que no congresso saudavam em Staline simultaneamente o revolucionário bolchevique que fora até aí e o novo chefe moderado que esperavam que viesse a ser. Aclamando a sua intransigência passada, esperavam ganhar a sua capitulação futura.

Sobre esta ambiguidade se fundou o servil endeusa-

mento de Staline, que a partir daí e até à sua morte iria corromper a atmosfera da União Soviética e do movimento comunista internacional. Atribuindo-o posteriormente ao “mau carácter” do próprio Staline, os revisionistas procuraram ocultar a natureza social do “culto da personalidade”, como manifestação típica de um regime que procurava desesperadamente manter cristalizadas correntes de classe antagónicas.

Assim, aprisionado numa veneração hipócrita, Staline passou os últimos vinte anos da sua vida numa luta de retaguarda para limitar os estragos do oportunismo que medrava à sombra dessa veneração. Luta que perdeu duplamente, porque foi utilizado como bandeira pelos oportunistas e mais tarde renegado, quando se puderam ver livres dele.

O terror, arma impotente do centrismo

Porque se deixou Staline aprisionar nesta armadilha de um despotismo “revolucionário” que devorou a revolução que pretendia defender? Porque o seu alinhamento na luta de classes em curso na União Soviética era **centrista**.

Com efeito, o reforço do aparelho policial do Estado era a única trincheira que restava a um regime que julgava poder equilibrar as dinâmicas de classe divergentes do proletariado, do campesinato e dos quadros numa mítica “unidade do povo soviético”. Não vendo nos quadros o novo inimigo de classe, mas apenas a “nova intelectualidade soviética”, fiel por definição ao poder proletário, Staline e os stalinistas tinham forçosamente que limitar e destruir a democracia operária de base e a democracia ope-

rária no partido, para evitar que se rompesse a unidade. Um poder policial forte aparecia como o mais seguro pilar **do povo** contra todos os excessos, contra quaisquer excessos, da esquerda como da direita.

Era, de resto, esta posição centrista na luta de classes que determinava a perspectiva economicista de Staline sobre a construção do socialismo. Colocando no crescimento das forças produtivas a chave do reforço da ditadura do proletariado, punha a classe operária à margem dos instrumentos do poder.

A sua intervenção, em 1931, perante os quadros da indústria, ao expor os problemas da repartição e fixação da mão-de-obra, da escala de salários, das relações de trabalho, etc., numa perspectiva que reduzia os operários a mera força de trabalho à disposição dos quadros⁽⁹⁾, revela a penetração de um ponto de vista tecnocrático, que não tinha precedentes na sua obra teórica e que iria surgir com cada vez maior evidência nos seus escritos posteriores.

A noção de que o aparelho económico devia ser dirigido em função dos interesses do poder proletário dava lugar pouco a pouco à noção inversa, que subordinava os produtores às exigências dos mecanismos económicos **e portanto aos detentores das suas alavancas – os quadros**. Escapando-lhe a **inversão de relações de classe** que se ocultava sob esta lógica economicista, Staline ficava desarmado para a defesa da ditadura do proletariado e deixava aberto, apesar dos seus esforços em contrário, o caminho à formação de um novo regime de capitalismo de Estado de fachada “socialista”.

Staline representava já, pois, em 1934 uma corrente intermédia, historicamente ultrapassada, que tentava bloquear pela repressão um processo social cuja dinâmica interna lhe escapava.

“Já não há mais nada para demonstrar, nem ninguém para derrotar, porque todos compreenderam que a linha do partido triunfou.” “O partido está agora soldado num todo coerente, como nunca estivera antes.”⁽¹⁰⁾ Estas palavras de Staline no 17º congresso, que pareciam anunciar uma época nova de pacificação e unidade, iriam marcar, pelo contrário, a entrada no período do terror, que se desencadeou de forma incontrolada no fim desse mesmo ano com o assassinato de Kirov e que atingiu proporções alucinantes em 1936-1939. O fuzilamento da maior parte dos delegados ao congresso e do Comité Central nele eleito, assim como de centenas de milhares de comunistas, fala eloquentemente sobre o valor real da aparente harmonia aí exibida. Os acontecimentos mostraram que o congresso marcara na realidade a entrada da ditadura do proletariado numa terrível agonia.

Este facto, de que a corrente centrista ainda hoje se recusa a tomar conhecimento, para poder preservar a lenda piedosa de um avanço incessante do socialismo enquanto Staline foi vivo, explica-se precisamente pelo carácter subterrâneo, não declarado, mistificado, que assumiu a nova etapa da luta de classe na União Soviética a partir do 17º congresso.

Incapaz de apreender o movimento ascensional da nova burguesia, que abria caminho através do fervilhar de intrigas à sua volta, Staline tentava anular as concessões consentidas no congresso e assegurar-se do poder que lhe escapava, pelo recurso à polícia e pela redução dos conflitos políticos a meras conspirações de espíões e sabotadores pagos pelo imperialismo (que, naturalmente, proliferavam, embora a burguesia procure hoje transformá-las em invenções do “cérebro doente” de Staline).

Era uma luta perdida, porque nenhum aparelho poli-

cial estava à altura de cumprir a tarefa que só podia ser desempenhada pela libertação da energia revolucionária da classe operária, organizada no partido e nos soviets, mas já então reduzida ao papel de espectadora passiva de uma luta que lhe dizia vitalmente respeito.

Staline desferia golpes às cegas, que atingiam indistintamente oportunistas, traidores e revolucionários, mas era impotente para deter a ascensão inexorável do novo regime porque não atacava a sua estrutura de classe, o poder efectivo dos quadros, que esvaziavam um a um os alicerces da ditadura do proletariado e remodelavam lentamente a sociedade à medida dos seus interesses. Por isso, o duelo subterrâneo pelo poder que se travava em torno de Staline, com a sua guerra de aparelhos e tenebrosas maquinações policiais, era favorável à infiltração da burguesia e tinha que terminar pela derrocada do poder proletário.

Vinte anos mais tarde, depois de se ver livre das últimas resistências convulsivas de Staline, a nova burguesia, já perfeitamente configurada como classe, pôde enunciar, pela boca de Kruchoy, as leis da sua dominação incontestada sobre o proletariado e o campesinato. Fora ela a grande vencedora do "congresso dos vencedores".

O nacionalismo soviético dá luz verde para o 7º congresso

É neste quadro que se pode entender o impulso dado pelo 17º congresso à viragem de fundo na Internacional no ano seguinte. Porque os interesses da nova burguesia em formação projectavam-se também no campo da política externa, onde iriam substituir o internacionalismo proletário, o apoio

prioritário à IC e ao movimento revolucionário mundial por uma política cada vez mais declaradamente nacionalista. Com o 17º congresso, criaram-se as condições para uma aliança entre o nacionalismo soviético nascente e o oportunismo europeu. Desta aliança surgiu a política dimitrovista de Frente Popular.

O congresso deparou com uma situação internacional nova, que obrigava a um realinhamento geral da política externa soviética. O campo imperialista dividia-se em dois blocos rivais, o bloco fascista, militarista e agressivo animado pela Alemanha e o Japão, e o bloco democrático-burguês, interessado em manter o *status quo* imposto em Versalhes. Adensavam-se as ameaças de nova guerra imperialista mundial. A ponta de lança da cruzada anti-soviética, ao passar das mãos da Inglaterra e da França para as da Alemanha, tomava nova agressividade.

Foram por isso perfeitamente justificadas as decisões sobre a entrada da URSS na SDN e a negociação de tratados de assistência mútua com a França, Checoslováquia, etc. Tratava-se de ganhar tempo, neutralizar o expansionismo alemão, retardar na medida do possível a eclosão da guerra.

Mas esta nova orientação necessária da política externa soviética, ao pôr em marcha uma aproximação com o bloco Inglaterra-França, criava um terreno favorável ao retorno das teses de Bukarine, velho paladino da aliança com a democracia burguesa e a social-democracia, atirando para segundo plano o apoio à causa revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos. Bastava dar mais um passo na aliança táctica temporária com o bloco democrático-burguês para a transformar numa estratégia inteiramente nova, nacionalista, pragmática, de apoio ao reformismo internacional, de abandono da revolução.

Tudo indica que esse passo foi dado pelo 17º congresso. Seria necessário conhecer o relatório de Manuilski ao congresso sobre a actividade do partido Bolchevique na Internacional Comunista para avaliar toda a amplitude da viragem aí decidida. Do que não resta dúvida é que o relatório de Staline, na sua parte internacional, deslocava o eixo da análise para o conflito entre os dois blocos imperialistas, não chamava a primeiro plano a luta revolucionária do proletariado como principal factor para dificultar o desencadeamento da guerra e a necessidade dos partidos comunistas trabalharem para transformar a guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia, nem referia o papel da revolução chinesa e das lutas de libertação nacional no quadro da situação mundial.

Os alertas contidos no relatório, sobre a necessidade de preparar o proletariado com vistas a um novo auge revolucionário, ficaram muito longe do combate enérgico que se exigia contra as tendências de capitulação patentes nos partidos, contra qualquer confusão oportunista entre a manobra táctica da União Soviética e uma política de colaboração de classes. Neste campo, como no da política interna, as ressalvas de princípios feitas por Staline no 17º congresso não foram suficientes para anular uma posição geral de cedência à pressão de direita que dominava o partido.

Deste modo, a viragem na política externa da URSS abriu as comportas à pressão oportunista de direita que se viera acumulando nos órgãos dirigentes da IC e nos partidos. As posições revolucionárias de princípio que até aí resistiam em torno da política de “classe contra classe” encontraram-se subitamente desamparadas e submergidas pela argumenta-

ção premente da direita: se a União Soviética se aliava à democracia burguesa para travar a ameaça fascista, porque não fariam o mesmo os comunistas em cada país?

Isto explica a reviravolta /que se desencadeou no Comité Executivo logo após o congresso do PC(b) da URSS. “Nos órgãos dirigentes da IC – escrevem os revisionistas soviéticos – procedeu-se à revisão gradual de algumas teses caducas ou desajustadas, que dificultavam a união da classe operária contra o fascismo.”⁽¹¹⁾

Essa revisão, iniciada por Manuïlski, foi logo em seguida tomada em mãos por Dimitrov, que fora integrado no secretariado do CEIC em Março de 1934, imediatamente após a sua libertação das prisões nazis. Numa carta ao CEIC e ao Comité Central do partido Bolchevique, Dimitrov expôs o essencial das novas teses, que envolviam uma mudança radical de atitude face à social-democracia e à democracia burguesa. As mesmas ideias foram por ele expostas na comissão de redacção dos projectos para o 7º congresso, onde obteve de imediato o apoio de Thorez, Manuïlski, Kuusinen, mas deparando com a oposição de Bela Kun, Losovski, Wang Ming, que “persistiam nas orientações caducas”⁽¹²⁾.

A escolha dos relatores ao congresso, a 28 de Maio, indicou desde logo a tendência da deslocação no CEIC. Foram com efeito preferidos Dimitrov, Pieck, Togliatti, Manuïlski, **antes criticados pelas suas tendências oportunistas**, enquanto eram excluídos “os fautores da linha mais intransigente (Piatnitski, Knorin, Bela Kun), os quais tinham desempenhado papel de primeiro plano na direcção da IC durante os últimos anos”.⁽¹³⁾

Os debates no CEIC atingiram o auge no Verão-Outono de 1934. Em 22 de Agosto, as posições de direita

fizeram novo passo em frente, quando Kuusinen introduziu na comissão de redacção a ideia do ataque ao “sectarismo de esquerda” como perigo principal para os partidos⁽¹⁴⁾. Estava delineado o sentido da viragem e o seu alcance. A falta de acordo, contudo, levou a adiar a convocação do congresso, alegando-se como justificação o “pedido de várias secções”⁽¹⁵⁾. Os factos iriam mostrar que se tratava de uma manobra da corrente de direita, que precisava de ganhar tempo para desagregar resistências.

Golpe na Internacional

“O Congresso acolheu as novas teses tácticas com grande entusiasmo e de forma unânime”, congratulou-se Dimitrov no discurso de encerramento do debate. “Em nenhum dos anteriores congressos da IC se manifestara uma coesão ideológica e política comparável à actual.” “Nenhum dos oradores levantou objecções às teses tácticas formuladas nem à resolução proposta.”⁽¹⁶⁾

Esta “unanimidade” levanta desde logo as maiores suspeitas quando se constata que até hoje só é conhecido um breve resumo das actas, ao contrário do que até então fora norma nos congressos da IC⁽¹⁷⁾. De resto, são os revisionistas soviéticos que contradizem esta versão ao afirmar que “as teses caducas manifestaram-se ainda nos discursos de alguns delegados”⁽¹⁸⁾.

É mesmo assim incontestável que a linha proposta por Dimitrov encontrou uma ampla e entusiástica aprovação por parte da grande maioria dos delegados ao congresso. Mas o que Dimitrov não disse no seu relatório foi que esse apoio fora previamente assegurado pela “limpeza” que

durante o ano e meio anterior ao congresso desalojou e suprimiu praticamente todas as resistências que se manifestavam à guinada à direita. Como os próprios revisionistas confessam com incomparável jesuitismo, referindo-se à preparação do congresso, “os partidos comunistas que chocavam, na viragem para a nova política, com a resistência tenaz dos grupos e elementos oportunistas sectários de esquerda, receberam a ajuda da IC”⁽¹⁹⁾.

O adiamento do congresso serviu assim à corrente chefiada por Dimitrov para impor uma mudança efectiva da linha dos partidos e inclusive a substituição dos dirigentes que defendiam a política de “classe contra classe”, a fim de colocar o 7º congresso perante o facto consumado e abafar qualquer contestação de esquerda. É necessário denunciar este **golpe oportunista de grandes proporções**, que a corrente centrista procura ainda hoje manter oculto. Os factos falam por si:

– Em França, Dimitrov conferenciou com Thorez em Maio de 1934, animando-o a “libertar a política de frente única das fórmulas dogmáticas que nela se tinham instalado”⁽²⁰⁾. Esta desautorização da política traçada pelo 6º congresso e pelos plenos do CEIC, que era a única em vigor, encontrou naturalmente a melhor receptividade por parte de Thorez. Apoiado pelo delegado da IC junto do PCF, Fried, tomou de imediato uma série de iniciativas de aproximação ao partido Socialista, visando o apoio ou mesmo participação num governo “democrático”, assim como a luta pela “ampliação da democracia”, conforme lhe era aconselhado em carta do CEIC de 11 de Junho⁽²¹⁾. A França iria tornar-se o laboratório e o principal sustentáculo da viragem, como adiante veremos com mais detalhe.

– Na **Alemanha**, o KPD “atravessava uma grave recaída no sectarismo”, segundo os revisionistas; Pieck e Ulbricht eram acusados de desvios de direita e de se aproximarem dos social-democratas. Mas a intervenção do Secretariado e do Presidium do CEIC em Dezembro de 1934 levou à condenação dos sectários e do doutrinário de esquerda⁽²²⁾. Sob a direcção de Pieck e Ulbricht, o KPD foi, juntamente com o PCF, um dos primeiros partidos a propor a fusão aos social-democratas.

– Na **Itália**, Togliatti, há muito em desacordo cauteloso com a linha de “classe contra classe”, começou a pôr a viragem em prática um ano antes do congresso, assinando um pacto com o PSI em Agosto de 1934⁽²³⁾.

– Na **Bulgária**, Dimitrov e Kolarov, afastados da direcção do partido desde 1929 sob a acusação de oportunismo, promoveram em Março de 1935 uma conferência em Moscovo, formaram uma direcção paralela à do interior e acabaram por obter o reconhecimento do CEIC como direcção legítima do partido⁽²⁴⁾.

– Em **Espanha**, também sem esperar pelo 7º congresso, o PCE propôs um pacto de unidade ao PSOE em 12 de Junho de 1935⁽²⁵⁾.

– Na **Áustria**, o PC propôs a fusão ao partido Socialista Revolucionário ainda antes do 7º congresso⁽²⁶⁾.

– Nos **Estados Unidos**, Browder realizou, no 8º congresso do partido, na Primavera de 1934, uma espectacular viragem para o campo nacional, condensada na fórmula que viria a ficar célebre, “o comunismo é o americanismo do século XX”⁽²⁷⁾.

– Na **América Latina**, o CEIC promoveu em Outubro de 1934 uma conferência conjunta, que decidiu orientar

os partidos para a construção de “amplas frentes anti-imperialistas, acabando com a subestimação do nacional-reformismo burguês”⁽²⁸⁾. Começaram de imediato a ser “corrigidos os “desvios dogmáticos e sectários” na generalidade dos partidos, nomeadamente na **Argentina, Chile, Cuba**⁽²⁹⁾. No **Brasil**, a formação da Aliança Libertadora Nacional, na Primavera de 1935, inseriu-se já na mesma linha, embora sob as cores radicais do “tenentismo”.

– Na **Índia**, o PCI assinou, por indicação do CEIC, um pacto de acção com o partido Socialista do Congresso, ala esquerda da burguesia nacionalista⁽³⁰⁾.

– Na **Indonésia**, a nova linha foi introduzida em Abril de 1935 por Musso, enviado do CEIC⁽³¹⁾.

– Na **África do Sul**, a linha “dogmática e sectária” de Wolton, representante do CEIC desde 1930, foi derrotada antes do 7º congresso⁽³²⁾.

– Na **Mongólia**, Kolarov, do CEIC, próximo colaborador de Dimitrov, orientou no 9º congresso do partido a liquidação dos “desvios e erros esquerdistas”⁽³³⁾.

Quanto aos partidos que, por uma razão ou por outra, chegaram ao 7º congresso sem ter ainda mudado de linha e de direcção, é curioso citar o caso de:

– **Portugal** – O relatório de actividade aprovado pela direcção do PCP foi **substituído no próprio congresso**, a conselho dos responsáveis da IC, por não se enquadrar na nova linha que ia ser aprovada. Bento Gonçalves leu na tribuna do 7º congresso um relatório improvisado⁽³⁴⁾. A sua prisão logo após a chegada a Lisboa proporcionou a constituição de uma nova direcção mais “dimitrovista”, em que se destacava Álvaro Cunhal, ele também regressado de Moscovo, onde participara no 6º congresso da ICJ e onde assimi-

lara perfeitamente a nova linha, como se verificou mais tarde.

O quadro que daqui resulta (e esta lista é só exemplificativa) é o de uma ofensiva à escala de todo o MCI para liquidar sob acusações de “esquerdismo”, “dogmatismo”, “sectarismo” os focos de resistência que se mantinham nas posições do 6º congresso. Liquidação que teve lugar, insistiu-se, antes de reunir o 7º congresso e quando era ainda obrigatória a aplicação das decisões do congresso anterior. Será preciso mais para demonstrar a existência de um golpe na IC, guiado por Dimitrov?

Razão tem o historiador atrás citado quando considera que “a importância histórica do 7º congresso assentou mais nas **orientações já em curso que ratificou...** do que no conteúdo efectivo dos seus trabalhos”⁽³⁵⁾. O terreno fora desbravado antes...

Apoteose oportunista

Thorez pôde assim apresentar-se no 7º congresso da IC como um vencedor, como o precursor de uma nova política audaciosa que tivera que abrir caminho pelos seus próprios meios, contra a inércia conservadora da cúpula da IC. “Quando lançámos a ideia da frente popular, retomada **em seguida pelo 7º congresso da IC** – vangloriou-se ele mais tarde – isto era o começo de uma nova via para o nosso país. Nessa época, a IC aprovou-nos e apresentou-nos como exemplo aos comunistas dos outros países, porque não tínhamos ficado presos a fórmulas paradas, porque tínhamos procurado, nas condições do nosso país, as formas do desenvolvimento histórico”⁽³⁶⁾.

De facto, no 7º congresso, os chefes do PCF foram acolhidos desta vez não com críticas ao seu oportunismo,

como era tradicional, mas por uma verdadeira apoteose. “O mérito do PCF – declarou Dimitrov – está em **ter compreendido que é necessário fazer hoje, em não ter dado ouvidos aos sectários** que entorpeciam o partido e dificultavam a realização da frente única contra o fascismo”. No meio de grande ovação Dimitrov fez aclamar o pacto PCF-SFIO como uma tática “à maneira bolchevique”... O movimento operário francês, disse ainda Dimitrov, ocupa de novo o **primeiro lugar** à cabeça da Europa capitalista.” E considerou os comunistas franceses “dignos descendentes da Comuna de Paris”⁽³⁷⁾.

No 7º congresso, o PCF foi projectado como o modelo de política eficaz, liberta de peias “dogmáticas”. Foram-lhe atribuídos quatro dos 30 lugares do Presidium do CEIC⁽³⁸⁾. Facilmente se imagina o efeito que isto terá tido na difusão do “mal francês” por todo o movimento comunista.

Nem é de estranhar que as figuras que emergiram desta campanha anti-esquerdista e se afirmaram no 7º congresso fossem, quase sem excepção, os futuros cabecilhas revisionistas: Thorez, Togliatti, Pieck, Ulbricht, Ibarruri, Browder, Carrillo, Codovilla, Kuusinen, Cunhal. Eram estes o “odres novos” que Dimitrov reclamava para receber o “vinho novo” do congresso...

Compreende-se agora melhor a decadência acelerada do espírito revolucionário nos partidos ao longo dos anos 1940-1950 e a facilidade com que, vinte anos mais tarde, estes personagens, definitivamente convertidos ao revisionismo, promoveram golpes em série nos partidos agonizantes, para se desembaraçarem das últimas resistências. Eles beneficiavam da experiência e das posições ganhas durante o

golpe centrista de 1934-1935. O centrismo abriu caminho ao revisionismo, não só na ideologia e na política, mas também nos métodos típicos de luta interna.

Uma pergunta: a ocultação do golpe oportunista internacional de 1934-1935, em que ainda hoje se obstina a corrente centrista, tem como objectivo evitar o desprestígio da IC ou esconder o nascimento pouco limpo do centrismo?

A capitulação de Staline

“A crítica a Dimitrov é um subterfúgio de quem não tem coragem para atacar frontalmente Staline. Dimitrov foi o discípulo fiel de Staline e expôs no seu relatório os pontos de vista daquele. Há pois que escolher: ou se defende Dimitrov ou se enfileira na campanha anti-stalinista dos trotskistas.” É assim que a corrente centrista moderna, quando se vê sem argumentos políticos para defender a política do 7º congresso, tenta bloquear o debate, agitando a bandeira de Staline. Fazendo-o mete-se porém em trabalhos majores ainda.

O 7º congresso assistiu à primeira exibição internacional do culto de Staline, que daí até à sua morte iria sempre em aumento. Togliatti encarregou-se de ler uma inflamada saudação aos seus dotes de chefe e de teórico. Dimitrov, no seu relatório, excedeu-se na bajulação, em termos até então desconhecidos, chamando-lhe “mestre supremo da obra revolucionária”, “sábio”, “grande”.

Isto levaria a crer numa identificação total de ideias entre Dimitrov e Staline no 7º congresso... se não fosse o facto estranho de o mestre não ter correspondido por qualquer forma às homenagens dos discípulos.

Com efeito, Staline, presente no 7º congresso como delegado do partido bolchevique e aí reeleito para o Presidium do CEIC, não tomou a palavra, nem nos plenários nem nas reuniões de comissões. Depois do congresso, manteve-se igualmente silencioso quanto à nova linha. Como observa um historiador revisionista italiano, “dá que pensar o facto de Staline não ter expresso publicamente por qualquer forma o seu aval à nova política, nem durante os trabalhos do congresso nem posteriormente”. E adianta que Staline “não teria tomado pessoalmente a iniciativa dessa viragem mas ter-se-ia convencido a aceitá-la, sobretudo face às pressões de uma parte do grupo dirigente da Comintern, em primeiro lugar de Manuilski e Dimitrov”⁽³⁹⁾.

É de facto extraordinário que, no congresso da viragem da IC, nos congressos do partido Bolchevique, em todas as intervenções posteriores que se conhecem de Staline, não haja uma palavra para a nova política que viera revolucionar por completo a política da IC. O único testemunho nesse sentido, bastante suspeito aliás, foi o de M. Thorez, que declarou mais tarde ter sido felicitado por Staline pela sua “audaciosa política unitária, conforme ao espírito do leninismo”⁽⁴⁰⁾.

Mas este cumprimento – se é que existiu nestes termos – não desfaz o mistério do silêncio público de Staline sobre uma questão de tal importância. Quando se pensa na sua intervenção activa e determinante na vida da IC, sobretudo desde o 6º congresso, quando se considera a sua autoridade já então incontestável como dirigente da União Soviética e dos comunistas de todo o mundo, este alheamento parece inexplicável.

Na realidade, Staline foi ao 7º congresso presidir a uma reviravolta política cujo oportunismo não lhe podia escapar mas que era incapaz de deter pelas cedências que já fizera no ano anterior no 17º congresso do PC(b). A dinâmica fora posta em marcha destruíra as forças de esquerda nos partidos e fizera vir ao de cima as forças de direita. O centrismo de Staline deixara-o sem apoio revolucionário. A partir de agora só podia contar com uma IC dominada pelo oportunismo. Por isso mesmo calava-se. E precisamente por isso, os cabecilhas oportunistas exaltavam-no à porfia para associar o seu nome à nova política, para calar com o peso do seu prestígio as objecções revolucionárias e as suspeitas que ainda se levantavam.

6. DO CENTRISMO AO REVISIONISMO

"Ninguém no mundo pode impedir a vitória dos comunistas a não ser os próprios comunistas."

LENINE⁽¹⁾

"A justeza da política de Frente Popular antifascista aprovada pelo 7º congresso da Internacional foi inteiramente confirmada na prática pela evolução dos acontecimentos, no limiar da II Guerra Mundial e posteriormente", afirma-se no artigo do *Zeri i Populit* atrás citado⁽²⁾.

Naturalmente, só a propaganda reaccionária e social-democrata pretende hoje ofuscar o contributo formidável dado pelo povo soviético e pelos comunistas europeus para a derrota do império nazi, à custa de sacrifícios tremendos. Mas quer isso dizer que a política do 7º congresso era justa? Ou não será que esses êxitos foram apenas uma pálida sombra dos que teriam sido possíveis se houvesse uma outra política?

Para ajudar a responder a esta questão, torna-se necessário recordar alguns factos sobre os quais a corrente centrista chefiada pelo PTA teima em fazer silêncio.

O preço da Frente Popular

Num primeiro momento, a linha do 7º congresso abriu aos partidos um campo de intervenção política que parecia ilimitado. Foi o período áureo das frentes populares, em França, Espanha, Chile, e dos acordos com os PSD e outros partidos pequeno-burgueses. Cresceram os efectivos dos partidos (de 900 mil para 1 200 000, entre 1934 e 1939, sem contar o PC(b) da URSS)⁽³⁾. Cresceu a sua influência em vastos sectores, até aí hostis aos comunistas. Os partidos rompiam o cerco e o isolamento, participavam nas alternativas políticas imediatas, influenciavam governos.

É esta a base para a tese dos “grandes êxitos políticos” do 7º congresso, em que coincidem revisionistas e centristas. Mas estes êxitos eram extremamente ambíguos e ilusórios, traziam o descabro a curto prazo. Era o “êxito” fácil que se ganha à custa de concessões à ideologia e à política democráticas da pequena burguesia.

Quais foram os custos imediatos da “abertura” do 7º congresso?

- 1) O centro de gravidade da acção política dos partidos transferiu-se da mobilização directa das massas proletárias e semiproletárias para o parlamento, para os acordos unitários com os partidos pequeno-burgueses, para a “grande política”. A acção de massas conduzida pelos comunistas perdeu independência e vigor revolucionário e descambou numa forma de pressão sobre as estruturas burguesas. Introduziu-se nos partidos a perspectiva nacional-reformista.
- 2) Uma vez justificada a defesa da democracia burguesa, caíram todas as barreiras que até aí detinham as tendên-

cias para as manobras táticas sem princípios. Os procedimentos táticos oportunistas (coligações, apoio a governos) inundaram como uma avalanche a prática dos partidos.

- 3) Para obter a unidade com a social-democracia, foi liquidada a corrente sindical de classe. Em Junho de 1936, o CEIC decidia concentrar a actividade da ISV num comité internacional pró-unidade com os sindicatos social-democratas. No ano seguinte, os sindicatos vermelhos foram integrados nos sindicatos reformistas. Em fins de 1937, a ISV foi oficialmente dissolvida⁽⁴⁾.
- 4) A luta contra o “sectarismo” e o “esquerdismo”, necessária para fazer triunfar a nova política, desagregou a vanguarda operária revolucionária que formava o núcleo dos partidos, ao mesmo tempo que abria as suas portas a uma invasão de intelectuais, estudantes e outros elementos das camadas médias. As directivas para colocar as células de empresa no centro da actividade do partido foram por água abaixo. A bolchevização passou a ser medida em termos de eficácia eleitoral e não da preparação revolucionária do partido.

Se quisermos traçar a radiografia do exaltante sentimento de êxito que envolvia os partidos neste período, teremos de constatar que a fácil popularidade subitamente ganha pelos comunistas, a simpatia com que eram acolhidos na família das “forças democráticas”, resultava de eles se oferecerem como ponta-de-lança leal para o combate ao fascismo sem pôr em causa a democracia burguesa. Em nome da luta contra o fascismo, os comunistas reentravam, como filhos pródigos, no mundo burguês a que tinham declarado guerra.

Esta viragem de fundo só se completou à custa da derrota das forças de esquerda que ainda resistiam nos partidos e da plena libertação das tendências de direita:

– Na **Checoslováquia**, a direcção Sverma-Slansky começou a lançar iniciativas políticas decalcadas pelas do PCF: diálogo com os social-democratas no governo, proposta de fusão dos sindicatos, apoio à política de Benès, etc. Como esta guinada oportunista provocasse críticas de Gottwald, que reassumia a direcção do partido em Fevereiro de 1936, o Presidium do CEIC, reunido em Maio, desautorizou parcialmente Gottwald e rasgou caminho à abertura para a frente popular⁽⁵⁾.

– Na **Alemanha**, o grupo de Pieck-Ulbricht venceu definitivamente, em Outubro 1935, as resistências “sectárias” da tendência Schubert-Schulte e lançou-se a procurar a unidade com a social-democracia⁽⁶⁾.

– Entre fins de 1935 e meados de 1936, os **partidos húngaro, jugoslavo e búlgaro** foram repetidamente criticados pelo CEIC, pelo seu “sectarismo” e “passividade” na aplicação da nova linha⁽⁷⁾.

– Na **Itália**, a aplicação do 7º congresso produziu, num primeiro tempo, uma política de “reconciliação nacional” com os fascistas dissidentes, de tal modo oportunista que foi criticada de Moscovo por Togliatti⁽⁸⁾.

– Na **Indochina**, foi decidido, com base nas orientações de Dimitrov, pôr de lado a linha do 1º congresso do PCI, de Março de 1935, e criar uma frente popular, visando não já a luta pela independência, mas a colaboração com o sector progressista do ocupante francês, contra os “colonos reaccionários”⁽⁹⁾.

Mas o exemplo extremo foi sem dúvida o da França.

A Frente Popular em França

Em Janeiro de 1936, realizou-se o 8º congresso do PCF, que aprovou o programa eleitoral e ao qual Dimitrov – distinção invulgar – enviou uma mensagem pessoal de saudação.

“O PCF – declarou então Thorez – não pensa que na sociedade moderna existam apenas duas forças frente a frente, dois grandes exércitos, o da burguesia e o do socialismo.”

Isso seria uma “visão simplista”. “Nada do que é nacional nos é estranho.” “Privámos audaciosamente os nossos adversários das coisas que nos tinham roubado e que tinham deturpado. Retomámos-lhes a Marselhesa e a bandeira tricolor.”⁽¹⁰⁾

Com tão calorosa profissão-de-fé nacionalista e com a integração da CGTU na CGT, compreende-se que o congresso tenha tido como saldo a assinatura entre o PCF e a SFIO do programa eleitoral para a Frente Popular, dedicado a propor “soluções positivas para os problemas essenciais que actualmente se colocam à democracia francesa”⁽¹¹⁾.

A Frente Popular registou uma vitória estrondosa nas eleições legislativas. O PCF saltou de 10 para 72 deputados. Para isso muito contribuíra a política da “mão estendida” lançada por Thorez, num histórico apelo pela rádio, em 17 de Abril:

“Agora trabalhamos pela verdadeira reconciliação do povo da França.” “Estendemos-te a mão, voluntário nacional, antigo combatente que aderiste à Cruz de Fogo (organização fascista), porque és um filho do nosso povo, porque sofres como nós com a desordem e a corrupção...” “Nós, comunistas, que reconciliámos a bandeira tricolor do nosso país com a bandeira vermelha das nossas esperanças”⁽¹²⁾

Formou-se o governo de Frente Popular, de coligação entre socialistas e radicais. O PCF, parceiro da Frente, ficou fora do governo, não por objecções de princípio, mas para não assustar os radicais. Comprometeu-se, entretanto, a “apoiar o governo e com ele colaborar honrada e lealmente na realização do programa da Frente Popular”⁽¹³⁾. Não tardou muito que tivesse ocasião para pôr à prova a sua lealdade.

De facto, a 11 de Maio começava o grande movimento grevista e de ocupação das fábricas, em apoio das reivindicações operárias, que abalou a França durante um mês.

O PCF não esteve em nenhum momento à cabeça deste movimento e limitou-se a acompanhá-lo para lhe limitar o alcance e evitar que se tornasse incontrolável. O *Humanité* acentuava que as greves e ocupações eram ditadas apenas pela exigência de “condições de trabalho mais humanas”, alertava que “acções aventureiras” só serviriam para suscitar a desconfiança e a hostilidade das classes médias, apelava a que o programa da Frente Popular fosse aplicado “na ordem, na calma, na tranquilidade”⁽¹⁴⁾.

O movimento, contudo, continuou a alastrar, até conseguir a 8 de Junho importantes conquistas reivindicativas. Três dias depois, como se observasse relutância dos sectores mais avançados a pôr termo ao movimento, Thorez interveio, para convidar os operários a cessar as ocupações.

Esta atitude inaudita de sabotagem das greves fez maturar as posições da direcção do PCF num sistema mais elaborado de ideias revisionistas. “A Frente Popular — passou a defender Thorez — não é para os comunistas uma tática de ocasião e menos ainda um cálculo eleitoral. É um elemento da sua política de fundo, uma aplicação dos princípios de Marx e de Lenine sobre a **aliança necessária, até ao fim,**

da classe operária com as classes médias, não apenas para vencer o fascismo, mas para pôr termo à exploração do Capital.”⁽¹⁵⁾ A Frente Popular, inicialmente justificada como uma necessidade tática defensiva perante o fascismo, começava a tomar as dimensões de uma nova estratégia de passagem ao socialismo, em aliança “até ao fim” com as classes médias.

Desde fins de Julho de 1936, Thorez alargara já o seu conceito de Frente Popular à noção de uma “frente francesa”, englobando “todas as forças sãs da Nação”, contrárias ao fascismo e unidas “no respeito pela lei e na defesa da ordem republicana”⁽¹⁶⁾. Como se vê, também na questão da “frente nacional” foi Thorez que deu o mote a Dimitrov...

No imediato, a política da Frente Popular parecia produzir um rio de dividendos. A ameaça fascista parecia ter-se evaporado perante a potência das “Esquerdas”. A CGT unificada organizava 4 milhões de trabalhadores. O PCF atingia em fins de 1936 os 260 mil membros – oito vezes mais do que em meados do ano anterior. Nesses dezoito meses a face da França tornara-se irreconhecível.

Contudo, a contínua deslocação à direita dos governos de Frente Popular veio a colocar o PCF na contingência de dar o aval a todas as medidas antipopulares em nome do “mal menor” e para não ser escorraçado da “união dos democratas”. Foi assim com a desvalorização do franco, adoptada pelo governo Blum em benefício da grande burguesia e que teve o voto de confiança do PCF. Foi assim com o estrangulamento da República espanhola pela chamada “política de não-intervenção” de Blum. A 13 de Fevereiro de 1937, Blum anunciou uma “pausa” na aplicação do programa da Frente Popular, pausa exigida pela burguesia. A 16 de Março, a polícia

abriu fogo sobre manifestantes antifascistas em Clichy, fazendo 6 mortos. O PCF continuou contudo a apoiar o governo até ao fim.

Os dois governos que sucederam a Blum já pouco tinham a ver, mesmo formalmente, com a plataforma da Frente Popular, mas continuaram a ter o apoio do PCF. Os meios de negócios e o estado-maior preparavam, sob a capa do governo de “esquerda”, uma transacção com o regime nazi, enquanto o partido, metido na armadilha, por ele próprio montada, estava reduzido a disfarçar, com frases demagógicas, a sua impotência total. Para Thorez, a única saída, para não ter de confessar a derrota da sua grande política, era deslocá-la cada vez mais para a direita, procurar apoios na pequena burguesia, tranquilizá-la.

A traição de Munique, a liquidação da República em Espanha e a marcha final para a guerra encontraram o PCF amarrado de pés e mãos a um democratismo impotente. A política de Frente Popular, tão gabada no 7º congresso acabava da pior maneira: na desagregação do movimento operário e popular.

E, como era inevitável, a integração do PCF no campo da democracia burguesa exigiu-lhe também a solidariedade com a burguesia na questão colonial. A partir de 1936, o chauvinismo desde sempre latente no partido, para onde fora transportado pelo velho partido socialista, assumiu uma forma aberta e mesmo brutal, **sem suscitar contudo qualquer condenação pública por parte dos órgãos dirigentes da IC.**

“Aqueles que, não compreendendo ou não querendo compreender nada da situação política da França e de todo

o mundo – escrevia em 1937 o responsável do trabalho colonial do partido – desejariam que os povos coloniais se levantassem numa luta violenta contra a democracia francesa, a pretexto da independência (?), trabalham de facto pela vitória do fascismo e pelo reforço da escravidão dos povos coloniais.”⁽¹⁷⁾

Estas palavras dirigiam-se sobretudo para a Argélia, onde o PC se constituía de forma independente (na realidade uma secção do PCF, como sempre foi), para aglutinar os sectores muçulmanos moderados e combater a ala intransigente da burguesia nacional argelina⁽¹⁸⁾.

No 9º congresso (Arles, Dezembro de 1937), Thorez apresentou um relatório sobre “A França da Frente Popular e a sua missão no mundo”, no qual o direito à independência era explicitamente rejeitado: “O interesse dos povos coloniais está na sua união com o povo da França e não em atitudes que poderiam favorecer a acção do fascismo.”

Em 11 de Fevereiro de 1939, Thorez pronunciou um importante discurso em Argel: “Sim, queremos uma união livre entre os povos da França e da Argélia... Vós também, muçulmanos árabes e berberes, todos filhos, se não pelo sangue, ao menos pelo coração, da grande Revolução Francesa...”⁽¹⁹⁾

Assim, vendendo, a coberto da bandeira vermelha, o seu chauvinismo tricolor, o PCF enfileirava também nesta frente ao lado da sua própria burguesia. Como é possível, perante isto, falar-se ainda hoje, como faz o PTA, numa “linha geral correcta no fundamental”?

O descalabro

Por toda a Europa, a social-democracia e os liberais não tardaram a recompor-se da surpresa causada pela abertura unitária dos comunistas e rapidamente aprenderam a utilizá-la em seu proveito. O imaginário “cavalo de Tróia” que Dimitrov prometera aos comunistas para conquistar o mundo burguês transformou-se num cavalo de Tróia bem real da democracia burguesa no interior dos partidos comunistas.

A luta pela paz e pela democracia, dominada pelo pacifismo e reformismo da pequena burguesia, não conseguia deter a marcha do fascismo para a guerra mundial. A nova crise económica que sacudiu o mundo capitalista na segunda metade de 1937 activava as tendências reaccionárias e a militarização nos principais países capitalistas. As melhorias económicas conseguidas pela classe operária em alguns países provocavam o retraimento dos meios de negócios e a conseqüente recusa da social-democracia a qualquer acordo com os comunistas.

As frentes populares, laboriosamente negociadas através de acordos de cúpula e das correspondentes cedências, começaram a ser rompidas, colocando os comunistas numa situação difícil. Segundo o testemunho, neste caso insuspeito, de um historiador revisionista, a política de frente popular chegara em meados de 1937 a um impasse na **Checoslováquia, Polónia, Inglaterra, Bélgica, Noruega, Hungria, Grécia**⁽²⁰⁾.

Esta reacção da social-democracia, oposta à que se esperava, lançou a desorientação nos meios dirigentes da IC. Metido na ratoeira da sua própria política, Dimitrov não

podia senão alternar a crítica moralizadora dos chefes social-democratas com novos apelos e propostas de acordo.

Num artigo pelo 1º de Maio de 1937, o secretário-geral da IC classificava os dirigentes da IOS e da FSI de “inimigos da unidade operária”, que “intrigam, semeiam a desconfiança” e “sacrificam os interesses da classe operária em proveito das camadas mais reaccionárias da burguesia”⁽²¹⁾. Mas, ao mesmo tempo, para não romper as pontes à negociação que ainda julgava possível, admoestava brandamente o chefe trabalhista Lansbury pela “ingenuidade infantil” de que dera provas ao avistar-se com Hitler!!⁽²²⁾.

A Espanha em guerra, abandonada e traída pelas “democracias”, era o teste das realidades da Frente Popular. Insistindo em proclamar “a unidade do proletariado internacional, imperativo supremo do momento actual”, o CEIC redobrava de apelos à IOS para uma acção comum em defesa da República espanhola, mas sem resultado.

No 20º aniversário da revolução de Outubro, num artigo a que foi dado grande relevo pela IC, Dimitrov vinculava solenemente a “responsabilidade histórica” da social-democracia no avanço incessante do fascismo e citava, contraditoriamente com tudo o que dissera no 7º congresso, a fórmula de Staline de 1929: “Não se pode acabar com o capitalismo sem acabar com a social-democracia no movimento operário.”⁽²³⁾ Aproximava-se o momento em que ia ser forçoso abandonar as euforias unitárias do 7º congresso.

A maioria dos partidos defrontaram assim o desencadeamento da guerra numa situação de caos político e ideológico, soterrados nos escombros das ilusões democrático-pacifistas que suscitara o 7º congresso.

Foi o caso do partido espanhol, esmagado não apenas pela derrota militar mas sobretudo pelo descalabro da sua política de servente da República burguesa. Foi o caso do partido francês, cujos esforços convulsivos para salvar a política de Frente Popular o levaram a extremos oportunistas. Foi o caso do partido português, em desagregação total.

Por toda a América Latina, os partidos haviam abandonado a bandeira nacional revolucionária e o combate ao imperialismo americano, em nome da “unidade antifascista”: no **Brasil**, o PC passava atestado de “antifascista” ao ditador Vargas; em **Cuba**, o partido obtinha a legalização das mãos do ditador Fulgêncio Batista, enquanto a oposição democrática pequeno-burguesa era implacavelmente perseguida; no **Peru**, o partido apoiava a candidatura à presidência do ditador Benevides; etc. O PC da **Indochina** trocara a reivindicação da independência imediata pela denúncia do sector “ultra-colonialista” e em 1938 passou a apoiar os preparativos de guerra do governo colonial francês. Nas **Filipinas**, o partido pôs uma surdina na palavra de ordem da independência e fundiu-se com o partido socialista.

Amputados de perspectivas revolucionárias, entregues a direcções oportunistas, sangrados das suas melhores forças de classe pela campanha “anti-sectária” e pela sucessão de cedências sem princípios, privados do apoio da IC, já então praticamente liquidada, os partidos comunistas encontraram-se nas piores condições para enfrentar as duras obrigações revolucionárias que lhes eram impostas pela guerra.

Perante a evidência do descalabro, alega-se hoje por vezes que a linha da unidade antifascista, flexão táctica justa em si mesma, teria dado frutos negativos por ter sido indevi-

damente generalizada a países e situações a que não se destinava. Ouvimos esse argumento a Diógenes Arruda.

Mas é uma justificação insustentável. O próprio Dimitrov apresentara o seu relatório como uma nova orientação para toda a IC, como resultado de uma “autocrítica” sobre o caminho até aí seguido; definira a nova concepção da frente única operária e da frente popular como “a tarefa central imediata do movimento internacional do proletariado”; apresentara o governo de frente única como solução adequada para “uma série de países”; defendera a fusão com a social-democracia como uma via universal para a construção do partido operário único.

Seria aliás absurdo admitir que a assembleia suprema da Internacional se tivesse ocupado em traçar uma mera “flexão táctica” aplicável só a alguns partidos. Tratou-se indiscutivelmente da nova linha geral para todo o movimento comunista e como tal foi levada à prática sob a direcção do CEIC e de Dimitrov. É nessa qualidade de linha geral que a política do 7º congresso tem de ser apreciada.

A “autocrítica”

A IC estava confrontada pelo fracasso incontestável da política do 7º congresso. Impunha-se realizar um **novo congresso** (o que ainda teria sido possível, por exemplo, no Verão de 1939), que desse o balanço autocrítico aos quatro anos decorridos, levantasse de novo a linha revolucionária, coesionasse e armasse politicamente os partidos para responder à guerra imperialista, já inevitável, com a luta pela revolução.

Em vez disso, os meios dirigentes da IC trataram de se descartar das suas responsabilidades atribuindo o desca-

labro do movimento a **erros de aplicação** dos partidos, para não reconhecer que os erros tinham nascido aos cachos, como fruto de uma política direitista. Críticas ao oportunismo de diversos partidos foram feitas, por exemplo, por Manuilski no 18º congresso do PC(b) da URSS, em Março de 1939⁽²⁴⁾. Crítica semelhante foi feita por Dimitrov no manifesto da IC pelo 1º de Maio desse ano, ao assinalar que existia nos PC “um terreno propício à penetração... de todo o género de desvios oportunistas na política e na táctica”⁽²⁵⁾. Só não disse quem adubara o terreno para o tornar tão propício a todo o género de desvios oportunistas.

Entretanto, a súbita viragem da União Soviética para o pacto de não agressão com a Alemanha, quando se convenceu de que a Inglaterra e a França não desistiam de jogar os nazis para leste, deu lugar a uma reviravolta total do CEIC, que passou a dar o dito por não dito quanto à frente única e às frentes populares, sem mais explicações. A este respeito, é simplesmente espantosa a viragem feita por Dimitrov, num artigo publicado na imprensa da IC em Novembro, logo após o começo da guerra:

“No período anterior à guerra, os comunistas esforçaram-se por realizar a acção unitária da classe operária mediante acordos entre os PC e os PSD. Agora, um acordo desse género é impensável. Na situação actual, a unidade da classe operária pode e deve ser obtida a partir de baixo...”

No período anterior, os comunistas esforçaram-se por assegurar a formação de uma frente única popular mediante o acordo com os social-democratas e com os outros partidos ‘democráticos’ e ‘radicais’ pequeno-burgueses na pessoa dos seus organismos dirigentes, na base de uma plataforma comum de luta contra o fascismo e a guerra... Hoje já nem se põe a hipótese de falar em acordos desse género.

A frente única de luta das massas só se pode realizar por uma luta decidida contra os lacaios social-democratas, 'democratas' e 'radicais' do imperialismo, a fim de eliminar estes agentes da burguesia no seio do movimento operário e de os isolar da massa dos trabalhadores."⁽²⁶⁾

Unidade pela base, nada de acordos de cúpula com os lacaios do imperialismo e agentes da burguesia... Onde tinham ido parar as perspectivas radiosas sobre o **"processo de ascenso revolucionário** que se está verificando no seio dos partidos social-democratas **de todos os países**"? Onde estava o balanço aos frutos desses esforços unitários e da "autocrítica" a que se submetera a anterior orientação da IC? Porque não aparecera o prometido "partido operário único"? Que era feito da furiosa denúncia como "ultra-esquerdistas" de todos os comunistas que em 1935 insistiam em considerar a social-democracia contra-revolucionária por natureza e se opunham à coligação com ela?

A solução mais cómoda para fugir ao reconhecimento do fracasso total do 7º congresso era proceder como se ele nunca tivesse existido. "Nestes dois decénios de existência da IC – escrevia Manuilski na **revista A Internacional Comunista**, na Primavera de 1940 – nunca como agora a questão da **liquidação da social-democracia** no seio do movimento operário foi um objectivo táctico tão imediato"⁽²⁷⁾. "Esquecia-se" de dizer que esse objectivo fora, nos cinco anos anteriores, sacrificado à busca desesperada da coligação e da fusão com a social-democracia!

Poderá pensar-se que, mesmo sem autocrítica, esta viragem era apesar de tudo positiva, porque continha uma certidão de óbito das euforias oportunistas do 7º congresso e um retorno às posições de princípio da IC. Mas não foi

assim. Obrigado a abandonar as suas teses pela evidência do fracasso, Dimitrov limitou-se a largar lastro à direita para ganhar tempo e poder adaptar a sua linha oportunista às novas condições da guerra contra o nazi-fascismo.

Com efeito, o abandono da política das frentes populares e da frente única com a social-democracia não foi acompanhado por qualquer ressurgimento dos objectivos revolucionários que anteriormente guiavam a IC. Serviu, pelo contrário, de transição para uma nova viragem ainda mais à direita, que veio a tornar-se patente na fase final da guerra.

A frente nacional

O ataque da Alemanha nazi à União Soviética veio mudar o carácter da guerra mundial. Aquilo que começara como uma disputa entre dois blocos imperialistas pela partilha do mundo polarizou-se num confronto decisivo entre dois sistemas sociais. Criaram-se condições para um grande surto operário revolucionário.

A burguesia imperialista do bloco “democrático” apercebeu-se perfeitamente desse perigo e tratou de o neutralizar por uma reviravolta táctica. A União Soviética, até aí amaldiçoada em todos os tons pelo seu “bolchevismo totalitário”, passou a ser reconhecida como um baluarte da democracia. Staline, o “imperador vermelho”, viu-se subitamente tratado com deferência como o “generalíssimo”. Obrigada a reconhecer, pela força das circunstâncias, a União Soviética como a ponta avançada do campo antifascista, a burguesia imperialista ocidental passou a usar a sua imagem como engodo para acorrentar os operários à democracia burguesa. Era como se lhes dissesse: “Se és pela

União Soviética, então és por nós, que somos aliados dela na luta por um novo mundo democrático e pacífico.”

Esta manobra podia ser frustrada se a IC e os partidos traçassem a alternativa operária independente face à guerra: concentrando todos os esforços na luta para derrotar as potências fascistas, manter clara aos olhos das massas a distinção entre a União Soviética e o campo “democrático” ocidental, defender a independência política e a independência da luta armada face à sua própria burguesia, acumular forças para passar imediatamente após a vitória na guerra à ofensiva pela revolução proletária.

A IC já abandonara contudo qualquer plataforma revolucionária independente. Fracassada a política das frentes populares, adaptou-se à nova conjuntura com a política de frente nacional, que consistia em meter a luta contra o fascismo nos limites da restauração do regime democrático-burguês.

O caso mais flagrante foi ainda o da **França**. Sem dúvida, o PCF foi, no meio da traição geral, o único partido a bater-se de facto pela independência. As fábulas que a esse respeito lançam os reaccionários e social-democratas destinam-se a fazer esquecer a sua própria traição. Dezenas de milhares de comunistas deram a vida pela derrota dos nazis.

Mas essa luta, orientou-a a direcção do PCF desde o primeiro dia para a restauração da democracia burguesa. A resistência não fez do PCF de novo um partido comunista, revolucionário, que há muito deixara de ser, mas acentuou cada vez mais o seu carácter pequeno-burguês reformista. Não há pois qualquer exagero em afirmar que esses

milhares de comunistas se sacrificaram **em vão**, porque foram vendidos por Thorez à burguesia.

Logo no primeiro apelo de Thorez e Duclos à resistência, em 1940, a luta era colocada nos marcos da “salvação da França”, de uma “guerra nacional pela independência e a liberdade”. Denunciando os colaboracionistas ao serviço do invasor, o partido não tirava qualquer lição do comportamento traidor de toda a burguesia no período anterior à guerra, nem fazia qualquer autocritica pelos resultados desastrosos da sua política de Frente Popular. O objectivo era a “frente nacional” para restabelecer a “grandeza da França”.

O desarmamento dos guerrilheiros e a dissolução das milícias, ordenados pelo CC do PCF em Janeiro de 1945, foi a conclusão previsível de um projecto político que Thorez concebera desde o início mas que, por razões táticas, não pôde confessar desde logo. À medida que a guerra se aproximava do desenlace, Thorez teve contudo de falar claro, porque a burguesia gaullista e os ingleses lho exigiam. “Um único Estado, uma única polícia, um único exército”, proclamava a 27 de Novembro de 1944. E em Julho do ano seguinte, num discurso que ficou célebre, aos mineiros de Waziers, com a Alemanha já derrotada: “Não podemos aprovar a menor **greve**.”

Esta orientação não foi obra apenas de algumas direcções oportunistas, como ainda hoje se tenta fazer crer. Ela foi transmitida por Dimitrov e pela direcção da IC ao conjunto dos partidos. “Nos países da coligação anti-hitleriana – dizia a última resolução do Presidium do CEIC – é dever sagrado das largas massas populares, e antes de mais dos operários progressistas, **apoiar por todos os meios o**

esforço de guerra dos governos desses países.”⁽²⁸⁾ Lenine dissera, a propósito da I Guerra Mundial, que “os traidores ao socialismo não prepararam no decurso dos anos 1914-1917, a utilização dos exércitos contra os governos imperialistas de cada nação”⁽²⁹⁾. Há que reconhecer que a IC, em condições novas, também faltou ao dever de preparar a transformação da luta de libertação antifascista em luta pelo derrube da burguesia “democrática”.

Assim os comunistas nos países ocupados deram a vida aos milhares pela “honra da Nação” e, concluída a luta, entregaram as armas ao poder burguês “legal”, em vez de tentar impedir a sua instalação. Assim, graças à linha de “frente nacional”, os operários fizeram a guerra para a burguesia.

A dissolução da IC

Em 1943, quando a viragem no rumo da guerra pela vitória de Stalinegrado anunciava a aproximação de grandes abalos revolucionários na Europa e no mundo, com responsabilidades sem precedentes para os partidos comunistas, a Internacional Comunista foi dissolvida. O centro mundial do comunismo desapareceu quando tudo indicava que se ia tornar mais necessário do que nunca.

Às teses burguesas, que atribuem esta medida às conveniências da política externa de Staline, desejoso de tranquilizar os aliados ocidentais, limita-se a responder a corrente marxista-leninista internacional com o gasto argumento da “maturidade” que teria sido atingida pelos partidos comunistas.

Argumento insustentável. Porque é que a “maturi-

dade” dos partidos (que afinal se revelou como “maturidade” oportunista) havia de exigir a dissolução do seu centro único? Acaso deixara de vigorar o princípio proclamado por Marx e Engels, de que o comunismo só pode encontrar o seu caminho no plano da luta internacional do proletariado contra a burguesia? Quando o imperialismo dava novos passos na unificação da estratégia e da tática contra-revolucionária, era essa a altura indicada para o proletariado revolucionário se dispersar em formações nacionais autónomas? Não mostravam os vinte anos de actividade da IC que o confronto e a fusão das experiências nacionais parcelares num centro mundial eram a única garantia de que os partidos se tornavam capazes de elaborar novas respostas, fazer frente à pressão do oportunismo e do nacionalismo, apoiar-se mutuamente?

Se a dissolução da IC esteve indiscutivelmente relacionada com a evolução da política soviética (que continua ainda hoje à espera de análise de um ponto de vista comunista), o que interessa ao âmbito deste estudo é mostrar as causas internas à própria IC que a encaminharam para esse desenlace.

A morte da IC fora ditada no 7º congresso. A resolução de 15 de Maio de 1943, que dissolveu a organização, não foi mais do que a sua certidão de óbito.

Quando Dimitrov anunciou que “o congresso decidiu concentrar a direcção das operações nas próprias secções”⁽³⁰⁾ e Manuilski confirmou, logo após o congresso, que “o CEIC vai passar a interferir menos no trabalho das secções”⁽³¹⁾, isto não significava apenas, como geralmente se faz crer, a passagem a uma estrutura mais descentralizada e flexível, mas uma ruptura com a própria concepção original da IC como partido mundial do proletariado. Ruptura que a nova linha política tornava necessária.

De facto, a política de coligação e fusão com a social-democracia e de colaboração com a democracia burguesa exigia, para ser aplicada, uma ilimitada liberdade de adaptação às particularidades nacionais, aos interesses de cada burguesia nacional. Ao permitir a cada partido que orientasse a luta antifascista e a luta de libertação nacional nos marcos da democracia burguesa, o congresso esvaziara politicamente a Internacional. Uma linha geral unificada tornava-se um estorvo à liberdade de manobra de cada partido comunista. **Numa palavra: o abandono da estratégia da revolução proletária retirou à IC a razão de existir e lançou-a em processo de extinção.**

O Comité Executivo encontrou-se sem funções. Se consultarmos as resoluções e artigos emanados do CEIC após o 7º congresso, verificamos que a sua actividade passou a centrar-se na liquidação das resistências “sectárias” à nova política, abandonando por completo a análise global à situação e tarefas dos partidos. Deixaram de reunir os plenos do CEIC que tão grande papel haviam desempenhado no período anterior e toda a actividade dirigente se concentrou nas mãos do Presidium.

Em 1937-1939, quando a evolução acelerada para a guerra, o descalabro das frentes populares e a crise ideológica dos partidos requeriam o balanço à linha do 7º congresso, o CEIC assinalava a sua existência por formais manifestos do 1º de Maio.

O mais grave é que, na ausência do centro mundial único, eleito pelo congresso mundial e responsável perante todo o MCI, o seu papel começou a ser assumido de facto por **centros regionais** que a ninguém prestavam contas. Os partidos com maior influência, que eram justamente os

que caminhavam na vanguarda da nova política e mais afectados estavam pelo oportunismo, o reformismo e o nacionalismo, puseram-se a tutelar os partidos menores e a metê-los na sua órbita. O PCF submetia às suas conveniências de aliança com a democracia burguesa os partidos da Indochina, da Argélia, da Bélgica, da Espanha, de Portugal. O PC dos Estados Unidos pôs ao serviço do seu escandaloso oportunismo todos os partidos da América Latina, do Canadá, das Filipinas, transformando-os em apoiantes da “democracia americana” e arrastando-os ao descabro. O PC Inglês governava os partidos da Índia e de todo o Império. Assim, as relações de dominação imperialista por parte das burguesias reproduziam-se em inadmissíveis relações de tutela no campo do proletariado, numa clara manifestação do chauvinismo próprio da aristocracia operária e da pequena burguesia.

A Internacional passou a ser orientada, não pela linha revolucionária de outros tempos, mas por uma espécie de associação tácita de partidos influentes. Entre os grandes partidos do Ocidente e o PC(b) da URSS estabeleceu-se um novo tipo de relações ambíguas, que prefiguravam já o equilíbrio nacionalista instituído mais tarde pelo revisionismo. Declarando uma inalterável fidelidade à pátria do socialismo para não perder o crédito perante a sua classe operária, os grandes partidos oportunistas reservavam-se a liberdade para toda a espécie de manobras oportunistas e cedências à sua própria burguesia. O Partido Bolchevique, pela sua parte, a braços com a ameaça de agressão iminente do nazismo, deixava-se enredar na conciliação com a maré oportunista dos outros partidos, a troco do apoio à sua política internacional.

Quando se desencadeou a guerra, a IC já muito pouco tinha de comum com o partido mundial criado em 1919. Consumada a dissolução, não é de estranhar o que veio a seguir.

O browderismo

É altura de falar do “browderismo”, usualmente citado como uma das correntes geradoras do revisionismo moderno. Os factos mostram que ele não foi mais do que uma ramificação extrema do dimitrovismo, no clima envenenado da maior metrópole do imperialismo. À pressão máxima da burguesia sobre o movimento operário correspondeu o máximo oportunismo. Mas o tronco de origem é ainda o mesmo.

Vinha de longa data a ofensiva oportunista no PCEUA. Contra essa ofensiva levantara-se a IC através da carta de Staline e Molotov, em que se criticava a teoria do “carácter excepcional” do capitalismo americano defendida por Lovestone e Gitlow, culminando na expulsão desses dois dirigentes em Junho de 1929.

Durante os anos da viragem à esquerda da IC, que coincidiram com a grande crise nos EUA, os comunistas americanos fizeram importantes progressos na mobilização e organização da vanguarda operária, em luta áspera contra a perseguição policial fascista. Ficou histórico o papel do partido na longa greve nacional dos mineiros, de Maio a Agosto de 1931.

Mas as tendências oportunistas, obrigadas ao silêncio pelo ambiente de radicalização das massas e pela vigilância da IC, voltaram a levantar cabeça assim que a conjuntura se lhes tornou mais favorável. No 8º congresso do partido, na Primavera de 1934, Earl Browder deu início a um esforço

de adaptação da linha do partido a limites aceitáveis para o grande capital e atraentes para a pequena burguesia. A sua proclamação de que o comunismo não era mais do que “o americanismo do século XX” era uma nítida oferta de compromisso, uma tentativa para cobrir os comunistas com as cores nacionais.

Como reagiu o 7º congresso da IC a esta suspeita deslocação? Não só Browder não foi criticado, como foi eleito para o Comité Executivo. E Dimitrov, no seu relatório, incitou-o a ir mais longe: “Pode o proletariado americano contentar-se em organizar apenas a sua vanguarda consciente, que está pronta a marchar pela via revolucionária?” – interrogava-se, para responder a seguir: Não, o partido deve ir mais além e animar a criação de um outro partido operário e camponês “que não seria comunista nem socialista”, mas uma espécie de frente popular de massas⁽³²⁾.

Quando o partido comunista americano, encravado na principal fortaleza da burguesia, se debatia com maiores dificuldades do que nenhum outro para preservar a sua identidade revolucionária, quando se impunha sublinhar que o futuro do comunismo nos Estados Unidos dependia do agrupamento mais sólido da vanguarda, do reforço da vigilância, Dimitrov vinha transferir as atenções para a criação de um novo partido “unitário”, o que só podia estimular o crescimento do oportunismo, como de facto aconteceu.

A crítica que se ouviu no 7º congresso, acerca do partido americano, não foi ao oportunismo que se desenhava, mas ao “sectarismo”, por ter classificado a central sindical AFL como “organização fantoche puramente capitalista”. Sem comentários...

Após o 7º congresso, Browder lançou-se a aplicar o

espírito da frente popular às condições nacionais. O PCEUA apoiou sem quaisquer reservas Roosevelt contra o candidato republicano. Após a vitória dos democratas, Browder previu “uma reestruturação completa da política americana” e falou de “um novo partido que começa a tomar forma e inclui a maioria da população”, o qual seria “a expressão americana da frente popular”, graças aos apoios que receberia do Partido Democrático e dos “sectores progressistas” do Partido Republicano.

Como consequência desta viragem espectacular, a influência do partido nas camadas antifascistas e sindicais intermédias começou a crescer aceleradamente. O investimento na “democracia” dava dividendos. Isto ao mesmo tempo que começava a declinar a influência que o partido chegara a ter no proletariado revolucionário.

Como enfrentou ainda desta vez a direcção da IC este toque de alerta? Em Janeiro de 1938, o Secretariado do CEIC aprovou este “rumo audacioso” para a criação de uma ampla frente democrática e criticou o “temor” que ainda se verificava no partido a “incorporar-se num amplo movimento juntamente com as forças pequeno-burguesas, progressistas e democráticas”.

Não admira, portanto, que Browder desse um novo passo em frente no 10º congresso do partido, em Maio desse ano, ao traçar-lhe como objectivo “preservar e ampliar a democracia” e criar uma “frente democrática” como primeira etapa para alcançar a frente popular. Para estimular essa corrente, proclamou no congresso “a fusão da tradição democrática americana com o socialismo” e juntou Marx e Lenine a Lincoln e Jefferson, como guias do proletariado americano...

Isto já era falar claro, mas não provocou qualquer sobressalto conhecido na direcção da IC. Em 1939, o PCEUA atingia o máximo do seu “esplendor” com 90 mil membros, mas estava em plena decomposição ideológica. As ideias pequeno-burguesas da colaboração de classes e do patriotismo campeavam nele sem freio. Browder metera-se a tutelar a maioria dos partidos comunistas da América Latina, para os integrar na sua política rooseveltiana, o que conseguiu, exportando a peste do seu oportunismo para todo o continente, também sem objecções do CEIC. Em Novembro de 1940, para salvaguardar a existência legal e a base de influência pequeno-burguesa, o PCEUA desligou-se oficialmente da IC, o que ainda desta vez foi **aprovado** pelo CEIC!

Quando Browder, em 1944, completou a sua trajectória com o passo que faltava, decretando a **dissolução do partido**, tornou-se forçoso expulsá-lo, reorganizar o partido e denunciar publicamente o “browderismo”. Mas a denúncia furiosa da sua traição individual, ocultando o sistema de ideias que lhe dera origem, a protecção e o estímulo que recebera do CEIC e de Dimitrov, impossibilitou uma verdadeira crítica. O PCEU e os partidos latino-americanos sob sua influência não fizeram nenhuma ruptura com o oportunismo browderista, não despertaram as forças proletárias sãs dos seus países e foram dos primeiros a afundar-se no revisionismo.

Como classificar as condenações escandalizadas do browderismo que se “esquecem” de mencionar estes factos, senão como tentativa hipócrita do centrismo actual para desculpar o velho centrismo? Apedreja-se a ovelha ranhosa para que ninguém pense que ela foi criada no mesmo reba-

nho. Mas com isso a única coisa que se consegue é facilitar o alastramento da doença cujas raízes se escondem em vez de as pôr a nu.

As vitórias da guerra - ficção e realidade

“Durante a luta contra o fascismo e após a II Guerra Mundial – escreveu Enver Hoxha – ganharam grande relevo os resultados do trabalho realizado e da luta desenvolvida pelo PCUS, pela Comintern e pelos diversos partidos comunistas. Numerosos países da Europa e da Ásia entraram no caminho socialista. (...) Fortaleceu-se e temperou-se em bases sólidas a unidade marxista-leninista dos partidos comunistas. (...) A revolução ia em ascenso, em avanço contínuo, enquanto o imperialismo caminhava para o túmulo.” E conclui que este ascenso se teria transformado inesperadamente em recuo dez anos mais tarde, devido à conspiração dos revisionistas, camuflados no seio do movimento e postos à solta peja morte de Staline⁽³³⁾.

Ninguém duvida de que o desaparecimento de Staline abriu caminho a uma brutal guinada à direita na União Soviética e no movimento comunista. Mas seria necessário passar além dessa constatação indiscutível e tentar explicar o que tornou possível a fácil vitória do revisionismo após 1953. Como é que a “sólida unidade” dos partidos e o “avanço contínuo” da revolução puderam transformar-se tão subitamente em cisão, crises e derrotas? Não será que no interior dessa “unidade” e desses “avanços” havia já sintomas da doença que depois se declarou de forma tão fulminante?

Sem dúvida, a guerra acabou com grandes vitórias

para as forças democráticas. Mas se em vez de nos extasiarmos perante a “grandiosidade” dessas vitórias, reflectirmos um pouco sobre as dimensões dessa tempestade social que foi a guerra, a maior que a humanidade até hoje conheceu, teremos de colocar a questão em termos inversos.

Com efeito, a pergunta a fazer é a seguinte: porque é que a II Guerra Mundial, terramoto colossal que sacudiu até aos alicerces o sistema capitalista, aniquilou os centros mais ferozes do imperialismo e projectou o país dos soviéticos como um dos mais poderosos da Terra, não terminou com vitórias revolucionárias muito maiores? Porque é que a guerra não abriu caminho a revoluções proletárias comparáveis pela sua envergadura à revolução socialista de Outubro? O surgimento das democracias populares na Europa Oriental e na China foi uma “grandiosa vitória” ou apenas o pálido reflexo dos triunfos revolucionários que a guerra tornava possíveis? Porque é que nenhum dos partidos comunistas dos países capitalistas conseguiu explorar as crises de poder abertas pela derrocada das suas burguesias, arrastadas na queda do fascismo (Alemanha, Itália, Japão, França, Espanha, Portugal, Grécia, Holanda, etc.), para levar a cabo insurreições populares que alargassem decisivamente o campo da ditadura do proletariado? Porque é que, à cabeça do movimento nacional-libertador que despontou à saída da guerra nos países da Ásia, Médio Oriente, Norte de África e América Latina, sugeriram as forças da burguesia nacional reformista e não os comunistas?

Que as vitórias da guerra parecessem gigantescas nessa época, quando se julgava que a União Soviética era um bastião inexpugnável do socialismo, quando se acreditava que

as democracias populares eram a antecâmara para novos regimes soviéticos, quando se cria a vitória ao alcance da mão para uma série de partidos — foi um erro de consequências fatais, mas na altura explicável.

Hoje, porém, depois de se ter constatado que a União Soviética, as democracias populares e o movimento comunista já estavam grávidos de revisionismo à saída da guerra, depois de se ter assistido ao ascenso do revisionismo sobre os escombros da IC, ao campear arrogante do imperialismo americano, com o seu cortejo de horrores, ao surgimento do social-imperialismo soviético, à crise que estrangula a revolução, buscando em vão vias de saída para as suas energias — perante estas lições da vida, continuar a glorificar as “grandiosas vitórias” da guerra é sinal de indigência mental.

Porque tiveram de ser o imperialismo e o revisionismo os maiores beneficiários de uma guerra cujos frutos pertenciam à revolução proletária e aos povos oprimidos? Porque traziam as vitórias da guerra tão grandes derrotas em germe? A isto deveriam responder os adeptos da linha do 7º congresso, em vez de se refugiarem em banalidades sobre as “condições objectivas”, que explicam o que aconteceu... pelo facto de ter acontecido!

Na realidade, temos de concluir que as vitórias populares do fim da guerra, arrancadas ao preço de tanto sangue, foram apenas o **eco atenuado** daquilo que poderiam ter sido. A guerra poderia ter tido como desenlace uma vitória esmagadora para a revolução proletária se não fosse a **fraqueza extrema** a que chegara o movimento comunista, o processo adiantado da sua crise interna, a acção devastadora da política de compromisso instituída pelo 7º congresso. À saída da guerra, a unidade do movimento não era

sólida mas fictícia, a maioria dos partidos definhava na prática da colaboração “democrática” das classes, o marxismo agonizava como um dogma, o revisionismo germinava impetuosamente por todos os poros do centrismo oficial. Esta a verdade que teimam em esconder os defensores do 7º congresso, acabando por ficar sem explicação para o surto contra-revolucionário do 20º congresso.

Alguns desvios ou desvio geral?

Que após o fim da guerra já se manifestavam fortes tendências oportunistas nos partidos é facto admitido na corrente ML internacional. Mas essa admissão é limitada aos casos de reformismo flagrante, como os do PCF e PCI, ao mesmo tempo que se insiste na justeza da linha geral seguida e nos “grandes êxitos e vitórias” que teriam sido conseguidos. Resulta daqui uma apreciação ambígua, contraditória, tipicamente centrista, que deixa na sombra a **penetração maciça do oportunismo no movimento comunista** após a guerra mundial.

À primeira vista, parecerá absurdo pôr em dúvida sequer os grandes êxitos registados pelo movimento nos países capitalistas. Houve uma expansão prodigiosa da influência dos PC na classe operária e na pequena burguesia, nos sindicatos, parlamentos, municípios, na frente cultural. Fortes do prestígio que lhes davam os sacrifícios consentidos na luta antifascista, os comunistas rompiam o cerco de perseguições, discriminações e calúnias e faziam-se reconhecer como corrente popular legítima. As fileiras dos partidos engrossaram desmesuradamente. O comunismo tornou-se uma moda para a intelectualidade e a juventude.

Mas qual era o suporte político profundo destes êxitos estonteantes? Era apenas este: a burguesia imperialista ocidental, que tentara manhosamente livrar-se do nazismo e do bolchevismo atirando um contra o outro, viera a encontrar-se no fim da guerra aliada à União Soviética, devedora de gratidão aos comunistas, amarrada às promessas democráticas e libertadoras a que fora forçada para convencer os povos a combater. O tiro ameaçava sair-lhe pela culatra.

Nesta situação escorregadia, toda a burguesia compreendeu intuitivamente a necessidade de recorrer à tática das concessões, de vestir a pele do cordeiro democrático-reformista-pacifista, apresentar os recuos forçados como dádivas, prometer o máximo para dar o mínimo, ganhar tempo para se recompor. **Ocultar ao proletariado e aos povos oprimidos a verdadeira extensão da vitória que tinham ao alcance da mão por efeito da derrocada do nazismo e do triunfo da União Soviética – era nesse momento a questão vital para a burguesia.**

Inversamente, o que estava em jogo para o proletariado e os seus partidos comunistas era não se deixar apanhar na armadilha das concessões mas utilizá-las a fundo para pôr a nu a mentira do democratismo imperialista, apoiar-se na radicalização a que a luta antifascista havia elevado o movimento operário e popular para activar a luta revolucionária, avançar audaciosamente virando a manobra burguesa do avesso.

Ora, não é preciso demonstrar que o terreno para uma utilização revolucionária da crise já tinha desaparecido por completo do horizonte da esmagadora maioria dos partidos em virtude da política praticada nos dez anos anteriores. Por toda a parte, os comunistas estavam confinados à

luta pela democracia e nem sonhavam em pôr a questão da revolução como tarefa. Por isso, com raras exceções, jogaram em cheio o jogo do “mundo novo” que lhes era oferecido. Participaram nos governos de “reconstrução nacional”, apelaram à atenuação dos conflitos sociais, voltaram a propor a unidade e a fusão aos social-democratas, esforçaram-se por provar (à burguesia) que eram bons democratas. Todos declaravam o socialismo uma exigência inadiável; em revolução ninguém queria ouvir falar.

Nem sequer nas colónias. O último e desesperado gesto de boa vontade por parte do PCF foi votar os **créditos para a guerra na Indochina**, em Fevereiro de 1947, a fim de mostrar “até que ponto o PCF se preocupa com os interesses do país e tem um sentido agudo das responsabilidades”⁽³⁴⁾. Mas nem com isto conseguiu evitar a expulsão do governo, exigida pelos americanos, como condição para abrirem os créditos do Plano Marshall.

Esta gangrena reformista pequeno-burguesa cobria-se com um álibi aparentemente inatacável: a força colossal da União Soviética e o prestígio conquistado pelos comunistas iriam permitir daí em diante “o livre desenvolvimento no caminho do progresso e da democracia”, como dizia Dimitrov. Era como se as leis da luta de classes tivessem ficado para trás.

À sombra deste optimismo de papelão, deixaram-se massacrar os guerrilheiros gregos, pediu-se aos povos coloniais que tivessem paciência, para não desestabilizar o “avanço da democracia”, deu-se largas nos partidos ao chauvinismo insolente e ao cretinismo parlamentar da aristocracia operária e da pequena burguesia. Tudo ficou maduro para a entrada em cena do revisionismo.

Compreende-se que, para os revisionistas modernos, este seja um período áureo, pois serviu para assentar as bases ao triunfo em toda a linha da sua ideologia. E compreende-se também que o centrismo actual faça equilíbrios na corda bamba, denunciando severamente Thorez e Togliatti mas recusando analisar o quadro em que eles se moviam. A nata estava azeda, mas o leite era fresco..

Os comunistas, para completar o corte inacabado com o revisionismo, têm de fazer uma apreciação radicalmente diferente deste período. Têm de denunciar sem compromisso o oportunismo **geral**, de que Thorez e Togliatti foram os principais expoentes, e reconhecer que a euforia democrática do fim da guerra, pequeno-burguesa até à medula, representou um passo gigantesco do centrismo do 7º congresso para apodrecer no revisionismo do 20º congresso.

7. O CENTRISMO NO PODER

“A democracia popular não é socialista nem soviética. É a passagem da democracia ao socialismo. A vantagem da democracia popular é que essa passagem se torna possível sem ditadura do proletariado.”

DIMITROV ⁽¹⁾

No que se refere à formação dos regimes de democracia popular, a crítica burguesa corrente não vai além da virtuosa denúncia do seu “totalitarismo”, que seria o preço pago por todos os que se desviam do são caminho da economia de mercado e do regime parlamentar e se sujeitam à “bota soviética”. Não se lhe pode exigir mais.

É verdade que as apreciações do lado da “esquerda” não são melhores. Os revisionistas, como é sina, sua mastigam desculpas atabalhoadas sobre as “violações da legitimidade resultantes do culto da personalidade”, para tentar convencer-nos de que, fora esse “pormenor”, tudo foi popular e revolucionário. Fazem como o cigano que quer vender o burro e guardar o burro... Mas o seu embaraço nada é, comparado com o da chamada corrente marxista-leninista, obrigada, em nome dos seus “princípios”, a pintar com belas cores o avanço para o socialismo nas democracias populares, o qual se teria transformado, como por encanto, em degeneração burguesa após a morte de Staline.

Cabe agora à corrente comunista abordar a questão das democracias populares de um ângulo novo: mostrar a falência a que estava condenado à partida o projecto de uma revolução “intermédia” inventado pelo 7º congresso da Internacional, precisamente porque tal revolução **não existe**; mostrar como a substituição da ditadura do proletariado por uma pretensa “democracia popular” só podia produzir, em vez da sonhada via gradual e harmoniosa para o socialismo, regimes despóticos de capitalismo de Estado; provar que a dominação da União Soviética na Europa Oriental se exerce, não através de “cliques fantoches”, mas ao nível da **luta de classes interna** de cada um desses países.

Nesse sentido, alinharei a seguir algumas ideias.

Primeira etapa – a coexistência

Na maioria dos países da Europa Oriental, devastados por uma ocupação terrorista e por uma guerra feroz, os choques de classe que acompanharam a mudança de regime tiveram em geral uma envergadura limitada. À excepção da Albânia e da Jugoslávia, a luta armada de libertação não chegou a tomar nível insurreccional. Os partidos comunistas, extremamente enfraquecidos pelos massacres nazis, puderam ganhar posição hegemónica apenas graças à presença dos exércitos soviéticos.

Como se compreende, a crise da burguesia, comprometida com o ocupante nazi, e o apoio militar e político da União Soviética criavam condições muito favoráveis para o triunfo da revolução, mas não podiam substituí-la. Cabia aos partidos aproveitar essas condições invulgarmente favoráveis para se refazer rapidamente das perdas sofridas e

ráveis para se refazer rapidamente das perdas sofridas e desencadear autênticos movimentos revolucionários, sob direcção do proletariado, que varressem até aos alicerces o poder da burguesia e dos latifundiários.

Ora, os PC, penetrados pela linha do 7º congresso, viram no apoio soviético a oportunidade ideal para levarem à prática a via “mais fácil” da “revolução intermédia” mediante uma série de compromissos com a burguesia e a pequena burguesia. Era essa, de resto, a perspectiva do PC(b) da URSS, interessado em evitar abalos que dessem pretexto a uma intervenção das potências ocidentais. A linha de Dimitrov para o governo de frente única e o partido operário único teve finalmente ocasião de ser testada na prática.

Inicialmente, quando estava na ordem do dia a destruição das estruturas capitalistas-feudais, as grandes nacionalizações, a expropriação dos latifundiários, a confiscação das fortunas, a repressão sobre os colaboracionistas, etc., a política de democracia popular ganhou uma aparência de vitalidade. Os partidos comunistas conseguiram, através de uma real influência de massas, dinamizar os primeiros passos do processo revolucionário e roubar a iniciativa aos partidos liberais e reformistas. A economia devastada foi reconstruída a ritmos acelerados, instituíram-se profundas reformas democráticas, elevou-se o nível de vida dos operários e camponeses. Ao Ocidente afluíu em pânico a escumalha reaccionária, amaldiçoando os “horrores da revolução”.

Facto novo, porém, era a estrutura original desses regimes, apoiados em parlamentos, em governos de coligação e em Frentes Nacionais. Os comunistas detinham o controlo da situação mas não ameaçavam a existência da

pequena e média burguesia. Não havia conflitos sociais agudos. Parecia ter-se criado um equilíbrio social novo na História, a “democracia popular”.

Esta materialização do projecto dimitrovista de uma terceira via entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado foi bem expressa na época pelo teórico húngaro E. Varga:

“A democracia popular não é a ditadura da burguesia mas também não é a ditadura do proletariado. O velho aparelho de Estado não foi quebrado, como acontecera na União Soviética, mas renova-se pela absorção constante de partidários do novo regime. Não são Estados capitalistas no sentido vulgar do termo mas também não são Estados socialistas.”⁽²⁾

Não é de estranhar a onda de entusiasmo que esta nova solução despertava nos dirigentes oportunistas dos partidos ocidentais. Viam nela um trunfo precioso para tranquilizar as suas próprias burguesias e alargar o espaço ao seu reformismo. Thorez, mais uma vez precursor, ao prever, numa entrevista ao *Times*, em Novembro de 1946, a **passagem pacífica ao socialismo**, escrevia, encantado, pela mesma altura:

“Não houve uma transição brusca e brutal para um outro sistema. Há aqui um fenómeno que devemos estudar, em que devemos reflectir: o poder da classe operária, o poder exercido em nome da classe operária e do povo por um partido comunista que não está só mas que pode associar-se com outros partidos... Este poder exerce-se mantendo as formas parlamentares.”⁽³⁾

Segunda etapa – a repressão

Não tardou muito, contudo, que as democracias populares chegassem a uma encruzilhada. A resistência crescente da burguesia, estimulada pelas potências ocidentais, não permitia que se iludisse por mais tempo o dilema – quem vencerá a quem? A pressão americana para fazer aderir os regimes do Leste ao Plano Marshall serviu de detonador da crise.

Aparentemente, dir-se-ia que todos, à excepção da Jugoslávia, enfrentaram o desafio aprofundando a revolução. Ampliaram-se as nacionalizações e a colectivização agrária, lançou-se a planificação e a indústria pesada, estreitaram-se os laços com a União Soviética, desencadeou-se uma grande campanha contra a social-democracia, a ideologia burguesa e as influências ocidentais.

Mas este “passo em frente” pôs ainda mais em evidência a fraqueza fatal dos regimes de democracia popular. O avanço que só podia ser obtido pela acção e iniciativa das grandes massas proletárias e semiproletárias, pelo ascenso impetuoso de órgãos de poder operário e camponês que envolvessem toda a sociedade numa intensa luta de classes revolucionária, foi imposto de cima pelos aparelhos do partido e do Estado. O receio do desencadeamento da energia revolucionária das massas, que se instalara nos partidos desde o 7º congresso, levou-os a tentar fazer a revolução “em ordem e segurança”.

Incapazes, pelo seu centrismo, de aprofundar o processo revolucionário, os PC fizeram uma miserável caricatura de revolução. Em vez de destruir o aparelho de Estado, usou-se o domínio do exército e da polícia para o tomar por dentro, “purificando-o” com gente fiel. Em vez

de ganhar as massas exploradas para as ideias do comunismo, usou-se a pressão e os baixos expedientes para forçar os partidos pequeno-burgueses a fundirem-se com os PC em “partidos operários unificados”. O proletariado e o campesinato trabalhador foram declarados donos do poder sem nunca chegarem a dispor de autênticos órgãos de poder. Conselhos, milícias, sindicatos, cooperativas não eram mais do que engrenagens obedientes do aparelho.

Na ausência de reais batalhas de classe em que a burguesia fosse batida e desalojada pela acção revolucionária das massas, as democracias populares revelaram a breve trecho toda a fragilidade do novo poder, resultante do seu carácter híbrido. Cresceu o cancro da burocracia e da polícia política como única trincheira de um poder cercado. Transformou-se em farsa as eleições, as Assembleias Nacionais, a liberdade de imprensa e de reunião. Em breve começaram a multiplicar-se os processos judiciais arbitrários, manipulados na sombra dos aparelhos, e por isso atingindo, juntamente com os inimigos de classe e espões, todos aqueles que criticavam a desfiguração do regime.

A tentativa de conduzir a luta contra a direita sem desencadear as forças de esquerda levou o centrismo a uma degeneração mais acelerada ainda do que a da União Soviética. A agonia que aí se arrastara ao longo de decénios – porque houvera uma grande revolução que dera lugar a uma verdadeira ditadura do proletariado sob a forma do poder soviético – precipitou-se na Europa do Leste apenas em seis anos.

Quando a conjuntura social mudou, após a morte de Staline, revelou-se à luz do dia a podridão burguesa que minara silenciosamente os aparelhos do partido e do Estado, à sombra

dos julgamentos, dos *slogans* sobre a “luta contra o oportunismo”, do dogmatismo asfixiante. Na luta contra a direita forjara-se uma nova direita. Os fuzilamentos e as prisões dos direitistas imprudentes, tipo Slansky, Rajk, Kostov, Gomulka, Nagy, tinham servido apenas para abrir espaço a uma nova vaga de direitistas manhosos, que juravam por Staline e pelo marxismo-leninismo, enquanto esperavam a sua hora.

Quanto às massas operárias e camponesas, reduzidas à menoridade e apatia política por um regime ditatorial, estavam incapacitadas para fazer sentir o seu peso na luta de classes. A partir de 1953, deixaram-se manipular pelos arautos da “liberalização”, na Alemanha de Leste, na Polónia, na Hungria, mais tarde na Checoslováquia. O centrismo fizera a cama ao revisionismo. A “democracia popular” fora o prelúdio do capitalismo de Estado.

Em conclusão: cingir a crítica das democracias populares a erros parcelares de análise e de aplicação, à traição dos cabecilhas de direita, às conspirações do imperialismo e à “falta de vigilância dos comunistas sinceros”, como ainda hoje teima em fazer o PTA, é tentar desculpar a todo o preço a experiência desastrosa do centrismo no poder.

Dimitrov sobre a democracia popular

A verdadeira fisionomia de classe da política de “democracia popular” ficou traçada com clareza insuperável nas orientações de J. Dimitrov para o regime búlgaro. Desses escritos, que o centrismo actual tenta fazer esquecer, recortemos algumas citações que falam por si:

Maio 1946 – *“Estou profundamente convencido de que a união dos comunistas e dos social-democratas num partido único da classe operária – factor determinante da verdadeira democracia – é hoje, depois das amargas lições da II Guerra Mundial, uma necessidade histórica.”*⁽⁴⁾

Junho 1946 – *“O caminho da insurreição armada não é inevitável nem indispensável; em determinadas condições específicas pode-se chegar ao socialismo sem necessidade de insurreição armada. Essas condições estão actualmente criadas: por um lado, devido à existência de um grande Estado socialista que possui uma enorme influência política e moral – a União Soviética – e por outro lado, devido às transformações democráticas realizadas em vários países e que abrem caminho para o socialismo.”*⁽⁵⁾

Setembro 1946 – *“É com sincera satisfação que acolhemos a declaração do camarada Zilliacus (do Partido Trabalhista inglês) de que a classe operária, o povo trabalhador inglês, na pessoa do Partido Trabalhista, avançam rumo ao socialismo e se esforçam por torná-lo uma realidade através da via pacífica.”*⁽⁶⁾

Setembro 1946 – *“Conseguiremos transformar a Bulgária numa república-modelo de regime verdadeiramente parlamentar.”*⁽⁷⁾

Outubro 1946 – *“Seremos precisamente nós, os comunistas, quem irá propor à Grande Assembleia Nacional que se escreva claramente e sem qualquer equívoco possível, no artigo 8º do projecto de Constituição, que a propriedade privada do agricultor rural, do artesão, dos trabalhadores manuais e dos intelectuais, bem como o direito à herança dessa mesma propriedade privada, sejam consolidados e garantidos aos proprietários e aos seus herdeiros para sempre.”*⁽⁸⁾

Janeiro 1947 – *“Haverá ramos do nosso comércio em que confiaremos aos comerciantes de hoje – organizadores competentes, honestos experimentados – as funções de direcção e de chefia de algumas empresas do Estado, municipais,*

cooperativas ou serviços públicos. Nesses casos, serão muito melhor remunerados." (Dá como exemplo outros países, mesmo no Ocidente, onde os comerciantes privados melhoraram de situação passando a gestores de empresas estatais.)⁽⁹⁾
"Presentemente, adoptamos uma nova linha, a saber, que o pessoal técnico e os engenheiros não sejam tratados como simples empregados da nossa indústria, como até agora sucedia, mas que tenham determinados privilégios, melhores ordenados, boas condições de vida e de trabalho, possibilidades de avançar."

"Neste sistema, a iniciativa privada deve encontrar o seu lugar, e um lugar que lhe permita, graças às suas capacidades, um pleno desenvolvimento."⁽¹⁰⁾

Junho 1947 – *"A democracia popular não é socialista nem soviética. É a passagem da democracia ao socialismo. Cria as condições favoráveis ao desenvolvimento do socialismo por um processo de lutas e de trabalho. Cada país passará ao socialismo pela sua própria via. A vantagem da democracia popular é que essa passagem se torna possível sem ditadura do proletariado."*⁽¹¹⁾

Fevereiro 1948 – *"É um erro perigoso pensar que já chegou, entre nós, o momento de liquidar os vários partidos da Frente da Pátria e que estes últimos já não têm nenhum papel a desempenhar... É esta a via que nos conduzirá um dia à criação de um partido político unitário do nosso povo... que assuma a direcção do Estado e da sociedade."*⁽¹²⁾

Março 1948 – *"O pessoal constituído por engenheiros e técnicos, que no passado estava de um modo geral ao serviço dos capitalistas para explorar e manter os operários numa posição subalterna, fundiu-se com a classe operária, da qual actualmente faz parte. Os funcionários do Estado e os outros empregados, que anteriormente eram separados da classe operária como uma coisa muito especial, como uma arma nas mãos da burguesia no poder, fundiram-se actualmente com a classe operária, tendo-se tornado empregados do Estado popular."*⁽¹³⁾

Dezembro 1948 – *“O nosso país, bem como os outros países de democracia popular, vêm abrir-se a possibilidade de realizar a transição do capitalismo para o socialismo sem um regime soviético, apenas por meio do regime de democracia popular, na condição de que este se reforce e se desenvolva apoiando-se sobre o auxílio da URSS e dos outros países de democracia popular.”*⁽¹⁴⁾

Passagem pacífica ao socialismo, partido de todo o povo, rejeição do poder soviético, reabilitação do parlamentarismo e da social-democracia, promoção dos quadros ao estatuto de “operários”, suborno da burguesia por meio de cargos e privilégios – **todas as teses essenciais da plataforma revisionista do 20º congresso estavam já elaboradas de forma acabada por Dimitrov em 1946-1948.**

O facto de esta linha de direita se cobrir com calorosas declarações de fidelidade ao “nosso grande protector – a União Soviética” e ao “mestre genial” Staline, não lhe retiram nem um átomo do seu oportunismo. A obstinação do PTA em defender Dimitrov como revolucionário marxista-leninista pelo facto de ele se ter sempre declarado fiel a Staline e à União Soviética acaba por levá-lo a pactuar pelo silêncio com todo este lixo e a permitir que ele se introduza de contrabando nas fileiras comunistas.

O titismo

O PTA contribuiu, mais do que qualquer outro partido, para desmascarar o carácter antioperário do sistema da “autogestão” e a natureza pró-imperialista do “não-alinhamento” jugoslavo. Sintomaticamente, porém, essa denúncia torna-se vaga e hesitante quando se trata de expor as origens políticas do titismo e a sua natureza de classe.

“Os pontos de vista revisionistas do grupo dirigente jugoslavo – escreveu Enver Hoxha – tinham-se cristalizado muito antes da libertação, possivelmente desde a época em que o PCJ fazia parte da Comintern.” Mais tarde, durante a luta de libertação, manifestaram-se na direcção jugoslava *“tendências suspeitas para se inclinar para o lado dos anglo-americanos.”*⁽¹⁵⁾

Esta forma cautelosa de pôr o problema não resulta, como se poderia supor, da falta de informações seguras. O PTA está em melhor posição do que ninguém para saber como nasceu o titismo. E é decerto por conhecer de sobra o papel que nele desempenhou J. Dimitrov que não está interessado em fazer luz sobre o assunto. Esforço inútil, aliás, dados os factos que se vão tornando do conhecimento público.

Tito, pela sua parte, nunca fez segredo do apoio que recebera de Dimitrov. Discursando numa conferência internacional revisionista, celebrada em 1972 em honra do dirigente búlgaro, elogiou “a coragem de J. Dimitrov quando, nas vésperas da guerra, defendeu com a força do seu prestígio o nosso partido de acusações injustas”⁽¹⁶⁾.

Estas “acusações injustas” eram nada mais nada menos do que as críticas que suscitava na IC a orientação já então direitista do PCJ, sob a condução de Tito desde 1936. Foi com a confiança expressa de Dimitrov que Tito pôde guindar-se ao posto de secretário-geral do partido em fins de 1938⁽¹⁶⁾. Acorrendo em auxílio de Tito, como de todos os oportunistas que encontravam dificuldades na viragem para a nova política do 7º congresso, Dimitrov deu um contributo decisivo para a formação da corrente titista.

Durante a primeira fase da luta contra o invasor nazi, as forças marxistas-leninistas ainda existentes no PCJ impri-

miram um decidido cunho revolucionário à guerra de guerrilhas, neutralizando temporariamente o oportunismo de Tito. Foi nesta situação que Dimitrov interveio mais uma vez em apoio deste. Em 1942, como a Frente de Libertação Jugoslava recusasse reconhecer o governo monárquico no exílio em Londres e conduzisse a ofensiva contra as forças de Mihailovitch, afectas à Inglaterra e conluiadas com o ocupante, o secretário-geral da IC (certamente cumprindo instruções de Staline) telegrafou a Tito, aconselhando moderação. "O estudo de todas as informações que nos enviou leva a pensar que os membros do governo inglês e jugoslavo têm razões para suspeitar que o movimento guerrilheiro esteja a tomar um carácter comunista, tendente à sovietação da Jugoslávia." "Não considere as questões da vossa luta apenas do vosso ponto de vista nacional, mas também do ponto de vista internacional da coligação anglo-americano-soviética."⁽¹⁷⁾

Era um incitamento ao compromisso, que Tito se apressou a levar conscienciosamente à prática. O acordo que logo depois estabeleceu com os emissários de Churchill encaminhou definitivamente a luta de libertação da Jugoslávia na via do abandono da revolução que veio a revelar à luz do dia após o fim da guerra.

Naturalmente, isto só pôde ser feito à custa do aniquilamento da corrente comunista no PCJ. O PTA, que nunca deixa de lembrar os milhares de comunistas jugoslavos fuzilados ou metidos em campos de concentração por Tito, por se oporem ao desmantelamento do partido e à perda da revolução, deveria acrescentar que esse massacre resultou da orientação oportunista emanada da Internacional em 1942.

As soluções “inovadoras” do titismo, com a subordinação do partido à Frente e o seu rebaixamento à categoria de “Liga” com funções puramente ideológicas, com o sistema de “autogestão”, a protecção à burguesia camponesa e comerciante, etc., etc., que viriam a ser denunciadas na carta de Staline e Molotov em 1948, surgiram todas na linha das concepções do 7º congresso. Tito não fez mais do que aplicar até às últimas consequências os conceitos dimitrovistas da democracia popular como um regime intermédio, a meio caminho entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado.

Foi sobre essa base **pequeno-burguesa** que nasceu o nacionalismo exacerbado do regime jugoslavo. O projecto de Federação Balcânica (que teve, aliás, o patrocínio de Dimitrov e só não foi levado à prática devido à oposição de Staline) exprimia a ambição da pequena burguesia no poder de se colocar em posição vantajosa para regatear com a União Soviética e o Ocidente.

A campanha virulenta contra o titismo, desencadeada no PCUS, nas Democracias Populares e no MCI a partir de 1949, ao focar quase exclusivamente o seu nacionalismo anti-soviético e ao apresentá-lo como obra de “um grupo de espões e provocadores”, deixou na sombra aquilo que o centrismo era incapaz de reconhecer — **que a traição de Tito exprimia a chegada ao poder da pequena burguesia, que a natureza social do regime jugoslavo repousava sobre a mesma base de compromisso de classe das restantes democracias populares e que portanto a única defesa contra o perigo de contaminação titista estava no avanço resolutivo do processo revolucionário que fora bloqueado a meio caminho.** Como isso não foi

feito, Tito pôde frustrar as tentativas de isolamento a que foi submetido, consolidar-se no poder com o apoio do imperialismo e tornar-se o fermento da “liberalização” contra-revolucionária que veio a alastrar pela Polónia, Hungria, etc. E isto não apenas pela subversão e a espionagem, mas sobretudo pelos laços **de classe** que aparentavam a Jugoslávia às Democracias Populares.

O PTA, que entre 1944 e 1948 se encontrou sob a direcção do grupo titista de Koçi Xoxe e sob a ameaça de ver a Albânia integrada na Jugoslávia, conhece melhor que qualquer outro partido a inspiração dimitrovista da traição de Tito. Mais escandalosa se torna por isso a sua pretensão actual de propagar a linha de Dimitrov na corrente ML internacional. Isso equivale, objectivamente, a espalhar as sementes de novas variantes do titismo.

As origens do maoísmo

Pela mesma época, triunfava na China, depois de uma gigantesca guerra camponesa conduzida pelo PC, a revolução antifeudal e anti-imperialista. Essa revolução, que o PTA hoje trata de forma tão depreciativa, arrancou na altura o país mais populoso do mundo ao campo do imperialismo e acumulou uma riqueza de experiências só comparável à da grande revolução russa. Estudá-la minuciosamente, nas suas lições positivas e negativas, é tarefa a que a corrente ML não poderá furtar-se se quiser aprender alguma coisa do último meio século.

O que pretendo apontar aqui é que o **compromisso maoísta da “democracia nova”, que ditou a posterior desagregação e degenerescência da revolução chinesa,**

foi inspirado na linha do 7º congresso. Apresentar o maoísmo como uma invenção revisionista oposta à IC – como vem fazendo o PTA – é deturpar os factos para, mais uma vez, pôr o centrismo ao abrigo da crítica.

A viragem que levou Mao Tsetung a assumir a direcção do PCC (conferência de Tsunyi, Janeiro de 1935) tornou-se imperiosa para salvar o partido e o Exército Vermelho do desastre com que estavam ameaçados pelas políticas aventureiras e “esquerdistas” de Li Li San e Wang Ming-Po Ku. Com a Longa Marcha e a criação de novas bases revolucionárias, Mao frustrou as campanhas de cerco e aniquilamento e preparou as futuras vitórias da revolução.

Mas a viragem na condução da guerra foi apenas um aspecto de uma viragem política de fundo que viera amadurecendo aos poucos e que ocorreu no preciso momento em que na IC a linha de “classe contra classe” era trocada pela política de frente única. E aqui aparecem claros os laços que unem a concepção maoísta de “democracia nova” às inovações unitárias lançadas pelo CEIC.

Com efeito, o traço novo da política de Mao a partir de 1935 foi o abandono do objectivo da ditadura democrático-revolucionária dos operários e camponeses (era essa a palavra de ordem da IC para os partidos dos países dependentes), para passar a ter como alvo da luta a instauração de uma república democrática baseada na **aliança das quatro classes** – proletariado, campesinato, pequena burguesia e média burguesia nacional.

Passando a apoiar-se nos “três princípios” de Sun Yatsen (nacionalismo, democracia, socialismo) para alargar a base de apoio do PC, Mao abandonou a classificação que

o 6º congresso da IC já fizera do “sunyatsenismo” como ideologia do nacionalismo pequeno-burguês populista, que encobria a luta de classes sob a noção do “povo” e que se transformara numa “força conservadora, a enterrar o desenvolvimento da revolução”⁽¹⁸⁾.

A **média burguesia**, que desde os acontecimentos de 1927 revelara sobejamente a sua passagem de uma atitude vacilante para a aliança com a contra-revolução e o imperialismo, passou a ser considerada por Mao parte integrante do povo e das forças revolucionárias. “O erro – escreveu Mao em 1939, respondendo às críticas que se levantavam no partido – está em confundir-se a burguesia chinesa com a burguesia dos países capitalistas. É daí que resulta o desprezo pela política de formação de uma frente única com a burguesia e a manutenção dessa frente tanto quanto possível.”⁽¹⁹⁾

Esta mudança de fundo, justificada a princípio pela entrada na etapa da guerra de resistência antijaponesa, manteve-se para além da derrota do Japão e inclusive acentuou-se cada vez mais. Mesmo as reservas iniciais acerca do carácter duplo da burguesia nacional foram progressivamente abandonadas.

Ora, isto correspondia exactamente às novas posições adoptadas pela direcção da IC, que se empenhava em alargar a frente única a todo o campo intermédio, deixando de fora apenas os aliados directos do fascismo alemão e japonês. Como essa concepção levantava sérias questões de princípio e punha em causa as teses de Lenine sobre a questão nacional e colonial, o 7º congresso optou pela omissão pura e simples dos problemas da revolução de libertação nacional. Mas, à margem do congresso, foi essa orientação que se transmitiu aos partidos.

Em começos de 1935, a revista oficial *A Internacional Comunista* publicava um extenso artigo sobre a luta pela frente única anti-imperialista nas colónias e países dependentes, no qual se criticavam os “erros sectários” anteriores e se aconselhava a **“incluir o grosso da burguesia nacional na luta contra o imperialismo**, para melhor inserir os comunistas no movimento popular”⁽²⁰⁾.

Depois do congresso, a insistência na necessidade de frente única com a burguesia nacional manteve-se uma constante na orientação do CEIC. Wang Ming, membro do CEIC, defendia na *Internacional Comunista* a necessidade de maior colaboração do partido com o Kuomintang, “sem subordinação nem supremacia”, “para um futuro livre, feliz e independente”⁽²¹⁾.

Foi nesta linha de pensamento que Mao elaborou as concepções da “democracia nova”. O desejo de esvaziar o campo inimigo abrindo cada vez mais o leque da frente única levou-o a dar aos representantes da burguesia nacional um terço dos lugares nas assembleias populares e órgãos do poder nas regiões libertadas⁽²²⁾, a substituir a expropriação das terras pela redução das rendas e juros (“vivem os camponeses e vivem os senhores”)⁽²³⁾, a moderar as reivindicações dos operários para não afectar os lucros dos industriais e comerciantes, etc.

Assim, o PC da China chegou à plataforma do seu 7º congresso, de Abril de 1945, sobre o governo de coligação com o Kuomintang e outros partidos, em que Mao defendeu de forma elaborada a “harmonização” e o “ajustamento” entre o trabalho e o capital⁽²⁴⁾, “o crescimento do capital privado e a protecção da propriedade privada”⁽²⁵⁾, “o desenvolvimento do capitalismo por um período bastante longo” depois da vitória da revolução⁽²⁶⁾.

É impossível criticar hoje estas concepções se não se puser em foco que elas constituíram uma aplicação da política do 7º congresso nas condições particulares da China. Mao não só não se desviou da linha de frente única traçada para o conjunto do MCI, como teve inclusive o mérito, apesar dos seus erros de direita, de nunca ter cedido face à contra-revolução da burguesia compradora e dos feudais, agrupados no Kuomintang, e de ter conduzido vitoriosamente até ao fim a guerra pelo seu derrubamento. São hoje largamente conhecidas as pressões que em diversas circunstâncias partiram da direcção da IC e posteriormente da União Soviética e de Staline para que o PC da China chegasse a um compromisso com o Kuomintang e pusesse fim à guerra, a fim de obter a legalidade numa república burguesa presidida por Chiang Kai-chek. Os compromissos duvidosos que Mao consentiu com o Kuomintang, como no incidente de Sian e nas negociações de 1945, ficaram muito aquém daqueles a que o aconselhavam. Só pode pois classificar-se como pura hipocrisia a acusação (que fazem tanto os revisionistas russos como os centristas albaneses) de que Mao teria seguido uma linha oportunista à revelia da IC e da opinião do PCUS.

Como era inevitável, a política de concessões à média burguesia (e aos “nobres esclarecidos”) teve de ser acompanhada pela condenação como “esquerdista” de toda a política do partido entre 1928 e 1935 e por um combate ao “esquerdismo” como perigo principal no partido. “Actualmente, o mais grave é o desvio de ‘esquerda’, na medida em que despreza a conquista da média burguesia e dos nobres esclarecidos” (Março de 1940)⁽²⁷⁾. “As nefastas tendências esquer-

distas constituem ainda hoje o perigo principal no seio do partido.” “Os pontos de vista de direita, que no passado eram algo grave, estão no essencial eliminados” (Dezembro de 1940)⁽²⁸⁾. Erram os camaradas que julgam que precisamos “unicamente do chamado poder dos operários, camponeses e pequena burguesia urbana” (Maio de 1941)⁽²⁹⁾.

Num partido composto em percentagem esmagadora por camponeses, esta campanha sistemática contra o “esquerdismo” eliminou os últimos focos de resistência da ideologia proletária e semeou o terreno para a ideologia pequeno-burguesa de “todo o povo”. De vanguarda revolucionária do proletariado, os comunistas passaram a “servidores do povo”, numa perspectiva democrática tipicamente pequeno-burguesa, expressa de forma lapidar nos escritos de Mao. A crítica aos erros perdeu a referência de classe e foi transferida para o plano meramente filosófico e moral (combater o subjectivismo, o empirismo, a arrogância...). A luta surda de classes que se travava no campo da “democracia nova” para decidir quem iria recolher os frutos da revolução ficou obscurecida sob um populismo pedagógico, que apostava na reeducação geral de todas as classes pelo exercício da democracia.

Uma vez instaurado o poder da “democracia nova”, ia-se revelar de forma dramática a incapacidade do partido, varrido pela ideologia pequeno-burguesa e burguesa, para conduzir a revolução à etapa seguinte.

O Cominform

A lua-de-mel democrática do fim da guerra deu lugar, em pouco tempo, a uma vaga de reacção desenfreada. Os EUA ocuparam com brio o lugar deixado vago pelo defunto

“Eixo”. Iniciou-se um novo ciclo de guerras e massacres coloniais (Indonésia, Indochina, Palestina, Malásia...), o Kuo-mintang lançou-se contra a China vermelha, a guerrilha grega foi esmagada. Ao impulso do plano Marshall, os partidos comunistas foram corridos dos governos, os PSD foram mobilizados para a campanha anticomunista, acirrou-se a cisão sindical. Usou-se o regime de Tito como cavalo de Tróia nas democracias populares, activaram-se os preparativos de guerra atómica contra a União Soviética, criou-se a NATO, iniciou-se o massacre na Coreia, entrou-se na “guerra fria”.

À medida que se definia em toda a sua brutal nitidez o quadro real da luta de classes, que se evaporavam as tolas ilusões no “novo mundo democrático” e que a pequena burguesia, em desagregação ideológica, se deslocava para a direita, mais clara se tornava a incapacidade dos partidos para fazer face à nova situação. O lastro oportunista neles acumulado por dez anos de colaboração “democrática” de classes empurrava-os invencivelmente no caminho da capitulação. O único meio que viam para barrar a ameaça do fascismo e da guerra era um novo passo para a fusão com a democracia pequeno-burguesa.

O Cominform, criado em Setembro de 1947, foi a última tentativa da ala centrista, chefiada por Staline, para erguer uma barreira à maré oportunista que ameaçava submergir o movimento comunista e desmembrar o campo das democracias populares. O Bureau de Informação abriu fogo contra a política de concessões à burguesia que campeava na Jugoslávia e na Polónia, isolou e desmascarou Tito e Gomulka, travou a progressão dos seus partidários nos países vizinhos. Criticado publicamente na *Pravda* pela sua

proposta de uma Federação Balcânica, aberta inclusive à Grécia (!), Dimitrov foi forçado a autocriticar-se⁽³⁰⁾. Acabaram-se as teorizações sobre a democracia popular como uma “excepção” à ditadura do proletariado.

O Cominform criticou igualmente o comportamento reformista do PCF e do PCI durante a luta de libertação e o seu eleitoralismo desenfreado no após-guerra, atacou o oportunismo que corroía o PC do Japão, combateu o ambiente de pânico perante a chantagem atômica do imperialismo, desmascarou o sujo papel dos chefes social-democratas como agentes do grande capital, mobilizou os comunistas para a resistência à onda reaccionária que, a partir dos EUA, se espriava pelo mundo.

Mas esta viragem mantinha-se, como a de 1939, no quadro centrista instituído pelo 7º congresso. Foram desautorizadas e temporariamente silenciadas as posições oportunistas extremas, mas não se tocou na linha de colaboração democrática de classes que lhes servia de alimento. Nas democracias populares tentou-se travar o crescimento da agitação pequeno-burguesa recorrendo à fusão dos PSD com os PC (1948), o que preparou um agravamento ainda maior da crise. Nos países capitalistas, orientaram-se os partidos para a activação das lutas de massas mas apenas em torno de palavras de ordem de defesa da paz, da democracia e do nível de vida dos trabalhadores.

A verdade é que a linha do Cominform, para ser coerente, teria de colocar na ordem do dia a necessidade de uma ruptura de princípio com o 7º congresso. Bater decisivamente a linha pequeno-burguesa de Tito e Gomulka implicava, não a execução dos seus partidários, após tenebrosos processos judiciais, mas uma crítica de fundo à teoria da

democracia popular elaborada por Dimitrov. Mobilizar a classe operária contra a acção cisionista e reaccionária da social-democracia exigia que se condenasse a política das frentes únicas pela cúpula, praticada desde 1935. Derrotar o reformismo que proliferava nos partidos impunha uma crítica corajosa à campanha “anti-sectária” lançada pelo 7º congresso, à sombra da qual tinham prosperado os oportunistas e tinham sido excluídos os revolucionários. Afirmar uma real política de hegemonia do proletariado passava pela rejeição da perspectiva do bloco democrático operário-pequeno burguês, condenado pela vida. Tomar a cabeça da luta da libertação nacional exigia que se deitasse abaixo a tese das burguesias nacionais “revolucionárias”. Bolchevizar os partidos só era possível se se rejeitasse a podre teoria do “partido operário único”, etc., etc.

Mas o Cominform já não dispunha de clarividência nem de firmeza para este corte com o passado. Ficou-se assim numa meia viragem, em que os partidos endureceram a linguagem, mas continuaram a deixar-se ir à deriva das pequenas estratégias das “conquistas democráticas”, sem norte revolucionário. Toda a sua política repousava na esperança de que futuros avanços da União Soviética fizessem recuar o imperialismo e lhes permitissem chegar ao poder um belo dia, sem luta revolucionária. A coberto da exaltação da União Soviética, dada como garante da fidelidade ao marxismo-leninismo, foi-se instilando a perspectiva reformista da lenta “desagregação” do poder da burguesia pela penetração nas instituições e pelo respeito pelas regras do jogo constitucional e parlamentar. Com a alegação de que se “ganhava tempo” e se “acumulavam forças”, os partidos apodreciam.

Isto permitiu aos dirigentes oportunistas, do tipo Thorez, Togliatti, Cunhal, etc., manterem-se à tona da onda stalinista e permanecerem à cabeça dos partidos sem renunciarem às suas concepções de colaboração de classes. Multiplicando ao absurdo os louvores ao “grande Staline” e as declarações inflamadas de fidelidade à União Soviética, asseguravam espaço para prosseguir a corrupção dos partidos em direcção ao revisionismo.

Em 1952, por exemplo, o PC da Grã-Bretanha pôde publicar, sem qualquer crítica, um programa para a passagem pacífica da Inglaterra ao socialismo, levando a reboque o Commonwealth, numa mistura grosseira de reformismo e chauvinismo imperial. A campanha internacional contra as armas atómicas e a ameaça de nova guerra, que devia mobilizar a classe operária e os povos contra o imperialismo americano e as burguesias reaccionárias, foi virada do avesso pelo oportunismo e transformada numa avalanche de petições pacifistas, que ainda mais espalhou nos partidos e na classe operária o espírito pequeno-burguês de capitulação e de harmonização das classes. Até a defesa de A. Cunhal em tribunal, triste manifesto do oportunismo português, mereceu rasgado elogio da revista soviética *Bolchevik*...

Entrou-se assim na etapa final do centrismo, que caracteriza os últimos anos da direcção de Staline. Com as tendências de direita a crescer imparavelmente por todos os poros do centrismo agonizante, os últimos resistentes, os que ainda conservavam reflexos de classe, ficaram reduzidos a uma vã batalha de retardamento. Desarmados ideologicamente pela plataforma do 7º congresso, incapazes de demarcar fronteiras com o oportunismo e de se desenlear da pequena burguesia, os “stalinistas” entrincheiraram-se

na ditadura dos aparelhos, na rigidez dogmática e sectária, como último recurso de uma resistência desesperada. E, ainda desta vez, apenas conseguiram, com a sua inconsequência centrista, dar argumentos à tese direitista de que se tornava imperioso “actualizar” o marxismo-leninismo.

A morte de Staline veio derrubar o derradeiro obstáculo que impedia a livre expansão da corrente de direita. O revisionismo já completamente formado no ventre do centrismo pôde espalhar-se numa vaga impetuosa que submergiu todo o movimento comunista. Estava completada a missão do 7º congresso.

8. O CENTRISMO EM PORTUGAL

"São os trabalhadores que se identificam com a nação e são os fascistas que se divorciam dela."

ALVARO CUNHAL⁽¹⁾

Não há melhor contraprova para avaliar o conteúdo político real do 7º congresso do que examinar a sua aplicação no terreno que nos está mais próximo. As peripécias da transformação do PCP entre 1930 e 1960 documentam ao vivo a função do centrismo como veneno paralisante do comunismo e embrião do revisionismo.

Por isso mesmo, a corrente dita "marxista-leninista" portuguesa enovelou-se em contradições insuperáveis ao tentar criticar a "unidade dos portugueses honrados" e o "levantamento nacional" sem pôr em causa a herança do 7º congresso da IC. Surgiu daqui a tendência para deformar a história do PCP, pondo a um lado o "cunhalismo" como excrescência oportunista maligna, e a outro lado a direcção de Bento Gonçalves nos anos 30 e de José Gregório nos anos 50, como representantes genuínos da Internacional e do Cominform.

A verdade é que, se houve oscilações políticas evidentes no percurso do PCP ao longo destes três decénios, elas inscreveram-se todas no mesmo quadro centrista posto em

marcha pelo 7º congresso da Internacional. Bento Gonçalves, Álvaro Cunhal, José Gregório exprimiram, com variantes diversas, os períodos sucessivos de ascensão, florescimento, declínio e crise final do centrismo no PCP. A natureza política e social do “cunhalismo” só pode ser plenamente entendida se for vista em relação com os outros produtos do centrismo no nosso país.

A crítica ao centrismo, como período intermédio na degeneração do comunismo, permite compreender melhor a transformação pequeno-burguesa do PCP sob a condução das ideias de Álvaro Cunhal. Transporta-nos do terreno romanesco dos “golpes” para o terreno da luta de classes no seio do partido. Mostra o ascenso gradual da pequena burguesia “comunista” no interior do partido operário.

Ela mostra também os limites do projecto do PC(R), o qual, ao pôr-se como objectivo a “reconstrução do verdadeiro partido Comunista de Bento, Alex, Militão e Gregório”, iria tentar uma tarefa impossível: o rejuvenescimento da velha política de fusão “popular” operária-pequeno-burguesa sob as cores do “25 de Abril do Povo” e da “revolução democrático-popular”.

Sem querer fazer a história da luta de tendências no PCP, impossível no âmbito deste trabalho, será útil mostrar as diversas fases atravessadas pelo centrismo português até cumprir o seu papel histórico – anestesiar ideologicamente o PCP, preparando-o para receber sem sobressaltos o revisionismo.

Como o 6º congresso falhou em Portugal

Foi com o impulso do 6º congresso da IC que o PCP, como outros partidos, passou pela primeira vez a existir como vanguarda operária revolucionária. A reorganização de Abril de 1929, conduzida por B. Gonçalves e J. Sousa, tirou o partido da apatia em que agonizava.

Os argumentos de que o fascismo impossibilitava a luta e de que se deviam poupar forças, à espera da “hora”, foram desmascarados como capitulação pequeno-burguesa. O partido lançou-se com energia à tarefa de conquistar a classe à influência anarco-sindicalista, criou com a CIS uma forte corrente sindical revolucionária, implantou-se no proletariado rural do Sul, tornou-se a breve prazo o dirigente reconhecido do movimento operário. Em 1931-1932, impulsionou e dirigiu grandes acções operárias contra a fome, o desemprego e o regime de Salazar.

Este trabalho positivo, na linha “classe contra classe” ditada pelo 6º congresso, sofria de fraquezas graves. Na **estratégia**, não se traçou uma plataforma definida para a insurreição antifascista no quadro da revolução, o que não permitiu o corte com a velha visão do proletariado como ponta-de-lança de um golpe militar liberal. Na **táctica**, não se demarcou o antifascismo operário do antifascismo pequeno-burguês. Na **organização**, o partido não aplicou as directivas da IC para se estruturar na base de células de fábrica, o que limitou o peso operário na acção política, na ideologia e no estilo de trabalho.

Deste modo, a corrente proletária avançada, que via numa revolução de tipo soviético a saída para a luta, não soube elaborar uma alternativa marxista-leninista ao oportu-

nismo corrente no partido, não conseguiu libertar-se por completo do infantilismo anarco-sindicalista e não pôde desempenhar o papel-chave que lhe cabia no amadurecimento político do partido.

Surgiu assim o 18 de Janeiro, como resposta “total” à ofensiva da ditadura contra os sindicatos. Tentando precipitar a insurreição antifascista através da greve geral, sem para tal estar reunido o mínimo de condições, a vanguarda operária encontrou-se isolada da massa e foi facilmente batida.

O partido sofreu um golpe severo. Severo sobretudo no plano político, na medida em que semeou nos comunistas a descrença na linha de classe, que mal ensaiava os primeiros passos. Bento Gonçalves tirou do 18 de Janeiro conclusões de direita. A sua justa batalha para educar as massas através das reivindicações parciais evoluiu para um reformismo cada vez mais pronunciado. O soviete da Marinha Grande passou a ser visto como um sonho insensato. À sombra da crítica ao aventureirismo, ganhou terreno no partido a ideia de que o proletariado tinha de moderar as suas aspirações revolucionárias para não se isolar, espalhou-se de novo a crença paralisante de que “sem os republicanos não se consegue fazer nada”. Baniu-se a perspectiva do poder.

A viragem do 7º congresso veio assentar como uma luva neste espírito derrotista. A timidez política e o reformismo puderam escorar-se na autoridade da linha democrática unitária da IC para rejeitar toda a experiência positiva acumulada. O projecto de uma luta proletária revolucionária foi arquivado como “sectarismo”. Caíram as resistências que durante alguns anos tinham contido a pressão do oportunismo de direita. O PCP foi invadido por uma maré oportunista.

A Frente Popular

O que os dirigentes trouxeram do 7º congresso foi a decisão de apostar tudo numa ampla oposição unida ao regime, pondo de lado como sectária a linha “classe contra classe”. A nova direcção, em que já sobressaía A. Cunhal, estava esperançada em conseguir o mesmo êxito espectacular que conheciam as frentes populares em Espanha e França. A activação da oposição liberal e estudantil, muito marcada nesse ano de 1935, alimentava a euforia unitária e fazia esquecer a situação difícil do partido no movimento operário após a fascização dos sindicatos.

Lançaram-se de imediato propostas de frente única à CGT, então já cadáver. Acabou-se com a imprensa sindical clandestina, dissolveu-se a CIS, entrou-se em negociações com os grupos republicanos, adoptou-se uma perspectiva “democrática geral” para todo o povo. Seguindo os ventos novos que vinham da Internacional, declarou-se a revolução portuguesa como “democrático-popular”, sem tentar qualquer fundamentação de classe para essa perspectiva.

De início, tudo parecia ir de vento em popa. Em Fevereiro de 1936, o *Avante!* anunciava que “acaba de se constituir a Frente Popular, englobando uma dezena de organizações operárias e pequeno-burguesas”. Cresceu o poder de atracção do partido sobre largos sectores estudantis e intelectuais, entusiasmados pela nova política ao serviço da unidade antifascista. O *Avante!* passou a semanário.

Mas, entretanto, diminuía o número de operários organizados, não havia política sindical, decaía ao nível mais baixo a resistência operária à exploração. Reduzido ao papel de animador da Oposição unida, o partido perdia os laços com

a classe e envenenava a consciência da vanguarda com um republicanismo rasteiro. O preço pago pela Frente Popular (que nunca passou do nome) foi a assinatura pelo partido de um programa unitário, no qual nada se dizia sobre o caminho para o derrube do fascismo e se reivindicavam as “províncias ultramarinas” como “parte integrante e inviolável da Nação”⁽²⁾.

Sob os êxitos aparentes, o partido seguia à deriva. A revolta dos marinheiros, de Setembro de 1936, derradeiro sobressalto do putchismo “comunista”, agravou mais ainda a situação: mutilou o partido de forças revolucionárias, acentuou o descrédito na via da insurreição, acelerou o crescimento do oportunismo.

Em 1938, a nova política começou a abrir falência. O fracasso da Frente Popular em França, o desastre iminente em Espanha, o ascenso do nazismo consolidavam o regime de Salazar e lançavam a pequena burguesia republicana na debandada. O partido foi forçado a constatar que “a união das organizações antifascistas arrasta uma vida passiva que desacredita a ideia da frente popular no nosso país” e que a situação nacional não era propícia aos acordos entre partidos como base da frente⁽³⁾.

A morte à nascença da Frente Popular não resultava contudo apenas nem principalmente do rumo ameaçador da situação internacional. O factor principal vinha da crise a que chegara o partido devido às suas concessões oportunistas. No desejo de abertura ao sentimento pequeno-burguês, deslocara-se o eixo da política para a campanha pela amnistia e para a denúncia dos perigos que Salazar trazia à “economia nacional”, à independência e à posse das colónias. Multipli-

cavam-se as exortações à pequena burguesia e aos “legionários honestos”. Não havia uma palavra sobre o derrube revolucionário do regime. Não era de estranhar que, com esta linha, se repelisse tudo o que havia de melhor na classe operária.

Aqui, como nos outros países, o engodo por atrair as forças intermédias a todo o preço resultou na perda do único pólo de atracção que as poderia arrastar à luta. Já não existia a corrente operária revolucionária que fizera as jornadas de 1931-1932 e o 18 de Janeiro, era inevitável que tudo se desmoronasse.

Privado de base operária séria, o PCP tornou-se um alvo fácil para a polícia. O *Avante!* deixou de se publicar em Maio de 1938. A direcção do partido, constantemente atingida, passava de mão em mão e foi tomada por elementos oportunistas e incapazes para a luta clandestina. Em 1939, a IC retirou o reconhecimento ao PCP.

Este descalabro, que Cunhal mais tarde atribuiu ao atraso nos métodos conspirativos, fora fruto directo da política ditada pelo 7º congresso, que fizera do PCP uma organização radical democrática.

É o que exprime de forma chocante a defesa de Bento Gonçalves no tribunal, na qual o partido é rebaixado ao papel de continuador das tradições liberais e patrióticas da burguesia e se critica inclusive o governo de Salazar por não acautelar a posse das colónias contra a cobiça do “Eixo”! As últimas propostas de Bento no Tarrafal, para uma “política nova” de apoio a Salazar se este se dispusesse a defender a independência, retratam a degradação ideológica que o 7º congresso produzira neste abnegado construtor do partido.

O “levantamento nacional”

A situação caótica a que se chegara provocou uma aguda luta de tendências no seio do partido em descalabro. Contra a ala direitista, que perdera todos os referenciais comunistas na busca ansiosa da unidade democrática, levantou-se em 1940-1941 o núcleo reorganizador chefiado por Cunhal, Fogaça, Guedes, Gregório, etc. Como dez anos antes, o corte com o oportunismo materializou-se na luta para salvar o partido, como única esperança da luta popular.

Em poucos anos, ao preço de duros sacrifícios, o PCP ressurgiu como a única força antifascista organizada. Combinando acertadamente o trabalho legal com o ilegal, minando os sindicatos nacionais fascistas, o partido dirigiu a classe operária em lutas de envergadura, em que se destacou a grande greve da região de Lisboa, de Julho de 1943. Restituiu-se ao proletariado a confiança nas suas forças e no seu partido.

Mas não se tiraram as lições políticas do período anterior, que era o principal. Não se denunciaram as concessões à pequena burguesia como origem do fracasso da Frente Popular e da corrupção do partido. Não se deu o balanço ao 18 de Janeiro, para separar o positivo do negativo. Não se perguntou por que conduziu a aplicação do 7º congresso à desagregação do partido. Não se compreendeu que, sem traçar uma linha de classe para a insurreição antifascista, tendo na mira a revolução socialista, todos os ganhos imediatos estavam ameaçados. O partido começou assim, no meio da embriaguez de um crescimento impetuoso, a caminhar para um novo desastre.

Em 1944, reuniam-se as condições para uma ofensiva política de massas em todas as frentes. A agitação propagara-

-se das concentrações proletárias de Lisboa e do Alentejo ao campesinato do Norte, a largos sectores de empregados, estudantes, etc. O heroísmo com que a União Soviética golpeava o nazismo multiplicava as energias dos comunistas, despertava a vanguarda operária de novo para a perspectiva de coroar a queda do fascismo com a revolução.

Foi nesta crise mortal para o regime que se revelou a moderação oportunista da política de Cunhal. O movimento antifascista foi enquadrado no MUNAF, e depois no MUD, reedições da Frente Popular de 1936, que deram à burguesia liberal o controle político das massas. Convencido de que a pedra que faltava para a queda de Salazar era uma unidade mais estreita da Oposição, Cunhal sentou-se à mesa das negociações para elaborar o programa de um mítico Governo Democrático de União Nacional, quando o movimento operário e popular precisava que lhe abrissem vias para a insurreição.

O medo de afugentar a burguesia levou mesmo Cunhal a inverter o alvo da luta ideológica. Dissolveu os GAC (Grupos Antifascistas de Combate), alegando o perigo de putchismo, travou a “linguagem demasiado de classe” da imprensa comunista, preocupou-se em “satisfazer os anseios da pequena burguesia”, combateu o “sectarismo” e o “obreirismo”.

A partir de 1945, todo o seu esforço vai no sentido de explicar à pequena burguesia que nada tem a recear da classe operária e dos comunistas. A política do “levantamento nacional” pela “unidade de todos os portugueses honrados”, sem esquecer os “oficiais patriotas”, formulada no 2º congresso de 1946, consagrou a busca por Cunhal de uma linha intermédia, que fechasse o caminho ao impulso

revolucionário popular sem cair nos excessos oportunistas da “política de transição” defendida por Fogaça. Esta habilidade centrada de “subordinar a esquerda à direita sob frases de esquerda” (a expressão é de Staline), ia daqui em diante marcar toda a política de Cunhal. Era a tradução portuguesa do 7º congresso.

O “levantamento nacional” pareceu viável enquanto durou o ascenso de massas. Mas, com a viragem para o plano Marshall e para a guerra fria, a burguesia liberal tratou de se ver livre da associação comprometedoras com os comunistas. O MUD entrou em crise. A campanha eleitoral à Presidência, em 1949, decorreu em plena desagregação da Unidade e, o que foi pior, em plena decomposição ideológica do movimento operário e do partido. Aquilo que podia ter sido a crise final da ditadura perdeu-se como um rio num pântano.

O período “sectário”

O fim do MUD e a viragem à direita da burguesia democrática sob a ofensiva reaccionária provocaram uma viragem na política do partido, cuja direcção coube a J. Gregório. Foi o período mais tarde classificado como “sectário” e que traduziu no nosso país a nova orientação geral do movimento comunista antes da morte de Staline (Cominform).

Com o movimento operário e popular em refluxo e sob severos golpes policiais, a direcção de J. Gregório defendeu o partido e manteve de pé a bandeira da resistência, aglutinou a democracia radical no MND, conduziu uma intensa campanha anti-imperialista, criticou as tendências de capitulação no partido e no movimento da Oposição.

Por estes aspectos positivos, a corrente anti-revisionista valorizou a linha do PCP neste período, contrapondo-a ao oportunismo de Cunhal. Contudo, ao deixar intactas as bases da política do PCP que vinham do 7º congresso, a política de J. Gregório não fez uma ruptura com o oportunismo acumulado e acabou por fracassar, enredada em contradições. Atacavam-se os políticos republicanos, mas mantinha-se a linha do “levantamento nacional”, que assentava precisamente na aliança com eles. Elaborou-se o primeiro programa do partido, mas sem clarificar o carácter da revolução e a questão do poder, ficando pelo compromisso de um regime “popular” de tipo parlamentar. Criticou-se a “política de transição”, mas sem pôr a nu o seu parentesco com o “levantamento nacional”. Amarrou-se a denúncia do imperialismo americano a uma campanha pacifista por um pacto de paz entre as quatro grandes potências. Reduziu-se a degeneração titista a um golpe de espões e provocadores, ocultando as suas lições de classe. Popularizou-se a plataforma oportunista exposta por Cunhal na sua defesa em tribunal como linha orientadora do partido.

Não era possível nestas condições fazer a ruptura que se impunha. Mais: a tentativa de levar à prática uma política radical e combativa sem criticar o cunhalismo, sem reconhecer o antagonismo de interesses entre o proletariado e a burguesia oposicionista, sem sair do quadro centrista do 7º congresso, conduziu rapidamente o partido para uma prática rígida e sectária, com a qual se tentavam “corrigir” as bases moderadas da sua política.

Desarmados ideologicamente para uma acção política independente, os dirigentes do partido, ao tentar combater o oportunismo, caíam na rigidez e no imobilismo, fomen-

tavam o sectarismo perante as massas, abafavam a democracia interna, alimentavam o dogmatismo.

Não foi difícil nestas condições à corrente de direita chefiada por J. Fogaça crescer no partido, reclamando que a prática política fosse harmonizada com os pressupostos da linha do “levantamento nacional” que ninguém se atrevia a pôr em causa. O novo ascenso do movimento da oposição democrática-burguesa iniciado em 1954, o afastamento forçado de J. Gregório e sobretudo a brutal guinada à direita na União Soviética e no movimento comunista após a morte de Staline fizeram amadurecer em poucos meses as condições para o triunfo no PCP da linha ultra-oportunista do “afastamento pacífico de Salazar”.

Assim, a meia viragem à esquerda de J. Gregório, incapaz de atacar os fundamentos oportunistas da linha do partido, não conseguiu mais do que retardar por meia dúzia de anos a eclosão do revisionismo.

No PCP, como em todo o MCI, o último período de “esquerda” provou historicamente a impossibilidade de se fazer uma política revolucionária sem romper com a política do bloco operário-pequeno-burguês instituída pelo 7º congresso. Por estranho que pareça, hoje, a trinta anos de distância, é ainda com essa ilusão centrista que se continuam a debater os marxistas-leninistas portugueses.

Balanço ao centrismo

O balanço que atrás fica feito a um quarto de século da vida do PCP permite compreender a dinâmica política que o impediu de se consolidar como partido operário revolucionário e o transformou gradualmente em partido pequeno-

-burgues para operários. Fica claro que o processo de degenerescência do PCP é muito mais vasto do que a simples política da “unidade dos portugueses honrados”. O cunhalismo foi a forma mais acabada de uma corrente oportunista que vinha de trás e cujas raízes mergulham na tradicional submissão política do proletariado à pequena burguesia.

A influência do 6º congresso da IC, virado para uma política operária independente e para fazer do partido uma autêntica vanguarda, bolchevizada, abalou mas não destruiu a tradição oportunista no nosso país. À medida que o PCP se foi implantando na classe operária e afirmando como a única força organizada de resistência ao fascismo, a corrente oportunista aprendeu a adaptar-se aos novos tempos e assumiu o carácter novo do **centrismo**.

Aquilo que distinguiu o centrismo português dos anos 30-50 foi a forma original como encaixou os princípios da revolução russa e da IC – construção de um partido leninista para a revolução violenta e a ditadura do proletariado, política de hegemonia do proletariado e de aliança operário-camponesa, internacionalismo proletário e apoio à União Soviética – nas velhas concepções oportunistas de estratégia e de tática. Sob o âlibi de uma imaginária “primeira etapa democrática”, adiou-se a revolução, atrelou-se o movimento operário à oposição burguesa, subestimou-se o movimento camponês, ignorou-se o potencial revolucionário dos povos das colónias, embaciaram-se todos os princípios revolucionários.

A linha do 7º congresso veio permitir ao centrismo embrionário que se formava no PCP expandir-se impetuosamente como corrente ideológica dominante.

A tacanhez pequeno-burguesa, reformista até à medula, ao aparecer coberta com o selo da autoridade da IC,

ganhou um enorme campo de acção entre a vanguarda operária, ainda em menoridade ideológica depois de duas décadas de anarco-sindicalismo. Não teve dificuldade em fazer-lhe crer que a estreiteza oportunista da política diária se inseria num projecto revolucionário. Em nome da fidelidade “inabalável” ao caminho de Outubro, o Partido Comunista tornou-se a plataforma de fusão da luta económica dos operários com a luta política da pequena burguesia.

Com cambiantes mais radicais ou mais direitistas, conforme as conjunturas e a correlação de forças, o centrismo foi arrastando o PCP, em bloco e sem rupturas internas sérias, para o pântano da colaboração de classes desavergonhada em que se afundou em 1956.

A **primeira corrente centrista** (1935-1940), desencadeada pela viragem do 7º congresso e pelo desastre do 18 de Janeiro, teve um cunho oportunista acentuado. Descrença nas capacidades de luta do movimento operário, aposta desesperada numa coligação democrática negociada por cima, sob a bandeira da “Frente Popular”, rebaixamento da ideologia ao nível do republicanismo, do nacionalismo e do pacifismo, perda dos laços com a classe, desagregação do partido. As “novas perspectivas” do 7º congresso vieram acabar no charco da “política nova” de Bento Gonçalves.

A **segunda corrente centrista** (1941-1949), dirigida por A. Cunhal, tirou como lição do fracasso da primeira a necessidade de um partido com influência na classe operária para conseguir carregar às costas a oposição democrática burguesa. A isto se pode resumir toda a sabedoria “marxista” de Cunhal. O fundo da política não mudou, tornou-se mais refinado, mais elaborado. Sob a linha do “levantamento”, a burguesia democrática pôde fazer degenerar a crise do fim

da guerra mundial numa impotente exibição liberal-eleitoralista, que o regime digeriu sem abalos de maior. Em 1949, o proletariado encontrou-se frustrado de todo o seu esforço e mais descrente do que nunca na sua capacidade para travar uma luta independente. O partido chegou de novo à beira da destruição.

A **terceira corrente centrista** (1950-1955), dirigida por J. Gregório, fez uma meia inflexão à esquerda, sem se atrever a pôr em causa os pressupostos do 7º congresso e do “levantamento nacional”. Com isso, conduziu o partido à rigidez política e ao sectarismo perante as massas, levando o centrismo a um beco sem saída. Sob a acção da conjuntura internacional, ela acentuou mesmo o pacifismo em larga escala, adubando assim o terreno para a eclosão do revisionismo. O papel histórico da terceira corrente foi ajudar involuntariamente a provar que a única solução viável para a fusão de interesses do proletariado com a pequena burguesia só podia ser dada pelo revisionismo moderno. Estava completado o ciclo do centrismo.

A trajectória do PCP entre 1935 e 1956 confirma, pela nossa experiência nacional, que os pretensos “erros de aplicação” da política do 7º congresso mais não foram do que os frutos necessários da sua linha centrista. Através de um movimento pendular de fugas para a direita e de reajustamentos à esquerda, a busca de uma associação “equilibrada” operário-pequeno-burguesa acabou por desembocar na capitulação incondicional das ideias marxistas, no triunfo da pequena burguesia no partido.

Explicar a degenerescência do PCP pela simples traição de um indivíduo é nada explicar. Cunhal teve êxito pela

sua invulgar capacidade de assimilação do centrismo. Não é exagero descrevê-lo como o centrismo em pessoa. O talento com que conseguiu vaziar as fórmulas marxistas numa ideologia democrática moderada, nacional-reformista, pequeno-burguesa, é o segredo da sua longevidade política.

Isto nada tem de estranho, se tivermos em conta que Portugal se tornou, desde há século e meio, um local privilegiado para as soluções de transição na luta interna de classes, à esquerda como à direita. Arredondar arestas, desactivar cargas explosivas, escalonar as mudanças inevitáveis por pequenos degraus suaves, é uma arte portuguesa, que reflecte o peso social e ideológico da pequena burguesia na cena de classes. Facilmente se compreende que este ambiente social iria fornecer o clima ideal para o pleno florescimento de um pensamento centrista como o de Cunhal.

Mesmo hoje, quando a trajectória do PCP já se internou profundamente no terreno do revisionismo, aquilo que os comentadores burgueses designam como o “stalinismo” de Cunhal corresponde de facto a uma característica original sua. Ele é talvez, dos antigos dirigentes comunistas europeus, aquele que transportou um maior número de traços centristas para a nova época reformista e revisionista.

Chegará a hora em que a maturação da política pequeno-burguesa no PCP já não se compadecerá mais com o estilo antiquado de Cunhal. Essa hora, ansiosamente desejada pela ala direita do partido e pela social-democracia, poderá vir a revelar-se vantajosa sobretudo para os comunistas: com a saída de Cunhal, romper-se-á o último elo de uma longa tradição centrista. Libertos da retórica radical cunhalista, confrontados mais directamente com o cinismo da pequena

burguesia revisionista, os operários do PCP serão empurrados para a necessidade de uma nova opção de classe.

Em todo o caso, de um ponto não restam dúvidas: só a crítica sem compromissos à política centrista que dominou o PCP e o movimento comunista durante os vinte anos posteriores ao 7º congresso da IC abrirá espaço para a edificação de um partido comunista renovado, para o partido de um tipo novo que o PC(R) não se atreveu a ser.

9. AGONIA DO CENTRISMO

"A natureza do oportunismo contemporâneo é tal que a sua luta contra o bolchevismo toma um aspecto humorístico."

LENINE⁽¹⁾

Contra a traição revisionista teorizada nos 20º e 22º congressos do PCUS, levantaram-se no início dos anos 60 o PC da China, o Partido do Trabalho da Albânia e os partidos e grupos marxistas-leninistas por todo o mundo. As teses revisionistas foram combatidas e desmascaradas, o "socialismo" da União Soviética foi posto a nu como capitalismo de Estado e social-imperialismo, a actualidade das ideias de Lenine foi reafirmada. Pareceu por um tempo que o marxismo-leninismo ia reviver à cabeça do movimento operário em partidos comunistas autênticos e retomar a marcha interrompida para a revolução proletária, as revoluções de libertação nacional e a liquidação do capitalismo.

Mas este corte deixou por responder a maioria das **questões novas** colocadas pela irrupção do revisionismo moderno. Como pudera a União Soviética, através do golpe do 20º congresso, saltar subitamente da ditadura do proletariado para uma nova forma de ditadura da burguesia? Como fora possível que o movimento comunista se afundasse quase em bloco no revisionismo? Que mistério levava os

dirigentes comunistas mais prestigiosos a converterem-se da noite para o dia em cabecilhas revisionistas? Como aplicar as ideias essenciais do leninismo num mundo novo, atravessado por conflitos de classe muito mais complexos do que os do passado?

Um revisionismo sem passado?

As respostas dadas pela corrente dita marxista-leninista a estas e outras perguntas capitais são ao fim de um quarto de século surpreendentemente pobres, ambíguas e contraditórias. Tudo o que se escreveu até hoje sobre o fenómeno mais importante do século, do ponto de vista dos destinos do marxismo – a degeneração do socialismo na União Soviética – foi de uma pobreza e discrição diplomática confrangedoras. Gastaram-se rios de tinta para denunciar as manifestações da traição revisionista mas deixaram-se por esclarecer as suas **origens políticas e ideológicas**. Proclamou-se mil vezes o antagonismo mais radical com o revisionismo moderno mas não se localizou nem se isolou a **base social** da sua difusão no proletariado. Produziu-se muito mais retórica anti-revisionista do que crítica marxista genuína.

A aparência inicial de vitalidade revolucionária do movimento assentava assim, apesar da sua abundante referência aos clássicos, sobre um **primitivismo ideológico extremo**. Quando se exigia um renascimento da crítica demolidora do leninismo, o que surgiu foi um pensamento escolástico, parado, amarrado ao comentário dos textos, e que ocultava a sua timidez sob um anti-revisionismo fanfarrão. Daqui nasceu a crise cujos efeitos desagregadores iam fazer-se sentir de forma crescente, até chegar ao descalabro actual.

Porquê esta incapacidade para o corte em profundidade com o revisionismo, que era essencial para abrir caminho à nova etapa, historicamente amadurecida, no avanço do marxismo?

Pode argumentar-se que o movimento se encontrou extremamente enfraquecido pela amplitude da traição revisionista e pela conseqüente reanimação das correntes anarco-radicalis, que em grande medida o afogaram na década de 60; que o fenómeno novo da degeneração do socialismo veio colocar difíceis problemas teóricos, que só gradualmente serão resolvidos; que a necessidade de defender Staline dos ataques conjugados de revisionistas e trotskistas dificultava um exame crítico ao passado; que o papel de liderança inicialmente assumido na corrente marxista-leninista pelo PC da China, devido ao seu enorme prestígio, fez com que se perdessem 15 anos na falsa via do maoísmo, etc.

Tudo isto é naturalmente exacto, mas não nos leva para além das circunstâncias. Deixa no esquecimento as causas sociais, políticas e ideológicas de fundo que se serviram das circunstâncias para limitar a amplitude da ruptura. Além do mais, a derrocada revisionista da China já tem oito anos e durante eles não se deu um passo para responder às questões em aberto.

Pelo contrário, ao conjunto de interrogações herdadas do 20º congresso vieram somar-se outras novas que ficaram igualmente sem resposta. Por exemplo: como é que o PC da China, lutando contra o revisionismo de Kruchov, caminhava também para o revisionismo? Que balanço dar a esse fenómeno inédito que foi a “revolução cultural”? Como é que os partidos e grupos ML, surgidos da luta contra o revisionismo soviético e internacional, não se aperceberam desde logo do eclectismo oportunista das teses de Mao?

E se já se tinham apercebido, como hoje tenta fazer crer o PTA, porque não viram que a conciliação com elas conduzia o movimento, que apenas ensaiava os primeiros passos, para um descalabro ainda mais profundo do que o de 1956?

A verdade que começa a tornar-se nítida é que as debilidades teóricas, políticas e ideológicas que a nova corrente carrega desde a nascença e que conduziram ao seu actual definhamento e desagregação resultam de um desvio de fundo. A corrente dita “marxista-leninista” nasceu coxa das duas pernas porque partiu da tese falsa, antimarxista, de que se devia opor ao 20º congresso **tudo o que ficava para trás** da experiência do movimento comunista. Retomar a trajectória do movimento no ponto em que se encontrava à morte de Staline, recuperar como património tudo o que os revisionistas renegavam, defender em bloco como uma única linha revolucionária tudo o que acontecera desde a revolução russa – assim o PC da China e, mais ainda, o PTA, pretenderam demonstrar a sua fidelidade aos princípios.

Mas esta posição, que aparecia como a resposta mais radical e intransigente ao revisionismo, bloqueava de facto a crítica às suas origens e ficava portanto por um anti-revisionismo superficial. Ignorando deliberadamente que a explosão revisionista de 1956 tivera forçosamente um longo período de incubação **dentro dos partidos comunistas**, na consciência e na prática dos seus dirigentes e militantes, desistindo de investigar a lenta e insensível acumulação do oportunismo no movimento ao longo dos decénios anteriores, não reconhecendo que o revisionismo declarado saíra do revisionismo embrionário e que este pudera crescer a coberto da fidelidade formal aos princípios – deixava-se oculto precisamente aquilo que era mais vital pôr a descoberto.

Lenine, quando denunciara a bancarrota da II Internacional, tirara as consequências desse desastre, submetendo a uma crítica devastadora, não apenas as manifestações degradantes do social-chauvinismo suscitadas pela guerra imperialista, mas todas as concepções oportunistas e centristas acerca da estratégia, da tática, do Partido que tinham feito escola durante dezenas de anos **antes** da traição de 1914. Compreendera que essas eram as concepções **mais perigosas**, justamente porque ainda não assumiam uma forma revisionista declarada. Se não fossem rebatidas e pulverizadas, continuariam a propagar-se como marxismo legítimo, paralisando a luta contra o revisionismo à sombra da bandeira anti-revisionista, **reproduzindo** na crítica ao revisionismo novas formas de revisionismo. Sabe-se que foi esta “intolerância” de Lenine para com o centrismo que abriu caminho ao avanço do bolchevismo, à vitória da primeira revolução proletária e à fundação da Internacional Comunista.

A corrente ML de 1960, porém, denunciou de forma enfática a nova degeneração revisionista, mas sem lhe descer às raízes, como se ela não tivesse sido gerada **dentro** do movimento, como se fosse um corpo estranho que usurpara o poder na União Soviética, nas democracias populares, nos partidos comunistas, meramente através da conspiração e do golpe.

Este simplismo antidialético, que amarrou o movimento ML a um anti-revisionismo tanto mais virulento quanto mais superficial, nasceu precisamente da recusa do PC da China, do PTA, do PC do Brasil, etc. a fazerem uma ruptura ideológica real com o centrismo dos anos 30-50 que os penetrara profundamente e que consideravam seu património.

Quando se impunha libertar plenamente os princípios revolucionários do marxismo, renegados abertamente pelo revisionismo **mas também** truncados e soterrados por décnios de oportunismo latente, foi a esse oportunismo que se deu continuidade. Quando o combate ao revisionismo tornava possível um salto para diante na teoria e na prática da revolução, transportaram-se para dentro da nova corrente ML os germes intactos do revisionismo a que se declarava guerra. Hoje é mais fácil entender que a batalha contra o revisionismo, travada a partir da plataforma centrista dos anos 30, estava de antemão perdida.

O stalinismo, cobertura do centrismo

A questão de Staline foi o principal veículo para esta recuperação do centrismo, na medida em que serviu de álibi para bloquear e mistificar todo o exame às origens do revisionismo.

Os revisionistas atacavam Staline da forma mais vil — logo, o dever dos comunistas era assumir por inteiro a sua defesa, **e portanto**, não admitir que tivesse havido degeneração burguesa do Partido Bolchevique e da União Soviética já antes de 1953, **e portanto**, não reconhecer que o fracasso das Democracias Populares resultara de uma linha de conciliação com a burguesia, **e portanto**, aprovar a dissolução da IC, silenciar ou minimizar o oportunismo que invadira o movimento comunista, não permitir que se questionassem as teses de Dimitrov ao 7º congresso da IC, banir qualquer discussão sobre o período do terror na União Soviética...

A lógica da defesa de Staline contra os ataques revisionistas funcionava de tal modo que conduzia a corrente

marxista-leninista a apresentar os três decênios da sua direcção como um avanço constante para o socialismo, tornando incompreensível como é que esse “avanço” acabara por desembocar no desastre de 1956.

Permitindo que o balanço ao passado fosse vinculado à defesa de Staline, a corrente ML encerrava-se numa armadilha que lhe vedava a investigação às origens do revisionismo. Mas esta opção só na aparência era inevitável. Havia outra alternativa.

A condenação por Kruchov do “culto da personalidade” de Staline era a reabilitação das ideias oportunistas que Staline combatiera – mas queria isto dizer que a luta de Staline fora conduzida em posições de princípio? Podia-se apoiar um processo repressivo monstruoso no qual morrera a ditadura do proletariado?

Staline fora o verdadeiro condutor do povo soviético à vitória sobre o nazismo, a campanha denegridora dos revisionistas era um amontoado de falsificações – mas devia por isso calar-se que Staline favorecera o crescimento durante a guerra do nacionalismo burguês na União Soviética?

Staline tivera razão em atacar o titismo, o pedido de desculpas de Kruchov a Tito fora uma capitulação vergonhosa – mas devia concluir-se daí que Staline soubera pôr a nu a natureza social do titismo e armar os comunistas para o combater? Não fora o titismo um produto da teoria da “democracia popular” aprovada por Staline?

A política kruchovista de reconciliação com o imperialismo era uma traição à linha anti-imperialista de Staline – mas não pecara já essa linha por cedências ao pacifismo e ao nacionalismo?

Ou seja: uma atitude efectivamente marxista teria permitido à corrente ML rechaçar a crítica direitista a Staline **contrapondo-lhe uma crítica pela esquerda**. Em vez de dar como inevitável a defesa de Staline porque os revisionistas o atacavam ter-se-ia compreendido a necessidade de transportar a polémica para além do dilema pró-Staline ou anti-Staline, para o terreno aberto da luta entre marxismo e revisionismo. Se nesse processo fosse necessário criticar Staline, **essa crítica nunca aproximaria os comunistas dos revisionistas, pelo contrário, alargaria o fosso entre os dois campos**, porque seria feita numa perspectiva de classe oposta à dos revisionistas.

Porque apareceu esta via como inadmissível à corrente ML? Na aparência, porque era preciso “defender a memória de Staline” e “não dar armas aos revisionistas”. Na realidade, porque a corrente ML se colocava **nas mesmas posições centristas** para que Staline derivara desde os anos 30. Na pessoa de Staline, os marxistas-leninistas defendiam a ideologia centrista em que tinham sido formados após o 7º congresso da IC. Por isso eram incapazes de fazer a crítica às origens do revisionismo – porque isso atingiria o centrismo.

Mesmo quando se admitia de forma evasiva que Staline cometera certos erros (também o PTA chegou a admiti-lo em 1967, embora hoje procure fazê-lo esquecer), cuidou-se sempre de ocultar o essencial – **a contradição flagrante entre o período revolucionário, leninista, da sua actividade e o período centrista que se seguiu a 1934**.

Esta era no entanto a única base que tornava possível uma apreciação de princípio aos acertos e aos erros de Staline sem dar o flanco à campanha anti-stalinista dos revisionistas, social-democratas e trotskistas e, pelo contrário, pondo a

nu o carácter reaccionário pequeno-burguês dessa campanha. Só ela permitiria revelar a natureza social da repressão de Staline e mostrar, sob essa repressão, as concessões políticas e ideológicas por ele consentidas que permitiram à burguesia levantar a cabeça na União Soviética e no movimento comunista.

Esta era a questão a que se fugia. Dizer, como Mao, que os erros de Staline eram “na proporção de 3 para 7”, reduzir os seus erros a uma questão de “maus métodos”, exaltar a sinceridade com que ele sempre quisera defender o socialismo, alegar que desconhecia muitos dos atropelos que se cometiam em seu nome, etc. não eram mais do que formas de **iludir** a questão capital: qual a natureza política dos erros de Staline? Que evolução tinham sofrido as suas posições? Porque fracassara a sua luta contra a direita?

Incapaz de admitir sequer este problema, a nova corrente ML meteu-se por um beco sem saída quanto à questão Staline ao banir todo o debate sobre o assunto, porque se remeteu a uma defensiva cada vez mais insustentável. E quanto mais vai penetrando na consciência da classe operária o efeito da campanha anti-stalinista da burguesia e pequena burguesia, mais se estreita o campo para o “stalinismo” incoerente de que o PTA é o exemplo.

A luta entre stalinistas e anti-stalinistas é assim um falso dilema que serve para desviar as atenções da verdadeira batalha, ainda mal começada, entre marxismo e oportunismo. Se os revisionistas mitificaram a questão de Staline como um caso de “culto da personalidade” para disfarçar a sua renegação do leninismo e da revolução, a corrente chefiada pelo PTA mitificou-a em sentido inverso, a fim de fazer passar o centrismo dos anos 30-50 por marxismo-leninismo

autêntico. Declarando Staline indiscutível, é o centrismo que se quer manter fora de discussão. Reclamando que Staline tem que ser defendido “em bloco”, é a fase centrista da sua direcção que se quer defender.

É isso que significa a actual defesa a todo o preço do 7º congresso da IC, em contraste com o silêncio cauteloso mantido em torno do 6º congresso e da política de “classe contra classe”. A veneração fanática de Staline, apresentando-se como prova do anti-revisionismo mais irreductível, serve-se do prestígio revolucionário por ele conquistado até 1934 para tentar perpetuar o centrismo em que ele se afundou nos vinte anos seguintes.

Os comunistas têm que rejeitar tanto a bandeira do anti-stalinismo quanto a do stalinismo. Cabe-lhes defender tudo aquilo que em Staline foi revolucionário, criticar e rejeitar as suas cedências ao oportunismo. E é só na medida em que se critica o centrismo de Staline que se poderá finalmente dar continuidade ao que nele houve de leninista.

Antimaoísmo – uma falsa autocrítica

Com o naufrágio político e ideológico do maoísmo nos combates desesperados da “revolução cultural”, a corrente marxista-leninista encontrou-se numa encruzilhada. A degeneração capitalista da China provava que a “nova via” oferecida pelo “pensamento maotsetung” conduzia a revolução a um descalabro semelhante ao da União Soviética. Todas as ideias até aí aceites acerca da superação do revisionismo ficavam postas em causa. A experiência dramática da China obrigava a enquadrar a crítica ao revisionismo numa perspectiva muito mais vasta. Já não era

só a reviravolta da União Soviética mas toda a experiência global do movimento comunista que tinha de ser questionada.

O PTA reagiu a este desafio histórico com uma manobra de pequena política. Nas *Reflexões sobre a China*, Enver Hoxha enumerou uma lista exaustiva dos desvios oportunistas e nacionalistas em que incorrera a direcção de Mao desde a ruptura com a União Soviética – era o mínimo que podia fazer depois do apoio explícito, caloroso e constante que lhe manifestara. Mas não adiantou nada quanto ao carácter político e social da luta na China nem quanto ao fenómeno da difusão mundial do maoísmo. Em vez disso, dedicou-se a negar o papel da China na luta contra o revisionismo soviético, a minimizar o alcance internacional da revolução chinesa, a denegrir a “revolução cultural” e o “bando dos quatro” e a fazer crer que o PTA vira claro em todo o processo desde o início e nada recebera de positivo da China. Em vez de superar a corrente maoísta, ocupou-se em arrasá-la e descartar-se da sua parte de responsabilidade na influência do maoísmo. Aquilo que devia ser o ponto de partida para uma corajosa generalização autocrítica das experiências da corrente ML desde 1960 tornou-se o pretexto para uma tacanha operação de prestígio em torno da “clarividência” do PTA.

Na realidade, o que fizera a enorme popularidade do maoísmo nos sectores radicais pequeno-burgueses de todo o mundo durante toda uma década fora o facto de ele dar uma aparente solução para o impasse a que chegara a linha leninista da hegemonia do proletariado na revolução. Idealizando as potencialidades revolucionárias do campesinato, o maoísmo alimentara esperanças na viabilidade de novas guerras revolucionárias, à imagem da que triunfara na China,

mesmo que não houvesse um efectivo papel dirigente da classe operária. Animara uma onda de revolucionarismo pequeno-burguês pseudocomunista, amparado na ilusão de que fora encontrada uma nova via, substituta do leninismo, capaz de derrotar o imperialismo.

A crítica ao maoísmo impunha pois que se voltassem a discutir as bases políticas em que fora feita a ruptura com o revisionismo. Teria de se concluir que houvera apenas uma **meia ruptura**, ao não trazer a questão da hegemonia do proletariado e das relações proletariado-pequena burguesia para o eixo da reconstituição do movimento comunista. Teria de se reabrir o debate sobre as origens do revisionismo e reconhecer finalmente que ele fora engendrado pela fusão democrática operário-pequena-burguesa inaugurada pelo 7º Congresso da IC. Teriam que se reatar os laços, não apenas nas proclamações, mas na política real, com a corrente revolucionária do leninismo, soterrada por decénios de oportunismo, renová-la, revigorá-la.

Mas esse era o caminho que **não se queria seguir**. Ao encontrar-se privados de estrutura ideológica pela derrocada do maoísmo, o PTA, o PC do Brasil e a generalidade dos partidos ML procuraram, com energia redobrada, escorar-se nas tradições da última fase do movimento comunista. **A partir de 1976, o eixo ideológico da corrente marxista-leninista começou a deslocar-se do maoísmo para o dimitrovismo**. A isto se resumiu a apregoada campanha de crítica ao “pensamento maotsetung”. E por isso o pretenso “passo em frente” da corrente ML pós-maoísta se saldou por um passo à direita.

Com toda a sua inconseqüência pequeno-burguesa, o maoísmo animara uma corrente radical, combativa, antes

de se afundar no pântano “trimundista” e “anti-social-fascista” da aliança com a burguesia e o imperialismo. Apontara aos povos oprimidos o caminho da guerra revolucionária. Esboçara um começo de crítica ao reformismo e ao dogmatismo oportunista que tinham devorado o movimento nos anos 40-50. Abrira pistas para explicar a degeneração da ditadura do proletariado na União Soviética. É inegável que em 1975 estava a surgir no PC da China uma corrente de esquerda, que procurava as raízes do revisionismo e da degeneração do socialismo.

Toda esta experiência, que precisava de ser superada pela esquerda, foi pura e simplesmente riscada, em nome do retorno aos princípios. O PTA cometeu um duplo erro ao arrumar Mao em duas penas como um vulgar revisionista e ao fazer acreditar Dimitrov como um leninista. Um balanço crítico à experiência de meio século do movimento comunista ter-lhe-ia permitido situar as ideologias de Mao e Dimitrov como **dois ramos do mesmo pensamento centrista** que ascendeu nos anos 30 e que, incapaz de dar resposta aos problemas novos postos à revolução, optou por tentar associar o proletariado e a pequena burguesia sob a mesma bandeira “democrático-popular”.

Com uma diferença, porém. É que, se o desvio maóista, impelido pelo oceano do campesinato pobre da China, teve potencialidades para levar a cabo uma gigantesca revolução agrária anti-imperialista, que foi o mais profundo golpe na burguesia internacional depois da Revolução de Outubro, o desvio dimitrovista, inspirado no reformismo operário europeu, não produziu nenhuma revolução autêntica. A sua linha unitarista antifascista e a experiência das democracias populares da Europa Oriental ficaram muito aquém da revo-

lução chinesa na riqueza da luta de classes e afundaram-se no revisionismo muito mais rapidamente do que ela.

A diferença vai pois no sentido contrário ao que pretende o PTA. O centrismo maoísta, com o seu revolucionarismo populista pequeno-burguês, não constitui um perigo tão grande para o proletariado como o centrismo dimitrovista, capaz de se cobrir com uma máscara mais elaborada de fórmulas “marxistas” e de ir melhor ao encontro da tendência operária espontânea para o reformismo. Se é vital para o movimento comunista continuar a desmistificar o pretense “pensamento maotsetung” como uma deformação do marxismo típica do Oriente camponês, mais importante ainda é desmascarar o dimitrovismo como deformação do marxismo típica do Ocidente imperialista. Enquanto esta deformação se mantiver oculta e se puder fazer passar por marxismo-leninismo autêntico, o movimento operário internacional, e sobretudo o dos países capitalistas avançados, continuará irremediavelmente amarrado ao oportunismo e ao revisionismo.

PTA e Dimitrov - uma regressão

A tentativa a que actualmente se assiste na corrente “marxista-leninista” de proibir a crítica ao dimitrovismo sob o argumento dos “referenciais” é tanto mais insustentável quanto é um facto que o apreço de Enver Hoxha por Dimitrov e pelo 7º congresso tem poucos anos.

Com efeito, até recentemente, o PTA mantinha uma significativa atitude de **silêncio e reserva** acerca desta questão. Quem tiver dúvidas a esse respeito pode consultar os documentos albaneses. Nem nos relatórios de E. Hoxha

aos congressos do partido, nem nas análises sobre a luta de libertação nacional, sobre a II Guerra Mundial e as democracias populares, se encontra a menor referência a essa linha*. A única excepção é a *História do PTA*, a qual, pelo seu carácter, não podia deixar de referir o 7º congresso mas o fez com significativa brevidade e omitindo **todas** as suas teses fundamentais.

Tratava-se indiscutivelmente de uma desaprovação implícita, o que é perfeitamente compreensível se tivermos em conta que a linha revolucionária do PTA na luta de libertação nacional e na edificação do socialismo **se afastou radicalmente** da linha do 7º Congresso e da aplicação que dela foi feita nas restantes democracias populares da Europa Oriental. Este é um facto que não necessita de demonstração, mas que convém aqui salientar.

O PC da Albânia foi dos poucos que não se formaram na escola do 7º congresso, e isto precisamente pelo atraso da sua fundação. Devido à dispersão dos grupos comunistas, diz Enver Hoxha, as directivas emanadas pelo CEIC em 1937 para a luta antifascista não foram aplicadas na Albânia. Em Dezembro de 1942, em plena guerra, chegaram à Albânia as directivas do Comité Executivo, que aconselhavam a chamar à direcção da luta “o maior número possível de patriotas e nacionalistas honestos” a “evitar as palavras de or-

* Veja-se nomeadamente os discursos de E. Hoxha na reunião dos 81 partidos em Moscovo e no 20º aniversário do PTA, os seus artigos no *Zeri i Populit* de 7/4/1964 e 6/1/1965, o balanço da linha da frente durante a guerra de libertação, de Novembro de 1974, e, de uma maneira geral, todos os materiais do PTA posteriores a 1977.

dem que excedam o âmbito da libertação nacional”. Isto terá determinado o surgimento de posições unitárias moderadas no partido.

Contudo, as concessões oportunistas feitas aos políticos burgueses nos acordos de Mukje (Julho de 1943) suscitaram um sobressalto no partido, nos combatentes e nas massas, imprimindo a partir daí uma viragem na linha política do PCA e um rumo revolucionário original à luta na Albânia, sob a orientação de Enver Hoxha.

O centro de gravidade da guerra de libertação deslocou-se decisivamente para a criação de órgãos de poder das massas, **em luta aberta com os partidos burgueses**. “O único poder que deve existir é o dos conselhos e nenhum outro; nada de compromissos ou dualidades a este respeito”, alertava o CC do PCA em Outubro desse ano⁽²⁾. O programa da Frente de Libertação Nacional (que não era uma coligação de partidos, ao contrário dos outros países da Europa Oriental) previa como uma das principais tarefas “a criação do poder dos conselhos de libertação nacional, como **único poder** político do povo”⁽³⁾. “O nosso partido e a Frente de Libertação Nacional – escreveu mais tarde Enver Hoxha – tiveram o grande mérito de não ter separado nunca a luta de libertação contra o ocupante estrangeiro da luta das massas trabalhadoras pela conquista do poder.” “O partido não permitiu que a burguesia se apoderasse da direcção da luta, o que era um dos principais objectivos do imperialismo anglo-americano e das organizações traidoras Bali Kombetar e Legaliteti.”⁽⁴⁾ Devido a esta política, a diferenciação entre o campo revolucionário popular e o campo burguês na frente interna atingiu o auge, já durante a guerra. “Frente a frente, alinhavam-se dois grupos, inimigos mortais irreconciliáveis.”⁽⁵⁾

A correlação das forças de classe na Albânia, ao chegar a hora da libertação, era assim bem distinta da dos países vizinhos: um poderoso exército guerrilheiro camponês, que expulsara o invasor pelos seus próprios meios; o Partido Comunista como único dirigente político incontestado do povo; descrédito e dismantelamento total dos partidos burgueses; activa participação popular nos conselhos de libertação. Aqui não havia lugar para os governos de coligação, as fusões de partidos, as reformas graduais, as plataformas de conciliação com a burguesia. Sob uma forma exterior idêntica à das outras democracias populares, a Albânia constituía um caso à parte.

Nesta profunda revolução social radicou a energia indomável com que a corrente encabeçada por Enver Hoxha deu luta às tentativas de absorção da Jugoslávia e derrotou a facção de Koçi Xoxe. O combate ao titismo foi um marco decisivo na radicalização das posições do PTA, porque associou a defesa da identidade nacional da Albânia com a defesa das suas conquistas revolucionárias. Os titistas apareceram claramente como os defensores dos interesses da burguesia. Um caso típico foi o de Sejfulla Maleshova, o qual, ao mesmo tempo que tentava dissolver o partido na Frente, “estava contra as reformas económicas e sociais revolucionárias, pretendia uma colaboração aberta e sincera com a grande burguesia comercial e industrial, sem lhe confiscar os bens nem as fábricas, a extinção da luta de classes e a integração pacífica dos elementos capitalistas no socialismo”⁽⁶⁾.

Assim se explica a proeza quase inacreditável da resistência do PTA e de Enver Hoxha à onda revisionista que se espalhou no movimento comunista após a morte de Staline e o 20º congresso. Resistência que por sua vez acentuou a

tendência de deslocação à esquerda do partido e lhe permitiu, lado a lado com o PC da China, encabeçar nos anos 60 o lançamento da nova corrente marxista-leninista internacional. O “milagre albanês” tirava as suas forças de uma revolução autêntica, por muitas que fossem as suas limitações e distorções.

Em fins dos anos 60, a Albânia recebeu novo impulso por influência da “revolução cultural” da China (ainda que hoje procure negá-lo), o qual se exprimiu na linha do 5º Congresso do PTA, apontada para o aprofundamento da luta de classes e para o alargamento da democracia operária. Este impulso traduziu-se também em tentativas para abordar mais seriamente a questão das origens do revisionismo moderno.

Num estudo de Fiqret Shehu, de 1971, assinalava-se que “se os partidos comunistas não se guiarem constantemente pelo princípio de classe, segundo o qual a luta pela democracia deve servir a luta pelo socialismo e deve ser-lhe subordinada, se não estiverem atentos em vincular os interesses imediatos do movimento aos seus interesses a longo prazo (...) então criam-se condições favoráveis à aparição do oportunismo de direita, do revisionismo. A prática confirmou inteiramente esta conclusão marxista-leninista”⁽⁷⁾.

Isto era já pôr o dedo francamente na ferida do centrismo do 7º congresso. Tal como o era a crítica de Enver Hoxha, em 1968, à fusão dos partidos comunistas com os partidos social-democratas nas democracias populares, que “meteu no partido o bacilo social-democrata que deveria ter ficado fora, na Frente”⁽⁸⁾. Podia-se esperar que o PTA acabaria por levar a crítica ao revisionismo às suas últimas consequências. Porque se verificou em vez disso uma regressão?

Hoje parece claro que o regime de ditadura do proletariado na Albânia enfrentava desde o início o desafio de ter de superar dois sérios **pontos fracos**, inerentes à sua origem: 1) baseava-se numa classe operária nascida praticamente depois da libertação, e portanto sem experiência de luta proletária de classe, imbuída de revolucionarismo pequeno-burguês; 2) era conduzido por um partido comunista formado tardiamente, e portanto liberto da influência do 7º congresso mas também privado do contacto directo com a escola revolucionária leninista da IC no período 1919-1934.

Da combinação destes pontos fracos iriam resultar as limitações da revolução albanesa, bem expressas nas limitações teóricas do pensamento de Enver Hoxha: tendência latente para fundir o marxismo-leninismo com a ideologia popular e nacional, pequeno-burguesa na sua essência; tendência para observar a luta de classes interna e internacional apenas pela epiderme política; dificuldade em alicerçar a linha revolucionária do partido numa ampla participação operária de vanguarda, com a consequente tendência para o abafamento da luta interna e para o dogmatismo; incapacidade dialéctica e tendência para o mecanicismo, etc.

Assim, quando a crise internacional do maoísmo exigia, como condição da sobrevivência da corrente marxista-leninista, que se levasse até ao fim a crítica às origens do revisionismo e da degeneração do socialismo, o PTA encontrou-se desarmado para a tarefa histórica que tinha pela frente. Prevaleceu a tendência para buscar no dimitrovismo, que nunca repudiara, a estrutura ideológica que lhe faltava. A partir de 1976, o PTA começou a adoptar, de forma cada vez mais aberta, as teses do velho centrismo como linha geral do movimento comunista internacional. Daí a desloca-

ção do seu apoio, da corrente mais radical do movimento ML, para a corrente oportunista liderada pelo PC do Brasil.

A esta redescoberta do dimitrovismo pelo PTA não foi decerto estranha a pressão interna de classe exercida pelo ascenso das novas camadas de quadros numa sociedade camponesa em industrialização. A falta de consistência proletária sólida, que sempre fora característica das posições de princípio do PTA, deixou-o à mercê da infiltração gradual de uma ideologia "socialista" onde o papel dirigente da classe operária se dissolve cada vez mais numa nebulosa unidade de interesses de todo o povo. A experiência já mostrou que este é o veículo por onde se introduz sorrateiramente a ideologia e a ditadura de uma nova burguesia de Estado. A Albânia socialista parece condenada a trilhar caminhos semelhantes aos que levaram a União Soviética a naufragar no capitalismo de Estado. A este respeito, o 8º Congresso do PTA fornece pistas que deveriam ser objecto de estudo e de crítica séria por parte dos marxistas-leninistas.

De uma coisa, porém, não resta dúvida. O dimitrovismo foi definitivamente adoptado pelo PTA como linha geral para a corrente ML internacional. Hoje, Enver Hoxha louva Dimitrov por ter descoberto que "o mundo capitalista estava no limiar da **etapa antifascista**, democrática quanto ao conteúdo, do desenvolvimento da revolução"; assegura que "a justeza da política de Frente Popular antifascista aprovada pelo 7º Congresso da IC foi **inteiramente confirmada** na prática pela evolução dos acontecimentos no limiar da II Guerra Mundial e mais tarde"⁽⁹⁾; afirma que os partidos comunistas da Europa Ocidental (e os outros?) "caíram no oportunismo por não terem compreendido devidamente nem aplicado as directivas do 7º congresso"⁽¹⁰⁾; exalta Dimi-

trov como “grande educador do proletariado”⁽¹¹⁾ e, inclusive, enceta a recuperação de Togliatti, Duclos, Marty, Longo, os quais, durante a guerra de Espanha, teriam “seguido o caminho marxista-leninista”⁽¹²⁾.

Com isto, o PTA está a acelerar a decomposição direitista do centrismo que desde o início dos anos 60 se tentou fazer reviver através da nova corrente ML.

A decomposição do centrismo

Em 1976, a corrente ML chegou ao caos. O maoísmo abria falência, não apenas no plano interno da China, mas também como linha orientadora do comunismo internacional. Tudo o que restava da declaração de guerra ao revisionismo dos anos 60 era uma multiplicidade de grupos e pequenos partidos sem nenhuma implantação séria na classe operária, hegemonizados em regra por núcleos pequeno-burgueses anarquizantes, sem unidade de ideias quanto à estratégia, à tática e aos princípios do partido. À medida que a aposta no agitativismo espontaneísta e no guerrilheirismo revelara a sua impotência e que a política externa chinesa se voltara francamente para a aliança com as burguesias “anti-social-imperialistas”, acentuava-se a tendência de deslocação à direita, de degeneração e desagregação nos partidos e grupos maoístas.

Foi nestas condições que interveio a ruptura com o maoísmo, conduzida pelo PTA e pelo PC do Brasil. Anunciada como um retorno aos princípios integrais do marxismo-leninismo, esta nova fase do movimento inspirava-se na ideologia e na política do dimitrovismo, de que procurou fazer uma aplicação sistemática. Mas os frutos obtidos nestes

oito anos falam por si. A corrente marxista-leninista, que já estava em descalabro, agoniza e decompõe-se.

E isto porque se tentou dar vida a um sistema de ideias que, além de oportunista, já não pertence ao nosso tempo. A ilusão de que o movimento poderia reagrupar-se em torno das receitas políticas de Dimitrov não teve em conta as mudanças radicais operadas na luta de classes internacional neste meio século. Com efeito, a exigência central de dar combate ao revisionismo moderno no movimento operário entra em conflito insolúvel com as teses neodimitrovistas.

Contra o revisionismo, os partidos ML têm que levantar o princípio da ditadura do proletariado; mas na prática adoptam a via dos governos de transição e da “democracia popular”. É obrigatório afirmar a justeza da política de hegemonia do proletariado; mas, enquanto isso, opta-se efectivamente pela “unidade da classe operária” e por projectos de frente popular. Declara-se fidelidade à linha das revoluções de libertação nacional sob ditadura democrático-revolucionária dos operários e camponeses; mas o que se apoia de facto são as semi-revoluções “democrático-nacionais” sob direcção da burguesia. Contra o revisionismo, é forçoso defender a obra revolucionária de Staline, do Partido Bolchevique e da Internacional até 1934; mas na prática, o que se defende é a via do 7º congresso, que lhe é oposta. Contra o revisionismo, há que dar vida aos princípios leninistas de partido; mas esses princípios tornam-se inaplicáveis, pelo próprio facto de se pôr em prática uma política centrista.

A corrente ML internacional é dilacerada diariamente pela tentativa de aplicar, na luta contra o revisionismo, uma política que esteve na origem do revisionismo. Desta duplicidade resulta necessariamente a tendência para a desagregação.

gação política, ideológica e organizativa do movimento. Ou se aplicam à letra as fórmulas de Dimitrov, e nesse caso os partidos deslisam para o oportunismo e perdem fronteiras com os revisionistas; ou se tenta combinar a fidelidade a Dimitrov com uma oposição antagónica aos revisionistas, e nesse caso os partidos perdem coerência política, paralisam, ficam manietados.

Mas isto não é tudo. O projecto de voltar a constituir verdadeiros partidos operários de massas com base no dimitrovismo, à imagem dos de há meio século, esqueceu que a situação do movimento comunista é radicalmente diferente. O centrismo dimitrovista, oportunista como sempre foi, pôde dar corpo na sua época a uma vasta corrente de massas porque jogou com o impulso da vanguarda operária comunista, que fora formada no período revolucionário da Internacional e da União Soviética. Foi **consumindo esse capital** que atraiu temporariamente à política de Frente Popular largos sectores semiproletários e pequeno-burgueses. E, à medida que esse capital se ia esgotando no desencanto das manobras oportunistas, acentuava-se a crise da política unitária democrática anti-imperialista no pós-guerra, até vir a desembocar, de cedência em cedência, na traição revisionista declarada. O dimitrovismo morreu quando morreram dentro dos partidos os últimos restos do espírito operário revolucionário.

Agora, porém, já não havia capital operário para empatar na empresa unitarista que se tentava relançar. O movimento estava no zero quanto a influência operária, quadros operários revolucionários, espírito de classe. Daí que a ressurreição miraculosa do dimitrovismo se tenha traduzido a breve trecho por uma acelerada tendência degenerativa direita. O esforço para atrair a pequena burguesia (dez vezes

mais corrompida do que a de há meio século) a projectos unitários antifascistas e anti-imperialistas, sem um suporte mínimo no movimento operário de massas só podia produzir uma caricatura grotesca dos velhos partidos centristas. Esses, ao menos, tinham força operária para fazer oportunismo. **Tentar fazer política “ampla” junto da burguesia sem ter nada para lhe vender do movimento operário é o sinal mais certo da crise em que se afunda o centrismo agonizante.**

Os partidos esbarram assim num círculo de ferro, para onde quer que se voltem. Tentam aplicar a política de “frente única” do 7º congresso – e são engolidos pelos revisionistas (Itália) ou desagregados pela social-democracia de “esquerda” (Alemanha). Metem-se nas combinações da “grande política”, no espírito da Frente Popular – e logo se corrompem no eleitoralismo e no oportunismo (Brasil). Pretendem rodear-se de uma imponente rede de “frentes amplas” de toda a espécie – e não saem do círculo estreito das seitas. Lançam ambiciosas alternativas de governos de transição – e abrem as portas à proliferação do reformismo (Portugal). Se tentam defender-se dos riscos de direita, o mais que conseguem é combinar o imobilismo político com uma gesticulação inconsequente de “esquerda”. Em todos os partidos sem excepção, a lógica deste dimitrovismo sem operários gera uma corrente inesgotável de tendências e fracções de direita, que confluem para o seu desaguardo natural, o revisionismo e a social-democracia.

Por sua vez, a recusa obstinada a reconhecer a falência desta política aprisiona os partidos numa carapaça dogmática dia a dia mais espessa. Paralisa-se o pensamento, esconde-se o vazio dos raciocínios sob a ruminação dos textos, prói-

be-se a investigação e a crítica, transforma-se o marxismo em “ossadas”, como ironizava Lenine, institui-se o caciquismo de seita e o fanatismo “monolítico”, numa miserável caricatura do bolchevismo. É o último recurso de quem tenta desesperadamente deter a explosão das contradições acumuladas.

E, sob esta “firmeza de princípios” puramente formal, brotam já os elementos de um **novo revisionismo**, perfeitamente perceptíveis na linha do 8º Congresso do PTA, na política do PC do Brasil, etc. Quando o dogmatismo faz as vezes dos princípios, é sinal de que o revisionismo ronda por perto. Tal como acontecia há 30 anos no antigo movimento comunista internacional, quando o revisionismo já picava a casca dos dogmas oficiais. Com a diferença de que, desta vez, o movimento entra em degeneração sem ter chegado a ganhar envergadura de massas. A tragédia está prestes a repetir-se como aborto.

A tentativa da actual corrente centrista, chefiada pelo PTA, de negar a ruptura com o leninismo que representou o 7º Congresso da IC só tem podido sustentar-se à custa do obscurantismo e do congelamento do marxismo. Não pode manter-se por muito mais tempo. A experiência da luta de classe do proletariado no último meio século não deixa dúvida de que o 7º congresso foi o ensaio geral para o 20º congresso do PCUS. Face ao 7º congresso e a Dimitrov, não resta pois espaço para mais do que **duas** posições coerentes: ou se assume por inteiro o dimitrovismo como um corte “criador” com todo o passado do movimento comunista, e nesse caso tem que se renegar o marxismo-leninismo – é o que fazem os revisionistas; ou se persiste na via

revolucionária marxista, operária, e nesse caso é forçoso denunciar o dimitrovismo como uma variante moderna do oportunismo, como o embrião do revisionismo.

É por tentar fugir a este dilema que a corrente centrista actual se afunda na agonia política e na decomposição ideológica. Não há que lamentá-lo. Sobre os escombros do centrismo ressurgirá o marxismo-leninismo.

10. O FIM DA CRISE ?

"Não encaramos de modo nenhum a teoria de Marx como uma coisa acabada e intocável. Pelo contrário, estamos convencidos de que ele se limitou a pôr a pedra angular da ciência que os socialistas devem levar mais longe se não quiserem ser ultrapassados pela vida."

LENINE ⁽¹⁾

Não basta traçar a gênese, florescimento e agonia do centrismo como embrião do revisionismo moderno. Falta explicar por que se deixou o movimento comunista devorar por ele sem resistência. A prolongada e cada vez mais profunda crise do movimento marxista desde há meio século tem necessariamente uma base social e política que é preciso pôr a nu. Sem isso, as profissões de fé na vitalidade do marxismo-leninismo, "doutrina sempre jovem e científica", e na vitória final da revolução, "problema candente que exige solução" (Enver Hoxha), não passam de flores murchas de retórica.

Torna-se necessário portanto concluir este trabalho com um esboço, mesmo sumário, das grandes linhas de classe que fizeram emergir o centrismo como corrente dominante no movimento comunista e o conduziram ao revisionismo. E tentar vislumbrar o que fica para diante.

A era do terror

A revolução socialista de Outubro abriu uma nova época na História, não apenas do ponto de vista da revolução, mas também do ponto de vista da contra-revolução. O dobre a finados de 1917 provocou um encarniçamento da resistência da burguesia como Lenine dificilmente poderia prever quando caracterizou o imperialismo como “a reacção em toda a linha”. As convulsões da agonia da burguesia são mais selvagens do que as de qualquer outra classe até hoje condenada a morrer.

Porque a concentração e internacionalização do capital financeiro, a sua fusão com o aparelho de Estado e a revolução tecnológica elevaram o seu potencial terrorista a níveis inimagináveis no passado, criando verdadeiros centros mundiais organizadores da contra-revolução. E também porque a perspectiva do socialismo e do comunismo, ao anunciar o fecho do ciclo histórico da exploração do homem pelo homem, galvaniza todas as energias das classes exploradoras numa ânsia desesperada de sobrevivência. Para elas, a ditadura do proletariado é verdadeiramente o fim do mundo.

É neste quadro que se desencadeiam as duas gigantes-cas ofensivas terroristas que atravessam a nossa época: o fascismo hitleriano, que inaugurou o extermínio industrializado e culminou no genocídio da II Guerra Mundial; e a chantagem nuclear do imperialismo americano, que vem da guerra até aos nossos dias e, entrelaçada com o fascismo, deu suporte a uma sucessão ininterrupta de massacres, de Hiroshima, Coreia e Vietname, à Palestina, Indonésia, América Latina, etc.

Na lógica demente dos imperialistas, a dizimação metódica e maciça de todos os focos de resistência tornou-se o remédio preventivo adequado para o perigo da revolução.

Esta dimensão planetária do terror burguês tinha que provocar um abalo profundo no movimento operário e uma tendência geral para o refluxo da revolução proletária. Era inevitável que a repetição do feito dos operários russos passasse a ser vista como irrealizável. Mesmo percebendo a farsa das promessas imperialistas de bem-estar e liberdade, a classe operária sentiu-se manietada pela ferocidade de que ele dá provas. Ou seja: os meios de luta do movimento operário atrasaram-se perante a explosão do terror burguês. A correlação de forças entre o proletariado e o Estado burguês desequilibrou-se brutalmente a favor da contra-revolução.

Isto tinha que fazer alastrar no movimento operário a desorientação, a receptividade ao reformismo, a tendência para o adiamento da revolução, a busca da protecção da pequena burguesia e da burguesia liberal, o florescimento exuberante de mil e uma variedades de oportunismo.

Há uma relação directa bem visível entre cada um dos saltos da ofensiva terrorista da burguesia e as duas grandes capitulações do movimento comunista: o compromisso centrista do 7º congresso da Internacional responde como um eco ao desencadeamento da bestialidade nazi; e a corrupção revisionista internacional dos últimos 30 anos é a réplica à ameaça americana de aniquilamento do mundo.

Atribuir qualquer destas duas capitulações simplesmente à cobardia e à traição dos dirigentes deixa por responder a questão: como puderam eles fazer-se aceitar pelos comunistas e pelo movimento operário? É evidente que, num e noutro caso, os dirigentes oportunistas convenceram o

movimento a capitular porque lhe apresentaram essa capitulação como a única saída para uma desvantagem que todos reconheciam ser **real**.

Hoje não é difícil admitir que um certo compasso de espera na marcha da revolução proletária mundial era inevitável, até o movimento comunista ser capaz de elaborar respostas eficazes para a barbárie fascista-imperialista. Novos problemas, desconhecidos na época de Lenine, vieram colocar-se à luta pela hegemonia do proletariado, à ligação entre a vanguarda e as massas, à edificação do partido, à passagem da defensiva à ofensiva, aos métodos de insurreição e de guerra civil, à construção da ditadura do proletariado, etc. Era inevitável um certo período de derrotas, confusão e dispersão, até o partido comunista conseguir fazer valer as leis gerais da revolução proletária nas novas condições históricas.

Mas isto não chega por si só para explicar um tão prolongado bloqueamento da revolução proletária e, o que é mais, o definhamento e desagregação das fileiras marxistas, o eclipse do pensamento marxista. O Estado burguês, com todo o seu poder, já teria sido certamente submergido pela maré revolucionária do proletariado se não tivesse encontrado **novos** apoios sociais, que lhe serviram de veículo político e ideológico junto do movimento operário.

Base social do centrismo

Com efeito, o que houve de novo na estrutura do imperialismo no último meio século foi a ascensão sucessiva e combinada de **três novas correntes burguesas**, cujo

entrelaçamento manietou o movimento operário e desfigurou o marxismo, primeiro sob a forma de centrismo, depois como revisionismo. Foram elas: a nova pequena burguesia assalariada nos países capitalistas, a nova burguesia de Estado na União Soviética e a burguesia nacional dos países dependentes.

Nos países capitalistas, observou-se, a partir da crise de 1929-1933, o florescimento monstruoso, como verdadeira gangrena, das camadas pequeno-burguesas assalariadas (técnicos, quadros, aristocracia e burocracia operária, intelectuais, serviços). Esta nova pequena burguesia criou uma armadura envolvente que começou a enquadrar a classe operária nos domínios produtivo, ideológico, político, sindical, injectando-lhe em doses maciças a sua própria atitude reformista de submissão ao imperialismo.

Todo o quadro da luta de classes nesses países foi revolucionado. A classe operária passou a defrontar o **envolvimento total** por parte de uma pequena burguesia de novo tipo, não em declínio mas em crescimento acelerado, agente por natureza do capital monopolista e do seu Estado. O seu comportamento face ao movimento operário orienta-se espontaneamente para o objectivo de o mobilizar ao seu serviço, como força de pressão e regateio junto do capital financeiro e, se necessário, **reprimir** todas as veleidades de actuação revolucionária independente da classe operária.

Não se pode dizer que este movimento social fosse uma surpresa. Lenine já assinalara no *Imperialismo* o aparecimento de uma oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo e sublinhara o seu carácter inevitavelmente reformista, conservador do sistema. Já nessa obra, escrita em 1916, Lenine contestava o falso optimismo de se julgar

possível a conquista dessas camadas para o campo da revolução e alertara para um fenómeno novo da maior gravidade, a tendência para a “**decomposição temporária do movimento operário**” se não conseguisse sacudir a influência do reformismo pequeno-burguês propagado pela aristocracia operária, intelectualidade, quadros, etc.

E foi exactamente essa decomposição que se começou a processar nos anos 30, com a corrupção imperialista dos partidos social-democratas a funcionar como motor para a lenta deslocação para a direita dos partidos comunistas, ansiosos por ganhar as boas graças da pequena burguesia.

Na União Soviética, a ditadura do proletariado estiolava nos finais dos anos 20, submetida ao cerco interno da pequena burguesia e ao cerco externo do imperialismo. A “segunda revolução” conduzida por Staline, ao tentar anular as cedências da NEP por uma fuga para a frente, apoiada nos aparelhos do partido e do Estado e não na iniciativa revolucionária das massas operárias, deu nascimento a uma estrutura económica formalmente socialista mas também a **novas relações de classe**.

Aquilo que a gaguejante crítica albanesa até hoje referiu como “desvios na construção do socialismo” (afastamento entre os quadros e as massas, desaparecimento do controle operário, tecnocratismo e burocratismo, violações da democracia interna do Partido, relações incorrectas entre o Partido e as massas sem partido, etc.) formou na realidade um quadro social novo, no qual o poder foi transferido das mãos da classe operária para as dos quadros (técnicos, políticos, administrativos) que se constituíram gradualmente numa nova classe. Formou-se na União Soviética um tipo ori-

ginal de burguesia, até então desconhecido – a burguesia “socialista” de Estado, sustentada pela exploração dos operários e camponeses por intermédio da propriedade estatizada.

Esta transferência de poder não se fez contudo de um só golpe. Atravessou uma longa etapa intermédia, na qual os quadros foram assumindo a gestão do regime, esvaziando por dentro o poder dos soviets e a ditadura do proletariado, sob uma aparência de continuidade. O “ultrabolchevismo” de Staline, com o poder desmesurado dos aparelhos e as suas tenebrosas lutas internas, correspondeu a esse carácter transitório do poder, que trocava silenciosamente a dinâmica proletária revolucionária dos primeiros anos por uma dinâmica capitalista, à sombra de instituições imutáveis. E foi a tentativa para impedir a livre expressão das novas relações sociais em gestação que mergulhou o “marxismo-leninismo” soviético na típica petrificação dogmática dos anos 30 a 50.

Compreende-se bem que este processo original de formação “clandestina” da nova burguesia tivesse criado o terreno ideal para a configuração do centrismo, com a exploração do trabalho assalariado, o nacionalismo, o conservadorismo cultural e todo o cortejo de misérias da ideologia “socialista de todo o povo”, ocultos sob a carapaça da ditadura do proletariado e do internacionalismo.

Nos **países dependentes**, a maturação das burguesias nacionais, que só veio a assumir expressão plena depois da II Guerra Mundial, vinha já de trás (Turquia, Índia, China, etc.). Desde o final dos anos 20, à medida que as contradições inter-imperialistas começaram a encaminhar-se para a guerra,

tornou-se sensível a formação de um vasto movimento de libertação nacional conduzido pela burguesia.

Mas esta **segunda vaga das revoluções burguesas** surgia quando o mundo estava já completamente repartido entre as potências e o mercado capitalista mundial açambarcado. As burguesias nacionais, incapazes de enfrentar uma luta desigual, lançaram-se a arrancar das mãos do movimento operário e camponês a direcção das lutas de libertação nacional, explorar no seu interesse o sentimento nacional que inflamava as massas e servir-se da luta revolucionária como moeda de troca para chegar a compromissos negociados com o imperialismo.

O movimento de libertação nacional, burguês pela sua essência, camponês pela sua base de apoio, ao enfeixar as reivindicações radicais e os métodos revolucionários de luta numa perspectiva nacionalista burguesa, tornou-se um dos componentes activos da nova ideologia centrista que se formava no movimento comunista. Não foi por acaso que a questão da política a adoptar face ao Kuomintang na China se tornou desde os anos 20 uma das fontes de mais agudas lutas no seio da Internacional, prenunciando a opção de classe que viria a ser feita mais tarde. A Democracia Nova de Mao Tsetung foi justamente o reflexo dentro do partido comunista chinês da pressão da burguesia nacional em ascenso.

Foi pois da conjugação destas três correntes de classe intermédias, ao entrarem em contacto com o movimento operário em refluxo, que nasceu o centrismo. A viragem do 7º congresso da IC foi a fusão centrista do marxismo com o nacional-reformismo em ascenso por todo o mundo.

Que o imperialismo, fase de agonia do regime capitalista, possa ter produzido novas correntes burguesas intermédias dotadas de tal vitalidade, só parecerá contraditório a quem encarar a queda do capitalismo e o ascenso do socialismo como um processo linear, sem saltos, sem recuos, sem fenómenos novos imprevisíveis.

Durante meio século, o ascenso das novas correntes burguesas e o seu efeito desorganizador sobre o movimento operário criaram condições propícias para que o lugar do marxismo fosse usurpado pelo centrismo e mais tarde pelo revisionismo. Hoje parece haver indicações de que a correlação de forças se modifica novamente e que esta época chega ao fim.

Ascensão e decadência do centrismo

Existiu de facto o centrismo? Ou não será mais correcto classificar a viragem do 7º congresso pura e simplesmente como iniciadora do revisionismo? É essa a tese defendida, por exemplo, pelo PC do Japão (Esquerda), a quem se deve uma crítica metódica à degeneração da União Soviética e do movimento comunista, e que situa o nascimento do revisionismo nos anos 30.

Mas esta tese, se apresenta à primeira vista a vantagem de demarcar com nitidez os limites entre marxismo-leninismo e oportunismo, tem o inconveniente de não captar as características particulares do período que medeia entre o 7º congresso da IC e o 20º congresso do PCUS. Durante esse período intermédio, o equilíbrio instável entre a linha proletária revolucionária descendente e a linha reformista pequeno-burguesa em ascenso determinou o surgimento dessa forma específica de oportunismo que é o centrismo.

Efectivamente, a rota deste novo oportunismo estava rigidamente balizada, à direita, pela colaboração de classes social-democrata, que era necessário combater, à esquerda, pelas lições do leninismo e da revolução de Outubro, que era obrigatório defender. Sair destes limites seria perder a identidade comunista. As condições de existência da nova corrente oportunista explicam assim a fisionomia “bolchevique” militante e a **dualidade de posições**, que são o seu traço mais enganador.

A plataforma “popular democrática” de Dimitrov introduziu um amálgama original de posições contrárias, que é típico do centrismo. Revolução, sim, mas só depois de afastar o perigo do fascismo e da guerra. Socialismo, sim, mas passando primeiro pela antecâmara da “democracia popular”. Partido, sim, mas liberto do “sectarismo” de se pretender o único representante genuíno dos interesses operários. Harmonizar a rivalidade proletariado-pequena burguesia na Frente Popular. Apontar o proletariado para uma meia revolução **aceitável** para a pequena burguesia. Temperar o internacionalismo com um novo nacionalismo “progressista”. Temperar o leninismo com um novo humanismo. Corrigir o marxismo com o centrismo.

Durante a sua luta contra Bukarine, Staline retratou com plena justeza o centrismo dos tempos da velha social-democracia como “a subordinação da esquerda à direita sob frases de esquerda” e como “a adaptação, a submissão dos interesses do proletariado aos interesses da pequena burguesia no seio de um único partido comum”.

Só que Staline via o centrismo que ficara para trás e não divisava o novo centrismo que lhe nascia debaixo dos

pés. Recusava admitir sequer que ele pudesse renascer nos partidos comunistas, forjados de novo como um bloco proletário revolucionário "monolítico". Raciocínio antimarxista, porque esquecia que o jogo incessante da luta de classes, a pressão circundante da pequena burguesia, muito mais forte do que no passado, tinham que acabar por introduzir também nos partidos comunistas, como haviam introduzido meio século antes na social-democracia, a diferenciação e a luta entre a corrente proletária revolucionária e a corrente pequeno-burguesa reformista. Ao dar o centrismo como definitivamente morto, Staline estava precisamente a abrir espaço ao nascimento do novo centrismo.

Nos países capitalistas, o centrismo dimitrovista tornou-se indiscutivelmente a forma mais perigosa do oportunismo nas fileiras comunistas, porque conseguiu aquilo que não seria possível ao oportunismo declarado. As garantias e demarcações de princípios dimitrovianas funcionaram como o melhor lubrificante para favorecer a lenta penetração da lógica oportunista no corpo dos partidos, sangrá-los lentamente das suas forças revolucionárias, dissolver todas as tradições de vigilância e firmeza de classe e conduzir o movimento comunista **como um todo** para o revisionismo e a colaboração de classes.

A partir do 7º congresso, os partidos comunistas foram apanhados na engrenagem do seu próprio oportunismo. A linha geral da unidade antifascista, ao apagar cada vez mais a presença independente do proletariado na cena política, ajudava por isso mesmo a polarizar cada vez mais a luta entre os dois campos burgueses, liberal e fascista, retirava cada vez mais a hipótese de intervenção independente ao

proletariado. A iniciativa das operações políticas passou das mãos do proletariado para as da pequena burguesia democrática. O proletariado foi remetido ao papel de força de choque fiel e esforçada da unidade antifascista e anti-imperialista. A revolução proletária saiu silenciosamente da cena. Abriu-se o caminho à degeneração dos partidos comunistas em partidos burgueses para operários.

Era inevitável. Uma vez posto em causa o princípio da hegemonia do proletariado, a dinâmica da luta de classes pôde fazer a sua obra devastadora e dispersar ao vento as imponentes barreiras de “princípios” com que Dimitrov fortificara o seu edifício. Da dualidade de posições do seu relatório só restava aquilo que realmente lhe constituía o cerne – o oportunismo.

No período posterior à guerra, este oportunismo ainda conservava porém uma postura militante, ofensiva, “revolucionária”. Os anos de 1944-1949 corresponderam sem dúvida ao período de máximo esplendor do centrismo: triunfo da unidade democrática sobre o fascismo, reconhecimento universal do poderio da União Soviética, como pilar da nova ordem internacional “democrática”, estabelecimento das democracias populares da Europa Oriental e da Democracia Nova na imensa China, expansão da influência de massas dos partidos comunistas no mundo capitalista. O centrismo tinha a sua justificação teórica na sua dinâmica irresistível.

O descalabro, contudo, seguiu de perto o auge. Em 1956-1961, com os 20º e 22º congressos do PCUS, dir-se-ia que o centrismo tinha os dias contados. A nova plataforma revisionista, ao pôr em causa todo o percurso da União Soviética e do movimento comunista sob Staline (a ditadura do proletariado, a luta armada pelo poder, o anti-imperia-

lismo militante, a denúncia da social-democracia), ao abrir as comportas à livre colaboração de classe por parte dos partidos comunistas, abria também, por isso mesmo, um espaço novo à crítica marxista, até aí manietada pelas fórmulas ambíguas e escorregadias do centrismo.

O empobrecimento do pensamento marxista fora porém tão grande que a única reacção ao revisionismo foi a **segunda vaga centrista** do PC da China e do PT da Albânia. A polémica contra as teses revisionistas, em vez de revitalizar o marxismo, serviu para revitalizar temporariamente o velho centrismo moribundo, cobrindo com acentos de esquerda, pseudo-leninistas, as suas posições intermédias e ocupando todo o espaço à esquerda dos revisionistas.

De 1965 a 1975, o novo centrismo viveu o seu breve fulgor. Foi a época dourada do maoísmo e da “revolução cultural”, do prestígio internacional do PTA e da proliferação dos grupos ML, apoiados numa conjuntura internacional favorável, com as vitórias do Vietname sobre o genocídio americano, o guevarismo, a explosão radical na Europa, o ascenso dos movimentos de libertação nacional.

Compreende-se que, nestas condições, pudesse ser bloqueada a crítica marxista, embora esta já dispusesse de todos os materiais necessários para uma nova síntese. Foi precisa a guinada espectacular da China para o revisionismo, para que o centrismo se esvaziasse da aparência de vitalidade que lhe fora emprestada pelo maoísmo. A partir daí, começaram a acumular-se, do lado do PTA e do movimento “ML”, sinais inequívocos de crise. Começou a entrada numa etapa nova, em que a crítica ao revisionismo é **obrigada** a superar as meias-tintas centristas e a deslocar-se para as posições de princípio do marxismo, abandonadas há cinquenta anos.

Conclusão

Três conclusões principais resumem o que atrás ficou dito:

Primeira. Entre o declínio da corrente comunista fundada por Lenine e o despontar da corrente revisionista medeou um **período centrista**, abrangendo os vinte anos decorridos do 7º congresso da IC ao 20º congresso do PCUS, e cuja função histórica foi configurar o revisionismo e preparar o organismo comunista para o receber. Como ideologia da fusão popular operária-pequeno-burguesa, o centrismo tomou formas diferentes na União Soviética, na China e no mundo capitalista, mas todas convergentes para um mesmo alvo — a manutenção ou restauração da ditadura da burguesia sobre o proletariado, à sombra da revisão do marxismo.

Segunda. A força irresistível do centrismo, e do seu produto superior, o revisionismo, proveio da ofensiva terrorista do imperialismo e do apoio social que lhe foi fornecido pela ascensão de três novas correntes burguesas intermédias; a nova pequena burguesia assalariada nos países capitalistas, a nova burguesia de Estado na União Soviética e a burguesia nacional nos países dependentes. A história do último meio século é a história da **decomposição do movimento operário** sob o assalto combinado das oposições reformistas burguesas e pequeno-burguesas ao imperialismo.

Terceira. Mesmo depois de ter gerado o revisionismo, o centrismo não se extinguiu, mas encontrou um prolongamento com a chamada corrente “marxista-leninista”, liderada pelo PC da China e pelo PT da Albânia. A luta “de prin-

cípios” deste **novo centrismo** tinha que fracassar porque se apoiava no arsenal enferrujado do velho centrismo – a experiência soviética, dos anos 30 a 50, o 7º congresso da IC, as democracias populares, a Democracia Nova da China, etc. A crise em que se afunda a corrente “marxista-leninista”, com a Albânia a preparar-se para seguir as pisadas da União Soviética e da China (seja qual for a forma original que aí tome a passagem ao capitalismo de Estado) comprova que a plataforma transitória do centrismo só serve como ponte de passagem para o revisionismo.

Entramos agora no que tudo indica ser um ponto de viragem na trajectória sinuosa do marxismo e do movimento operário. A falência do novo centrismo “ML”, a revelação plena da base burguesa do revisionismo e da sua incapacidade para concorrer com o imperialismo, a corrupção desmedida da social-democracia, a capitulação das burguesias nacionais nos países dependentes testemunham a falência da linha dimitrovista de colaboração “democrática” das classes populares. Meio século de domínio absoluto do oportunismo teve a vantagem de provar a mentira das vias “mais fáceis”; não há alternativa para o marxismo revolucionário, para a hegemonia do proletariado, a revolução socialista, a ditadura do proletariado.

É cedo ainda para saber por que vias chegará o proletariado a recuperar a independência política e ideológica e a apropriar-se de novo do marxismo. Vai ser preciso encontrar **respostas novas para tudo**, como única forma de reatar com o caminho aberto pelo leninismo e pela revolução russa.

Uma coisa, porém, é certa. O ressurgimento do comunismo passa por uma luta implacável contra o centrismo.

Longe de desviar esforços do combate ao imperialismo, à social-democracia e ao revisionismo, só essa luta permitirá o seu pleno desenvolvimento. Foi a ausência de crítica ao centrismo que bloqueou nos últimos 25 anos a reconstituição do movimento comunista. A derrota do centrismo é pois, hoje como em 1919, uma questão-chave para o renascimento do marxismo revolucionário e da Internacional Comunista.

E podem prever-se já alguns dos terrenos em que a ruptura com o centrismo rasgará caminhos novos ao marxismo:

- a crítica marxista, até agora proibida ou mutilada, à degeneração da União Soviética e ao papel de Staline, assim como ao compromisso de classe que presidiu à formação dos regimes de democracia popular na China, Europa Oriental, etc., permitirá aos comunistas compreender a origem do fracasso das experiências de ditadura do proletariado no século XX e armar-se teoricamente para a perspectiva de novas revoluções proletárias vitoriosas;
- desmistificada a política unitária “democrática e popular” como arma da hegemonia pequeno-burguesa sobre o movimento operário, poderá finalmente libertar-se a ideia leninista da hegemonia do proletariado, reduzida desde há meio século a uma fórmula vazia; cairá a barreira que impedia a formação de uma vanguarda operária comunista e comprometia a formação de verdadeiros partidos comunistas;
- a crítica ao centrismo revelará também a falsidade da teoria das revoluções “democráticas e nacionais”, como tentativa para empurrar por baixo as burguesias nacionais, na

esperança de as levar a assumir a direcção de uma luta revolucionária contra o imperialismo; poderá a partir de agora renascer a linha leninista de luta pela ditadura democrático-revolucionária dos operários e camponeses, dando base política ao ressurgimento de autênticos partidos comunistas nos países dependentes;

- ao pôr-se finalmente a nu a natureza social dos partidos revisionistas dos países capitalistas como instrumentos da pequena burguesia para utilizar a classe operária ao serviço do seu projecto de poder, ao abandonar-se o sonho oportunista de querer derrotar o revisionismo namorando a pequena burguesia, os comunistas criarão a base para passar a disputar seriamente a classe operária aos revisionistas e a conduzir vitoriosamente a luta de classes no seio do proletariado;
- a crítica à dissolução da Internacional Comunista como uma capitulação face ao imperialismo, ao oportunismo ocidental e ao nacionalismo soviético colocará de novo na ordem do dia para os partidos comunistas o internacionalismo proletário e a reconstituição da Internacional;
- a concepção “ultrabolchevista” do partido comunista como força “monolítica”, com o seu gosto mórbido pela unanimidade e a sufocação da luta de ideias, tal como a concepção maoísta do partido como plataforma de convivência entre diversas linhas, serão definitivamente ultrapassadas como deformações doentias do leninismo, surgidas da tentativa para equilibrar sobre uma mesma plataforma os interesses divergentes do proletariado e da pequena burguesia. O princípio do centralismo democrático e o modelo do partido bolchevique poderão finalmente inspirar partidos comunistas de novo tipo, capazes de fundir o movi-

mento operário com o marxismo vivo, criador, liberto da menoridade dogmática e da corrupção revisionista; finalmente, ao completar o corte, até agora inacabado, com o revisionismo moderno e o capitalismo de Estado, os novos partidos comunistas libertar-se-ão dos laços de dependência que os forçavam a procurar uma demarcação “insuspeita” com o revisionismo, pondo-o em pé de igualdade com o imperialismo. O corte com o revisionismo até à raiz abrirá aos comunistas o terreno que lhes tem faltado para uma acção revolucionária independente, apontada inequivocamente contra o imperialismo norte-americano como inimigo principal do proletariado e dos povos.

* * *

Depois de ter chegado ao ponto mais baixo, a revolução vai ser obrigada a retomar a marcha ascensional, porque a acumulação de forças explosivas, de contradições insolúveis, não cessou de se multiplicar neste período de pausa. O capitalismo tem conseguido retardar o pagamento da sua dívida histórica ao proletariado e aos povos; mas os juros não param de aumentar.

Agora, o movimento comunista pode tirar partido da massa enorme de experiência acumulada neste meio século. As receitas dimitrovistas da “unidade de classe operária” em vez da hegemonia do proletariado, da “democracia popular” em vez da ditadura do proletariado, da “democracia nacional” em vez da ditadura revolucionária dos operários e camponeses, do “partido operário único” em vez do partido leninista, do combate ao “sectarismo” em vez do com-

bate ao oportunismo, da subordinação à pequena burguesia em vez da sua neutralização, do governo de transição em vez da insurreição popular armada – essas receitas pseudoleninistas têm de ser desmascaradas e mandadas para o museu como velharias oportunistas metidas de contrabando no marxismo, focos sempre presentes de revisionismo e de colaboração de classes.

O destino histórico da classe operária não mudou. O do marxismo também não. Juntos, acabarão por enterrar o capitalismo.

OBRAS CITADAS*

- AGOSTI, Aldo - *La Terza Internazionale*, 3 vols.
- *Réformes, révolution et transition au socialisme*, Colloque Marx-Marxismes, Paris (Réformes).
- COHEN, Stephen - *Bukharin and the bolshevik revolution*, New York.
- CUNHAL, Álvaro - *Relatório ao I Congresso (ilegal) do PCP*, Ed. Avante, 1943 (I Congresso).
- DEGRAS, Jane - *La Internazionale Comunista*, Feltrineli, 3 vols.
- DIMITROV, J. - *A luta contra o fascismo*, ed. Bandeira Vermelha.
- *Obras Escolhidas*, 6 vols. Ed. Estampa (OE).
- *Oeuvres Choiesies*, Editions Sociales (OC).
- ELLEINSTEIN, J. - *O estalinismo*, Ed. Europa-América.
- HAJEK, Milos - *Storia de la Internazionale Comunista, 1921-1935*. Editori Runiti, 1972 (Storia).
- *La tactica de la lucha de "clase contra clase" en el VI Congreso de la IC*, introdução ao VI Congresso de la IC, 1ª Parte, ed. Pasado y Presente (Classe contra classe).
- HOXHA, Enver - *Oeuvres choisies*, 4 vols. ed. Tirana (OC).
- *La autogestión yugoslava, teoria y práctica*, ed. Tirana (Autogestión).
- *Eurocomunismo es anticomunismo*, ed. Tirana (Eurocomunismo).
- *Reflexiones sobre China*, 2 vols., ed. Tirana (Reflexiones).
- *Los Titistas*, ed. Tirana.
- HOXHA, Nexhmije - *A luta antifascista de libertação nacional*, ed. Causa Operária.
- KESSEL, Patrik - *Les communistes albanais contre le révisionisme*, ed.10/18.
- KIULIOVSKI, Ilia - *Jorge Dimitrov sobre a frente única*, ed. Estampa.
- LENINE, V. I. - *Oeuvres*, 45 tomos, ed. Moscovo.
- *Oeuvres choisies*, 3 vols., ed. Moscovo (OC).
- MANTA, Afonso - *A Frente Popular em Portugal*, ed. Assirio e Alvim (Frente Popular).
- MANUILSKI, Dimitri - *Les partis communistes et la crise du capitalisme*, Bureau d'Éditions.
- MAO TSE-TUNG - *Obras escolhidas*, 4 tomos, ed. Pequim (OE).
- NUNES, João Arsénio - *Da política "classe contra classe" às origens da estratégia antifascista (1928-1935)*. Análise Social.
- OMARI, Luan - *A questão do poder na luta antifascista*, ed. Causa Operária.
- SHEHU, Fiqret - *Relatório em Conférence Nationale des Etudes Sociales*, Tirana, 1969.
- STALINE, J. - *Questions du leninisme*, ed. Pequim (Questions).
- *Três anos de execução do plano quinquenal*, ed. do Povo (Três anos).
- THOREZ, M. - *Oeuvres*, Editions Sociales.
- *Pour l'Union*, Editions Sociales.
- *Oeuvres Choiesies*, Editions Sociales (OC).

* Indicadas nas Notas em abreviatura, que aqui é transcrita entre parêntesis, à frente de cada título.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

- *Les quatre premiers congrès de l'IC*, ed. Maspero (Quatre Congrès IC).
- *V Congreso de la Internacional Comunista*. 2 vols., ed. Pasado y Presente (V Congreso).
- *VI Congreso de la Internacional Comunista*, 2 vols., ed. Pasado y Presente (VI Congreso).
- *A Internacional Comunista*, 3 vols., do Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscovo, ed. Avante (A IC, IML).
- *J. Dimitrov e a unificação das forças revolucionárias e democráticas pela paz, a democracia e o socialismo*, Sófia, 1972 (Sófia).
- *Programa da IC, aprovado no 6º congresso*, ed. Maria da Fonte (Programa da IC).
- *Objectivos e tática da Frente Popular*, ed. Avante, 1938.
- *Du Parti de Thorez à la pensée de Mao*, ed. NBE (Thorez-Mao).
- *Albanie Aujourd'hui*.
- *Cahiers du Communisme*.
- *Courrier du Vietnam*.
- *Démocratie Nouvelle*.
- *Rruga i Partise*, revista teórica do PTA.
- *Zeri i Popullit*.

NOTAS

CAPÍTULO 1

- (1) Manuilski, 127.
- (2) Dimitrov, 55-57.
- (3) Kiuliovski, 11-12.
- (4) Agosti, III, 207.
- (5) Degras, III, 260.
- (6) Dimitrov, 25-26.
- (7) Id., 28.
- (8) Id., 28-29.
- (9) Id. 39-40.
- (10) Degras, III, 317.
- (11) Dimitrov, 27-30.
- (12) Id. 27.
- (13) *Programa da IC*, 36-38
- (14) Manuilski, 55
- (15) *5º Congresso*, I, 310.
- (16) Dimitrov, 27-28.
- (17) Id., 29 e 94.
- (18) Id., 42.
- (19) Id., 56-57.
- (20) *A IC (IML)*, III, 59.
- (21) Dimitrov, 96-97.
- (22) Lenine, 21, 101.
- (23) Dimitrov, 97.
- (24) Lenine, 21, 98.
- (25) Lenine, 30, 306.
- (26) Lenine, 30, 275.
- (27) Lenine, 20, 27-28.
- (28) Lenine, 31, 146.
- (29) Dimitrov, 44.
- (30) Dimitrov, 41.
- (31) Lenine, *Notas de um publicista*, Agosto, 1907
- (32) Dimitrov, 155.
- (33) Lenine, 31, 70.
- (34) Id., 12, 409-410.
- (35) Id., 19, 560-561.
- (36) Id., 30, 274.
- (37) Id., 30, 281.
- (38) Id., 30, 351.
- (39) Id. 31, 18-19.
- (40) *A IC (IML)*, III, 46.

CAPÍTULO 2

- (1) Degras, III, 309-310.
- (2) Dimitrov, 151, 47-49, 115.
- (3) Id., 53-54.
- (4) Ars. Nunes, 66-67.
- (5) Dimitrov, 70.
- (6) Id., 70-76.
- (7) Id., 60-61
- (8) Id., 80.
- (9) Agosti, III, 31.
- (10) Id., 38.
- (11) Id., 191
- (12) Dimitrov, 158-159.
- (13) Id., 78.
- (14) Id., 76.
- (15) Agosti, III, 295.
- (16) Dimitrov, 46, 90.
- (17) Id., 125-126.
- (18) Programa da IC, 14-15.
- (19) Agosti, III, 506.
- (20) Dimitrov, 39 e 45-46.
- (21) Id., 38-51.
- (22) Dimitrov, 49-52.
- (23) Id., 47.
- (24) Id., 103.
- (25) Id., 161.
- (26) Lenine, 31, 188.
- (27) Id., 189.
- (28) Id., 242.
- (29) Dimitrov, 102-103.
- (30) Id., 104-105.
- (31) Degras, III, 372 e 375.
- (32) Agosti, III, 274-275, 378, 791-2.
- (33) Id., 177.
- (34) Dimitrov, 39-40.
- (35) Agosti, III, 328.
- (36) Dimitrov, 161.
- (37) Lenine, 31, 25-26.
- (38) *5º Congresso IC*, II, 185.
- (39) Id., 52-54.
- (40) Degras, II, 283.
- (41) Agosti, III, 791.
- (42) Staline, *Questions*, 315.

CAPÍTULO 3

- (1) Lenine, no 1º Cong. da IC.
- (2) Dimitrov, 52, 103, 116.
- (3) Id., 163.
- (4) Id., 86-93.
- (5) Id., 88, 89, 93.
- (6) Id., 88.
- (7) Id., 90, 93.
- (8) Id., 129.
- (9) Id., 91.
- (10) Id., 90.
- (11) E. Hoxha, *Eurocomunismo*, cap. II.
- (12) *Quatre Congrès IC*, 158-159.
- (13) Id., 158.
- (14) Hajek, *Storia*, 47.
- (15) Degras, III, 79.
- (16) Id., 173-174.
- (17) Hajek, *Storia*, 284-285.
- (18) Dimitrov, 88-89.
- (19) Id., 92.
- (20) Lenine, 31, 88-89.
- (21) Id.
- (22) Dimitrov, 131.
- (23) Id., 129.
- (24) Id., 130-131.
- (25) Id., 64.
- (26) *A IC (IML)*, 111, 20-21.
- (27) Dimitrov, 43-44.
- (28) Id., 132-133.
- (29) Lenine, 22, 156.
- (30) Id., 22, 169.
- (31) Agosti, *Réformes*, 13.
- (32) Lenine, 12, 333.
- (33) Id., 11, 16.
- (34) Lenine, 21, 133-156.
- (35) Dimitrov, 131.
- (36) Id., 92.
- (37) *A IC (IML)*, III, 14, 22, 62, 77.
- (38) *Rruga i Partise*, art. citado.
- (39) *Albante Aujourd'hui*, 4/82
- (40) Agosti, III, 44-45.
- (41) Manuilski, 137.
- (42) Manta, *Frente Popular*, 82.
- (43) Agosti, III, 954.
- (44) Id., 951.

- (45) Id., 954; *A IC (IML)*, III, 98-99.
- (46) *A IC (IML)*, 111, 99.
- (47) Id., 100.
- (48) Lenine, *OC*, 2, 317.
- (49) Id., 302.

CAPÍTULO 4

- (1) Lenine, 31, 542.
- (2) Dimitrov, 106.
- (3) Id., 159.
- (4) E. Hoxha, *OC*, IV, 109.
- (5) Teses do 6º pleno do CEIC, Março 1926. Degras, II, 282, 286. A abertura de Zinoviev à hipotese de fusão encontra-se em *V Cong.* I, 204.
- (6) Dimitrov, 107.
- (7) Degras, III, 373.
- (8) Lenine, 12, 316-317.
- (9) Id., 31, 211.
- (10) Transcrita em *Thorez-Mao*, 174-175.
- (11) Lenine, 31, 211.
- (12) Id., 202.
- (13) Id., 269.
- (14) Id., 244.
- (15) O PC da Grã-Bretanha pediu a filiação no *Labour* em Novembro de 1935. O pedido foi rejeitado (Degras, III, 383). No Outono de 1937, o Secretariado do CEIC voltou a aprovar a campanha de filiação do PCGB no Partido Trabalhista (*A IC - IML*), III, 107).
- (16) Dimitrov, 159.
- (17) Id., 105.
- (18) Id., 55.
- (19) Dimitrov, *OE*, 5, 209.

CAPÍTULO 5

- (1) Staline, *Questions*, 315.
- (2) Agosti, III, 504-517.
- (3) Staline, *Questions*, 347.
- (4) Staline, *Três anos*, 42.
- (5) Staline, *Três anos*, 121. Id., op.cit.
- (6) Cohen, 464.

- (7) J. Eleinstein, 91.
- (8) Cohen, 345
- (9) Staline, *Questions*, 542
- (10) Id., 748.
- (11) *A IC (IML)*, III, 20.
- (12) Id., 22-23.
- (13) Agosti, III, 723.
- (14) Id., 729.
- (15) Degras, III, 372.
- (16) Dimitrov, 115-117.
- (17) Hajek, *Storia*, 291.
- (18) *A IC (IML)*, III, 65.
- (19) Id., 32.
- (20) Sófia, 50.
- (21) *A IC (IML)*, 111, 20-21.
- (22) Id., 33.
- (23) Ars. Nunes, 62.
- (24) Hajek, *Classe contra classe*, I, 35-40.
- (25) Agosti, III, 738.
- (26) Hajek, *Storia*, 285.
- (27) Agosti, III, 743.
- (28) *A IC (IML)*, III, 37; Degras, III, 374.
- (29) Sófia, 421; Degras, III, 374.
- (30) Degras, III, 374.
- (31) Id.
- (32) Sófia, 271.
- (33) Id., 197.
- (34) Relatório por A. Cunhal em Peniche, 1959.
- (35) Agosti, III, 814.
- (36) Thorez, *Oeuvres*, 23, 134.
- (37) Dimitrov, 154-155.
- (38) Agosti, III, 868.
- (39) Id., 722, 906.
- (40) *A IC - IML*, III, 29.

CAPÍTULO 6

- (1) Lenine, 32, 554.
- (2) *Albanie Aujourd'hui*, 4/82.
- (3) Degras, III, 470.
- (4) Agosti, III, 968.
- (5) Id., 910-911.
- (6) Id., 912.
- (7) Id., 912.

- (8) Id., 915.
- (9) Nguyen Thanh, *Courrier du Vietnam*, 3/84.
- (10) Degras, III, 412-413; Agosti, III, 935.
- (11) Agosti, III, 935.
- (12) Thorez, *Pour l'Union*, 5-6.
- (13) *A IC (IML)*, III, 96.
- (14) Agosti, III, 938.
- (15) Thorez, *Oeuvres*, II, 100.
- (16) Agosti, III, 962.
- (17) Agosti, 23.
- (18) Id., 926.
- (19) Thorez, *OC*, II, 108.
- (20) Agosti, III, 966.
- (21) Id., 970.
- (22) Dimitrov, *OE*, 3, 174.
- (23) Agosti, III, 1052.
- (24) Degras, III, 469.
- (25) Dimitrov, *OE*, 3, 208.
- (26) Degras, III, 491-492.
- (27) Id., 500.
- (28) Agosti, III, 1214.
- (29) Lenine, 30, 267.
- (30) Dimitrov, 162.
- (31) Degras, III, 373.
- (32) Dimitrov, 58-59.
- (33) E. Hoxha, *OC*, IV, 193-195.
- (34) *Cahiers du Communisme*, 2/1947, 108.

CAPÍTULO 7

- (1) Kessel, 17.
- (2) *Démocratie Nouvelle*, n.º 9, p. 463, Set. 1947.
- (3) Thorez, *Oeuvres*, 23, 131-132.
- (4) Dimitrov, *OE*, 4, 184.
- (5) Id., 170.
- (6) Id., 242.
- (7) Id., 243.
- (8) Id., 277.
- (9) Dimitrov, *OE*, 5, 30-32.
- (10) Kessel, 17.
- (11) Dimitrov, *OE*, 5, 208-209.
- (12) Id., 225.
- (13) Dimitrov, *OC*, 261.

- (14) Sófia, 127.
- (15) E. Hoxha, *Autogestion*, 4-6.
- (16) Agosti, III, 1077.
- (17) Agosti, III, 1186.
- (18) *VI Congresso IC*, 102.
- (19) Mao, *OE*, II, 471.
- (20) *A IC (IML)*, 11, 37-38.
- (21) Id., 122-123.
- (22) Degras, III, 458.
- (23) Mao, *OE*, IV, 330, 348.
- (24) Mao, *OE*, III, 359, 400.
- (25) Id., 361.
- (26) Id., 388-389.
- (27) Mao, *OE*, II, 684.
- (28) Id., 729.
- (29) Id., 764-765.
- (30) Dimitrov, *OE*, 5, 187.

CAPÍTULO 8

- (1) Cunhal, I Congresso.
- (2) Manta, *Frente Popular*, 64.

- (3) Objectivos e tática da Frente Popular.

CAPÍTULO 9

- (1) Lenine, 31, 236.
- (2) Omari, 35.
- (3) E. Hoxha *OC*, IV, 308.
- (4) Id., 311-313.
- (5) N. Hoxha, *OC*, II, 255-256.
- (6) E. Hoxha, *OC*, II, 255-266.
- (7) F. Shehu, *Conférence des Études Sociales*, 144.
- (8) *Zeri i Popullit*, 24-3-68.
- (9) *Albanie Aujourd'hui*, 4/82.
- (10) E. Hoxha, *Eurocomunismo*, cap. II.
- (11) E. Hoxha, *Los titistas*, 418.
- (12) E. Hoxha, *Reflexiones*, II, 361-362.

CAPÍTULO 10

- (1) Lenine, 4, 217-218.

NOTAS SOBRE STALINE

Defendendo as repressões de Staline como "justiça proletária", pretende-se mascarar, sob as cores da firmeza de classe, uma política de equilíbrio entre a classe operária e a pequena burguesia. O mesmo equilíbrio que levou a Rússia dos soviets para o capitalismo de Estado e para o revisionismo.

1. "Justiça proletária"

Em 1936-1938, em três grandes processos sucessivos, 90 dirigentes e membros destacados do Partido Bolchevique (Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rikov, Radek, Smirnov, Piatakov, etc.) confessaram publicamente ter organizado dois centros paralelos de espionagem e terrorismo, em ligação com Trotski e com a Gestapo. Foram na quase totalidade fuzilados. Pela mesma altura, num outro julgamento à porta fechada, foram condenados e fuzilados alguns dos principais comandantes do Exército Vermelho, acusados de traição ao serviço do nazismo.

Veio a saber-se depois que esta era apenas a ponta de um gigantesco *iceberg*. Durante esses três anos foram julgados em processo secreto ou fuzilados sem processo muitos milhares de membros do partido, numa verdadeira caça aos cúmplices, apoiantes ou simples familiares dos "espiões". As deportações contaram-se por centenas de milhares ou milhões. A tortura era procedimento corrente.

Soube-se também que a caça aos “*espiões trotsko-fascistas*” se alargou aos meios da Internacional Comunista, levando à execução de mais de uma centena de dirigentes e quadros de diversos partidos que se encontravam em Moscovo. Por fim, para completar a macabra limpeza, o próprio Trotski foi assassinado no México.

Para a crítica burguesa e pequeno-burguesa, este balanço esmagador seria a prova de que a teoria leninista da ditadura do proletariado e do papel dirigente do partido comunista desemboca na ditadura mais feroz. O “socialismo nacional” de Staline seria a réplica de “esquerda” ao nacional-socialismo de Hitler. Conclusão: a pretensão marxista de subverter a democracia burguesa conduz a uma barbárie simétrica do nazismo; a revolução proletária é uma aberração totalitária adornada com retórica marxista.

Os modernos dirigentes soviéticos tentaram, com o relatório secreto de Kruchov, lançar pela borda fora esse lastro insustentável. Horrorizaram-se com as “*violações da legalidade socialista*” (em que todos eles estavam implicados até ao pescoço e de que só contaram uma pequena parte), fizeram uma chorosa reabilitação póstuma das vítimas do “culto da personalidade” e fuzilaram Béria, o braço direito de Staline, *desmascarado* à porta fechada como espião do imperialismo desde 1921...

O ponto final nos julgamentos de Moscovo foi um novo e não menos tenebroso julgamento de Moscovo. Ficou por explicar o principal: como é que o socialismo podia produzir por acidente tais monstruosidades.

Com a sua paródia de autocrítica, os dirigentes soviéticos só mostraram uma coisa: que a consolidação do seu

poder lhes permite evoluir da violência repressiva do tempo de Staline para uma pseudo-democracia socialista, tão hipócrita à sua maneira como a democracia burguesa.

Contra esta baixeza, a corrente marxista-leninista manteve-se a pé firme na tese de que as repressões de Staline serviam a “justiça proletária”.

Castigando os espíões, assassinos e sabotadores trotskistas-zinovievistas-bukarinistas, Staline teria assegurado o triunfo do socialismo na URSS. Os excessos cometidos deveriam considerar-se uma tragédia, resultante de se ter entregue à polícia política a vigilância que incumbia sobretudo às massas. Havia que ter em conta as atenuantes – a inexperiência, a tensão provocada pelo cerco capitalista, os abusos cometidos sem conhecimento de Staline. De qualquer modo, ainda não teria chegado a altura propícia para discutir os possíveis erros de Staline, porque fazê-lo agora é dar armas à campanha anti-comunista do imperialismo.

Todas estas justificações se desmoronaram porém como duplicidade tortuosa a fazer figura de firmeza de classe.

Podem absolver-se como meros “excessos” a tortura, os processos forjados, o fuzilamento sumário de milhares de inocentes, a deportação de populações inteiras? O terror policial pode ser confundido com o terror revolucionário de massas? Saber se os opositores a Staline eram ou não espíões é uma questão secundária? Se as *depurações* reforçaram o socialismo, como se compreende a fácil vitória dos revisionistas depois de Staline? E se o socialismo repousava apenas sobre a vigilância de um “*sentinela*”, que espécie de poder operário e camponês era esse?

A reabilitação do stalinismo revelou-se indefensável. Sobretudo quando a vida mostrou que a veneração da corrente “marxista-leninista” por Staline visava mais do que a mera justificação do passado. A recente eliminação na Albânia de Mehmet Shehu (e de centenas de partidários seus), acusado sem processo público de ter sido um “*tríplo espião*” do imperialismo durante 40 anos, mostra que a chamada corrente marxista-leninista não admite que se ponham em causa os processos de Moscovo porque precisa de continuar a fazê-los.

Assim, revisionistas e “marxistas-leninistas”, cada um à sua maneira e em campos antagónicos, alimentam com as suas desculpas a campanha da burguesia tendente a desacreditar a ditadura do proletariado como um regime de arbítrio.

2. A Rússia grávida de terror

A escalada do terror acompanhou a gestação de um novo regime social na União Soviética, já sem nada de comum com a revolução de Outubro, a não ser nos *slogans*. Do processo de Chakhty em 1928 ao fuzilamento de Bukarine vão dez anos de transformação violenta de toda a estrutura da sociedade soviética, durante os quais a repressão se alarga em crescendo. É nessa convulsão social que se deve procurar a chave do terror e não nos maus folhetins sobre a “*desconfiança doentia*” e o “*espírito vingativo caucasiano*” de Staline.

Mas não podia essa convulsão ter sido evitada, uma vez que o poder dos bolcheviques já se estabilizara, após os combates de 1917 e da guerra civil?

Para a corrente crítica inspirada na escola maoísta, o terror teria resultado da obsessão de Staline pela industriali-

zação a todo o vapor e pela colectivização agrária forçada, que provocaram a ruptura da aliança operário-camponesa e obrigaram ao reforço desmesurado da intervenção do Estado, do partido e da polícia. O prosseguimento da NEP, como era defendido por Bukarine, teria proporcionado um crescimento económico menos acelerado mas mais equilibrado, conservaria a aliança operário-camponesa e daria base a uma genuína democracia socialista.

Esta ideia de um período de transição gradual e moderada para o socialismo depois da tomada do poder é sem dúvida atraente, mas esquece a resistência exasperada da pequena burguesia à expropriação e à perda de privilégios.

Em 1927, a revolução russa chegara a uma encruzilhada que impunha escolhas antagónicas: ou, para manter a economia em funcionamento, se alargavam as cedências à pequena burguesia, engordada à sombra da NEP, e a partir daí já não se poderia travar a evolução para a direita; ou se declarava guerra à burguesia nepista e nesse caso a única saída era substituir rapidamente a economia *kulak* por uma agricultura colectivizada e uma grande indústria a servir-lhe de base.

A polémica, que vinha subindo de tom entre a ala direita e a ala esquerda do partido, decidiu-se a favor da segunda quando a corrente stalinista, maioritária, que até aí se aliara à direita, se resolveu a "*mandar ao diabo a NEP*", ajustar contas com os *kulaks*, cuja pressão económica e política se tornava ameaçadora, e proceder à "socialização integral".

Uma vez iniciada a "*grande viragem*", a dinâmica da luta de classes imprimiu-lhe uma dimensão gigantesca e um ritmo vertiginoso. Em **quatro anos**, milhões de explorações

familiares foram expropriadas, toda a economia privada foi suprimida, o país cobriu-se de grandes herdades cooperativas assentes no trabalho mecanizado, a produção industrial mais que triplicou, a classe operária passou para o dobro, houve uma promoção maciça de operários a postos de chefia.

Esta revolução (pode-se-lhe chamar outro nome?) foi marcada pela violência que acompanha os grandes embates de classe. O terror surgiu, numa primeira fase, da necessidade de aniquilar o poder económico e político dos *kulaks* e *nepmen*, da velha elite técnica e intelectual e da fracção do partido que exprimia os seus interesses.

Sabemos hoje que a “terceira revolução” de Staline não era a revolução socialista que imaginavam os seus promotores. Mas o que interessa sublinhar aqui é que, no ponto a que chegara a correlação entre as classes na URSS em 1928, uma saída violenta era inevitável para um ou para o outro lado.

Mais: a via proposta pela oposição de direita teria arrastado, com a gradual restauração do capitalismo e a nova disputa entre burguesia e proletariado, uma explosão de terror provavelmente não menor mas maior do que a de Staline. À medida que o capitalismo ganhasse posições seriam implacavelmente varridas as ilusões de Bukarine numa “*pacificação soviética*” à custa de concessões. O retrocesso à antiga ordem social custaria rios de sangue.

A verdade é que a Rússia “popular” de 1928 estava grávida de terror, tal como veio a acontecer com a China “popular” de 1966. E isto porque o ajuste de contas com a pequena burguesia se revelou como uma segunda etapa inevitável após o derrubamento da velha ordem social, sobretudo em países de economia largamente pré-capitalista.

As receitas maoístas do consenso “democrático-popular” procuraram adaptar o bukarinismo não tanto aos campos chineses, onde o impulso revolucionário era indomável, mas à integração pacífica da pequena burguesia comercial, industrial e intelectual. Afinal, a “*democracia nova*” para a “*justa solução das contradições no seio do povo*” não conseguiu evitar um confronto violento e teve um desenlace pouco diferente do da Rússia.

Esta experiência ajuda a compreender que o stalinismo não foi uma aberração, mas uma tentativa para romper o laço pequeno-burguês que estrangulava a revolução russa. Tentativa tardia e lançada por cima da cabeça da classe operária, acabou de liquidar o poder soviético, já profundamente enfraquecido durante a NEP.

3. “A velha guarda bolchevique”

A imagem do bloco oposicionista como a “*velha guarda bolchevique*”, fiel ao leninismo e por isso vítima de Staline, pode agradar aos trotskistas mas não tem nenhum fundamento.

A “velha guarda” (de que Staline também fazia parte) dispersara-se ao longo dos anos da NEP por tendências de direita, de esquerda e de centro. Muitos dos seus membros oscilavam e passavam de uma posição a outra ao sabor das pressões de classe opostas. A tentativa de Trotski para reunir os opositores a Staline-Bukarine num bloco unificado, em 1926, fracassou, antes de mais, porque pretendia fundir, à velha maneira de Trotski, o leque de posições antagónicas em que se tinham separado os bolcheviques.

De qualquer modo, a ruptura de Staline com Bukarine,

quando se tornou evidente o resultado desastroso da política de cedências à burguesia “aliada”, no plano interno como no internacional (China, trabalhistas ingleses), provocou um realinhamento de toda a luta interna no partido.

Ao adoptar o caminho da “*socialização a marchas forçadas*”, Staline ganhou a adesão da maioria da ala esquerda do partido, que via finalmente entrar em aplicação o seu programa e afastado o perigo agitado por Trotski de uma capitulação “*termidoriana*”. Bukarine e os adeptos da NEP, privados do apoio correctivo de Staline, deslocaram-se francamente para a direita. E Trotski, obrigado a celebrar no exílio as realizações do regime que o expulsara, encontrou-se sem base política.

A realidade, que tentam piedosamente velar os anti-stalinistas, é que, depois de 1930, o reagrupamento das oposições só se podia fazer sobre uma plataforma de direita porque ninguém tinha uma alternativa revolucionária para opor aos planos quinquenais, à colectivização e à nova linha da Internacional.

Fragmentos de uma crítica de esquerda à via stalinista tinham sido formulados por Trotski e por outros (ao crescimento da burocracia, à supressão do debate no partido, à falsificação da sua história). Houve mesmo oposicionistas, como Racovski, que tiveram a percepção de que o regime chefiado por Staline iria desembocar num capitalismo estatal de tipo novo. Mas não estava claro para ninguém como é que a ditadura proletária dos primeiros anos se desvanecera e o que deveria ser feito para lhe voltar a dar vida. Não havia um programa proletário revolucionário para contrapor ao ambíguo radicalismo de Staline e ao direito evidente

de Bukarine – e isto diz tudo sobre o impasse a que chegara a revolução.

Precisamente porque só surgiam como possíveis estes dois caminhos, a “*velha guarda bolchevique*” perdeu a base social de apoio e entrou em decomposição política. Trotski, Zinoviev, Kamenev, Radek, Bukarine – antigos direitistas e esquerdistas convergiram, na luta contra Staline, para uma oposição comum de direita. Não é o facto de terem sido vítimas de uma repressão injusta e cruel que pode ocultá-lo.

A autocrítica de Bukarine em tribunal, que não se confunde com qualquer “confissão” extorquida pela tortura, retratou lucidamente esse afundamento político dos opositoristas:

“Começámos por um desvio, pelo descontentamento face à colectivização e à industrialização. Ironizávamos sobre os kolkozos e defendíamos a multiplicação dos proprietários abastados. Considerávamos as gigantescas fábricas em desenvolvimento como monstros insaciáveis que iam devorar tudo e privar as massas de bens de consumo. E depois, viemos a encontrar-nos literalmente da noite para o dia do outro lado da barricada, do lado dos kulaks, dos contra-revolucionários, dos restos capitalistas.

Qual de nós teria em 1919 a ideia de atribuir a ruína da economia aos bolcheviques? Ninguém. Isso seria considerado pura e simplesmente traição. Contudo, já a minha crítica de 1928 sobre a “exploração militar-feudal” do campesinato imputava ao proletariado a responsabilidade pelo acirramento da luta de classes.

Se quisermos resumir a minha plataforma-programa para a economia, ela era: capitalismo de Estado, defesa dos camponeses abastados, redução das cooperativas agrícolas, concessões ao capital estrangeiro, abandono do monopólio estatal sobre o comércio externo; em conclusão, restauração do capitalismo no país.

No terreno político, o nosso programa implicava um deslizar para a liberdade democrático-burguesa, para uma coligação com os mencheviques, socialistas-revolucionários e outros. E poderia mesmo, na medida em que prevíamos a necessidade de um bloco com eles e de uma 'revolução de palácio', tender para uma ditadura."⁽¹⁾

4. A "construção do socialismo"

A natureza social da tumultuosa "construção do socialismo" realizada no início dos anos 30 sob a direcção de Staline surge mais clara quando a observamos através dos seus diferentes períodos (Bettelheim):

No **primeiro**, de 1928 a 1931, há um impetuoso ascenso de massas, quando o grupo dirigente se apoia nos operários e camponeses pobres para a destruição das bases do capitalismo privado. A expropriação dos *kulaks*, o controlo sobre os técnicos burgueses, a realização do primeiro plano quinquenal, chamam para a vanguarda da luta grandes massas trabalhadoras, sobretudo da juventude operária, galvanizada pelo objectivo de acabar com a exploração, erguer em ritmo febril grandes fábricas e novas cidades, dominar a técnica, extirpar a ignorância. A classe operária enfrenta com ânimo revolucionário as tremendas provações económicas, convicta de que está finalmente a construir o socialismo e a avançar para o comunismo.

É o período da crítica ao desvio de direita, da proletarianização do aparelho do partido e do aparelho de Estado, da "*revolução cultural*", das assembleias de fábrica, do ataque

(1) *Les Procès de Moscou*, Pierre Broué, Julliard, 1964, págs. 193-196.

aos privilégios e aos especuladores, da campanha de formação de milhão e meio de novos técnicos e quadros "*peritos e vermelhos*". Duplica o número de alunos nas escolas, abrem as universidades operárias, triplica a tiragem da imprensa, largamente aberta à crítica da base.

É também o período em que o partido imprime à Internacional Comunista uma nova orientação combativa, em ruptura com as vacilações anteriores. Os partidos comunistas saem da dependência da social-democracia e transformam-se em partidos de luta operária contra a crise capitalista.

No **segundo período** (1932-34), quando se confirma o êxito do plano quinquenal é a liquidação da pequena burguesia tradicional, o grupo dirigente orienta-se para a moderação dos excessos e para passar da agitação revolucionária à restauração da ordem. Promove a luta contra o "*igualitarismo*", alarga o leque salarial (1 para 30!), institui o livrete de trabalho e uma severa disciplina nas fábricas, apoia a autoridade e os privilégios dos novos quadros, suprime as limitações nos salários dos comunistas, reabilita a elite intelectual anteriormente marginalizada.

O "*congresso dos vencedores*" em 1934 é a consagração da nova ordem social, formalmente "socialista", em que os quadros assumem uma posição de comando inatacável e as massas operárias e camponesas são expropriadas de todas as conquistas e relegadas à função de simples produtores.

Ao mesmo tempo, perante o ascenso do nazismo, a política internacional do Partido Bolchevique abandona o curso anterior, inflecte numa direcção moderada e lança-se à busca de alianças com a social-democracia e a burguesia liberal.

Terceiro período (1935-38): o novo regime, que se pretende baseado na aliança "*harmônica*" dos operários kolkozianos, empregados e intelectuais, é modelado através do terror. Culto do chefe "*genial*", poder absoluto da polícia política, caça aos "*sabotadores, traidores e espões*", execuções em massa.

A melhoria geral do nível de vida acompanha a supressão de todos os direitos políticos dos operários a coberto da nova Constituição, "*a mais democrática do mundo*", a consolidação dos privilégios dos quadros e o seu recrutamento em massa para o partido.

Degradação da vida intelectual, renascimento do nacionalismo sob cores socialistas, pragmatismo oportunista da política externa. A nova linha de Dimitrov no 7º Congresso da Internacional Comunista alimenta, em nome da política das Frentes Populares, a degeneração reformista dos partidos comunistas. O apoio à revolução proletária é sacrificado como um estorvo às manobras diplomáticas com a burguesia liberal (guerra de Espanha). O terror *ultrabolchevique* no interior casa-se com o oportunismo no exterior.

Assim, a revolução que triunfa na União Soviética nos anos 30 começa por se apoiar na classe operária para eliminar a pequena burguesia e acaba subordinando operários, camponeses e quadros ao poder autocrático de Staline, que parece reinar acima das classes. Este "*totalitarismo do Partido-Estado*" não é um "*desvio perverso*" (Bettelheim) mas um sistema político de compromisso, edificado sobre o fracasso da revolução proletária, abortada nos anos da NEP.

5. Monolitismo e compromisso de classe

O monolitismo deu os primeiros passos nos anos de 1922-28, quando o esforço para manter o equilíbrio instável da NEP contra as pressões de esquerda e de direita levou o grupo dirigente stalinista a entrincheirar-se num aparelho dotado de poderes cada vez mais vastos.

Sob a acção dos interesses de classe contraditórios, o Partido Bolchevique, partido único no poder, corria o risco de se transformar num mosaico de tendências e desagregar-se. Para Staline, a resposta estava na edificação de um partido monolítico, do qual fosse banido o risco de tendências, correntes ou fracções. Tratava-se de demonstrar que o partido único podia ser simultaneamente um partido *“feito de um só bloco”*, *“limpo de escórias”*, órgão infalível da ditadura do proletariado.

Esta nova concepção de partido (que só pôde ser aplicada graças à corrente maioritária de apoio a Staline) exprime, sem disso ter consciência, as exigências da política intermédia da NEP. Para refrear as aspirações socialistas dos operários, congelar a revolta dos camponeses pobres, manter sob controle a pequena burguesia, era preciso um partido independente dos impulsos de classe, um suposto árbitro da luta de classes – e, como árbitro, absolutamente monolítico.

Tornaram-se lei permanente as restrições excepcionais à polémica instituídas pelo 10º Congresso, procedeu-se à *homogeneização* do aparelho pelas sanções sumárias aos discordantes, transformaram-se os secretários dos comités em controleiros nomeados a partir de cima, criou-se um corpo gigantesco de funcionários para compensar a paralisia política forçada da base, limitou-se o debate ao âmbito do

comité central, depois só do *bureau* político, até acabar suprimindo-o por completo.

A unidade monolítica afastava os perigos de divisão mas era uma engrenagem que exigia sempre mais; tinha de ser sempre *aperfeiçoada* para não se desmoronar. Admitir vozes públicas discordantes não era minar a autoridade da direcção e a disciplina nas fileiras? A expulsão de Trotski e Zinoviev em 1927, antes do 15º Congresso, iniciou a tradição dos congressos depurados e unânimes, reduzidos à função de órgãos consultivos e legitimadores *democráticos* do grupo dirigente.

Na situação de *estado de sítio* permanente que se viveu a partir de 1928, completou-se a remodelação monolítica do partido e de toda a sociedade. O partido tornou-se um superaparelho administrativo de Estado, rigorosamente hierarquizado em estilo militar. Toda a rica tradição de luta ideológica dos bolcheviques, que tinha permitido manter um amplo debate mesmo nos anos dramáticos da guerra civil e da intervenção estrangeira, tornava-se agora obsoleta.

Por qualquer razão misteriosa que escapava aos stalinistas, a entrada no “socialismo” produzia um regime diferente do que fora imaginado por Lenine. Poder dos soviets, democracia operária, liberdade criadora tornavam-se *slogans* vazios de propaganda. A realidade que se impunha era a da unidade férrea em torno do núcleo dirigente. Qualquer brecha por onde se deixasse passar o germe da divisão podia trazer a ruína do partido e do regime.

Assim se chegou ao culto pela autoridade e perspicácia infalíveis do chefe, como o cimento unificador, sem o qual todo o edifício cairia em pedaços. E assim se concluiu, pela lógica das coisas, que os que teimavam em discordar já não

eram só oportunistas; tinham que ser forçosamente inimigos e traidores. O monolitismo ia começar a dar os seus frutos de terror.

O que interessa reter é que monolitismo e terror, surgindo sob a aparência de uma *"lei implacável do proletariado"*, exprimiam uma política de compromisso entre proletariado, pequena burguesia e quadros. Era a manutenção desse equilíbrio instável que forçava a elevar o aparelho burocrático como um poder acima de toda a sociedade.

A evolução posterior viria a revelar que, apesar dos seus esforços convulsivos para se manter como o fiel da balança entre as classes soviéticas, o sistema stalinista serviu de veículo à formação de uma nova burguesia de Estado.

Quando Mao Tsetung tentou, trinta anos mais tarde, evitar na China a repetição da espiral do monolitismo e do terror, admitindo o debate interno no partido, a *"luta entre duas linhas"* e a *"educação pela luta ideológica"*, só conseguiu adiar o confronto. Mas o descalabro da revolução abriu caminho por outra via. Porque o problema não era de métodos de luta interna – era do compromisso de classe em que a revolução, na Rússia como na China, se via forçada a manter-se, por falta de força do proletariado para a levar por diante.

6. A rodagem do terror

De 1928 a 1932 decorreu a primeira etapa da escalada repressiva. Técnicos e administradores implicados em actos de sabotagem ou resistência ao primeiro plano quinquenal (e teleguiados a partir dos círculos da burguesia emigrada) foram condenados em diversos processos. A repressão era

ainda selectiva, as penas de morte excepcionais, mas o regime descobria a vantagem da manipulação policial dos processos.

Avolumando os embriões contra-revolucionários à dimensão de partidos clandestinos estruturados (o "*partido industrial*", o "*partido camponês*", o "*bureau do interior do partido menchevique*"), podia-se reforçar o carácter educativo dos processos: dava-se um exemplo severo e demolidor a todos os opositores potenciais, sacudia-se o torpor político dos operários, fazendo-lhes sentir mais concreto o perigo de restauração capitalista se não apoiassem o regime, lançava-se sobre os réus o odioso por todas as falhas do sistema, desviando sobre eles a má-vontade que existisse contra o regime.

Mas para apanhar os réus na armadilha das suas faltas reais e levá-los a confessar não só o que tinham feito como o que poderiam vir a fazer, havia que pôr de lado os escrúpulos de legalidade. A tortura tornou-se prática corrente: privação do sono e de alimentação, interrogatórios de dezenas de horas, espancamentos. E porque não? Afinal os réus eram antigos burgueses, mencheviques, não havia nada de mal em fazer-lhes sentir o agulhão da justiça proletária...

Esta manipulação do ódio de classe à burguesia foi aplicada em larga escala na "deskulakização" de 1930. Os *kulaks* resistiam às requisições, enterravam o trigo, abatiam o gado, assassinavam agitadores comunistas nas aldeias, provocavam motins — estavam a pedir uma lição definitiva. Massas enormes de famílias *kulaks* e "*pró-kulaks*" (milhões, segundo cálculos impossíveis de verificar) foram expropriadas; homens, mulheres e crianças foram deportados para regiões longínquas, condenados a trabalhos forçados, onde muitos pereceram à falta de condições de subsistência.

O "*Outubro camponês*", como foi chamado, foi uma

caricatura do outro Outubro. Os camponeses pobres e jornalheiros, sacrificados e reprimidos por dez anos de mordação da NEP, serviram apenas de alavanca. A iniciativa da “revolução” coube ao aparelho do partido e à polícia, com todo o estendal de arbitrariedades que isso acarretava.

Mas o êxito espectacular desta operação de deportação maciça, que remodelou em poucos anos toda a estrutura agrária, reforçou no aparelho dirigente a confiança eufórica em que o caminho para o socialismo consistia em pôr de lado todos os escrúpulos *liberais* acerca de custos humanos, métodos de luta, democracia de massas.

Os bolcheviques “*podiam tudo*” desde que se libertassem da confiança ingénua do tempo de Lenine, fossem dez vezes mais vigilantes e implacáveis do que o inimigo, não hesitassem em eliminar fisicamente os adversários e conduzissem os operários para o “socialismo” com mão firme.

Não é de estranhar que o grupo stalinista, que construía uma sociedade nova a golpes de audácia, não desse sinais de vitalidade revolucionária mas de insegurança e medo. O sentimento exaltante de que “*não há barreiras que resistam ao assalto dos bolcheviques*” combinava-se com uma tensão sobre-humana para antecipar-se aos golpes que poderiam surgir donde menos se esperasse e para arrastar na “revolução” as massas politicamente inertes.

Quanto mais se internava no “socialismo”, mais cercado o regime se sentia: pelos quadros corruptos ou sabotadores, pelos dissidentes que minavam a disciplina do partido, pelos operários *desagregadores*, pelos camponeses que resistiam à colectivização, pelos traficantes e especuladores, pelos espões do estrangeiro, pelos carreiristas trapaceiros, pelos dirigentes ávidos de poder pessoal.

A única arma capaz de pôr ordem neste vespeiro era a polícia política. Ela tornou-se em breve “*o reduto supremo da ditadura do proletariado*” e, como seria de esperar, transformou a luta de classes num caso de polícia. O regime, que continuava a falar em nome da classe operária mas que na realidade se considerava livre de quaisquer amarras de classe, ia pagar o preço dessa *liberdade* com o poder terrorista da polícia.

7. Os vencedores na encruzilhada

Em 1934, no “congresso dos vencedores”, Staline celebrou o triunfo da revolução, o fim das oposições, a consolidação da unidade do partido. Depois de cinco anos de convulsões, a NEP passara à história, a socialização integral tornara-se uma realidade indiscutível, desaparecera o motivo das antigas divergências. Bukarine, Zinoviev, Kamenev reconheceram o erro das suas posições anteriores e declararam o apoio à linha stalinista.

Parecia ir-se entrar numa época de pacificação, acompanhando a prosperidade que se anunciava. Foram libertados milhares de presos e anulados muitos processos; a polícia política, a GPU, foi reestruturada como NKVD e privada do poder de instruir processos e decretar penas de morte; uma comissão especial foi encarregada de redigir uma nova Constituição, que reflectisse a harmonia social da nova sociedade; o I Congresso dos Escritores exaltou o novo “*humanismo soviético*”. Vivia-se um vento de mudança.

Hoje sabe-se que este clima de liberalização do 17º Congresso do partido ocultava uma nova luta de tendências, mais secreta e mais exasperada do que todas as anteriores.

As grandes transformações sociais tinham projectado uma imprevista corrente tecnocrática e intelectual, céptica quanto ao modelo stalinista, ansiosa por desfrutar os seus privilégios em clima de pacificação.

Sob os louvores unânimes a Staline disputava-se a forma que deveria tomar o novo regime. Muitos dos que tinham aderido sem reservas à batalha da “socialização” convergiam agora com antigos opositoristas na opinião de que já não se justificava a centralização desmedida de poderes nas mãos de Staline e do seu aparelho. Queriam institucionalizar uma legalidade que neutralizasse Iejov, Kagano-vitch, Molotov, Malenkov, Béria, Proskrebitchev, temidos pelo seu estilo de perseguição implacável em nome da “firmeza de classe”.

A corrente liberal, que encontrara em Kirov, o primeiro secretário de Leninegrado, o seu líder político, já tinha feito sentir a sua força no *bureau* político e no comité central ao impedir em 1932 e 1933 a condenação à morte de dissidentes de direita (Riutine) ou trotskistas, como Smirnov e o seu grupo.

A sua influência no congresso foi inesperada e preponderante. Kirov, eleito para o Secretariado do CC, ficou numa posição mais destacada do que Staline, que teve grande número de votos contrários. Bukarine, nomeado responsável pelo *Izvestia*, voltou a ser reconhecido como ideólogo eminente do partido, apesar da desautorização que sofrera anos antes. E, sobretudo, os poderes da polícia foram restringidos.

O assassinato de Kirov, em Dezembro desse ano, veio desmoralizar as vantagens com que a ala liberal se iludia. Atribuído aos meios opositoristas (o assassino pertencia a

um núcleo de jovens adeptos do terrorismo), o crime fora, como veio a saber-se posteriormente, facilitado pela própria polícia e, directa ou indirectamente, montado pelo aparelho de Staline.

Assim, a ala stalinista, que fora forçada a contemporizar nos meses imediatos ao congresso, via-se livre da principal personalidade liberal e arranjava um pretexto para um ataque em toda a linha. O crime viera *demonstrar* que a centralização não devia ser afrouxada mas, pelo contrário, tinha de se tornar mais rigorosa.

Um decreto instituindo o procedimento, judicial de excepção entrou em vigor no dia seguinte ao crime. (Já no mês anterior fora criado um organismo policial com poderes para deportar sem julgamento elementos "*socialmente perigosos*.") Uma centena de presos foram fuzilados em processo sumário nos dias imediatos. Milhares de militantes de Leninegrado foram deportados para a Sibéria por suspeita de estarem associados de uma forma ou de outra aos oposicionistas. Zinoviev e Kamenev, considerados "*moralmente responsáveis*" pelo crime, foram condenados a pesadas penas.

Mas isto eram só os preliminares do ajuste de contas. Os stalinistas, que tinham estado, contra ventos e marés, na brecha da "revolução" e que se sentiam como os construtores do socialismo, não podiam tolerar esse inesperado reaparecimento de uma corrente que ameaçava a sua centralização de poderes. Se esse liberais frouxos queriam deitar a perder todas as conquistas dos anos anteriores, iam ter a lição merecida.

O ano de 35 passou-se com os liberais a queimar os últimos cartuchos para tentar deter a avalanche repressiva. Inscrevendo no projecto de Constituição o direito de voto

universal, a independência da justiça, o direito de defesa dos acusados, Bukarine e Radek esperavam ainda manietar os *ultras*. Na realidade, só o que conseguiram com essa barreira de papel foi fornecer-lhes uma nova cobertura legal.

O aparente compasso de espera de 1935 serviu aos stalinistas para uma acumulação maciça de forças. Iejov veio tomar no secretariado o lugar que fora de Kírov. Adoptou-se uma cascata de decretos a servir de armadura à repressão (entre eles a possibilidade de condenar à morte crianças de 12 anos e os que não denunciasses crimes). Prepararam-se meticulosamente todas as peças dos grandes processos. Em 1936 tudo estava a postos para “arrancar o mal pela raiz” e aniquilar os “homens de duas caras”.

Já depois de iniciados os processos e fuzilada a primeira leva, Staline e Molotov insurgiram-se contra a *brandura* da polícia, que parecia hesitar em liquidar os restantes dirigentes oposicionistas: “*Os nossos serviços de segurança têm quatro anos de atraso.*” A partir de 1937, com Iejov na chefia do NKVD, a máquina pôde ceifar sem entraves todas as “ervas daninhas”. E um dos alvos a castigar era naturalmente o 17º Congresso de má memória: mais de metade dos delegados e mais de dois terços dos membros do CC aí eleitos foram fuzilados.

8. “Monstros de perversidade”

A história dos processos de Moscovo continuará por fazer enquanto se conservar secreta a massa da documentação sobre o assunto. Em todo o caso, dois factos parecem hoje incontestáveis. Primeiro, havia entre os oposicionistas uma conspiração real para limitar os poderes de Staline ou

para o derrubar. Muito estranho seria aliás que não o tentassem. A rede de ligações de Trotski com os meios oposicionistas, a articulação destes no seio do partido, do exército e da polícia, o contacto de Bukarine com mencheviques em Paris não foram inventados.

Segundo, nunca chegou a existir o "*centro de espionagem e terrorismo*" descrito em tribunal e confessado pelos réus. Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rikov, Piatakov foram fuzilados sob falsas acusações.

Na realidade, os processos, aceites na época como verídicos devido à confissão pública dos principais réus, vieram a revelar-se forjados: não foram apresentados documentos comprovativos das acusações, mas apenas uma teia de denúncias mútuas e confissões; a tortura foi aplicada em larga escala; só uma pequena parte dos réus (os "confessos") foi julgada em público; muitas das testemunhas de acusação citadas não chegaram a comparecer em tribunal; nenhum dos supostos espões e criminosos profissionais tentou refugiar-se no Ocidente, como seria natural; nada foi encontrado nos arquivos nazis no fim da guerra sobre os alegados financiamentos e directivas aos oposicionistas.

A verdade é que se alguns reais agentes nazis tinham sido descobertos na Ucrânia em 1933 e 1936, nada permite supor que houvesse qualquer implicação dos responsáveis do partido nessa actividade. Existem mesmo fortes indicações de que Tukhatchevski e outros generais fuzilados como espões e mais tarde reabilitados tivessem sido vítimas de documentos forjados pelos próprios nazis e feitos chegar às mãos de Staline através da Checoslováquia.

A organização terrorista e de espionagem foi pois um cenário montado pela acusação para castigar uma “traição” diferente – a resistência a Staline. Quando o procurador Vichinsky estigmatizava os réus como “*monstros de perversidade*”, atribuindo-lhes actos de sabotagem e espionagem por vezes delirantes (misturavam vidro moído no pão, abatiam árvores para destruir o património florestal...), ele tratava de objectivar a sua traição política em crimes contra o Estado, em crimes de delito comum. Não se podia, à face da “legalidade socialista”, fuzilar Zinoviev ou Kamenev só porque tinham conspirado para mudar o rumo da política e apear Staline do poder. O crime político, para ser castigado, precisava de algo mais palpável, de uma *tradução popular* convincente para as massas.

Daí o trabalho da acusação para extorquir confissões e confundir com elas os réus que negavam, até construir um edifício convincente. As simples opiniões contrárias a Staline eram avolumadas em “*directivas incitando ao crime*”, os encontros forçosamente clandestinos dos opositores apareciam como reuniões de organismos estruturados; os casos de negligência eram transformados em crimes deliberados; as meras intenções em actos consumados.

Smirnov recebera um manifesto de Trotski? Porque não dizer que trouxera instruções para assassinar Staline e Vorochilov? Alguns dos opositores tinham contactado nos anos 20 o general alemão Von Seekt em missão oficial do governo soviético? O que impedia de supor que tivessem sido aí recrutados para o serviço secreto? Um opositor fora culpado de grave negligência económica? Porque não atribuí-la a sabotagem organizada? Molotov sofrera um ligeiro acidente de automóvel? E se o motorista o tivesse

feito propositadamente, às ordens dos espões? Bukarine esboçara em 1918 uma conspiração para afastar Lenine do poder? Daí até *"tentativa de assassinar Lenine"*, qual era a diferença?

Assim, a organização mal articulada dos oposicionistas em pânico foi *completada* com minúcia implacável até tomar as dimensões de uma máquina terrorista eficiente, conduzida a partir do exterior por Trotski e paga pelo dinheiro dos nazis.

Sobretudo Trotski tinha de ser definitivamente *queimado* como um "superespão". À primeira vista, dir-se-ia que não era difícil demonstrar que esse "bolchevique-leninista", como ele gostava de se rotular, apenas continuava a sua carreira de talentoso social-democrata de esquerda, perito em combinar análises argutas e demolidoras com soluções reformistas e manobras mais do que ambíguas. Mas uma crítica de princípios a Trotski já não estava ao alcance dos stalinistas porque iria ferir ao vivo as suas próprias contradições: o mais expedito era classificar as desesperadas iniciativas de Trotski como espionagem.

No esforço para apresentar provas convincentes dos crimes, os acusadores não se apercebiam do quadro tenebroso que por vezes revelavam do próprio regime. Foi assim que Iagoda, vice-chefe da polícia preso como cúmplice do "centro terrorista", confessou em tribunal que teria forçado médicos seus subordinados a envenenar e assassinar diversas pessoas (entre as quais Máximo Gorki) e que teria colocado espões em postos-chave, porque *"sendo eu chefe do NKVD, ameaçava de morte os que não me obedecessem"*!

E à medida que a engrenagem das denúncias rodava, tornava-se mais difícil controlá-la. Executavam-se pessoas falsamente acusadas por vingança, ou denunciadas apenas

pelo desejo de demonstrar vigilância e fidelidade ao regime; executavam-se depois os caluniadores porque tinham acusado vítimas inocentes; e executavam-se polícias por terem participado em crimes e saberem demais. Entretanto, faziam-se aprovar sob coacção moções “unâнимes” em assembleias de trabalhadores aplaudindo a repressão. Até que o próprio Iejov teve que ser *depurado* para deter o *carroussel* do terror.

A luta para manter o regime em equilíbrio entre as pressões opostas do proletariado, dos camponeses e dos quadros desembocava no arbítrio. Por fim, esse enorme aparelho regulador do “socialismo” acabou por ser absorvido, passo a passo, pela força social dominante, os quadros, e posto ao seu serviço para a estruturação plena de um capitalismo de novo tipo.

9. A teoria dos espíões

“Na pessoa dos trotskistas e zinovievistas o fascismo encontrou servidores fiéis”, comentava a *História do Partido Bolchevique* no balanço dos processos. *“O poder dos soviets castiga com mão de ferro este refugio do género humano, reprime-os implacavelmente como inimigos do povo e traidores à pátria.”*

Os oposicionistas eram pois e apenas elementos degenerados que, por avidez de poder e de dinheiro, se tinham posto a soldo do imperialismo – logo, “escória” à margem da sociedade e não porta-vozes de qualquer corrente de classe hostil. Ia longe o ano de 1930, quando se compunham nomes de partidos e plataformas políticas para enquadrar os réus. Agora já nem a categoria de opositores políticos podiam ter – eram a escumalha da sociedade.

Na realidade, que oposição política podia haver numa sociedade que, por definição, era constituída apenas por “classes amigas”? Os conflitos que surgiam só podiam ter uma fonte externa – os réus tinham que ser forçosamente espões e assassinos, estranhos à sociedade soviética.

Staline pôde assim constatar em 1939, no final da macabra *limpeza*: “*Já não há ninguém a reprimir. Trata-se apenas de castigar alguns criminosos ao serviço do imperialismo.*” Afinal, até numa sociedade perfeita como era a União Soviética, não se podia impedir que surgissem elementos degenerados...

Esta teoria obrigava a forjar processos, mas era a única que garantia coerência ao sistema político. Se o socialismo estava em risco de ser derrocado pela infiltração de espões ao mais alto nível, então o reforço do aparelho de Estado, do centralismo e dos poderes da polícia era a questão decisiva para a consolidação do socialismo. Engels (para não citar Marx e Lenine) enganara-se ao prever a gradual redução dos poderes do Estado sob o socialismo.

Por outro lado, se os espões recorriam a pseudocríticas políticas para criar terreno favorável à sua acção de sabotagem, então era preciso que todos estivessem atentos às vozes críticas, porque podiam ter um espião por detrás. O mais seguro, para “não dar o flanco à provocação”, era cortar cerce com quaisquer críticas, denunciar os críticos, confiar cegamente no partido e em Staline. A “guerra aos espões” deu assim um poderoso impulso à monolitização integral do partido e do Estado.

A liquidação dos oposicionistas como espões nazis tinha ainda outra vantagem: demonstrava à Inglaterra, França e Estados Unidos a disponibilidade da União

Soviética para uma luta comum contra o expansionismo de Hitler. O acolhimento favorável que tiveram os processos em largos meios do Ocidente mostrou que a mensagem fora captada. E deu base, depois do zigzague brutal da capitulação de Munique e do pacto germano-soviético, à aliança antifascista durante a guerra.

A teoria dos espões foi apenas uma entre as muitas manipulações arbitrárias dos factos, para *baterem* certo com o edifício ideológico construído pelo stalinismo. Para manter a ficção de um “poder operário e camponês” e negar a evidência da ascensão social dos quadros ao lugar de uma nova burguesia de Estado, era necessário *reconstruir* o marxismo-leninismo de alto a baixo. A teoria stalinista da manutenção do Estado mesmo sob o comunismo foi o fecho da abóbada da luta contra os *espões*.

10. O mistério das confissões

A confissão dos crimes por parte dos principais réus, na presença do público e de correspondentes de imprensa e embaixadores estrangeiros, era a arma definitiva da acusação. Se estivessem inocentes, o que os impediria de o dizer, em vez de fazerem relatos circunstanciados dos seus actos criminosos?

Aqui não basta invocar as torturas (que nem todos sofreram), ou as promessas de perdão, ou a ameaça de represálias sobre as famílias. A causa de fundo era política.

A oposição descobria em 1936 que o seu projecto ruíra como um castelo de cartas. Apostara na falência inevitável da “revolução a marchas forçadas” e predissera a ruína da economia e o caos social, mas deparava com um

país em progresso impetuoso, com um povo que finalmente saía da miséria e da ignorância. Denunciara Staline como o “coveiro da revolução” e encontrava-o rodeado de prestígio e do carinho autêntico do povo. Deixara-se seduzir pela agudeza das críticas de Trotski e via-o transformado em colaborador da social-democracia, inventor de uma “IV Internacional” fantasma, dirigida contra a União Soviética. Mentira dúzias de vezes proclamando fidelidade a Staline e era desmascarada no seu jogo duplo. Deixara-se enredar em cumplicidades com gente desclassificada e ficara na vizinhança de contra-revolucionários autênticos.

E tudo isto acontecia “no momento em que se adensava dramaticamente a iminência de um ataque externo contra esse novo regime “socialista” que tinham combatido. O pacto anti-Comintern, o ataque japonês à China, a sublevação fascista em Espanha, anunciando a guerra mundial e um assalto imperialista contra a União Soviética, faziam-nos sentir-se degradados ao papel de “quinta coluna” de Hitler.

Este era o lugar em que tinham vindo a colocar-se objectivamente, fossem quais fossem as suas intenções – diziam-lhes os interrogadores ao longo de semanas e meses. Iam persistir nessa traição negando tudo, ou teriam um último acto favorável à revolução, confessando? E se era necessário arrepender-se, que diferença fazia confessar mesmo aquilo que não tinham feito?

“Confessa as suas actividades de espionagem?” – perguntava Vichinsky a um dos réus. “De facto, não valho mais do que um espião.” O essencial era a culpa política, o resto eram *detalhes*.

Assim, as confissões dos acusados e os seus hinos de louvor aos êxitos do socialismo soviético e ao seu chefe

Staline não foram forçosamente o rastejar abjecto de presos quebrados pela tortura e pelo medo da morte. Foram, pelo menos para muitos, a rendição ideológica de quem se sentia esmagado pelo ódio do seu próprio partido, pelo desprezo do seu próprio povo, e não queria morrer no campo do inimigo. *"Quando nos perguntamos: se morreres, morres em nome de quê? – aparece de súbito diante de nós um abismo negro."* As últimas palavras de Bukarine em tribunal são eloquentes.

Na perspectiva histórica, verificamos hoje que as confissões de Moscovo exprimem o impasse a que chegara a revolução russa e o próprio marxismo. Ninguém sabia como criticar pela esquerda o terrorismo de Staline. Mesmo os seus adversários sentiam que continuar a combatê-lo iria servir o imperialismo.

O regime nascido da revolução de Outubro já nada tinha a ver com a ditadura do proletariado. Mas o prestígio das suas origens e o poderio do seu sistema nacionalizado projectavam-no como uma ameaça para a burguesia imperialista e uma bandeira revolucionária para o proletariado e os povos oprimidos. Essa seria ainda durante duas décadas a base para a adesão popular a Staline.

11. Staline – a transição

A explosão de terror dos anos 30 na União Soviética não foi a loucura sanguinária dos comunistas entredevo-
rando-se na disputa do poder que nos pinta a propaganda burguesa; nem um desvio acidental (e incompreensível) na marcha do socialismo, como nos tentam convencer os

revisionistas modernos; muito menos um exemplo positivo de justiça proletária, como defende aberrantemente a chamada corrente marxista-leninista.

Os processos de Moscovo surgem-nos como o culminar de uma convulsão revolucionária que se desenvolveu na URSS na passagem dos anos 20 para os anos 30. Convulsão revolucionária **burguesa** nascida sobre o estrangulamento da revolução proletária e do poder dos soviets.

Fechado o caminho para o socialismo pela fraqueza do proletariado e pela vitalidade da pequena burguesia (e também pela ausência de revoluções proletárias na Europa, ainda em fase embrionária), os bolcheviques encontraram-se numa terra de ninguém. Já não podiam refazer a ditadura do proletariado e queriam impedir a restauração da ditadura da burguesia.

A contradição essencial do stalinismo resume-se nessa sua situação intermédia: depois de ter feito demasiadas concessões à pequena burguesia durante a NEP e de ter feito perder ao partido o carácter de vanguarda revolucionária do proletariado, Staline tentou liquidar a pequena burguesia e assegurar a passagem ao socialismo à custa de uma concentração inaudita de poderes. Assim paralisou todas as potencialidades revolucionárias do proletariado e reforçou o campo para o renascimento da burguesia.

Quanto mais se afiavam as armas defensivas do Estado "socialista", mais ele se ia destacando com um poder acima da sociedade, mais se transformava numa armadura sob cuja protecção medrava de novo a burguesia, metamorfoseada em "*comunista*". A pequena burguesia, perseguida e exterminada em 1930, renascia das cinzas sob a forma dos directores e quadros *vermelhos*.

O poder de aço que tomou sobre si a tarefa de dar o socialismo ao povo, como se pairasse acima das classes, acabou por servir de berço a uma nova e imprevista burguesia de Estado sob cores socialistas.

Staline foi o ideólogo e condutor político dessa dolorosa transição da Rússia soviética e internacionalista de 1920 para a URSS capitalista e social-imperialista dos anos 50. Como representante de um período transitório, contraditório, era-lhe impossível compreender o conteúdo de classe da transformação que liderava. Reprimia indiscriminadamente *kulaks*, quadros, operários, dirigentes do partido, para manter o rumo em direcção ao que considerava ser a meta socialista – uma economia nacionalizada. Lutava contra a esquerda e contra a direita, buscando desesperadamente a passagem de saída para a sociedade sem classes. Mas ao fim do túnel encontrava-se de novo a burguesia.

A ideologia stalinista retrata esta natureza social dupla e contraditória do grupo dirigente bolchevique nos anos 30. A sua face crítica, feita com restos de marxismo, combina-se com uma face conservadora, defensora dos privilégios da hierarquia, amparada a um nacionalismo renascente.

Morto Staline, bastou aos Kruchov e Brejnev dar um passo mais em frente para proclamarem o programa do revisionismo. Talvez isto explique por que precisou a nova burguesia soviética de começar por renegar Staline para hoje voltar lentamente a incorporá-lo como seu herói nacional.

Fossem quais fossem as suas intenções e os seus excessos, ele ficou como o precursor do capitalismo de Estado na URSS.

Novembro de 1986
(*Política Operária*, nº 7)

ÍNDICE

Prefácio à 2ª edição	7
Prefácio à 1ª edição	9
Abreviaturas	19
1. Frente Popular – os comunistas ao serviço da democracia burguesa	21
2. O pacto com a social-democracia	49
3. Nem fascismo nem revolução	81
4. A liquidação do partido	115
5. Pequena história de uma viragem histórica	135
6. Do centrismo ao revisionismo	165
7. O centrismo no poder	199
8. O centrismo em Portugal	223
9. A agonia do centrismo	241
10. O fim da crise?	267
Obras citadas	287
Outras publicações	288
Notas	289
Notas sobre Staline	295

A ideia lançada pelo 7º Congresso da Internacional Comunista, da unidade de interesses de todo o povo na luta contra o imperialismo, o fascismo e a guerra, fez um longo caminho, semeado de esperanças e derrotas, das Frentes Populares em Espanha e França às Democracias Populares do Leste, da Unidade Popular no Chile ao 25 de Abril em Portugal.



É hora de questionar as ideias de Dimitrov à luz do marxismo. O abandono pela classe operária da plataforma política própria que lhe fora dada por Lenine e pela revolução russa aproveita ao povo ou ao imperialismo? É uma necessidade do mundo moderno ou resulta da pressão pequeno-burguesa para afogar a revolução proletária?

A crítica ao centrismo, como forma original do oportunismo do século XX e da nossa época, é o tema deste trabalho, que tenta uma nova avaliação de Dimitrov, Staline, Mao, Bukarine... Para chegar a uma velha conclusão, há muito esquecida: se a classe operária não puder contar consigo própria, não poderá contar com mais ninguém.

ISBN 978-972-8165-51-7

